



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANDERSON MARTINS SILVA

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA CRÍTICA DO ESTADO DE BEM-
ESTAR SOCIAL NA ERA PT**

JUIZ DE FORA

2019

ANDERSON MARTINS SILVA

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA CRÍTICA DO ESTADO DE BEM-
ESTAR SOCIAL NA ERA PT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, área de concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ednéia Alves de Oliveira.

JUIZ DE FORA

2019

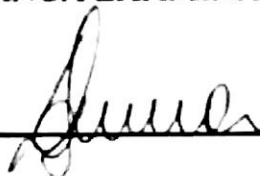
ANDERSON MARTINS SILVA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA CRÍTICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NA ERA PT

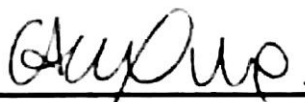
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 01 / 03 / 19

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Ednéia Alves de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr. Alexandre Aranha Arbia
Universidade Federal de Ouro Preto



Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Para Marlene, Laércio e Andrei

AGRADECIMENTOS

A dissertação que segue, é fruto de um intenso processo de pesquisa levado a cabo nos últimos dois anos por aquele que vos escreve. Como disse uma grande amiga em um dos almoços que tive o prazer de compartilhar ao longo do mestrado, chegou a hora em que “aquilo que era muito, virou pouco” e, com ela, o momento de agradecer a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento do presente estudo.

Agradeço à minha mãe Marlene e ao meu pai Laércio, por terem me apresentado desde muito cedo o caminho do estudo, pelo pulso firme e incentivo incondicionais nos momentos difíceis. Agradeço ao meu irmão Andrei, pela amizade, sensatez e opiniões sempre valiosas não somente sobre este trabalho, mas também sobre a vida.

Agradeço à minha companheira Jéssica pelo carinho, pelo estímulo, pela paciência nos momentos em que a ansiedade me consumia e pelo amor que compartilhamos nos dias de calma. Muito obrigado pelos debates intermináveis acerca da teoria revolucionária, pela leitura crítica dos textos e, pelas discussões acerca da realidade brasileira contemporânea, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Juntos vamos bem!

Agradeço a Mônica e Marcos por me receberem de braços abertos e, permitirem que eu pudesse desenvolver grande parte da pesquisa no ambiente lindo e tranquilo de seu sítio em Matias Barbosa.

Também gostaria de agradecer aos amigos especiais José Amilton, Flávia, Gabrielle, Jéssica Tomaz, Marcela, Raphael, Patrick, Jaqueline e Isadora, com os quais compartilhei momentos de tensão e alegria ao longo desses dois anos. Gostaria de agradecer especialmente ao Marco Túlio pela grande ajuda com a língua inglesa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a dedicação exclusiva do autor ao desenvolvimento do estudo em questão.

Agradeço ao Profº Drº Alexandre Aranha Arbia pela contribuição fundamental em nosso projeto inicial de mestrado e pela disponibilidade para avaliar a minha dissertação e participar da defesa da mesma.

Agradeço ao Profº Drº Ronaldo Vielmi Fortes pela participação no exame de qualificação, pelas indicações de leitura ao longo do mestrado e pela disponibilidade para participar da banca de defesa.

Agradeço também, à Prof^a Dr^a Maria Lúcia Duriguetto e ao Prof^o Dr^o Fernando Leitão Rocha Junior por aceitarem o convite para a suplência de nossa banca de defesa. Agradeço a Prof^a Dr^a Paula Regina Pereira Marcelino, pela avaliação no exame de qualificação.

Agradeço especialmente à minha orientadora Prof^a Dr^a. Ednéia Alves de Oliveira por me deixar voar pelos tortuosos caminhos da pesquisa, pelas leituras, orientações, reflexões, correções e sugestões fundamentais para o meu desenvolvimento como pesquisador. Obrigado pela paciência com a minha ansiedade e pela atenção ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Por fim, obrigado a Faculdade de Serviço Social da UFJF, aos servidores e aos professores que ao longo do mestrado contribuíram para a minha formação política e acadêmica, assim como para o desenvolvimento desta dissertação.

RESUMO

A dissertação que apresentamos tem como tema a relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado no Brasil ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em tempos de aprofundamento da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002; 2011). Nesta, levamos adiante uma primeira aproximação do debate em torno da relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado a partir de meados do século XIX e, em particular, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil nesse início de século XXI.

Nossa dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma leitura inicial das categorias marxianas mercadoria, capital, força de trabalho, acumulação capitalista, salários, superpopulação relativa, exército industrial de reserva, concentração e centralização de capitais, queda tendencial da taxa de lucros e suas tendências contra-arrestantes. No segundo capítulo, procuramos delinear em largos traços as características dos padrões de acumulação capitalista liberal, fordista/keynesiano e flexível. No terceiro capítulo, no item 3.1 nos aproximamos do debate acerca da relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado brasileiro a partir da década de 1930; no item 3.2 apresentamos de maneira sintética as posições de Mercadante (2010), Pochmann (2014) e Singer (2012; 2015) em favor da conformação ao longo dos governos do PT de um novo desenvolvimentismo acompanhado das bases do Estado de Bem-Estar Social brasileiro e; por fim, no item 3.3 a partir das análises de Behring e Boschetti (2009), Filgueiras e Gonçalves (2007), Filgueiras et al (2010), Gonçalves (2011; 2012; 2013), Behring (2004; 2010; 2012), Salvador (2012), Salvador e Teixeira (2014), Oliveira (2017), Arcary (2014), Costa (2013) e Netto (2017) procuramos colocar em evidência elementos que podem contribuir para uma leitura crítica da perspectiva do Estado de Bem-Estar Social no Brasil da era PT.

Por fim, ao longo de nosso estudo observamos que a saúde, a educação e a previdência continuaram divididas entre o setor público, de qualidade inferior e o privado com serviços de melhor qualidade, criando uma dualidade entre quem pode pagar e os que dependem dos serviços públicos. Moradia, transporte, educação, segurança, dentre outros são políticas de mercado, bem distante da universalidade defendida pelos governos PT. O mesmo podemos dizer em relação às políticas de emprego e renda. Estas são focalizadas, parciais, descontínuas e baseadas em programas de transferência de renda,

com valores que não permitem o acesso aos bens de consumo de outros segmentos da população. Por outro lado, são programas conjunturais e que são retirados em função de interesses do capital quando necessário. Assim, concluímos que existem indícios na literatura disponível que corroboram com a hipótese de que não houve a ocorrência de um novodesenvolvimentismo acompanhado da consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social na era PT.

Palavras-chave: Acumulação capitalista; Estado de Bem-Estar Social; Governos PT.

ABSTRACT

The theme of the dissertation is the relation between capitalist accumulation, workforce and State in Brazil during the 'Partido dos Trabalhadores' (PT) governments, and the structural crisis of capitalism (MÉSZÁROS, 2002; 2011). We develop an initial approach to the relation between capitalist accumulation, workforce and State, beginning in the mid XIX century and, particularly, in the period of Partido dos Trabalhadores' (PT) governments in Brazil.

The dissertation has three chapters. In the first we present an initial development of the Marxian categories of commodity, capital, workforce, capitalist accumulation, wage, relative surplus population, industrial reserve army, concentration and centralization of capital, tendency of the rate of profit to fall and its counter tendencies. In the second chapter, we discuss the main characteristics of the Liberal, Fordist/Keynesian and Flexible patterns of accumulation. In the third chapter, we assess the debate around the relation between capitalist accumulation, workforce and State in Brazil beginning in the 1930's; we present the positions of Mercadante (2010), Pochmann (2014) and Singer (2012; 2015) that defend the new developmentalism together with the creation of a Welfare State in Brazil during the period of Partido dos Trabalhadores' (PT) governments and, according to the analyzes made by Behring e Boschetti (2009), Filgueiras e Gonçalves (2007), Filgueiras et al (2010), Gonçalves (2011; 2012; 2013), Behring (2004; 2010; 2012), Salvador (2012), Salvador and Teixeira (2014), Oliveira (2017), Arcary (2011), Costa (2013) and Netto (2017) we try to put in evidence elements to help developing a critical view of the ceration of a Welfare State in Brazil during PT's governments.

Throughout the study, we observed that health care, education and social security remain divided in a low quality public sector and a better quality private sector, creating a duality among those who can afford and those who cannot. Housing, transportation, education, security and other are market policies, far from the universality defended by PT's governments. Employment and income policies are focalized, partial, discontinuous and based in income transference, with values that do not allow segments of the population the access to consumer goods. On the other hand, they are programs that can be terminated according to capital's interests. Thus, we concluded that there are elements in the available literature that support the hypothesis related to the nonexistence of a new

developmentalism together with the foundations of a Welfare State during PT's governments.

Keywords: Capitalist Accumulation; Welfare State; PT's governments

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I. APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA DO VALOR MARXIANA.....	19
1.1. VALOR, VALOR DE USO E VALOR DE TROCA.....	19
1.2. O MERCADO	24
1.3. OS AGENTES DA TROCA	28
1.4. O MOVIMENTO DAS MERCADORIAS	29
1.5. O MOVIMENTO DO CAPITAL.....	36
1.6. A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO.....	40
1.7. A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	42
1.8. CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL COMO EXPRESSÕES DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	47
1.9. RELAÇÕES ENTRE A LEI GERAL E A LEI TENDENCIAL A QUEDA DA TAXA DE LUCRO.....	52
1.10. RELAÇÃO ENTRE AS LEIS DE MOVIMENTO E OS SALÁRIOS.....	64
II. OS TRÊS PADRÕES HISTÓRICOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SUAS RELAÇÕES SALARIAIS	74
2.1. O PADRÃO LIBERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA (1848- 1875).....	74
2.1.1. RELAÇÕES SALARIAIS E CONTRATOS EM TEMPOS DE LIBERALISMO (1848-1875).....	81
2.1.2. CRISE E DECADÊNCIA DA HEGEMONIA LIBERAL.....	86
2.2. O PADRÃO FORDISTA/KEYNESIANO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA (1930-1973).....	88
2.2.1. O FORDISMO.....	93
2.2.2. ASCENSÃO E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR-SOCIAL EUROPEU.....	98
2.2.3. A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL DOS ANOS 1970	113
2.2.4. O TOYOTISMO.....	118
2.2.5. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	124

III. CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA CRÍTICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NA ERA PT.....	138
3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA RELAÇÃO ENTRE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, A FORÇA DE TRABALHO E O ESTADO NO BRASIL (1930-1986).....	138
3.2. NOVODESENVOLVIMENTISMO E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NA ERA PT.....	160
3.3. ELEMENTOS PRÁTICO-CRÍTICOS PARA UMA APREENSÃO DO SIGNIFICADO HISTÓRICO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
BIBLIOGRAFIA.....	202

INTRODUÇÃO.

O tempo é o campo do desenvolvimento humano
Karl Marx

A dissertação que apresentamos tem como tema a relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado no Brasil ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em tempos de aprofundamento da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002; 2011). Consideradas por um lado, a afirmação de um setor da intelectualidade brasileira de que, ocorreu um novodesenvolvimentismo acompanhado da conformação das bases do Estado de Bem-Estar Social na era PT e, por outro, os indícios destacados em parte dos estudos disponíveis de que houve a consolidação do padrão liberal no país, nos interessa especialmente, levar a frente o contraste das múltiplas determinações (MARX, 2011) da distribuição da riqueza socialmente produzida ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com os diferentes padrões de acumulação capitalista historicamente estabelecidos, destacadamente o fordista/keynesiano vigente nos países onde teve lugar o Estado de Bem-Estar Social.

Acreditamos que a temática sugerida é relevante na medida em que nos possibilita jogar luz sobre parte das determinações que contribuíram para a conformação do quadro político, econômico e social que embasa a polarização vivenciada pela sociedade brasileira hodierna, manifesto no golpe parlamentar, midiático e institucional de 2016 e mais recentemente na chegada ao governo de Jair Bolsonaro em 2018.

Inicialmente, nossa proposta consistia em analisar como se relacionaram a acumulação capitalista e a variação dos salários pagos à força de trabalho no Brasil, particularmente a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores. Tratava-se de verificar se houve melhoria efetiva da condição dos trabalhadores frente ao capital no período. Para tanto, propúnhamos como objetivos 1) a delimitação das categorias marxianas fundamentais para a análise das relações salariais estabelecidas entre capital e trabalho; 2) a apreensão do papel do Estado na distribuição do produto social total entre capital e trabalho no capitalismo monopolista; 3) apontar em largos traços como se caracterizaram as relações entre acumulação de capital, força de trabalho e Estado no Brasil a partir dos anos 1930; 4) a apreensão do sentido geral da política econômica dos governos PT e; 5) por fim, analisar a variação dos dados referentes a quantidade de habitantes, as condições gerais de emprego e de distribuição do produto social total entre as diferentes classes sociais ao longo dos governos do PT. Partíamos da hipótese de que,

apesar de ocorrer uma intensificação da mobilização grevista no Brasil durante a primeira quinzena do século XXI que, possibilitou a um número expressivo de categorias – até 2014, quando o sentido da variação salarial se inverte – a obtenção de aumentos acima da inflação, não houve melhoria das condições da força de trabalho quando considerada sua relação com o processo de acumulação capitalista em curso no país. Predominaram os processos de concentração e centralização de capital em detrimento de uma distribuição mais igualitária da renda.

Para atingir os objetivos destacados, levaríamos a cabo a interlocução teórica a) com a obra marxiana, em particular, *O Capital*; b) com a produção de autores que abordam a relação entre as categorias força de trabalho, acumulação capitalista e Estado em geral e, em particular, no Brasil a partir de 1930; c) com a produção de autores que abordam a política econômica dos governos do PT e d) a análise dos documentos *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira* (2015) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo PT* (ROMERO et al, 2014) produzido pelo Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos (ILAESE). Tais documentos nos apresentavam dados referentes ao período 2004-2014 no que diz respeito à situação do trabalho, do desemprego e da distribuição do produto social total entre as diferentes classes sociais no Brasil.

Em nossa banca de qualificação, dado o nosso estágio inicial de apropriação das discussões correntes acerca da temática sugerida e, os limites de tempo inerentes ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, nos foi sugerido que nesse primeiro momento da pesquisa, abandonássemos a análise dos dados (d) e levássemos a cabo uma revisão bibliográfica sobre o tema das relações estabelecidas entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado em geral, e mais especificamente, no Brasil ao longo dos governos do PT. A partir das orientações, acatamos a sugestão da banca optando por levar a frente uma primeira aproximação do tema por meio do diálogo com a literatura especializada.

Deste modo, neste momento do estudo, levamos a frente, não mais que uma primeira aproximação da temática sugerida por meio da leitura de alguns autores de referência acerca dos diferentes padrões assumidos pela relação entre o Estado, a acumulação capitalista e a força de trabalho a partir de meados do século XIX, assim como de abordagens acerca da particularidade histórica brasileira a partir dos anos 1930 e ao longo dos governos do PT.

Como veremos adiante, encontramos na literatura disponível um conjunto de autores que sugerem a ocorrência ao longo dos governos do PT do estabelecimento de um novodesenvolvimentismo acompanhado da consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Para a apreensão crítica de tal sugestão, consideramos necessário o recurso as categorias da crítica da economia política desenvolvidas por Marx, a caracterização dos diferentes padrões da acumulação capitalista manifestos historicamente e o diálogo com os autores de referência acerca da relação entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado no Brasil a partir dos anos 1930 e, particularmente, nos governos do PT.

Em nosso primeiro capítulo, *Apontamentos acerca da teoria do valor marxiana*, apresentamos uma leitura inicial das categorias marxianas mercadoria, capital, força de trabalho, acumulação capitalista, salários, superpopulação relativa, exército industrial de reserva, concentração e centralização de capitais, queda tendencial da taxa de lucros e suas contra tendências. Nos dedicamos especialmente as obras Salário, Preço e Lucro (1982), Livro I de O Capital (2013) e aos capítulos 14 e 15 do Livro III de O Capital (2017).

No segundo capítulo, *Os três padrões históricos da acumulação capitalista e suas relações salariais*, por meio da leitura dos textos de Hobsbawm (1982), Lenin (2011), Gramsci (1984), Mandel (1982), Ianni (2009), Netto (1996), Oliveira (1998), Behring (2010), Salvador (2012), Souza Filho (2016), Przeworski (1988), Harvey (2008), Coriat (1993; 1994), Gounet (1999), Camara e Salama (2005) e Chesnais (1996), procuramos delinear em largos traços as características dos padrões de acumulação capitalista liberal, fordista/keynesiano e flexível. Aqui, chegamos ao entendimento de que, conforme variam as necessidades da acumulação capitalista ora o Estado – capitalista total ideal – atua com políticas econômicas e sociais de estímulo a demanda contra a crise de superprodução gerada pelo modelo liberal anterior, ou nos termos de Keynes (1964), políticas voltadas para garantir o pleno emprego da capacidade produtiva ociosa, garantindo as condições necessárias a produção e reprodução do capital, tal como na crise dos anos 1930 nos EUA com o New Deal, e em parte da Europa ocidental nos regimes de Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra. Ora atua com políticas econômicas e sociais restritivas baseadas por um lado na expansão do crédito (D-D') para contra arrestar os problemas da acumulação relacionados a diminuição da demanda efetiva, e por outro na geração de desindustrialização, desemprego estrutural crônico – geração de exército industrial de reserva –, insegurança crescente do trabalho, aumento da desigualdade social,

concentração e centralização do capital, tal como na ofensiva neoliberal a partir dos anos 1970 que, em seus fundamentos parece não apresentar muitas novidades quando comparada a economia clássica liberal criticada por Marx (HARVEY, 2013). A caracterização sugerida contém limitações, visto que, os procedimentos adotados até o presente momento de nossa pesquisa não são suficientes para uma definição categórica dos padrões históricos assumidos pela acumulação capitalista.

Em nosso terceiro capítulo, *Considerações iniciais para uma crítica do Estado de Bem-Estar Social na Era PT*, no item 3.1 nos aproximamos do debate acerca da relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado brasileiro a partir da década de 1930, por meio do diálogo com Ianni (2009), Fernandes (1976) e Marini (2005). Optamos por iniciar o estudo da particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da década de 1930, visto que, ocorreu no período a conformação do núcleo duro das instituições constituintes da relação entre acumulação capitalista, força de trabalho e Estado predominantes no país ao longo do século XX e início de século XXI (IANNI, 2009).

No item 3.2, apresentamos de maneira sintética as posições de Mercadante (2010), Pochmann (2014) e Singer (2012; 2015) em favor da conformação ao longo dos governos do PT de um novodesenvolvimentismo acompanhado das bases do Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Para estes autores, os governos do PT foram organizados de modo a dar materialidade aos princípios da Constituição de 1988. Em última instância, os governos do PT configuraram-se como ferramenta de construção de um Estado de bem-estar social, com geração de emprego, política de transferência de renda para os mais pobres, e avanços na construção de sistemas públicos de saúde e de educação.

No item 3.3, a partir das análises de Behring e Boschetti (2009), Filgueiras e Gonçalves (2007), Filgueiras et al (2010), Gonçalves (2011; 2012; 2013), Behring (2004; 2010; 2012), Salvador (2012), Salvador e Teixeira (2014), Oliveira (2017), Arcary (2014), Costa (2013) e Netto (2017), procuramos colocar em evidência elementos que podem contribuir para uma leitura crítica da perspectiva do Estado de Bem-Estar Social no Brasil da era PT. Para este conjunto de autores, houve continuidade da política econômica e social neoliberal iniciada nos anos 1990 no país e enfatizada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A análise de Filgueiras e Gonçalves (2007), sugere que os governos do PT, longe de se contraporem a herança neoliberal deixada pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para consolidar o modelo liberal periférico no Brasil

caracterizado pela liberalização, privatização, desregulação das relações de trabalho, subordinação, vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro. Ainda, de acordo com Oliveira (2017), houve a manutenção de um processo de precarização desprotegida, do desemprego estrutural e do investimento em programas assistenciais de baixo custo e caráter focalizado em detrimento do investimento em políticas de caráter universal (BEHRING, 2012), além do desarme da classe trabalhadora (IASI, 2012).

Para Arcary (2014, p. 126), a abertura democrática no Brasil a partir dos anos 1970/1980, coincidiu com “duas décadas de estagnação” econômica onde o “choque das dívidas externas e o conflito distributivo estiveram na raiz das pressões inflacionárias dos anos 1980, e a estabilização monetária só foi possível à custa de um arrocho social regressivo nos anos 1990”, tendo como resultado a conformação de uma economia periférica de baixo crescimento. Tal movimento minou a possibilidade das reformas graduais, características do reformismo social democrata, de modo que, as limitações estruturais do capitalismo mundial, assim como da particularidade brasileira pós década de 1970, sugerem o surgimento de uma época de *reformismo sem reformas*, da qual fazem parte os governos do PT.

Segundo Costa (2013), a partir de 2003 manteve-se o núcleo duro da proposta neoliberal vigente no Brasil ao longo dos anos 1990. Os governos do PT utilizaram a articulação entre empresas, bancos públicos, fundo público e fundos de pensão dos trabalhadores, para impulsionar um amplo movimento de concentração e centralização de capital nas esferas financeira e produtiva, contribuindo para o fortalecimento internacional de importantes grupos nacionais. Nesse sentido, consolidou-se como uma das características fundamentais do capitalismo brasileiro na primeira década do século XXI o alto grau de *concentração do capital*. Concomitantemente, a social democracia retardatária não implementou as medidas características do reformismo social democrata europeu, houve apenas a distribuição de migalhas e a manutenção de altos níveis de desigualdade social no país. Em um sentido próximo, Netto (2017, p. 86) chama a nossa atenção para a conjugação no Brasil da era PT do “minimalismo assistencialista” com a “repressão extraeconômica às camadas pauperizadas”.

Consideradas as posições críticas à atuação dos governos do PT encontradas em nossa pesquisa, nesta dissertação trabalhamos com a hipótese de que não ocorreu um novodesenvolvimentismo e nem a consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social brasileiro na era PT.

Após esta pequena introdução, avancemos à exposição dos elementos que encontramos ao longo do diálogo com os autores de referência e, que ao nosso ver, podem contribuir para a apreensão crítica da perspectiva do Estado de Bem-Estar Social na era PT.

I. APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA DO VALOR MARXIANA

Como chamamos a atenção em nossa introdução, para uma leitura crítica dá afirmação de que houve ao longo dos governos do PT o estabelecimento de um novodesenvolvimentismo acompanhado da consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, consideramos necessário o recurso as categorias da crítica da economia política desenvolvidas por Marx. Deste modo, neste capítulo apresentamos uma leitura inicial das categorias marxianas mercadoria, capital, força de trabalho, acumulação capitalista, salários, superpopulação relativa, exército industrial de reserva, concentração e centralização de capitais, queda tendencial da taxa de lucros e suas tendências contrarrestantes a partir das obras Salário, Preço e Lucro (1982), Livro I de O Capital (2013) e os capítulos 14 e 15 do Livro III de O Capital (2017).

1.1. VALOR, VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Marx inicia O Capital indicando que no modo de produção capitalista a riqueza “aparece” na forma de uma “enorme coleção de mercadorias”, na “forma elementar” de mercadoria individual. Feita esta consideração o autor elege como ponto de partida de sua exposição a mercadoria (MARX, 2013, p. 113).

Segundo nosso autor, toda mercadoria é composta por *valor de uso* e *valor*. O primeiro relaciona-se com a “utilidade de uma coisa” e se “efetiva apenas no uso ou no consumo”, enquanto o segundo é a substância presente na mercadoria que, no mercado, na forma de *valor de troca* “*aparece* inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”. A utilidade de uma coisa é condicionada pelas “propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper] [...] ela não existe sem esse corpo” de modo que, mercadorias diferentes atendem a necessidades distintas. Ao contrário do valor de troca o valor de uso independe da quantidade de trabalho despendida pelos homens para sua apropriação. Os valores de uso correspondem ao “conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” e no modo de produção capitalista passam a constituir os “suportes materiais [stoffliche Träger] do valor de troca”. É nesta condição que a mercadoria é levada ao mercado (MARX, 2013, p. 114, grifos nossos).

Dada a alteração constante da proporção na qual um valor de uso é trocado por outro, o valor de troca aparenta ser algo “acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (valeur intrinsèque)”, uma propriedade da coisa. Desta

consideração decorre que 1) para que mercadorias com valores de uso diferentes possam se contrapor umas às outras como equivalentes deva existir *algo em comum* entre as mesmas e 2) o valor de troca de uma mercadoria que *aparece* quando esta é contraposta as demais “não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ [Erscheinungsform] de um conteúdo que dele pode ser distinguido” (MARX, 2013, p. 114-115, grifos nossos). Deste modo:

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada [...] Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso (MARX, 2013, p. 115-116).

Quando abstraímos – como ocorre no mercado sem que os proprietários das mercadorias o saibam – do valor de uso das mercadorias, dos componentes e características corpóreas que as distinguem, restam-lhe apenas a propriedade de “serem produtos do trabalho”. Com esse procedimento, apagamos não apenas as suas qualidades sensíveis, mas também as qualidades que diferenciam os tipos de trabalho produtores dos diversos valores de uso. Desta forma, com o “caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos [...] sendo reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato”. Nestas condições, como aponta Marx, a mercadoria se torna não mais do que uma “objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [gallerte] de trabalho humano indiferenciado [...] de dispêndio de *força de trabalho* humana”, nos revelando apenas que em sua produção houve dispêndio de força de trabalho humana e, por conseguinte, a cristalização nas mercadorias da *substância social* que lhes é comum, qual seja o *valor* (MARX, 2013, p. 116, grifos nossos). Assim,

[...] um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc (MARX, 2013, p. 116).

Segundo Marx, o trabalho da sociedade que se apresenta como valor incorporado as mercadorias, deve ser considerada como produto de uma “única força de trabalho

humana, embora [está] consista em inumeráveis forças de trabalho individuais”, de modo que, cada força de trabalho individual caracteriza-se por ser e atuar como força de trabalho social média, pois “para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou *tempo de trabalho socialmente necessário*”. O tempo de trabalho socialmente necessário é definido por Marx como “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”. Segue que, somente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de um *valor de uso* determina a grandeza de seu *valor* (MARX, 2013, p. 117):

Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. “Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”

Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia de acordo com as modificações que ocorrem no tempo de trabalho necessário à sua produção. Tais modificações ocorrem devido a mudanças na *força produtiva do trabalho* que são determinadas por uma série de circunstâncias, dentre as quais o “grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais”. Como consequência temos a regra geral de que uma maior força produtiva do trabalho aplicada ao processo de produção de uma mercadoria contribui para a diminuição do valor cristalizado na mesma, pois com a força produtiva aumentada se requer menos tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Pelo contrário, com a utilização de uma menor força produtiva do trabalho, tem-se uma maior exigência de tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria e um aumento do valor cristalizado na mesma, de modo que, a “grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho” (MARX, 2013, p. 118).

Marx chama a nossa atenção para o fato de que o trabalho que produz para atender a própria necessidade do trabalhador que o executa é criador de valor de uso, mas não de mercadorias, para produzi-las,

[...] ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês

medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias.} Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (MARX, 2013, p. 119).

Como vemos, o valor de uso de uma mercadoria se origina de uma atividade produtiva adequada a um fim, denominada por Marx como “trabalho útil”. Segue-se que, os valores de uso não se contrapõem como mercadorias caso encerrem em sua corporeidade as mesmas qualidades. Para que ocorra tal contraposição, impõe-se como condicionante a diferenciação qualitativa dos trabalhos úteis, a produção privada, a independência entre os produtores e consequentemente o desenvolvimento cada vez mais amplo de uma *divisão social do trabalho* produtora de diferentes qualidades de valores de uso aptos a serem trocados uns pelos outros no mercado (MARX, 2013, p. 119).

O trabalho útil, criador de valor de uso, constitui-se como “condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais”, sendo os *corpos das mercadorias* “nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho”. Quando desconsideramos a totalidade do trabalho útil empregado na produção de uma mercadoria qualquer, sobra apenas um “substrato material que existe na natureza sem a interferência da atividade humana”. Assim, no ato da produção o trabalhador apenas altera a forma da matéria com o auxílio das forças da natureza, de modo que, o “trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz Willian Petty, e a terra é a mãe” (MARX, 2013, p. 120-121).

Despida do caráter útil do trabalho, resta a mercadoria a característica de ser *valor* criado por meio do dispêndio de *força de trabalho*¹. Do mesmo modo que nestes valores abstrai-se dos valores de uso, das características que os diferenciam, quando se trata do trabalho representado nos mesmos também não se leva em conta a diferença entre as formas úteis que o mesmo adota no *processo de trabalho*², considera-se apenas a sua quantidade (MARX, 2013). Como veremos mais adiante para o capitalista não interessa qual o valor de uso que será produzido, mas sim a quantidade de valor incorporada no mesmo que não é paga a *força de trabalho* e aparece na superfície da sociedade burguesa como *lucro*. Daí a importância dada por Marx as tendências do movimento da taxa e

¹ Ver capítulo 4 de O Capital (2013).

² Ver capítulo 5 de O Capital (2013).

massa de lucro no livro 3 de O Capital, na medida em que, é o movimento dessas variáveis que orienta a atuação do capitalista no mercado.

Retomemos a questão do duplo caráter do trabalho – produção de valor de uso e valor –, como aponta Marx, o simples aumento da quantidade de trabalho empregado na produção das mercadorias constitui-se como uma “maior riqueza material”, porém, o aumento da “massa” de riqueza material pode ser acompanhado da diminuição da grandeza de valor expresso nas mesmas. Tal antítese “resulta do duplo caráter do trabalho”. Quando falamos da força produtiva, nos referimos a “força produtiva do trabalho útil, concreto” que “determina [...] apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo”. Portanto, a quantidade de valores de uso – riqueza material – produzida por meio do trabalho útil *aumenta ou diminui em relação direta com as variações pelas quais passa a força produtiva do trabalho* (MARX, 2013, p. 123).

Quando o foco se desloca para o valor, as coisas não ocorrem da mesma maneira, segundo Marx “por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor”. Como destacamos, a variação da força produtiva se relaciona diretamente com o trabalho concreto e, nesse sentido, como ressalta Marx, ao considerarmos os produtos do trabalho de forma abstrata, cessam também os seus efeitos sobre o trabalho considerado abstratamente:

Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (MARX, 2013, p. 123).

E mais adiante, Marx define:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 124).

Definidos o trabalho concreto e o trabalho abstrato, assim como suas respectivas relações com a produção de valor de uso e valor, Marx aponta que as mercadorias só se configuram como tal, por serem “algo duplo: *objetos uteis e, ao mesmo tempo, suportes*

de valor”, portanto, só “aparecem como mercadorias” na medida que são úteis para outrem, que não o produtor e, ao mesmo tempo veículo do valor – ao primeiro caráter corresponde a sua *forma natural*, ao passo que ao segundo sua *forma de valor* (MARX, 2013, p. 124, grifos nossos).

Segundo Marx, diferente do valor de uso a objetividade do valor não se verifica nas características dos corpos das mercadorias, não atoa “pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [Wertding]”, porém como já ressaltado anteriormente, as mercadorias só possuem valor na medida em que expressam o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, de modo que, “*sua objetividade de valor é puramente social*”³ e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias”, em outras palavras, a objetividade do valor se revela quando as mercadorias são contrapostas umas às outras no mercado adotando a aparência de *valor de troca* (MARX, 2013, p. 125, grifos nossos).

1.2. O MERCADO

O desenvolvimento da troca de mercadorias engendra o desenvolvimento da *forma-dinheiro como equivalente universal* no qual os demais valores de uso podem expressar o seu valor. *Este dinheiro assim como as demais mercadorias é uma representação do valor criado pelo trabalho*. Segundo Marx, o desenvolvimento das relações de troca, do mercado, condiciona o desenvolvimento da mercadoria-dinheiro, de modo que, está só atinge sua forma acabada ao passo que o mercado se desenvolve plenamente na esfera mundial⁴.

Para Marx, a relação entre o valor e a mercadoria-dinheiro encerra algumas particularidades. Em primeiro lugar, na forma de equivalente universal, o “*valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor*” evidenciando que nesta condição o valor de uso serve apenas de suporte do valor, representação de “algo puramente social” que só é percebido quando se relacionam os valores de uso no mercado - superfície da relação capital-trabalho onde aparece o *valor de troca*. A expressão da forma de valor relativa de uma mercadoria no corpo de uma outra mercadoria “*esconde em si uma relação social*”, ao passo que, na forma equivalente (mercadoria-dinheiro),

³ Para mais detalhes ver Harvey (2013) e Grespann (2012).

⁴ Ver capítulo 4 de O Capital (2013).

não, haja vista sua característica de expressar exatamente o que é – *valor*. Assim o valor de uso (corpo) da mercadoria na condição de suporte de valor, “vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto” (MARX, 2013, p. 133-134, grifos nossos).

Todas as qualidades de trabalho concreto compartilham a característica de serem dispêndio de força de trabalho, por isso possuem a “propriedade universal do trabalho humano” e nesse sentido na produção de valor devem ser consideradas como tal, o que como afirma Marx não guarda nenhum mistério, porém, na “expressão de valor da mercadoria a coisa é distorcida”, constituindo-se como segunda peculiaridade da forma de equivalente que o “*trabalho concreto torne-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato*”. O fato de um trabalho concreto, como no exemplo de Marx, a alfaiataria, valer como *trabalho humano indiferenciado* “embora seja trabalho privado como todos os outros, trabalho que produz mercadorias” dá-lhe uma “forma imediatamente social”. Por isso, o equivalente (mercadoria-dinheiro) “pode ser diretamente trocado por outra mercadoria”. Surge aqui a terceira peculiaridade da forma de equivalente, qual seja, que “*o trabalho privado converta-se na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social*” (MARX, 2013, p. 134-135, grifos nossos). Deste modo,

[...] o valor de uma mercadoria é expresso de modo independente por sua representação como ‘valor de troca’ [...] Quando, no começo deste capítulo, dizíamos, como quem expressa um lugar-comum, que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso estava, para ser exato, errado. A mercadoria é valor de uso – ou objeto de uso – e ‘valor’. Ela se apresenta em seu ser duplo na medida em que seu valor possui uma forma de manifestação própria, distinta de sua forma natural, a saber, a forma do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada de modo isolado, mas sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de outro tipo. Uma vez que se sabe isso, no entanto, aquele modo de expressão não causa dano, mas serve como abreviação (MARX, 2013, p. 136).

A análise pormenorizada da expressão de valor da mercadoria A em uma mercadoria B, ou seja, de seu valor de troca, levou Marx a seguinte conclusão,

no interior dessa mesma expressão de valor, a forma natural da mercadoria A é considerada apenas figura de valor de uso, e a forma natural da mercadoria B apenas como forma de valor ou figura de valor [Wertgestalt]. A oposição interna entre valor de uso e valor, contida na mercadoria, é representada, assim, por meio de uma oposição externa, isto é, pela relação entre duas mercadorias, sendo a primeira – cujo valor deve ser expresso – considerada imediata e exclusivamente valor de uso, e a segunda – na qual o valor é expresso – imediata e exclusivamente como valor de troca. A forma de valor simples de uma

mercadoria é, portanto, a forma simples de manifestação da oposição nela contida entre valor de uso e valor (MARX, 2013, p. 137).

Nesse sentido, independentemente do modo de produção estabelecido, os produtos do trabalho são sempre objetos úteis, se tornando mercadoria apenas na condição histórica específica onde o trabalho cristalizado na produção de uma “coisa útil” *aparece* como “qualidade ‘objetiva’” da coisa, como seu *valor*. Como consequência temos que “a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor”. A oposição externa entre o valor de troca e os diversos valores de uso das mercadorias resulta na oposição entre as mercadorias e a forma-dinheiro (MARX, 2013, p. 137-138).

Do exposto podemos concluir que, por um lado, o tempo de trabalho socialmente necessário – dado o seu caráter de relação social – não pode regular diretamente o que ocorre no mercado, porém, o faz indiretamente por meio da forma-dinheiro (equivalente universal). Por outro lado, o desenvolvimento da forma-dinheiro possibilita que o valor se cristalice como “princípio norteador do funcionamento da economia capitalista”. (HARVEY, 2013, p. 45). Em síntese:

As leis da natureza das mercadorias atuam no instinto natural de seus possuidores, os quais só podem relacionar suas mercadorias umas com as outras como valores e, desse modo, como mercadorias na medida em que as relacionam antagonicamente com outra mercadoria qualquer como equivalente universal. Esse é o resultado da análise da mercadoria. Mas somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal. A ação social de todas as outras mercadorias exclui uma mercadoria determinada, na qual todas elas expressam universalmente seu valor. Assim, a forma natural dessa mercadoria se converte em forma de equivalente socialmente válida. Ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. E assim ela se torna – dinheiro [...] um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não chega a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro (MARX, 2013, p. 161- 162).

Neste momento, a mercadoria que tem fundida socialmente sua forma natural a forma de equivalente é alçada à condição de mercadoria-dinheiro, passando a cumprir o papel de dinheiro. Nesse sentido, cumprir tal papel “torna-se sua função especificamente social e, assim, seu monopólio social”. Por fim, a “expressão de valor relativa simples de uma mercadoria – por exemplo, do linho – na mercadoria que funciona como mercadoria-dinheiro – por exemplo, o ouro – é a *forma-preço* [Preisform]” (MARX, 2013, p. 145).

O “preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria”, porém, se “como expoente da grandeza de valor da mercadoria, é expoente de sua relação de troca com o dinheiro, disso não se conclui a relação inversa”, qual seja, que o preço seja “necessariamente o expoente de sua grandeza de valor”. A partir da transformação da grandeza de valor em preço, no processo de troca torna-se possível que “se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como mais ou menos pelo qual ela é vendável” de acordo com as relações estabelecidas entre a oferta e a demanda, assim, a possibilidade do “desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço”, o que, como aponta Marx, não é um defeito desta forma, mas sim “aquilo que faz dela a forma adequada a um *modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente*” (MARX, 2013, p.176, grifos nossos). Deste modo:

Uma mercadoria não parece se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela seus valores pelo fato de ela ser dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro. Sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entranhas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [sachliche] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão (MARX, 2013, p. 167).

Ocorre que, o desenvolvimento do dinheiro como expressão universal do trabalho humano abstrato, ocorre de modo a *ocultar* passo a passo a origem do valor e culmina com o estabelecimento dos preços das mercadorias. Estes últimos não só passam a orientar a atuação do burguês prático no mercado, mas também, configuram-se como base de onde partem os economistas burgueses para desenvolver as suas categorias analíticas.

Como afirma Marx, o desconhecimento – parcial no caso da economia clássica e total na economia vulgar⁵ – do processo por meio do qual o valor é criado leva a que as proposições desses autores contribuam para o ocultamento das relações sociais de produção levado a cabo pelo mercado.

1.3. OS AGENTES DA TROCA

As mercadorias não vão ao mercado sozinhas, portanto, segundo Marx, faz-se necessária a consideração de seus possuidores, os *guardiões das mercadorias*. Como sinalizamos anteriormente, o autor assume como pressupostos de sua análise a noção liberal de que no mercado só ocorrem trocas de equivalentes, ou em outras palavras, que todo possuidor de mercadorias recebe exatamente o valor das mesmas no ato da troca. Aqui soma-se ao pressuposto adotado por Marx as noções liberais de que para que ocorram as trocas é necessário que os possuidores de mercadorias se confrontem como proprietários privados das mercadorias e “precisamente por meio delas, como pessoas independentes umas das outras”, além de haver a igualdade jurídica entre os possuidores de mercadorias manifesta no *contrato*, onde se definem as condições em que ocorrerá o processo de trabalho. Tal relação jurídica entre os proprietários privados “seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica” estabelecida entre as partes. Neste quadro, os indivíduos se defrontam uns com os outros no mercado apenas como “personificações das relações econômicas” estabelecidas entre as mercadorias, como “suporte” das mesmas (MARX, 2013, 159-160, grifos nossos).

Onde as relações dos produtores com seu produto e consigo mesmos são mediadas pelo mercado, as mercadorias necessitam “universalmente mudar de mãos” ou se “realizar como valores antes que possam se realizar como valores de uso”. Visto de outro ângulo, apesar de não passarem de meio de troca para o seu dono, as mercadorias devem conservar-se como valores de uso para outrem, caso contrário, deixam de ser cristalização de trabalho abstrato – lembremos que o valor é imaterial, e deve sua objetividade as relações sociais estabelecidas entre os proprietários por meio das mercadorias. A determinação do caráter útil do trabalho encerrado em uma determinada mercadoria somente pode se demonstrar por meio da contraposição das mercadorias no mercado (MARX, 2013, p.160).

⁵ Ver Salário, Preço e Lucro (1982).

A troca encerra ambiguidades, configura-se para o dono da mercadoria como um “*processo individual*”, na medida em que, o mesmo troca a sua mercadoria com intuito de obter um determinado valor de uso para si, porém, ao mesmo tempo, para ele, desde que obtenha uma mercadoria de valor equivalente e que satisfaça a sua necessidade, pouco importa se a sua mercadoria tem valor de uso para aquele que a compra, o que interessa é transformar a todo custo o seu valor de troca em um valor de uso, nessa medida, a troca é para o dono da mercadoria um “*processo social geral*”. Marx nega a possibilidade de que a troca “simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias” seja “exclusivamente individual e, ao mesmo tempo, exclusivamente social geral”. Nesse sentido, a troca “inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes. O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover” (MARX, 2013, p. 160;178, grifos nossos). Desta maneira:

Na medida em que o processo de troca transfere mercadorias das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social. O produto de um modo útil de trabalho substitui o produto de outro. Quando passa a servir de valor de uso, a mercadoria transita da esfera da troca de mercadorias para a esfera do consumo. Aqui, interessa-nos apenas a primeira dessas esferas. Temos, assim, de considerar o processo inteiro segundo o aspecto formal, isto é, apenas a mudança de forma ou a metamorfose das mercadorias, que medeia o metabolismo social (MARX, 2013, p.178).

Como vemos, aqui Marx está preocupado em apreender as formas pelas quais “o processo de troca transfere mercadorias das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso” (MARX, 2013, p.178). Para o autor, o que ocorre é que alguns vendem para comprar enquanto outros compram para vender. O primeiro movimento corresponde a circulação de mercadorias M-D-M enquanto o segundo corresponde a circulação de dinheiro D-M-D’. Nos detenhamos por um momento no primeiro movimento.

1.4. O MOVIMENTO DAS MERCADORIAS

Na circulação de mercadorias a troca da mercadoria ocorre por meio de duas metamorfoses que se opõem e complementam uma a outra, primeiro se troca mercadoria por dinheiro (M-D), em seguida troca-se dinheiro por mercadoria (D-M), configurando-se em sua totalidade o movimento formal M-D-M onde vende-se para comprar. Aqui, o processo inteiro constitui apenas uma mediação no âmbito do mercado da troca do produto do trabalho de um pelo produto do trabalho do outro. Em outras palavras,

abstraído o papel mediador do dinheiro como *meio de circulação*⁶ sob as aparências da troca esconde-se o conteúdo “M-M, isto é, troca de mercadoria por mercadoria, ou metabolismo do trabalho social, em cujo resultado extingue-se o próprio processo”. Apesar das dificuldades que as diferentes fases da metamorfose da mercadoria enfrentam para transformar mercadoria em dinheiro e vice-versa, como vimos, em O Capital, Marx assume como dadas as condições ideais de mercado tal como desenvolvidas pela economia liberal de seu tempo, assim, para fins analíticos, considera que as mercadorias sempre encontram compradores no mercado, de modo que a todo movimento M-D sempre corresponde um movimento D-M, a toda venda uma compra. Para Marx, trata-se de demonstrar que não é possível explicar o movimento do modo de produção capitalista sem extrapolar o arcabouço teórico da economia clássica liberal, nesse sentido, demarcar o seu limite explicativo (MARX, 2013, p.180-183, grifos nossos).

Na metamorfose total de uma mercadoria (M-D-M), no primeiro momento (M-D), o dinheiro é contraposto pelo seu possuidor a mercadoria de outrem como representação do valor desta última. Efetivada esta troca, o dinheiro que é ponto de chegada (M-D) da primeira metamorfose, torna-se ponto de partida de uma segunda onde o dinheiro volta a ser metamorfoseado em mercadoria (D-M), aqui, o vendedor inicial aparece como comprador da mercadoria de um terceiro que não participou de forma alguma da primeira metamorfose (MARX, 2013, p.184). Os movimentos M-D e D-M encerrados na metamorfose da mercadoria formam um ciclo. Segue-se que:

As duas metamorfoses que formam o ciclo de uma mercadoria formam, ao mesmo tempo, as metamorfoses parciais inversas de duas outras mercadorias. A mesma mercadoria (linho) inaugura a série de suas próprias metamorfoses e finaliza a metamorfose total de outra mercadoria (o trigo). No curso de sua primeira mutação, a venda, ela desempenha esses dois papéis em sua própria pessoa. Já como crisálida de ouro, forma sob a qual ela própria segue o caminho de toda carne, ela completa, ao mesmo tempo, a primeira metamorfose de uma terceira mercadoria. O ciclo percorrido pela série de metamorfoses de uma mercadoria se entrelaça inextricavelmente com os ciclos de outras mercadorias. O processo inteiro se apresenta como circulação de mercadorias (MARX, 2013, p.185).

De acordo com Marx, a circulação de mercadorias se diferencia da troca direta de produtos do trabalho tanto na forma como na essência. Primeiro, o vendedor da primeira metamorfose não estabelece uma relação direta de troca de produtos do trabalho com o vendedor da segunda, isto pode ocorrer de maneira esporádica, acidental, mas não como

⁶ Ver capítulo 3 de O Capital (2013).

condição colocada pela circulação de mercadorias. O desenvolvimento da troca “rompe as barreiras individuais e locais da troca direta de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano”, porém, concomitantemente “desenvolve-se um círculo completo de conexões que, embora sociais, impõem-se como naturais [gesellschaftlicher Naturzusammenhänge], não podendo ser controladas por seus agentes” (MARX, 2013, p. 186).

Dadas as características da circulação de mercadorias apontadas acima, temos que a mesma “não se extingue com a mudança de lugar ou de mãos dos valores de uso”. No exemplo utilizado por Marx, onde a metamorfose completa corresponde a linho-dinheiro-bíblia, em um primeiro momento o linho é retirado da circulação dando lugar ao dinheiro que, por sua vez tira a bíblia de circulação e é colocado em seu lugar de modo que a “substituição de uma mercadoria por outra sempre faz com que o dinheiro acabe nas mãos de um terceiro”, como diz Marx, “a circulação transpira dinheiro por todos os poros” (MARX, 2013, p.186).

O rompimento das “barreiras temporais, locais e individuais” inerentes a troca direta dos produtos do trabalho, ocorre precisamente porque na circulação de mercadorias efetiva-se uma “cisão na identidade imediata” entre o ato de “dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda” (MARX, 2013, p.187). Aqui, de acordo com Marx, está colocada a possibilidade da ocorrência de crises⁷ no capitalismo:

Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias (MARX, 2013, p. 187).

⁷ Para aprofundar o debate acerca das crises e de suas determinações ver Bresser (1986), Grespann (2012), Harvey (2013).

Como vemos, para o autor, a teorização liberal que adota como fundamento a *mão invisível do mercado*, perde de vista a *antítese imanente* presente na mercadoria entre *valor de uso* e *valor* que, aparece na troca como tomada do *trabalho particular concreto* apenas como *trabalho geral abstrato* e, na *personificação das coisas e coisificação das pessoas*, adquirindo sua forma acabada de movimento nas *antíteses M-D e D-M* presentes na *circulação de mercadorias*. Assim, para Marx, o desconhecimento do movimento por meio do qual se desenvolve a contradição imanente a mercadoria, não permite a economia clássica liberal apreender a lei que regula a circulação de mercadorias. Em suma, ao afirmar que os mercados são autorregulados, tais economistas desconsideram a possibilidade de crise, negando assim, a tensão sempre presente, *ainda que apenas formalmente*, no movimento contínuo de superação de tal possibilidade por meio do qual ocorre a circulação de mercadorias.

Como vimos, no movimento M-D-M o mesmo valor expresso na mercadoria a ser vendida, deve por meio da troca, retornar as mãos de seu possuidor na forma de uma mercadoria de valor de uso distinto da sua, configurando-se tal movimento como um ciclo. Ao mesmo tempo, o movimento formal M-D-M “exclui o ciclo do dinheiro”, tendo como resultado ao fim do processo de vender para comprar (D-M) o “afastamento constante do dinheiro de seu ponto de partida”, assim, só é possível ao vendedor da primeira mercadoria a obtenção da mesma quantia em dinheiro que gastou na compra por meio da venda de uma outra mercadoria, ou seja, mediante o início de um novo ciclo. A essa forma de movimento conferida ao dinheiro pela circulação de mercadorias, onde o dinheiro se afasta constantemente de seu ponto de partida Marx denomina como *curso do dinheiro* (MARX, 2013, p.188).

Este curso aparece como “uma repetição, monótona, do mesmo processo”, o vendedor sempre aparece como proprietário da mercadoria ao passo que o comprador aparece como proprietário do dinheiro. Aqui o dinheiro é um meio de compra, pois, realiza o preço da mercadoria, e ao fazê-lo “transfere a mercadoria das mãos do vendedor para as do comprador, enquanto, ao mesmo tempo, afasta-se das mãos do comprador para as do vendedor, a fim de repetir o mesmo processo com outra mercadoria”, para nosso autor, tal movimento vem do “movimento formal bilateral da mercadoria”, porém, sua origem permanece oculta na circulação de mercadorias. Deste modo, a última, ao passo que na primeira metamorfose da mercadoria é visível “não somente como movimento do dinheiro”, mas também como movimento da própria mercadoria, na segunda metamorfose “só é visível como movimento do dinheiro” gerando a aparência de que a

circulação de mercadorias tem sua origem na circulação do dinheiro e não o contrário (MARX, 2013, p. 188-189). No momento M-D a mercadoria “troca de lugar com o dinheiro” e o valor de uso da mesma “sai da circulação e entra no consumo”, o dinheiro permanece na circulação, permitindo que no momento D-M ocorra a sua contraposição como figura do valor da primeira mercadoria a uma segunda mercadoria de modo que,

a continuidade do movimento recai inteiramente do lado do dinheiro, e o mesmo movimento que, para a mercadoria, engloba dois processos antitéticos, também engloba, como movimento próprio do dinheiro, sempre o mesmo processo, a sua troca de lugar com uma mercadoria sempre distinta. O resultado da circulação de mercadorias, a substituição de uma mercadoria por outra, não parece ser mediado por sua própria mudança de forma, mas pela função do dinheiro como meio de circulação, que faz circular mercadorias que, por si mesmas, são imóveis, transferindo-as das mãos em que elas são não-valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso e, nesse processo, movendo-se sempre em sentido contrário ao seu próprio curso. O dinheiro remove constantemente as mercadorias da esfera da circulação, assumindo seus lugares e, assim, distanciando-se de seu próprio ponto de partida. Por essa razão, embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação de mercadorias, é esta última que, ao contrário, aparece simplesmente como resultado do movimento do dinheiro (MARX, 2013, p. 189).

Como vemos, toda mercadoria sai de circulação ao ser substituída por dinheiro na primeira etapa da troca de mercadorias, porém, o dinheiro como meio de circulação, guarda a peculiaridade de habitar “continuamente a esfera da circulação e transita sempre no seu interior”. O autor pressupõe o valor do dinheiro “tal como ele está efetivamente dado no momento da determinação do preço de uma mercadoria” além de assumir como “dado o preço de todo tipo de mercadoria” e a quantidade de mercadorias em circulação. A partir desses pressupostos, a quantidade de dinheiro necessária a circulação variara de acordo com as flutuações nos preços das mercadorias” (MARX, 2013, p. 191). De acordo com Marx, a variação dos preços decorrente de alterações no valor da mercadoria ou dos preços de mercado tem o mesmo efeito sobre a quantidade de meio de circulação no mercado (MARX, 2013, p.192). Deste modo:

[...] considerando-se uma dada soma de valor das mercadorias e uma dada velocidade média de suas metamorfoses, o volume de dinheiro ou do material do dinheiro em movimento depende de seu próprio valor. Ao contrário, a ilusão de que os preços das mercadorias são determinados pela quantidade do meio de circulação, e de que esta última é, por sua vez, determinada pela quantidade de material de dinheiro que se encontra num país tem suas raízes, em seus primeiros representantes, na hipótese absurda de que, ao entrarem em circulação, as mercadorias não possuem preços e o dinheiro não possui valor (MARX, 2013, p.196-197).

Ao passo que se desenvolve a circulação de mercadorias M-D-M, também se desenvolve a “necessidade e a paixão de reter o produto da primeira metamorfose” na forma de tesouro. Neste caso, vende-se a mercadoria (M-D) com vistas a retirar o dinheiro da circulação sem efetuar a segunda metamorfose (D-M), o dinheiro que antes aparecia apenas como meio para o movimento das mercadorias é convertido aqui em objetivo final do processo. Nesta nova forma, o dinheiro é impedido de funcionar como equivalente universal finalizando o ciclo da mercadoria se “petrifica em tesouro e o vendedor de mercadorias se torna um entesourador” (MARX, 2013, p. 203-204).

Por outro lado, o mesmo desenvolvimento da circulação torna necessário que o produtor de mercadorias entesoure uma parte do dinheiro que obtém com suas vendas, para poder comprar os valores de uso de que necessita continuamente, uma vez que a “produção e a venda de suas próprias mercadorias demandam tempo e dependem das circunstâncias”, assim, para “comprar sem vender, ele tem antes, de ter vendido sem comprar” (MARX, 2013, p. 204).

O entesouramento adquire em sua relação com a circulação de dinheiro a seguinte função: visto que, como chamamos a atenção anteriormente, o montante de dinheiro em circulação varia em relação direta com as oscilações na circulação de mercadorias, ou seja, com a extensão, total dos preços e velocidade da mesma, os tesouros constituem-se como mecanismo de regulação da contração e expansão da quantidade de dinheiro de acordo com as necessidades da troca servindo “como canais de afluxo e refluxo do dinheiro em circulação, o qual, assim regulado, jamais extravasa seus canais de circulação” (MARX, 2013, p. 207).

Como aponta o autor, concomitantemente a expansão da circulação também aumenta o “poder do dinheiro, a forma absolutamente social da riqueza”, assim, tudo passa a ser “vendável e comprável” podendo adotar a forma de equivalente universal do mesmo – inclusive coisas que não são mercadorias em sentido estrito – a circulação torna-se aqui uma esfera onde “tudo é lançado para dela sair como cristal de dinheiro”. De acordo com Marx, o dinheiro é uma mercadoria uma “coisa externa” que nessa condição pode se “tornar a propriedade privada de qualquer um”, transmutando por essa via sua “potência social” em “potência privada da pessoa privada” (MARX, 2013, p. 205-206).

Além de poder figurar na forma de tesouro o dinheiro também funciona como meio de pagamento. Tal função emerge como consequência do próprio desenvolvimento da circulação de mercadorias, pois, a cada passo desta última criam-se as condições para que a “alienação da mercadoria” seja separada no tempo da “realização de seu preço”.

Como já mencionado, atingido certo grau de desenvolvimento da circulação de mercadorias surge a possibilidade da separação espaço-temporal entre a venda e a compra efetiva da mercadoria, torna-se possível comprar antes de pagar adotando a figura do devedor a qual corresponde figura do credor (MARX, 2013, p.208).

Como vimos, no entesouramento o dinheiro é retirado da circulação logo após a primeira metamorfose da mercadoria (M-D). Já quando considerado como meio de pagamento, temos que, o dinheiro entra na circulação “depois que a mercadoria já saiu dela”, assim, deixa de mediar a troca e passa a finaliza-la de “modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal”. Como afirma Marx, o vendedor leva a sua mercadoria ao mercado com o objetivo de obter dinheiro para comprar os valores de uso de que necessita, o entesourador para preservar seu valor na forma-dinheiro, ao passo que o devedor o faz para poder pagar ao credores, caso não pague, tem seus bens “confiscados e vendidos” para saldar sua dívida em dinheiro, de modo que, a “figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação”. Considerada a totalidade do processo de circulação, o *dinheiro* aparece ora como *meio de circulação*, ora como *meio de pagamento* (MARX, 2013, p. 209, grifos nossos).

A um certo grau de desenvolvimento da produção mercantil, o dinheiro como meio de pagamento “ultrapassa a esfera da circulação das mercadorias” e passa a servir como “mercadoria universal” nos “contratos, Rendas, impostos etc” que “deixam de ser fornecimentos in natura e se tornam pagamentos em dinheiro”. Amplia-se o domínio do dinheiro (MARX, 2013, p.213).

Para Marx a expansão do uso do dinheiro como meio de pagamento, cria a necessidade de que se acumule dinheiro para compensar as dívidas em seus prazos de vencimento, de modo que, por um lado, o “progresso da sociedade burguesa faz desaparecer o entesouramento como forma autônoma de enriquecimento” e, por outro, o faz crescer na “forma de fundos de reserva de meios de pagamento (MARX, 2013, p. 215). Por fim, como aponta o autor, nos países de maior desenvolvimento capitalista, ocorre a limitação da amplitude dos tesouros a quantias estritamente necessárias ao cumprimento das funções específicas que destacamos ao tratar do entesouramento, pois, salvo “algumas exceções, o excesso dessas reservas acima de seu nível médio é sinal de estancamento na circulação de mercadorias ou de uma interrupção no fluxo de suas metamorfoses” (MARX, 2013, p. 219). Como veremos na próxima seção, diferente do

entesourador que só retira da circulação exatamente aquilo que nela colocou, paralisando a metamorfose da mercadoria em sua primeira fase, o capitalista racional, por meio da injeção contínua de dinheiro na circulação busca retirar da mesma algo mais.

1.5. O MOVIMENTO DO CAPITAL

Como vimos, para o autor (MARX, 2013, p.223, grifos nossos), o dinheiro é o produto final da circulação de mercadorias e, nessa condição é também a primeira “forma de manifestação do capital”. Ao longo do processo histórico em “seu confronto com a propriedade fundiária” o dinheiro também assume a forma dos “*capitais comercial e usurário*”. Todo capital que ingressa no mercado, seja este último de “mercadorias, de trabalho ou de dinheiro”, o faz na forma dinheiro com vistas a “ser transformado em capital mediante um processo determinado”. Aqui, trata-se de saber em que consiste este processo?

O capital, em um primeiro momento, somente se distingue do dinheiro por meio de sua forma de circulação. Como chamamos a atenção anteriormente, os agentes da troca levam a cabo dois movimentos distintos no mercado, de um lado, há aqueles que vendem para comprar realizando o movimento M-D-M – circulação de mercadorias – de outro aqueles que compram para vender realizando o movimento D-M-D. Neste último, o dinheiro aparece como capital e, nesse sentido, Marx denomina o movimento D-M-D como *circulação de capital* e o seu “portador consciente” como capitalista (MARX, 2013, p.224).

A consideração da circulação de capital, nos revela que, assim como na circulação de mercadorias, esse movimento encerra duas fases, uma em oposição a outra. Em um primeiro momento, o dinheiro é trocado por mercadoria D-M, enquanto no segundo, a mercadoria é trocada por dinheiro M-D, assim, no conjunto do processo D-M-D temos a compra de mercadorias com dinheiro e, a compra de dinheiro com mercadorias. Aqui a forma de mercadoria aparece apenas como meio para a troca de dinheiro por dinheiro D-D, algo aparentemente irracional, porém, como veremos de irracional tal forma não tem nada (MARX, 2013, p. 224).

Enquanto no movimento M-D-M o processo se inicia com a mercadoria e se conclui com uma outra de valor de uso distinto, de modo que, aquele que no começo do processo recebe dinheiro em troca de sua mercadoria, o recoloca em circulação para retirar da mesma uma outra mercadoria, no movimento D-M-D o dinheiro inicia e termina o processo, de modo que, aqui “não é a mesma peça monetária que muda duas vezes de

lugar, mas a mesma mercadoria”. Assim, ao passo que na circulação de mercadorias as “duas mudanças de lugar da mesma peça monetária implicam a passagem definitiva de uma mão a outra”, na circulação de capital a “dupla mudança de lugar” da mercadoria “implica o refluxo do dinheiro a seu primeiro ponto de partida”. Como aponta Marx, aqui, se expressa uma “diferença palpável entre a circulação do dinheiro como capital e sua circulação como mero dinheiro”. Na circulação de dinheiro como capital o refluxo do dinheiro é condicionado pela maneira como ele é gasto, caso não ocorra, o processo inteiro é abortado (MARX, 2013, p.225).

A circulação de mercadorias tem como fim último satisfazer as necessidades dos agentes da troca por meio dos valores de uso, já a circulação de capital tem como “força motriz e fim último” o “próprio valor de troca”. No movimento D-M-D, a ausência de diferença qualitativa entre seus extremos parece retirar o seu conteúdo racional, ambos são apenas representação do valor, deste modo, só poderiam se diferenciar do ponto de vista de sua grandeza de valor, porém, tal hipótese não é válida quando levamos em conta, tal como Marx em O Capital, o pressuposto liberal de que no mercado deve ocorrer troca de equivalentes. Assim, aparentemente não existiria motivo para que alguém leve a cabo tal tipo de operação no mercado (MARX, 2013, p. 226).

Segundo Marx, a explicação para o impulso do capitalista de trocar dinheiro por dinheiro, reside no fato de que, diferente do entesourador, o capitalista que coloca dinheiro em circulação retira mais dinheiro do que o que desembolsou no início do movimento, conformando-se, assim, o movimento $D-M-D+\Delta D$ ($D-M-D'$), ou em outras palavras, a troca de dinheiro por mais dinheiro. Tal incremento ΔD do dinheiro – representação do valor – colocado pelo capitalista em circulação é denominado por Marx como *mais-valor*⁸ e ao passo que se efetiva transforma o dinheiro em capital. No ato de comprar para vender, o valor de troca inicia e conclui o processo, diferenciando-se apenas a sua grandeza inicial de sua grandeza final que, permanece na esfera da troca apta a iniciar um novo movimento $D-M-D'$, de maneira que o “movimento é interminável”. Aqui a valorização contínua do valor colocado pelo capitalista em circulação é condição e objetivo do procedimento (MARX, 2013, p.227). Em suma:

Ao fim do movimento, o dinheiro surge novamente como seu início. Assim, o fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda constitui, por si mesmo, o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de

⁸ Neste trabalho optamos por utilizar ora o termo mais-valor ora mais-valia, respeitando a terminologia utilizada pelos autores nos textos utilizados.

valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido (MARX, 2013, p. 228).

Aqui, a valorização do valor, “conteúdo objetivo” da circulação de capital, aparece como “finalidade subjetiva” do capitalista, visto que, “seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro”, de modo que, interessa ao mesmo o “incessante movimento do lucro”, a sua recolocação em circulação para gerar mais lucro e por conseguinte a expansão do valor de seu capital (MARX, 2013, p.229).

Na circulação de capital o dinheiro e a mercadoria figuram apenas como “modos diversos de existência do próprio valor”, o primeiro como forma “universal” do valor e a segunda como sua forma “particular” ou “disfarçada”. Deste modo, segundo o autor, o valor se movimenta na circulação de capital, ora na forma de dinheiro, ora na forma de mercadoria “sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo”, nesse sentido “capital é dinheiro, capital é mercadoria”. Assim, segundo Marx,

[...] o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, *altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [abstösst] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo*. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; *sua valorização é, portanto, autovalorização*. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro (MARX, 2013, p.230, grifos nossos).

Neste momento, ocorre um salto na diferenciação do dinheiro como meio de circulação das mercadorias e do mesmo como capital. Diferente do entesouramento, o dinheiro como capital necessita assumir a forma de mercadoria, caso contrário, não se transmuta em capital, para o capitalista toda a mercadoria é dinheiro. Na circulação de capital ele aparece como uma “substância em processo, que move a si mesma”, configurando-se as mercadorias e o dinheiro como meras formas de seu movimento. Deste modo, nesta forma de circulação, o valor deixa de representar relações estabelecidas entre as mercadorias passando a aparecer como uma “relação privada consigo mesmo” na qual o valor se torna “valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital”. Aos poucos a origem do valor vai sendo soterrada pelas formas que o mesmo assume nas relações do mercado (MARX, 2013, p.231).

Assim, como define Marx, os atos de comprar para vender mais caro D-M-D', comprar para obter mais dinheiro D-M-D' e o ato de emprestar dinheiro a juros D-D', característicos respectivamente do capital comercial, capital industrial e capital a juros, são formas particulares de aparição do capital D-M-D' na esfera da circulação (MARX, 2013, p.231).

Como chamamos a atenção anteriormente, em O Capital, Marx assume como dado o pressuposto teórico-analítico da economia clássica de seu tempo, qual seja, que as “leis imanentes da troca de mercadorias” determinam que a mesma seja sempre uma troca de equivalentes, ou em outras palavras que, toda mercadoria deve realizar no mercado o seu valor. Segundo o autor, é sob esse pressuposto teórico que a existência do dinheiro como capital deve ser explicada. Portanto apresentam-se como condição para atuação do capitalista no mercado que, este compre e venda as mercadorias exatamente pelo seu valor e, mesmo assim, ao fim do processo retire da circulação mais valor do que colocou (MARX, 2013, p.241).

De acordo com Marx, a circulação de capital contradiz o pressuposto da troca de equivalentes, na medida em que para ser capital, como vimos, o valor com o qual o capitalista compra a mercadoria (D-M) deve ao fim do ciclo (M-D') retornar ao bolso do dele acrescido de um mais-valor ($D + \Delta D$). Como seria possível ganhar mais do que foi desembolsado por meio da troca de valores de mesma grandeza? (MARX, 2013).

Segundo Marx, as mercadorias podem ser vendidas acima ou abaixo dos seus valores, porém, tal desvio deve ser considerado como uma inflação da lei da equivalência na troca de mercadorias. Mesmo que como hipótese, está inflação seja tomada como princípio que permite o surgimento do mais-valor na esfera da circulação, de acordo com nosso autor, ela perde toda a sua capacidade explicativa assim que o processo de comprar abaixo do valor para vender acima do mesmo, tal como procura fazer o comerciante de visão, se generaliza e, um passa a tomar do outro aquilo que outro lucrou comprando mais barato para vender mais caro. Como vemos, para Marx, os métodos utilizados pelo comerciante de visão são capazes apenas de alterar a distribuição do valor entre os agentes da troca, porém, não podem criar mais valor do que o total colocado em circulação no início do processo, nas palavras do autor da “troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (MARX, 2013, p. 238).

Porém, para Marx, é impossível que o produtor apartado da circulação, onde entra em contato com os demais proprietários de mercadorias “valorize o valor e, por

consequente, transforme dinheiro ou mercadoria em capital”, de modo que, o “capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação”, o que em outras palavras, nos revela a articulação necessária entre a produção e a circulação na gênese do mesmo. Portanto, o valor deve ser produzido no momento imediatamente anterior a circulação – a *produção* (MARX, 2013, p.240, grifos nossos).

1.6. A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

De acordo com Marx, o dinheiro “imóvel em sua própria forma” não sofre alteração de valor, se mantém como “um valor que permanece sempre o mesmo”, é necessário que o dinheiro seja colocado em circulação para se valorizar, porém, como “meio de compra e de pagamento” ele apenas realiza o preço da mercadoria D-M, aqui também não ocorre variação do valor. No segundo momento M-D, também não pode ter origem uma variação do valor, visto que a revenda da mercadoria “limita-se a transformar a mercadoria de sua forma natural em sua forma-dinheiro”, o que leva Marx a concluir que:

A mudança tem, portanto, de ocorrer na mercadoria que é comprada no primeiro ato D-M, porém não em seu valor, pois equivalentes são trocados e a mercadoria é paga pelo seu valor pleno. Desse modo, a mudança só pode provir de seu valor de uso como tal, isto é, de seu consumo. Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho (MARX, 2013, p. 242).

Como vemos, a mercadoria força de trabalho guarda a peculiaridade decisiva para a acumulação capitalista de como valor uso ser fonte de valor, o seu consumo – a sua exploração – gera valor.

Para o autor, a *força de trabalho* ou *capacidade de trabalho* consiste no “complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. Porém, para que seja encontrada no mercado como mercadoria portadora de valor, o desenvolvimento da troca de mercadorias e do dinheiro não é suficiente, faz-se necessário que o proprietário dos meios de produção e de subsistência se confronte no mercado com o trabalhador livre proprietário de sua força de trabalho (MARX, 2013, p.242).

Portanto, configura-se como condição necessária da compra e venda de força de trabalho que a mesma seja propriedade do próprio trabalhador, de modo que, ele possa vendê-la livremente. Desta forma, no mercado ambos, capitalistas e trabalhadores, encontram-se como proprietários de mercadorias, respectivamente, do dinheiro e da força de trabalho, estabelecendo-se entre comprador e vendedor uma relação de igualdade jurídica manifesta no *contrato de trabalho*, onde são estabelecidos a duração da jornada de trabalho, as condições do processo de trabalho e o preço da força de trabalho – salário. Para que tal relação possa se desenvolver, o trabalhador precisa vender sua mercadoria ao longo do tempo, por períodos intercalados, sem “renunciar” na venda de sua força de trabalho a “seus direitos de propriedade sobre ela”. Como segunda condição, temos que, o trabalhador deve estar despojado de todos os meios de subsistência, para se manter vivo, e de produção necessários para produzir mercadorias para o mercado, sendo obrigado por esses meios a “oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho”. Segundo Marx, tais condições são resultado do processo de *acumulação primitiva de capital*⁹ (MARX, 2013, p.243, grifos nossos).

Assim como as demais mercadorias, a força de trabalho também tem valor, este é determinado segundo Marx, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua *produção e reprodução*, ou de outro modo, o valor da força de trabalho consiste no “valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor”. Aqui não podemos perder de vista que, as necessidades de alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diversas tanto quando consideramos a diversidade do “clima e outras peculiaridades naturais” de cada país, quanto ao considerarmos a história do país ou da localidade onde a força de trabalho é vendida. Como produto histórico, o valor da força de trabalho depende em “grande medida”, do grau de cultura de um país, das condições, dos “costumes e exigências de vida” em que se “formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local”, nesse sentido, o valor da força de trabalho contém um “elemento histórico moral” (MARX, 2013, p. 245-246).

O movimento contínuo do dinheiro como capital – acumulação de capital – exige que, não apenas seja reproduzido continuamente o trabalhador, como também sua prole, dada a necessidade de substituir as “forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas”, portanto, no valor da força de trabalho também se incluem os meios de subsistência e educação adequados as diferentes qualidades de trabalhadores exigidos

⁹ Ver capítulo 24 de O Capital (2013).

pela produção capitalista. Nas situações onde, o preço da força de trabalho é reduzido ao limite mínimo da subsistência ele “cai abaixo de seu valor”, colocando os trabalhadores em circunstâncias tais, que os mesmos só podem “se manter e se desenvolver de forma precária” (MARX, 2013, p.246-247). Marx nos apresenta como exemplo a situação ocorrida durante a guerra contra os jacobitas, ocasião em que os fazendeiros Ingleses rebaixaram os salários dos trabalhadores do campo abaixo do valor da força de trabalho e, completaram o restante do valor necessário a reprodução da força de trabalho por meio das *leis dos pobres* (MARX, 1982, p. 182, grifos nossos).

Assim, o trabalhador, dada a capacidade de sua força de trabalho de produzir valor, é conduzido pelo capitalista junto aos meios de produção adquiridos por este último, para “fora do mercado ou da esfera da circulação”, para a esfera da produção onde o “processo de *consumo da força de trabalho* é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor” ou, em outras palavras, *processo de valorização*¹⁰ do capital (MARX, 2013, p.250, grifos nossos).

1.7. A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.

Na seção VII de *O capital*, mais especificamente no capítulo XXIII, Marx trata do processo de acumulação capitalista como um todo. Aqui o foco se desloca da relação entre capitalista e trabalhador individuais para a análise da relação estabelecida entre o capitalista total e a classe trabalhadora de conjunto. Antes de avançarmos na discussão cabem algumas considerações para evitar mal-entendidos e simplificações equivocadas. Como chama a nossa atenção Harvey (2013, p. 235), a análise que Marx leva à frente na seção VII, são contingenciadas por alguns pressupostos teóricos, caso estes fossem negligenciados, poderíamos incorrer em “sérios erros de interpretação”. Em que consistem tais pressupostos?

Primeiro, como vimos, o equilíbrio entre a demanda e a oferta no mercado é tido como dado, assim, está vedada a ocorrência de crises de superprodução. Nesta situação, considera-se que o capitalista compra e vende suas mercadorias exatamente pelo seu valor, não enfrentando obstáculo no mercado para a realização e investimento do mesmo. Sob este pressuposto, o processo de circulação e as contradições encerradas no mesmo e, por conseguinte, na realização do mais-valor, objeto do livro II de *O Capital*, deixam de influenciar o argumento do autor no livro I, a movimentação do valor é fluida e sem

¹⁰ Ver capítulo 5 de *O Capital* (2013).

interrupções. Como segundo pressuposto temos que, a divisão do mais-valor em lucro industrial, lucro comercial, renda da terra e juros não é considerada, como sinalizamos acima, Marx parte do capitalista total em confronto com a classe trabalhadora (HARVEY, 2013). Como terceiro pressuposto, Marx considera uma sociedade sistema capitalista fechado, onde não existe troca de mercadorias com o exterior e a “produção capitalista se consolidou em toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais” (MARX, 2013, p. 656, nota 21^a). Como afirma Harvey (2013, p. 236), a partir desses pressupostos, Marx constrói um “modelo simplificado da dinâmica de acumulação do capital”. Dito isso, avancemos na discussão.

Marx ao analisar a influência do aumento do capital sobre o destino da classe trabalhadora aponta que, o “fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação e busca incessante do trabalho excedente pelo capital. Segundo o autor, a composição do capital deve ser analisada sob o aspecto do valor e da matéria (MARX, 2013, p. 689).

Do ponto de vista do valor, a composição do capital leva em consideração a proporção em que “o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma dos salários” – *composição de valor* (MARX, 2013, p. 689).

Da perspectiva da matéria, ou em outras palavras, da maneira como esta é utilizada no processo produtivo, o capital se divide em “meios de produção e força viva de trabalho” (MARX, 2013, p. 689), tal composição é determinada “pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego” – *composição técnica do capital*.

Na medida em que a composição de valor do capital é determinada pela composição técnica do capital, e reflete suas modificações, Marx denomina a primeira como *composição orgânica do capital* (2013).

Sob a égide do capital vivemos em uma condição em que a “força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital”, o “seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago”, portanto, o trabalhador só consegue um trabalho assalariado, em melhores ou piores condições, à medida que as exigências acima apontadas são satisfeitas e a reprodução ampliada do capital garantida (MARX, 2013, p. 695).

A produção de mais-valor e, por conseguinte, a acumulação de capital são o fim último da produção capitalista, constituem-se como limites as melhorias da condição de

vida da classe trabalhadora e ao fornecimento de serviços públicos de qualidade nas diversas esferas da necessidade humana, assim, são determinantes na capacidade dos capitalistas de lidarem com as demandas da classe trabalhadora, evidenciando-se seus limites nos momentos de crise aguda do processo de acumulação como o que vivemos atualmente no Brasil e no mundo. Deste modo, a lei da acumulação capitalista desenvolvida por Marx no Livro I “expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho” ou “toda a elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução em escala sempre ampliada” (MARX, 2013, p. 697).

Com o desenvolvimento do processo de acumulação de capital chegamos a um ponto em que “o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2013, p. 698), mas em que consiste o aumento da produtividade do trabalho?

Abstraídas as condições naturais e a produção isolada independente, o grau social de produtividade do trabalho é determinado pelo “volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho”. Deste modo, a *massa dos meios de produção que um trabalhador opera aumenta com o incremento da produtividade do trabalho*.

Com a implementação da manufatura e o emprego de máquinas, uma quantidade maior de matéria-prima é transformada em mercadorias no mesmo espaço de tempo. Isso decorre do aumento da produtividade do trabalho. Tal aumento *aparece* no capitalismo na forma de “diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos” (MARX, 2013, p. 699).

A alteração na composição técnica do capital apontada, reflete-se na composição de valor do capital por meio do aumento da parte constante do capital¹¹ quando comparada a sua parte variável, em outras palavras, com a mudança na composição orgânica do capital decorrente do progresso da acumulação, a parte do capital investida

¹¹ Para uma discussão acerca dos limites da afirmação de Marx e dos diferentes tipos de mudança na composição técnica do capital – economizador de capital, neutro, e dispendioso – ver Bresser (1986). Harvey (2013), assim como Bresser, também manifesta severas ressalvas à consideração por Marx apenas do desenvolvimento tecnológico dispendioso de capital, que sempre contribui para o aumento da composição orgânica do capital, porém considera que tal procedimento não anula as considerações feitas por Marx ao longo do capítulo XXIII acerca das principais tendências engendradas caso fossem aplicados de forma irrestrita os pressupostos do liberalismo econômico.

na compra da força de trabalho tende a diminuir, ao passo que o investimento em matéria-prima, máquinas e instalações tende a aumentar (MARX, 2013).

Segundo Marx (MARX, 2013, p. 704-705), como “a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total $[c+v]$, mas por seu componente variável $[v]$, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total”, ou. de maneira mais precisa, ao “aumentar o capital global, também aumenta [...] seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor” – ocorre uma diminuição relativa do investimento em força de trabalho.

A diminuição relativa do componente variável do capital a medida que se desenvolve a acumulação, aparece como “um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela”. Assim a acumulação capitalista gera de maneira constante e proporcional a seu volume e energia “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 705).

Como afirma Marx (MARX, 2013, p. 706), com o aumento do capital social, da escala da produção, do número de trabalhadores participantes do processo produtivo, do desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho e do “fluxo mais amplo e pleno” da riqueza socialmente produzida “amplia-se também a escala em que uma maior atração dos trabalhadores pelo capital está vinculada a uma maior repulsão desses mesmos trabalhadores” deste modo,

[...] aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e em sua forma técnica, e dilata-se o âmbito das esferas da produção que são atingidas por essas mudanças, ora simultânea, ora alternadamente. Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária (MARX, 2013, p. 706).

Essa superpopulação relativa (MARX, 2013, p. 701-702-706-707), assim como os processos de centralização e concentração do capital que trataremos adiante, se converte em alavanca da acumulação capitalista, constitui-se como produto necessário da acumulação capitalista – “condição de existência do modo de produção capitalista”. Para Marx, a superpopulação se manifesta como exército industrial de reserva, propriedade do capital, como se este o tivesse criado, fornecendo a ele a força de trabalho necessária para atender as necessidades variáveis da valorização do capital.

Existem momentos em que uma ampliação repentina do mercado ou o avanço da superabundância da produção social – oriunda do progresso da acumulação capitalista

sobre os diversos ramos – *velhos e novos* – da produção na forma de capital adicional, exige um grande aumento da oferta de força de trabalho, para que a acumulação se realize sem prejudicar a escala de produção alcançada anteriormente nas demais esferas, tal demanda é suprida prontamente pelo exército industrial de reserva. Deste modo,

O curso vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 2013, p. 708).

A expansão abrupta e descontínua da escala de produção se configura como pressuposto de sua contração repentina que, por sua vez, leva a um novo processo expansivo, impossibilitado de ter êxito caso não encontre no mercado a força de trabalho necessária para colocá-lo em movimento. Este “material humano” é criado constantemente por meio das modificações na composição orgânica do capital já referida, sendo toda “a forma de movimento da indústria moderna derivada, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada” (MARX, 2013, p. 708). Eis o que acontece quando as relações entre capitalistas e trabalhadores são deixadas a cargo do mercado e de sua mão invisível.

O sedimento mais precarizado da superpopulação relativa encontra-se na esfera do pauperismo e, segundo Marx, configura-se como o asilo para o qual se encaminham os inválidos do exército trabalhador ativo e aqueles que sucumbem no *exército industrial de reserva*, ele é produto genuíno do processo de acumulação e “condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (MARX, 2013, p. 719).

A análise marxiana sumariada acima nos permite apontar que, considerados os três pressupostos destacados no início da seção, o mecanismo da produção e acumulação capitalista produz constantemente uma superpopulação relativa adequada às suas necessidades. Ao passo que se desenvolve a acumulação, é gerada uma miséria cada vez maior no seio da classe trabalhadora ativa e daqueles que habitam a zona do pauperismo, o que leva Marx a constatar que,

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército

ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa *é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2013, p. 719-720, grifos do autor).

Assim como nas demais leis do movimento do capital analisadas por Marx, a *lei geral da acumulação capitalista*, não se manifesta de maneira absoluta e sim como tendência sendo influenciada por múltiplas circunstâncias, não analisadas pelo autor neste momento. Nela Marx afirma que, quanto maiores forem a riqueza social, o capital, o volume e o vigor de sua expansão, a quantidade absoluta de trabalhadores e as forças produtivas do trabalho social, maior será o exército indústria de reserva. O desenvolvimento da força de trabalho é engendrado pelas mesmas engrenagens que movem o capital. Riqueza e pobreza aumentam pari-passu, de modo que, quanto maior o exército industrial de reserva em relação a classe trabalhadora ativa, maiores as amarras que prendem o trabalhador ao capital e a massa de miseráveis. Nas palavras de Marx,

[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2013, p. 720-721).

Assim, tal estado de coisas nos parece ser a tendência para a qual a resposta neoliberal a crise que se inicia nos anos 1970 e seu desdobramento em 2008 nos têm levado. Avancemos a compreensão dos processos de concentração e centralização definidos por Marx.

1.8. CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL COMO EXPRESSÕES DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.

O investimento contínuo de parte do mais-valor em capital aparece “como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção” configurando-se como “o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor”. Deste modo, “certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital” (MARX, 2013, p.700).

Aqui, a acumulação de capital não se manifesta apenas como pressuposto do modo de produção capitalista, mas também, como seu produto, encerrando a sua particularidade como formação social específica na qual se produz para lucrar. Como aponta Marx, a relação entre o modo de produção e a acumulação de capital – a partir de uma determinação reflexiva – provoca “a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante” (MARX, 2013, p.701).

Cada capital individual se configura por ser “uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores” (MARX, 2013, p. 701), sendo assim:

Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social se consome no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se inalteradas as demais circunstâncias, crescem os capitais individuais e, com eles, a concentração dos meios de produção na proporção em que constituem partes alíquotas do capital social total. Ao mesmo tempo, partes dos capitais originais se descolam e passam a funcionar como novos capitais independentes. Nisso desempenha um grande papel, com outros fatores, a divisão do patrimônio das famílias capitalistas. Portanto, com a acumulação do capital aumenta, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas (MARX, 2013, p. 701).

Como explicitado, cada acumulação serve de fundamento para uma nova acumulação, por conseguinte, conforme a riqueza investida em capital se amplia, amplia-se também, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais, levando a um alargamento da base da produção em larga escala e dos métodos de produção que particularizam o capitalismo frente aos demais modos de produção. Grosso modo, a ampliação do capital social total de uma sociedade se manifesta por meio do crescimento dos capitais individuais e, com eles, da concentração dos meios de produção. Cada capital individual com sua respectiva massa de meios de produção concentrados constitui-se como parte alíquota do capital social total.

Tal tipo de concentração caracteriza-se de um lado, pelo fato de ser “limitada pelo grau de crescimento da riqueza social” e, de outro, por se dar em um meio em que os capitais individuais “se confrontam como produtores de mercadorias autônomos e mutuamente concorrentes” (MARX, 2013, p. 701). Portanto,

[...] a acumulação e a concentração que a acompanha estão não apenas fragmentadas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é atravessado pela formação de novos capitais e pela cisão de capitais antigos, de maneira que, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o

trabalho, ela aparece, por outro lado, como repulsão mútua entre muitos capitais individuais (MARX, 2013, 701).

Essa “*fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua atração*” no processo da concorrência intercapitalista. Aqui já não estamos diante da “concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho”, mas sim, da centralização propriamente dita, que consiste, na “*concentração de capitais já constituídos, supressão [Aufhebung] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores*” (MARX, 2013, p. 701, grifos nossos).

Este processo difere da concentração simples e da acumulação, pois, ocorre a partir da alteração na repartição dos capitais individuais já existentes e em funcionamento “sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação” (MARX, 2013, p. 701-702).

Abstraindo momentaneamente das leis que regem a centralização de capital, as quais desenvolveremos mais adiante, Marx afirma que o *sistema de crédito* surge como um modesto auxiliar do processo de acumulação, “*por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade*”, convertendo-se ao longo de seu desenvolvimento em uma “*arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais*”, Marx parece antever o que viria a acontecer no século XX (MARX, 2013, p.702, grifos nossos).

Deste modo, “*as duas alavancas mais poderosas da centralização*” – concorrência e crédito – desenvolvem-se à medida que avançam a produção e a acumulação capitalista. Pari-passu, “aumenta o material centralizável, isto é, os capitais individuais”, concomitantemente “a ampliação da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos daqueles poderosos empreendimentos industriais cuja realização está vinculada a uma centralização prévia do capital” (MARX, 2013, p. 702).

A centralização de capital é um complemento da acumulação, na medida em que, coloca os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de seus investimentos, não importando, se tal ampliação é fruto da acumulação ou das diversas formas de centralização, pois o seu efeito econômico é o mesmo, qual seja: a “extensão aumentada de estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma

organização mais abrangente do trabalho coletivo, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais”, em outras palavras, “para a transformação progressiva de processos de produção isolados e fixados pelo costume em processos de produção socialmente combinados e cientificamente ordenados” (MARX, 2013, p. 703).

A acumulação – “aumento gradual do capital por meio da reprodução” – é um processo muito lento quando comparada ao processo de centralização que, como explicitamos acima, se dá por meio da alteração da repartição dos capitais individuais constituintes do capital social total (MARX, 2013, p. 703, grifos nossos).

Nesse sentido, o “mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro”, aqui se faz sentir a importância da centralização para a dinâmica da acumulação capitalista na medida em que *“por meio das sociedades por ações, conclui essas construções num piscar de olhos”* e *“enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital”* aumentando, a parte constante do capital às custas de sua parte variável e, por conseguinte, diminuindo a demanda relativa de trabalho. Os capitais fundidos por meio da centralização, assim como os demais, se reproduzem e multiplicam, porém, com maior velocidade *“convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social”* (MARX, 2013, p. 703, grifos nossos).

Ao observarmos o movimento da acumulação do ponto de vista do capital social total, percebemos que, “ora o movimento de sua acumulação provoca uma variação periódica, ora seus elementos se distribuem simultaneamente entre as diferentes esferas da produção” de modo que:

Em algumas dessas esferas ocorre, em decorrência da mera concentração uma variação na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta; em outras, o crescimento absoluto do capital está vinculado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou da força de trabalho por ele absorvida; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho suplementar em proporção ao seu próprio crescimento, ora ocorre uma mudança orgânica e seu componente variável se contrai; em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital e, portanto, do número de trabalhadores ocupados, vincula-se sempre a violentas flutuações e à produção transitória de uma superpopulação, quer esta adote agora a forma mais notória da repulsão de trabalhadores já ocupados anteriormente, quer a forma menos evidente, mas não menos eficaz, de uma absorção mais dificultosa da população trabalhadora suplementar mediante os canais habituais (MARX, 2013, p. 705-706).

Como notamos, em algumas esferas da produção pode ocorrer, devido a concentração de capital, uma modificação da composição do mesmo sem que este cresça

de maneira absoluta ou, o crescimento absoluto do capital vinculado ao decréscimo absoluto de sua parte variável, ou ainda, o capital continuar a crescer a partir da base técnica já estabelecida atraindo, desta maneira, mais força de trabalho ou, por fim, pode ocorrer uma mudança na composição orgânica e a parte variável do capital se contrai.

Em todas as situações descritas, o aumento da parte variável do capital e da quantidade de trabalhadores ocupados está submetido às violentas variações da superpopulação relativa e de sua produção pelo capital, pouco importa se está ocorre por meio da repulsão dos trabalhadores que já estavam incorporados ao processo produtivo ou, de forma menos evidente, mas não menos eficiente, por meio da imposição de dificuldades a contratação de novos trabalhadores.

Quando “o trabalhador individual fornece mais trabalho e, com isso, aumenta seu salário, ainda que o preço do trabalho se mantenha igual ou caia, só que num ritmo mais lento que o do aumento da massa de trabalho” existe a possibilidade de que um número igual ou decrescente de trabalhadores sob o comando de um mesmo capital, expresse um crescimento do capital variável. Desta forma, o “crescimento do capital variável torna-se, então, o índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados” (MARX, 2013, p. 711).

O desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista “exige processos de trabalho numa escala cada vez maior e, com isso, em dimensões sempre crescentes, assim como adiantamentos de capital cada vez maiores para cada empresa” de modo que, a “concentração crescente dos capitais (acompanhada, ao mesmo tempo, ainda que em menor medida, de um número cada vez maior de capitalistas) constitui, por isso, tanto uma de suas condições materiais como um de seus próprios resultados” (MARX, 2017, p.257).

Concomitantemente ao processo de concentração e em relação com o mesmo, “opera-se uma progressiva expropriação dos produtores mais ou menos diretos”, explicando-se assim, como “um capitalista individual” dispõe de “exércitos cada vez mais numerosos de operários (ainda que também para ele diminua o capital variável em relação ao capital constante), que a massa do mais-valor e, por conseguinte, do lucro por ele apropriado aumente simultaneamente à queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 257).

Sendo assim, as “causas que concentram massas de exércitos de trabalhadores sob o comando de capitalistas individuais são exatamente as mesmas que fazem com que a massa do capital fixo investido, assim como a das matérias-primas e dos materiais auxiliares, aumente em proporção crescente em relação à massa do trabalho vivo

empregado” (MARX, 2017, p. 257). Observemos como se relacionam a lei geral da acumulação capitalista e a lei tendencial da queda da taxa de lucro.

1.9. RELAÇÕES ENTRE A LEI GERAL E A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO.

No livro III de *O capital* (2017), mais especificamente em seu capítulo XIII – *A lei como tal* – Marx chama a nossa atenção para as relações existentes entre o aumento da composição orgânica do capital e a taxa de lucro, demonstrando que, o avanço da acumulação além de ter como expressão a formação de uma superpopulação relativa, a concentração e a centralização de capitais, também se expressa por meio de uma tendência a queda da taxa de lucro do capital.

Conforme aumenta o volume da parte constante do capital em relação a sua parte variável – aumento da composição orgânica – varia também, a taxa de lucro obtida a partir de uma mesma taxa de mais-valor. Assim sendo, com o aumento da composição orgânica do capital a “mesma taxa de mais-valor, com um grau de exploração constante do trabalho, seria expressa assim numa taxa decrescente de lucro” (MARX, 2017, p.249).

Se considerarmos pressuposto que o aumento da composição orgânica do capital não ocorre apenas em esferas isoladas da produção, mas “em maior ou menor grau, em todas ou pelo menos nas esferas decisivas da produção e que, portanto, essas alterações afetam a composição orgânica média do capital total existente em uma determinada sociedade” (2017, p. 249-250), concluiremos como Marx que:

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente (MARX, 2017, 250).

Deste modo, a queda tendencial da taxa de lucro, configura-se apenas como “*uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho*”. Da mesma maneira que, a quantidade de trabalho vivo que ingressa na produção diminui quando comparada a massa de capital constante mobilizada pelo mesmo, também “a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado”, sendo a taxa de lucro determinada pela proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado, a mesma “tem, de diminuir constantemente” (MARX, 2017, 251, grifos nossos).

Como adverte Marx, aqui, o lucro “não é mais que um nome distinto para designar o próprio mais-valor, que só se apresenta em relação com o capital total, e não em relação com o capital variável do qual emana”, portanto, a queda da taxa de lucro expressa “a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado” e, ao contrário do que apontava a economia clássica, “é independente de toda e qualquer distribuição desse mais-valor entre diversas categorias” (MARX, 2017, p. 252). Nosso autor não trata aqui das manifestações fenomênicas do lucro, juros e renda da terra, busca evidenciar o caráter independente da lei em questão frente a tais manifestações. Dito isso, mais adiante Marx afirma que:

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo não exclui de modo nenhum a possibilidade de crescer a massa absoluta do trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social e, por conseguinte, também a massa absoluta do mais-trabalho por ele apropriado; tampouco exclui o fato de que os capitais que se encontram nas mãos de diversos capitalistas movimentem uma massa crescente de trabalho e, assim, de mais-trabalho, ainda que não aumente o número dos trabalhadores por eles empregados (MARX, 2017, p. 254).

A lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro – duas faces de uma mesma moeda –, não excluem a possibilidade de que cresça a massa absoluta de trabalhadores explorada pelo capital social, assim como, a massa absoluta de mais trabalho apropriada pelo último, muito menos, impede que os capitais individuais ampliem a massa de trabalho e mais-trabalho com a qual operam, sem necessariamente contratar mais trabalhadores. Mas, como é possível que aumente o capital variável levando em conta os efeitos ocasionados pela lei geral da acumulação capitalista?

De acordo com Marx “para que o componente variável do capital total não só permaneça invariável em termos absolutos, mas para que aumente, ainda que diminua sua porcentagem do capital total”, faz-se necessário que o último “cresça numa proporção maior que a queda percentual do capital variável” aumentando tanto que “em sua nova composição, necessite não só da antiga parte variável do capital, mas de uma quantidade ainda maior desta última para a compra da força de trabalho” (MARX, 2017, p. 260).

Segundo Marx, o “lucro não é outra coisa senão o mais-valor calculado sobre o capital social, e a massa de lucro, sua grandeza absoluta é, portanto, socialmente considerada, igual à grandeza absoluta do mais-valor”, desta maneira, o “número de trabalhadores empregados pelo capital [...] a massa absoluta de lucro por ele produzido, *podem* então aumentar, e progressivamente, apesar da queda progressiva da taxa de lucro” e “não só pode ser o caso, como tem de ocorrer necessariamente assim – abstraindo de

flutuações transitórias – sobre a base da produção capitalista” (MARX, 2017, p. 255, grifos do autor).

Assim, o “processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente, um processo de acumulação”, como vimos, ao longo deste, “a massa de valor que tem de reproduzir-se ou conservar-se simplesmente aumenta e cresce com o aumento da produtividade do trabalho, mesmo quando a força de trabalho empregada permanece constante”, por conseguinte, com “o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho [...] incrementa-se ainda mais a massa dos valores de uso produzidos, que é uma das partes que forma os meios de produção”. O “trabalho adicional, por meio de cuja apropriação essa riqueza adicional pode voltar a converter-se em capital, não depende do valor, mas da massa desses meios de produção (inclusive os meios de subsistência)” (MARX, 2017, p. 256).

Nesse sentido, “a própria acumulação e, com ela, a correspondente concentração do capital, é um meio material para aumentar a força produtiva”, estando implícito nesse aumento dos meios de produção “o crescimento da população trabalhadora, a criação de uma população trabalhadora que corresponda ao capital excedente e que, em geral, costuma inclusive ultrapassar as necessidades deste último, convertendo-se em superpopulação” (MARX, 2017, p. 256).

O excesso de capital em relação à população já empregada teria dois efeitos: por meio do aumento dos salários, do conseqüente afrouxamento das amarras que prendem o trabalhador ao capital – *não de sua quebra* – e do aumento do estímulo ao matrimônio, o excedente em questão, contribui para aumentar aos poucos o número de trabalhadores, concomitantemente, por meio da aplicação e do aperfeiçoamento da maquinaria, o mesmo acelera a criação de uma superpopulação relativa que, por sua vez, contribui sobremaneira para um aumento acelerado da população.

Da “natureza do processo capitalista de acumulação, que não é mais que um aspecto do processo de produção capitalista”, segue-se, como chamamos a atenção anteriormente, que “a massa crescente dos meios de produção destinados a converter-se em capital tenha sempre à disposição uma população trabalhadora crescente na mesma proporção, excedente e suscetível de ser explorada” (MARX, 2017, p. 256).

[...] à medida que se desenvolve o processo de produção e acumulação, tem de aumentar, do mesmo modo, a massa do mais-trabalho suscetível de apropriação e apropriado e, por conseguinte, a massa absoluta do lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis de produção e acumulação fazem com que, juntamente com a massa, também o valor do capital constante aumente em progressão crescente e mais rapidamente que a parte variável do

capital, que é aquela que se troca por trabalho vivo. Desse modo, as mesmas leis produzem para o capital social uma massa crescente e absoluta de lucro e uma taxa de lucro decrescente (MARX, 2017, p. 256-257).

Para o autor, “com base numa população trabalhadora dada, quando aumenta a taxa de mais-valor – seja pelo prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho, seja pela queda de valor do salário”, ocorre que “a massa do mais-valor (e portanto, a massa absoluta de lucro) tem necessariamente de aumentar, apesar da queda relativa do capital variável em relação ao capital constante” (MARX, 2017, p. 257).

Até então temos buscado evidenciar que, para Marx, o “mesmo desenvolvimento da força produtiva do trabalho social, as mesmas leis que se manifestam na baixa relativa do capital variável comparado ao capital total e na conseqüente acumulação acelerada”, convertendo “a acumulação [...] retroativamente em ponto de partida para o desenvolvimento ulterior da força produtiva e de um subsequente decréscimo relativo do capital variável” também se manifesta, abstraídas as flutuações momentâneas, “no aumento crescente da força de trabalho total empregada e no incremento contínuo da massa absoluta do mais-valor e, portanto, do lucro” (MARX, 2017, p. 257-258).

Segundo Marx, “as mesmas causas que geram um decréscimo absoluto do mais-valor e, portanto, do lucro sobre determinado capital e, com isso, também da taxa de lucro” levam a “um aumento da massa absoluta do mais-valor e [...] do lucro apropriado pelo capital social (isto é, pelo conjunto dos capitalistas)” (MARX, 2017, p. 259).

Porém, “na concorrência e, por isso, na consciência dos agentes da concorrência, tudo se apresenta invertido, o mesmo ocorre com essa lei, isto é, com essa conexão interna e necessária entre dois termos que aparentemente se contradizem”. Sendo assim, a partir dos exemplos trabalhados no capítulo, fica “evidente que [...] um capitalista que disponha de um grande capital obterá uma massa maior de lucro que um capitalista menor, que obtenha lucros aparentemente altos” (MARX, 2017, p. 263).

Marx aponta que, na equivocada percepção dos capitalistas individuais, a queda da taxa de lucro se manifesta em decorrência do crescimento do capital e do cálculo do próprio capitalista que, vislumbra obter uma massa maior de lucro a partir de uma menor taxa de lucro. Aqui, a maneira como se determina a magnitude do lucro e sua taxa, nada tem a ver com a soma arbitrária de uma taxa de lucro sobre o valor das mercadorias, reforçando a noção já mencionada de que, a tendência à queda da taxa de lucro é totalmente independente das proporções em que o mais-valor se divide em lucro, renda e juros.

Ainda como expressão da falsidade da percepção do capitalista individual, este pode imaginar “que reduz seu lucro sobre a mercadoria individual mediante sua baixa de preço, obtém em troca um lucro maior graças à maior massa de mercadorias que vende” e “que fixa o preço das mercadorias individuais, logo obtendo, mediante multiplicação, o preço do produto total, quando na realidade o procedimento originário é o da divisão [...] e a multiplicação só intervém em segunda instância, sobre a base daquela divisão”. Nesse sentido, como afirma Marx “o economista vulgar não faz outra coisa senão traduzir numa linguagem aparentemente mais teórica e generalizante as curiosas ideias dos capitalistas prisioneiros da concorrência” (MARX, 2017, p. 268-269).

A “lei segundo a qual a queda da taxa de lucro ocasionada pelo desenvolvimento da força produtiva está acompanhada de um aumento na massa dos lucros” também se expressa “no fato de que a queda do preço das mercadorias produzidas pelo capital é acompanhada de um aumento relativo das massas de lucro nelas contidas e que se realizam por meio de sua venda” (MARX, 2017, p. 263-264). A baixa dos preços apontada, não é nada mais que “a forma na qual a diminuição do capital variável no preço da mercadoria individual se expressa em relação ao capital constante” (MARX, 2017, p. 265).

Sendo assim, temos que “a queda dos preços das mercadorias e o aumento da massa de lucro sobre a massa aumentada das mercadorias mais baratas” não passa de uma “maneira de expressar a lei da taxa decrescente de lucro com uma massa de lucro simultaneamente crescente”, de forma que o “capitalista que emprega métodos de produção aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço de mercado, porém acima de seu preço de produção individual” levando a que “a taxa de lucro aumente para ele até que a concorrência se encarregue de equalizá-la” (MARX, 2017, p. 269).

Durante o período de equalização ocorre o movimento de “aumento do capital investido; segundo o grau desse aumento, o capitalista poderá, sob novas condições, empregar uma parte da massa de trabalhadores anteriormente empregada e inclusive a massa inteira ou uma massa ainda maior” produzindo por essa via “uma massa de lucro igual ou maior que antes” (MARX, 2017, p. 269).

Mais adiante, no capítulo XIV do livro III de O capital, Marx (2017, p. 271) afirma que, se “considerarmos o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” a partir da década de 1840 “vemos que a dificuldade que se apresenta não é a mesma na qual os economistas tropeçam até hoje, isto é, a de explicar a queda da taxa de

lucro, mas a dificuldade inversa, a saber: a de explicar por que essa queda não é maior nem mais rápida”. Segundo nosso autor, é “preciso que aí atuem influências contra-arrestantes, que interfiram na ação da lei geral e a anulem, dando a ela apenas o caráter de tendência, razão pela qual também caracterizamos a queda da taxa geral de lucro como tendencial.”, desta forma, quais seriam tais influências?

A primeira das tendências contra-arrestantes apontada pelo autor, e já trabalhada pelo mesmo no livro I¹², consiste no aumento do grau de exploração do trabalho, com a consequente apropriação do mais-trabalho e do mais-valor que, “aumenta especialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho” (MARX, 2017, p. 271).

Como revela Marx, existem “muitos fatores de intensificação do trabalho que implicam um crescimento do capital constante com relação ao variável, isto é, uma queda na taxa de lucro”, por exemplo, “quando um trabalhador deve supervisionar uma quantidade maior de maquinaria”. Nesta situação, como na maior parte dos “procedimentos que servem para a produção do mais-valor relativo, é possível que as mesmas causas que geram um crescimento da taxa do mais-valor impliquem uma diminuição da massa do mais-valor, considerando grandezas dadas de capital total empregado” (MARX, 2017, p. 271).

Outra forma de intensificação da exploração da força de trabalho – que opera como uma tendência contra-arrestante – reside na “velocidade acelerada da maquinaria, que assim consome uma quantidade maior de matéria-prima no mesmo período”, porém é “especialmente o prolongamento da jornada de trabalho, essa invenção da indústria moderna, que incrementa a massa do mais-trabalho apropriado” sem alterações na “relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante que ela põe em movimento e que de fato faz diminuir relativamente este último” (MARX, 2017, p. 272).

Como vimos “os procedimentos para a geração de mais-valor relativo desembocam, em geral”, de um lado, em “converter em mais-valor a maior quantidade possível de dada massa de trabalho” e de outro, em “empregar, em proporção ao capital adiantado, a menor quantidade de trabalho em geral”, de maneira que, “os mesmos motivos que permitem aumentar o grau de exploração do trabalho impeçam que com o mesmo capital total se explore tanto trabalho quanto antes”. São “essas as tendências antagônicas que, enquanto atuam para uma elevação da taxa de mais-valor, promovem

¹² Capítulos XX de O Capital (2013)..

simultaneamente a diminuição da massa do mais-valor, por um capital dado e, assim, a queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 272).

O “*emprego massivo de trabalho feminino e infantil*, na medida em que toda a família tem de fornecer ao capital uma massa maior de mais-trabalho”, mesmo em uma situação onde a nova soma dos salários seja maior que a soma obtida anteriormente pelo cabeça da família individualmente, também se constitui como tendência contra-arrestante a queda da taxa de lucro (MARX, 2017, p. 272, grifos nossos).

Surte o mesmo efeito, mantida inalterada a magnitude do capital utilizado, tudo “o que estimula a produção do mais-valor mediante o simples aperfeiçoamento dos métodos, como na agricultura”. Nesta situação, considerado o capital variável como índice da força de trabalho ocupada, “não aumenta o capital constante empregado em relação ao capital variável [...] mas aumenta a massa do produto em relação à força de trabalho empregada”. Estamos diante da mesma situação quando “a força produtiva do trabalho [...] é liberada de impedimentos ao tráfico, de restrições arbitrárias ou tornadas prejudiciais com o passar do tempo e, em geral, de estorvos de todo tipo”, sem que se altere “num primeiro momento, a relação entre o capital variável e o capital constante” (MARX, 2017, p. 272).

Segundo o autor, o aumento do mais-valor acima do nível geral, que surge “ora nesse ramo da produção ora naquele – em benefício do capitalista que utiliza os inventos etc., antes que estes tenham se generalizado”, ainda que em última instância, acelere a queda da taxa de lucro, constitui-se como uma das “causas que inibem a queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 272).

Marx aponta que, a massa de mais-valor gerada por um capital de grandeza dada depende “em geral da relação composta entre a grandeza absoluta do capital variável e a taxa do mais-valor”.

Como procuramos demonstrar, para Marx “as causas que elevam a taxa do mais-valor relativo são as mesmas que reduzem a massa da força de trabalho empregada”, porém, fica claro que em tal situação, “produz-se mais ou menos, conforme a proporção determinada em que se realiza esse movimento antitético, e que a tendência de diminuição da taxa de lucro é especialmente enfraquecida pela elevação da taxa do mais-valor absoluto” oriunda do “prolongamento da jornada de trabalho” (MARX, 2017, p. 273).

No caso analisado por Marx – prolongamento e intensificação da jornada de trabalho como contra tendências a queda da taxa de lucro – “o crescimento da massa de lucro corresponde à diminuição da taxa ocasionada pelo aumento da massa do capital

total empregado”. Quando considerado o capital variável total da sociedade, “o mais valor que ele gera é igual ao lucro produzido”. Assim, não só aumenta a massa absoluta de mais-valor, como também, a taxa de mais-valor “a primeira, devido ao aumento da massa da força de trabalho empregada pela sociedade; a segunda, devido ao aumento do grau de exploração desse trabalho” (MARX, 2017, p. 273).

Porém, como afirma o autor, considerado um capital de 100 “a taxa do mais-valor pode aumentar enquanto diminui a média de sua massa”, visto que, “a taxa está determinada pela proporção em que a parte variável do capital se valoriza, ao passo que a massa se determina pela parte proporcional do capital total que constitui o capital variável” (MARX, 2017, p. 273).

Considerado que, não ocorreu aumento do capital constante, nem aumento relativo do mesmo com relação ao capital variável, o “aumento da taxa do mais-valor [...] é um fator por meio do qual se determinam a massa do mais-valor e, por conseguinte, também a taxa de lucro”, e nesse sentido, como afirma Marx,

[...] não derroga a lei geral, mas faz com que esta atue mais como tendência, isto é, como uma lei cuja aplicação absoluta é contida, refreada e enfraquecida por circunstâncias contra-arrestantes. Considerando que as mesmas causas que elevam a taxa do mais-valor (o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital, essas mesmas causas tendem a diminuir a taxa de lucro e a frear o movimento dessa diminuição. Se um trabalhador é forçado a efetuar o trabalho que racionalmente só poderia ser executado por dois trabalhadores e se isso ocorre em circunstâncias nas quais ele poderia substituir outros três, esse trabalhador produzirá tanto mais-trabalho quanto antes o forneciam dois trabalhadores e, em tal medida, terá aumentado a taxa do mais-valor. Mas ele não produzirá tanto quanto antes produziam três, e desse modo a massa do mais-valor terá diminuído. Sua queda estará compensada ou limitada pelo aumento da taxa do mais-valor. Se a população inteira for ocupada com a taxa do mais-valor aumentada, aumentará a massa do mais-valor, ainda que a população permaneça a mesma. E aumentará ainda mais se a população crescer - embora isso esteja ligado a uma queda relativa do número de trabalhadores ocupados em relação com a grandeza de capital total, tal queda se verá moderada ou freada pelo aumento na taxa de mais-valor (MARX, 2017, p. 273-274).

O aumento da taxa de mais-valor não impede o funcionamento da lei geral da acumulação capitalista, mas assim como as demais tendências contra-arrestantes, lhe dá caráter de tendência. Deste modo, as causas que levam a um aumento da taxa do mais-valor, tendem a diminuir o número de trabalhadores empregados por um mesmo capital e, levam ao mesmo tempo, por um lado, a uma tendência de diminuição da taxa de lucro e, por outro, ao freio desta última. Quando um trabalhador é obrigado a executar a quantidade de trabalho que caberia a dois trabalhadores, em uma situação que o mesmo trabalhador poderia substituir até três trabalhadores, este produz tanto mais-trabalho

quanto produziram dois e, nessa medida, aumenta a taxa de mais valor, porém, não produzirá o equivalente ao que produziram três, de maneira que, ocorre uma queda da massa de mais-valor. Nessa situação, a queda da massa de mais-valor é compensada ou limitada pelo aumento da taxa de mais-valor.

Caso uma determinada população fosse ocupada sob a taxa do mais-valor aumentada, cresceria a massa do mais-valor, mesmo que não houvesse variação da magnitude dessa população; caso a mesma aumentasse, o aumento da massa do mais-valor seria mais intenso, apesar do movimento apontado estar relacionado a queda relativa do número de trabalhadores ocupados, quando comparados a grandeza do capital total, esta queda seria freada ou amenizada pelo aumento da taxa de mais-valor. Em suma, como afirma Marx,

[...] com uma grandeza dada do capital, pode ocorrer um aumento da *taxa* do mais-valor, embora sua *massa* diminua, e vice-versa. A massa do mais-valor é igual à taxa multiplicada pelo número de trabalhadores; a taxa jamais é calculada sobre o capital total, mas sobre o capital variável e, com efeito, apenas sobre uma jornada de trabalho em cada caso. Ao contrário, com uma grandeza dada do valor de capital, a *taxa de lucro* jamais pode aumentar ou diminuir sem que também aumente ou diminua a *massa do mais-valor* (MARX, 2017, p. 274).

Delimitados os efeitos do prolongamento e da intensificação da jornada de trabalho sobre a lei tendencial da queda da taxa de lucro, Marx avança chamando a nossa atenção para mais uma das tendências contra-arrestante, qual seja, a compressão do salário abaixo de seu valor. Tal tendência “só é mencionada aqui empiricamente [...] No entanto, *é uma das causas mais importantes* de contenção da tendência à queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 274, grifos nossos).

Considerado o capital total, com o avanço da acumulação “o valor do capital constante não aumenta na mesma proporção que seu volume material”, ou de outro modo, “o mesmo desenvolvimento que incrementa a massa do capital constante em relação ao capital variável diminui, em consequência da força produtiva aumentada do trabalho, o valor de seus elementos” de maneira que, “impede que o valor do capital constante, embora aumentado permanentemente, o faça na mesma proporção que seu volume material, isto é, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho”, assim em casos isolados, “pode ocorrer inclusive um aumento da massa dos elementos do capital constante, enquanto seu valor permanece igual ou até mesmo diminui” (MARX, 2017, p. 274-275).

A situação apontada acima está “vinculada a desvalorização do capital existente (isto é, de seus elementos materiais), ocorrida com o desenvolvimento da indústria”, se

apresentando como “uma das causas que atuam constantemente, que refreiam a queda da taxa de lucro”, ainda que em circunstâncias específicas, possa “rebaixar a massa de lucro mediante o rebaixamento da massa do capital que produz lucro”. Como afirma Marx aqui “se mostra mais uma vez que as mesmas causas que engendram a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação dessa tendência” (MARX, 2017, p. 275).

Como já demonstrado, para Marx, o processo de produção e acumulação capitalista dá origem a uma superpopulação relativa, esta como afirma o autor, também se configura como uma das tendências contra-arrestantes, sua “gênese é inseparável do – e acelerada pelo – desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que se expressa na diminuição da taxa de lucro”, configurando-se por ser, de um lado, “a causa de que em muitos ramos da produção seja mantida a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho ao capital” além de que “esta dure mais que o tempo que, à primeira vista, corresponde ao estágio geral do desenvolvimento” (MARX, 2017, p. 275).

Tal situação ocorre em decorrência do “barateamento e da grande quantidade dos assalariados disponíveis ou liberados, além da maior resistência que alguns ramos da produção, segundo sua natureza, opõem à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado”. Por outro lado, ocorre a abertura de “novos ramos da produção, especialmente para o consumo de luxo, os quais têm como base precisamente essa população relativa, com frequência liberada pelo domínio do capital constante em outros ramos da produção” que “por sua vez, baseiam-se no predomínio do elemento do trabalho vivo e só paulatinamente realizam o mesmo percurso dos demais ramos da produção”. Nos dois casos “o capital variável constitui uma proporção significativa do capital total, e o salário se encontra abaixo da média, de modo que, nesses ramos da produção, tanto a taxa como a massa do mais-valor são extraordinariamente elevadas” (MARX, 2017, p. 275-276).

Porém, sendo a taxa de lucro determinada por meio da equalização das taxas de lucro nos ramos de produção particulares “a mesma causa que gera a tendência à queda da taxa de lucro produz aqui um contrapeso a essa tendência, paralisando, em maior ou menor grau, seu efeito” (MARX, 2017, p. 276). Aqui Marx deixa de lado por um momento o pressuposto do sistema fechado adotado no Livro I, e delinea a influência do comércio exterior sobre o movimento da taxa de lucro:

Na medida em que o comércio exterior barateia em parte os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência nos quais se transforma o capital variável, ele atua no incremento da taxa de lucro, elevando a taxa do mais-valor e reduzindo o valor do capital constante. Em geral, ele atua nesse sentido ao permitir a ampliação da escala da produção. Com isso, acelera, por

um lado, a acumulação; por outro, acelera também a diminuição do capital variável em relação ao constante e, com isso, a queda da taxa de lucro. Do mesmo modo, a expansão do comércio exterior, que na infância do modo de produção capitalista constituía a base deste último, converteu-se, no curso de seu progresso, em seu próprio produto, por meio da necessidade interna desse modo de produção, de sua necessidade de um mercado cada vez mais ampliado. Aqui se revela outra vez a mesma bifacialidade do efeito. (Ricardo passou totalmente inadvertido por esse aspecto do comércio exterior.) (MARX, 2017, p. 276).

Como explicitado no trecho, à medida que o comércio exterior torna mais baratos os elementos que compõe os capitais constante e variável, atua no sentido de elevar a taxa de lucro, a partir do aumento da taxa do mais-valor e da diminuição do valor do capital constante. Além desse efeito, o comércio exterior permite a ampliação da escala de produção que, contribui para acelerar a acumulação de um lado, enquanto por outro, acelera também o aumento da composição orgânica do capital – por meio do aumento do capital constante em relação ao capital variável – levando a queda da taxa de lucro. O autor ressalta que a expansão do comércio exterior que serviu de base ao surgimento do modo de produção capitalista, tornou-se ao longo do desenvolvimento do último, produto do mesmo, decorrendo este fato, das necessidades internas do modo de produção, assim como, da necessidade de um mercado cada vez mais amplo.

Segundo Marx, os “capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada”, pois nesta situação, “em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que, o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes”.

Assim, na “medida que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal”, podendo ocorrer o mesmo no caso de “um país ao qual se enviam mercadorias e do qual se levam mercadorias; a saber, que tal país forneça trabalho objetivado *in natura* numa quantidade maior do que a que recebe e que, apesar disso, obtenha a mercadoria por um preço menor do que se ele mesmo a produzisse” (MARX, 2017, p. 276-277, grifos do autor).

A situação delineada acima é idêntica àquela que trabalhamos anteriormente, na qual, “o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual”, ou em outros termos, “valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado”. Por meio do mecanismo

explicitado, o capitalista “realiza [...] um lucro extra [*Surplusprofit*]” (MARX, 2017, p. 277, grifos do autor). A busca do superlucro é apontada por Mandel em *O capitalismo tardio* (1982) como estímulo fundamental ao investimento dos capitalistas em novas tecnologias de produção.

Por outro lado, quando falamos dos capitais investidos nas colônias “eles podem produzir taxas de lucro mais altas porque nesses lugares, em geral, devido a seu baixo desenvolvimento, a taxa de lucro é mais alta – o mesmo vale para a exploração do trabalho, com o emprego de escravos e cules etc”. Tal capital, sob os pressupostos da livre concorrência, contribui, assim como os demais investidos internamente, para o nivelamento da taxa geral de lucro. No referido quadro, o “país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora, essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada” (MARX, 2017, p. 277).

Assim, “quando a taxa de lucro é mais alta pelo fato de sê-lo sempre nos países coloniais, essa taxa mais alta pode perfeitamente coincidir – se nesses países se apresentarem as condições naturais favoráveis a isso – com preços mais baixos de mercadorias” (MARX, 2017, p. 277).

Temos que, o “mesmo comércio exterior desenvolve no interior o modo de produção capitalista e, com ele, a diminuição do capital variável em relação ao constante” ao passo que, simultaneamente, “gera a superprodução em relação ao exterior e, por isso, com o passar do tempo, acaba por produzir também o efeito contrário” (MARX, 2017, p. 277-278).

Por fim chegamos a última das tendências contra-arrestantes apontadas por Marx: o aumento do capital acionário.

Segundo o autor, com o “progresso da produção capitalista, que anda de mãos dadas com a aceleração da acumulação, uma parte do capital só pode ser calculada e empregada como capital portador de juros”, no sentido de que, “esses capitais, apesar de investidos em grandes empresas produtivas, depois de deduzidos todos os custos, geram apenas juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos”. Os capitais em questão, não entram “na equalização da taxa geral de lucro, porquanto geram uma taxa de lucro menor que a taxa média. Se nele entrassem, essa taxa declinaria muito mais”, desta forma, segundo Marx:

Do ponto de vista teórico, eles poderiam ser incluídos nesse cálculo, o que geraria uma taxa de lucro menor que a aparentemente existente e que de fato vigora nas operações dos capitalistas, pois é justo nessas empresas que o capital

constante apresenta maiores proporções em relação ao capital variável (MARX, 2017, p. 279).

Apontadas todas as tendências contra-arrestantes a lei tendencial da queda da taxa de lucro, Marx conclui que “as mesmas causas que provocam a queda da taxa geral de lucro suscitam efeitos retroativos que inibem, retardam e, em parte, paralisam essa queda”, de modo que, “não derogam a lei, porém enfraquecem seus efeitos. Sem isso, seria incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, mas a relativa lentidão dessa queda”. Nesse sentido, é “assim que a lei atua apenas como tendência, cujos efeitos só se manifestam claramente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de longos períodos” (MARX, 2017, p. 278). Explicitadas as tendências e contra tendências colocadas em movimento pelo processo de produção e acumulação capitalista, vejamos como as mesmas interagem com as relações salariais no capitalismo.

1.10. RELAÇÃO ENTRE AS LEIS DE MOVIMENTO E OS SALÁRIOS

Os trabalhadores executam o trabalho antes de receber seus salários, ou em outras palavras, adiantam trabalho ao capitalista, sob o regime de trabalho assalariado. Assim, os salários aparecem aqueles como se representassem o valor ou o preço do próprio trabalho adiantado, de modo que:

Se o preço de sua força de trabalho é 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins (MARX, 1982, p. 165).

Tal percepção tem como consequência que, em uma situação onde os trabalhadores recebem na forma de salários apenas parte do valor gerado em um dia de trabalho, configurando-se a outra parte como o fundo de onde provém o lucro, ainda assim todo o trabalho aparece aos mesmos como trabalho pago. Nesse sentido, podemos constatar que, para Marx o trabalho assalariado oculta as reais relações existentes entre o capital e o trabalho no modo de produção capitalista.

Ao longo do processo de acumulação capitalista, podem ocorrer momentos em que os trabalhadores se apropriem de uma maior parte do mais-produto que produzem – elevação dos salários, aumentando por essa via o seu consumo de alimentos, vestuário, mobília e demais bens necessários além de possibilitar a formação de um pequeno fundo de reserva em dinheiro, porém, “assim como a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do

escravo, tampouco suprimem as do assalariado” (MARX, 2013, p. 694-695). Observemos mais de perto o argumento de Marx.

A cada ano, o capital produz um mais-valor, parte deste é incorporado ao capital original. O ritmo em que ocorre tal incremento do capital está diretamente ligado “a abertura de novos mercados, de novas esferas para a aplicação de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc”. Deste modo, a escala da acumulação pode ser ampliada repentinamente quando uma maior parte do mais-valor é convertida em capital, abrindo assim, novas esferas de acumulação que, por sua vez, elevam a demanda de trabalho pelo capital além da oferta de força de trabalho disponível no mercado, o que acarreta um aumento dos salários (MARX, 2013, p. 690).

Como vimos anteriormente, o assalariamento só é possível na medida em que possibilita a acumulação de capital, ou seja, é necessário que no ato da produção o trabalhador gere o valor necessário a reprodução de sua força de trabalho e um mais-valor que é apropriado pelo capitalista sem que esse despenda equivalente algum. Abstraídas as situações em que ocorre uma baixa do preço do trabalho, o aumento dos salários representa na melhor das hipóteses “a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de executar. Tal diminuição jamais pode alcançar o ponto em que ameace o próprio sistema” (MARX, 2013, p. 695-696).

Sem levar em conta os conflitos em torno da taxa do salário, uma elevação dos salários derivada da acumulação de capital pode dar origem a duas situações distintas, quais sejam, ou “o preço do trabalho continua a subir porque seu aumento não perturba o progresso da acumulação” e deste modo, a “redução do trabalho não pago não prejudica de modo nenhum a ampliação do domínio exercido pelo capital”, ou “a acumulação se afrouxa graças ao preço crescente do trabalho, que embota o acicate do lucro” (MARX, 2013, p. 696), nesta situação, a acumulação diminui, fazendo com que desapareça a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável que originou a baixa.

Desta maneira, o “próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove, assim, os empecilhos que ele cria transitoriamente” (MARX, 2013, p. 696). A eliminação da desproporção entre capital e trabalho, faz com que os salários baixem até um nível igual, acima ou abaixo do nível salarial existente antes da alta dos salários de acordo com as necessidades da valorização do capital. Marx afirma que,

[...] no primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna excessivo o capital, mas, por outro lado, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população

trabalhadora que torna insuficiente o capital, mas, ao contrário, é a diminuição do capital que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço. São esses movimentos absolutos na acumulação do capital que se refletem como movimentos relativos na massa da força de trabalho explorável e, por isso, parecem obedecer ao movimento próprio desta última. Para empregar uma expressão matemática: *a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário.* (MARX, 2013, p. 696, grifos nossos).

No primeiro caso, onde ocorre uma alta dos salários sem prejuízo para a acumulação, não é nem a diminuição absoluta, nem a diminuição proporcional do crescimento da força de trabalho que leva a um excesso de capital a ser valorizado e consequentemente a uma alta de salários, mas sim, a acumulação de capital que ao se desenvolver torna insuficiente o número de trabalhadores disponível para a exploração, enquanto que, no segundo caso, onde pressionada pela alta dos salários a acumulação desacelera, não é o aumento absoluto ou proporcional da quantidade de trabalhadores que leva a um excesso do número dos mesmos em relação ao capital, pelo contrário, ocorre uma diminuição do capital que gera um excesso de força de trabalho.

Por traz das aparências, encontra-se a “relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional”. Longe de se configurarem como grandezas independentes, a magnitude do capital e a magnitude da força de trabalho se relacionam intimamente por meio da relação entre o trabalho pago e o trabalho não pago de um mesmo conjunto de trabalhadores. Se a quantidade de trabalho que alimenta a acumulação capitalista, crescer rápido o suficiente para “permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho não pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente” (MARX, 2013, p. 697).

Porém, assim que a diminuição do trabalho não pago atinge o ponto onde, o mais trabalho extraído da classe trabalhadora esteja abaixo do considerado normal do ponto de vista do capital, este reage por meio de uma menor capitalização da renda – baixa do investimento – e consequentemente como apontamos acima, de uma desaceleração da acumulação, assentando um duro golpe ao movimento de elevação dos salários. Deste modo, para Marx o “*aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior*” (MARX, 2013, p. 697, grifos nossos).

Até aqui, Marx analisou a variação dos salários abstraindo das situações onde ocorre variação da composição técnica do capital. Cabe agora, respondermos como se dá

para o autor, a dinâmica dos salários quando da ocorrência de alterações na composição técnica do capital.

Como apontamos anteriormente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e do modo de produção capitalista – ao mesmo tempo causa e efeito da acumulação – possibilita que com uma mesma quantidade de capital variável o capitalista mobilize “mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais”. Tal mecanismo, é complementado pela substituição de “trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis” (MARX, 2013, p. 711) que possibilita o pagamento de salários mais baixos.

[...] com o avanço da acumulação, um capital variável maior põe mais trabalho em movimento, sem recrutar mais trabalhadores [...] um capital variável do mesmo tamanho põe mais trabalho em movimento com a mesma massa de força de trabalho e, por fim, mais forças de trabalho inferiores mediante a substituição de forças de trabalho superiores (MARX, 2013, p. 711).

E mais adiante,

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 2013, p. 712-713, grifos nossos).

As altas e baixas dos salários são reguladas pela ampliação e diminuição do exército industrial de reserva decorrente da alternância periódica do ciclo industrial. De modo algum a variação dos salários é determinada pelo o aumento ou diminuição absoluta da quantidade de trabalhadores disponível para a exploração, antes, é determinada pela proporção em que a classe trabalhadora se divide em trabalhadores empregados no processo produtivo – *exército ativo* – e aqueles que se encontram em situação de desemprego – *exército de reserva*, pela variação do tamanho da superpopulação relativa ou de outro modo, pelo movimento de absorção e liberação da força de trabalho pelo capital.

Segundo Marx, os economistas clássicos constroem seus argumentos a partir da ficção econômica de que, a demanda e a oferta de trabalho não são reguladas pela “expansão e contração do capital” – em outras palavras, pelas necessidades do processo de valorização, mas sim ao modo malthusiano, pelo movimento absoluto do tamanho da população. Desta perspectiva, afirmam que,

[...] o salário aumenta em consequência da acumulação do capital. O incremento do salário estimula um aumento mais rápido da população trabalhadora, aumento que prossegue até que o mercado de trabalho esteja supersaturado, ou seja, até que o capital se torne insuficiente em relação à oferta de trabalho. O salário diminui, e então temos o reverso da medalha. A baixa salarial dizima pouco a pouco a população trabalhadora, de modo que, em relação a ela, o capital se torna novamente superabundante, ou, como outros o explicam, a baixa salarial e a correspondente exploração redobrada do trabalhador aceleram, por sua vez, a acumulação, ao mesmo tempo que o salário baixo põe em xeque o crescimento da classe trabalhadora. Reconstitui-se, assim, a relação em que a oferta de trabalho é mais baixa do que a demanda de trabalho, o que provoca o aumento do salário, e assim por diante (MARX, 2013, p. 713).

Tal ficção econômica “confunde as leis que regem o movimento geral do salário – ou a relação entre a [...] força de trabalho em seu conjunto, e o capital total da sociedade – com as leis que distribuem a população trabalhadora entre as esferas particulares da produção”, retira da observação do fenômeno da distribuição da classe trabalhadora entre as diversas esferas em que o capital é investido algo que o mesmo não pode lhe fornecer – a referida noção de que, “com o incremento do salário, ocorre um incremento absoluto de trabalhadores e, com o incremento absoluto de trabalhadores, uma redução do salário” (MARX, 2013, p. 714) – como aponta o autor, tal posição revela que o economista clássico “só enxerga a oscilação local do mercado de trabalho de uma esfera específica da produção” não concebendo sua relação com a totalidade da produção capitalista.

Contudo, em uma situação onde “em decorrência de uma conjuntura favorável, a acumulação é especialmente intensa numa determinada esfera da produção, fazendo com que os lucros sejam maiores que os lucros médios e atraindo para ela o capital adicional” ocorre “naturalmente, um aumento da demanda de trabalho e do salário”. Essa elevação dos salários atrai mais trabalhadores para a esfera da produção em questão “até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário caia novamente para o nível médio anterior ou, caso o afluxo tenha sido grande demais, para um nível abaixo dele”, nesta situação “a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão não apenas é interrompida, como dá até mesmo lugar à sua emigração” (MARX, 2013, p. 714).

Como aponta Marx em *Salário, Preço e Lucro* (1982, p. 178), a produção capitalista se movimenta por meio de ciclos econômicos, passando por fases de *calma*, *animação crescente*, *prosperidade*, *superprodução*, *crise* e *estagnação* e, nesse sentido, tanto os preços das mercadorias, como a taxa de lucro acompanham tais fases, variando abaixo e acima de seus níveis médios. Assim, se “[...] considerardes todo o ciclo [...]” perceberemos que “[...] uns desvios dos preços do mercado são compensados por outros e que, tirando a média do ciclo, os preços das mercadorias do mercado se regulam por

seus valores”, dito isso o autor afirma que, durante as fases de baixa dos preços no mercado e durante a estagnação “[...] o operário, se é que não o põe na rua, pode estar certo de ver rebaixado o seu salário” (MARX, 1982, p. 178).

Caso os trabalhadores não lutem por uma alta dos salários durante a fase de prosperidade do ciclo, fecunda em lucros extraordinários, quando tirarmos a média dos salários durante todo o ciclo, teremos que os salários de conjunto não atingiriam nem sequer o valor de sua força de trabalho. Assim, seria “[...] o cúmulo da loucura exigir que o operário, cujo salário se vê forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renunciasse ao direito de ser compensado durante as fases prósperas”, visto que, os valores das mercadorias se realizariam justamente por meio da compensação de seus preços pelas altas e baixas do mercado, decorrentes das variações da oferta e procura (MARX, 1982, p. 178).

No capitalismo o “trabalho é uma mercadoria como outra qualquer. Tem, portanto, que passar pelas mesmas flutuações, até obter o preço médio que corresponde ao seu valor”, portanto, seria “um absurdo considerá-lo como mercadoria para certas coisas e, para outras, querer excetuá-lo das leis que regem os preços das mercadorias” (MARX, 1982, p. 178). Deste modo, para nosso autor,

[...] a luta pelo aumento de salários vai sempre na pista de modificações anteriores e é o resultado necessário das modificações prévias operadas no volume de produção, nas forças produtivas do trabalho, no valor deste, no valor do dinheiro, na maior extensão ou intensidade do trabalho extorquido, nas flutuações dos preços do mercado, que dependem das flutuações da oferta e da procura e se verificam em função das diversas fases do ciclo; numa palavra, é a reação dos operários contra a ação anterior do capital. Se focalizássemos a luta pelo aumento de salários fazendo caso omissos de todas essas circunstâncias, apenas considerando as modificações operadas nos salários e passando por cima de modificações outras, das quais elas provêm, partiríamos de uma falsa premissa para chegar a conclusões falsas (MARX, 1982, p. 179).

Para Marx, a luta por salários configura-se como a reação dos operários contra a ação anterior do capital, desta forma, qualquer estudo acerca da relação entre a acumulação capitalista e a variação dos salários que não leve em consideração as modificações operadas no momento imediatamente anterior na produtividade do trabalho, nos preços dos bens de primeira necessidade e da força de trabalho decorrentes da variação no valor do dinheiro, na extensão e intensidade da jornada de trabalho e na dinâmica dos ciclos econômicos, partiria de bases equivocadas e não atingiria as reais determinações do tema abordado.

Feitas essas considerações, o autor constata que, ao contrário do que ocorre com relação ao valor da força de trabalho, quando tratamos do lucro, percebemos que não

existe nenhuma lei que lhe fixe o mínimo, isso decorre do fato de que “[...] embora possamos fixar o salário mínimo, não podemos fixar o salário máximo”, e nesse sentido, apenas podemos afirmar que “[...] o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho” (MARX, 1982, p. 182), deste modo:

É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário (MARX, 1982, p. 182).

É por meio da luta entre capital e trabalho que, é determinado o grau efetivo em que se manterão os salários dos trabalhadores. Como aponta Marx (1982, p. 182), desse ponto de vista a “[...] questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes”. Como veremos no segundo capítulo, a oposição dos trabalhadores e de seus sindicatos configuraram-se como um dos principais obstáculos a expansão da organização do trabalho fordista a partir do início do século XX e do toyotismo a partir dos anos 1950 no Japão e, 1970 no mundo.

No que se refere aos limites da jornada de trabalho, Marx aponta que, tanto na Inglaterra quanto nos demais países, tal limite sempre foi dado pela via legislativa, feito que não teria chance de vir a ser sem a atuação política das trabalhadoras e trabalhadores, visto que, quando estes se limitam a luta puramente econômica, jogam na arena onde o capital é a parte mais forte. Aceito que, para Marx (1982), os salários se fixam em um determinado grau como decorrência da luta entre capital e trabalho, observemos o mecanismo econômico utilizado pelo capital durante a guerra contra os jacobitas para manter a classe trabalhadora na miséria,

[...] durante esses onze anos introduziram máquinas de todas as classes e novos métodos científicos, transformaram uma parte das terras de lavoura em pastagens, aumentaram a extensão de suas fazendas e, com ela, a escala da produção; e por esses e outros processos, fazendo diminuir a procura de trabalho, graças ao aumento de suas forças produtivas, tornaram a criar um excedente relativo da população de trabalhadores rurais. Tal é o método geral segundo o qual opera o capital nos países antigos, de bases sólidas, para reagir, mais rápida ou mais lentamente, contra os aumentos de salários. Ricardo observou, com exatidão, que a máquina está em contínua concorrência com o trabalho e, amiúde, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho alcança certo limite: mas a aplicação da maquinaria é apenas um dos muitos métodos empregados para aumentar a força produtiva do trabalho. Esse mesmo processo, que cria uma superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado e, portanto, o deprecia (MARX, 1982, p. 183).

Ou seja, o capital utiliza o avanço das forças produtivas do trabalho como arma em sua luta contra o trabalho, visto que, ao avançarem as forças produtivas a procura por trabalho diminui criando-se desta maneira uma superpopulação relativa que ao engrossar a oferta de força de trabalho no mercado acaba por pressionar os salários para baixo. Por outro lado, as máquinas estão em constante concorrência com a classe trabalhadora, porém, faz-se necessário para que se empreguem as mesmas, que os salários se elevem ao ponto de se tornar mais lucrativo produzir com máquinas do que com seres humanos. Ainda como afirma nosso autor, tal processo criador de uma superabundância relativa de trabalho, acaba por depreciar o valor do trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas, não só dá origem a uma superpopulação relativa e a uma depreciação do valor do trabalho qualificado, como também, contribui para acelerar a acumulação de capital, mesmo em uma situação onde a taxa de salário esteja em alta. Tal constatação levou Adam Smith a equivocar-se, segundo Marx, ao afirmar que o avanço acelerado das forças produtivas, levaria a balança a pender para o lado dos trabalhadores, graças ao aumento da procura por trabalho gerada pelo mesmo.

De acordo com Marx, a história Inglesa demonstra o contrário, visto que, entre as décadas de 1840 e 1860 operou-se um crescimento do capital mais rápido que o da população inglesa e, que este não se manifestou na forma de um maior aumento dos salários. As coisas se deram assim, pois, “[...] simultaneamente, com a acumulação progressiva, opera-se uma mudança progressiva na composição do capital” onde a “[...] parte do capital global formada por capital fixo [...] cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada a salários” (MARX, 1982, p. 183-184).

Podemos concluir que, existe uma diferença entre os ritmos em que o capital se acumula e a procura por trabalho aumenta, de modo que a procura por trabalho aumenta “[...] sem dúvida, mas aumenta numa proporção constantemente decrescente, quando comparada com o incremento do capital” (MARX, 1982, p. 184). Como consequência do que nos revelou Marx ao longo de sua argumentação temos que,

[...] a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas nesse sistema, quer isso dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as oportunidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? [...] Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado: que, em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como

uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura (MARX, 1982, p. 184).

No capitalismo existe uma tendência geral ao rebaixamento dos salários ao mínimo necessário para a produção e reprodução da força de trabalho e, nesse sentido, considerando-se que as lutas da classe trabalhadora são inerentes ao sistema do salariado, de forma alguma esta deve abrir mão de sua luta por melhores salários, ainda que como afirma Marx, em 99% dos casos as greves levem no máximo a manutenção do valor da força de trabalho.

Como bem ressalta Marx, caso a classe trabalhadora não se defendesse da tirania diária do capital por meio da luta por melhores salários, estaria seriamente comprometido seu potencial para as lutas que vão para além das questões salariais. Desta maneira, Marx afirma que,

[...] a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final dessas lutas diárias [...] Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais necessárias* para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: “Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!”, deverá escrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado” (MARX, 1982, p. 184, grifos do autor).

A classe trabalhadora não deve ver com exagero os resultados obtidos a partir de suas lutas diárias contra o capital, pois, nestas apenas combate os efeitos e não as causas da miséria capitalista, minora o movimento descendente dos salários, mas não inverte o sentido de sua variação, de modo que, acaba por não resolver o problema em si. Nesse sentido, a classe trabalhadora não deve restringir-se apenas as lutas diárias tratadas ao longo da argumentação acima, mas munida do conhecimento de que, o mesmo avanço das forças produtivas que engendra a sua miséria, engendra também as condições materiais e sociais para a superação de tal estado de coisas, deve avançar na luta pelo fim do trabalho assalariado.

Por fim, ao reivindicar a necessidade da luta da classe trabalhadora contra as usurpações tirânicas do capital, Marx explicita o que está em jogo na luta entre o capital e o trabalho:

O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do

sono, das refeições etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação (MARX, 1982, p. 177).

Nesta situação, não se para de produzir, mas produz-se para outrem, a criatura domina o criador, produz-se valor para alimentar o movimento do capital, perdendo-se de vista o caráter social do processo de produção da vida oculto nas relações de compra e venda efetuadas no mercado. Assim quando as relações entre os capitalistas e os trabalhadores são deixadas a cargo do mercado, se desenvolve por de traz delas de maneira implacável o ímpeto do capital para conduzir a classe trabalhadora aos mais altos índices de pobreza e miséria.

Por fim o resultado da análise da relação entre a totalidade do processo de produção do mais-valor e o conjunto da classe trabalhadora empreendida por Marx no capítulo XXIII, nos possibilita ter uma antevisão do que ocorreria, caso tudo se desse no mercado tal como nas proposições liberais pressupostas como dadas em O Capital. Nesse sentido, como bem demarcado por Harvey, nos revela para onde podem nos levar as iniciativas de caráter liberal implementadas pelo neoliberalismo para combater as dificuldades de valorização do capital manifestas a partir dos anos 1970: a conformação de uma grande acumulação de riqueza de um lado e de uma grande acumulação de miséria do outro (HARVEY, 2013).

Adiante, no segundo capítulo, abordaremos literatura de referência acerca das características gerais dos três tipos de dinâmica da acumulação capitalista estabelecidas historicamente pelo capital em sua busca “apaixonada” pelo lucro: padrão liberal, padrão keynesiano e padrão flexível. Feito isso, no terceiro capítulo, passaremos a discutir as diferentes interpretações presentes no debate brasileiro acerca das relações entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado a partir dos anos 1930 e, particularmente, durante os governos do PT, de modo a verificar elementos que aproximam e afastam a dinâmica da acumulação capitalista no país no período de um ou de outro padrão explicitado em nosso capítulo 2.

II. OS TRÊS PADRÕES HISTÓRICOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SUAS RELAÇÕES SALARIAIS.

Neste capítulo, procuramos delinear em largos traços os elementos constituintes dos padrões de acumulação capitalista liberal, fordista/keynesiano e flexível. Deste modo, apresentamos nossa primeira aproximação das características fundamentais da acumulação capitalista no auge da hegemonia liberal (HOBSEBWM, 1982), assim como, do fordismo, do keynesianismo, do New Deal, do Estado de Bem-Estar Social, da crise do fordismo/keynesianismo e, por fim, do período pós-década 1970, onde como indica Harvey (2008), teve início o desenvolvimento do padrão de acumulação flexível.

2.1. O PADRÃO LIBERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA (1848-1875).

Segundo Hobsbawm (1982, p. 25), a Primavera dos Povos de 1848 foi a última revolução geral no ocidente, daí em diante, as principais demandas presentes no “liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a ‘república social’”, passaram a ser realizadas nos países desenvolvidos de maneira gradual “sem maiores distúrbios internos” ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX. Tal feito, teve como base a “transformação e expansão econômica extraordinária dos anos entre 1848 e o início da década de 1870”. Neste período, o capitalismo se tornou mundial e “uma minoria significativa de países ‘desenvolvidos’ transformou-se em economias industriais¹³”. Como destaca nosso autor:

Nunca, por exemplo, as exportações inglesas cresceram tão rapidamente do que nos primeiros sete anos de 1850. O algodão inglês aumentou sua taxa de crescimento sobre as décadas anteriores. Entre 1850 e 1860 a taxa duplicou. Em números absolutos, a performance é ainda mais impressionante: entre 1820 e 1850, estas exportações cresceram em 1. 100 milhões de jardas, mas na década entre 1850 e 1860 elas cresceram consideravelmente mais que 1. 300 milhões. O número das máquinas de algodão cresceu de 100 mil entre 1819-21 e 1844-46, e dobrou daí até 1850. E estamos aqui lidando com uma grande indústria de há muito estabelecida e, mais do que isso, que acabava de perder terreno nos mercados europeus nesta década, devido à rapidez do desenvolvimento das indústrias locais. Para onde olharmos, evidências similares da grande expansão podem ser encontradas. A exportação de ferro da Bélgica mais que duplicou entre 1851 e 1857. Na Prússia, um quarto de século antes de 1850, 67 companhias tinham sido fundadas com um capital total de 45 milhões de táleres, mas em 1851- 57, 115 companhias similares tinham-se estabelecido – excluindo companhias de estradas de ferro - com um capital total de 114,5 milhões, quase todas elas, nos anos eufóricos entre 1853 e 1857. (HOBSEBWM, 1982, p. 46).

¹³ Com destaque Inglaterra, Alemanha, França, EUA e Japão.

Entre 1848 e 1857 combinaram-se a disponibilidade de “capital barato e um rápido aumento nos preços”, contribuindo para uma elevação da taxa de lucro e, por conseguinte, para a satisfação dos interesses da classe capitalista. Instituições financeiras como o *credit mobilier* parisiense que, segundo Hobsbawm (1982, p. 46-47), era o “símbolo da expansão capitalista no período”, chegavam a auferir taxas de lucro de até 50%. Assim como os lucros, também “cresceu aos saltos” o emprego. Teve lugar, na Europa e nos demais países industrializados ou em fase inicial de industrialização, enormes ondas migratórias que, forneceram aos capitalistas do período “amplas provisões de trabalho [...] relativamente baratas”.

O período de prosperidade econômica sinalizado teve como consequência política de “longo alcance”, o estabelecimento de um estado de “hibernação” dos conflitos políticos pós Primavera dos Povos, contribuindo para aliviar a pressão sobre os governos de plantão e para minar os ânimos revolucionários. No caso inglês o “cartismo passou à história” definitivamente, a Liga dos Comunistas foi desmantelada em 1852, a reforma parlamentar deixou de ser uma preocupação imediata dos políticos ingleses e os “radicais de classe média” foram isolados no espectro político. Na França, a prosperidade econômica possibilitou que Napoleão III construísse “maiorias eleitorais genuínas e comoventes que deram colorido à sua aspiração de ser um imperador ‘democrático’” – bonapartismo –, ao passo que, nas “velhas monarquias e principados” contribuiu para a “recuperação política e a legitimação da estabilidade e prosperidade, que era então politicamente mais relevante que a legitimidade de suas dinastias”. Os revolucionários que “esperavam um novo 1848”, foram desapontados pela ausência de grandes mobilizações operárias. Por outro lado, voltaram a pauta “velhas questões da política liberal”, destacadamente, questões relacionadas a formação do estado nacional alemão e italiano, reformas constitucionais democratizantes e as liberdades civis. (HOBSBAWM, 1982, p. 47-48).

O boom econômico foi interrompido a partir da “depressão de 1857”. Tal interrupção da “era de ouro do crescimento capitalista” foi passageira, visto que, após a crise “continuou [o crescimento] numa escala até maior na década de 1860 e atingiu seu clímax em 1871-1873”. Nem mesmo as interrupções da dinâmica econômica decorrentes de fatores externos a Europa – Guerra Civil Americana de 1861-1865 – foram capazes de impedir que a década de 1860 fosse marcada por uma relativa estabilidade econômica. Como aponta Hobsbawm (1982, p. 47-48), a “depressão de ciclo de comércio” entre 1866 e 1868 “não chegou a ser tão concentrada, global ou dramática como a de 1857-1858”.

Contribuíram sobremaneira para a expansão econômica destacada acima, o desenvolvimento da estrada de ferro, da máquina a vapor e dos telégrafos que combinados forneceram os “meios de comunicação adequados aos meios de produção” disponíveis na época. A partir de então, o “espaço geográfico da economia capitalista poderia repentinamente multiplicar-se, na medida em que a intensidade das transações comerciais aumentasse”. Com os meios supracitados, o mundo passou a ser incorporado a economia capitalista¹⁴. Concomitantemente, houve no período, uma multiplicação dos meios de pagamentos a nível mundial a partir da descoberta de novas reservas de ouro¹⁵ na Califórnia, Austrália e outros países que “abaixaram a taxa de juros e encorajaram a expansão do crédito” (HOBBSAWM, 1982, p. 49-50). Hobsbawm aponta três características fundamentais do período 1848-1875 para as quais a maior disponibilidade de ouro contribuiu, vejamos.

A primeira característica consistiu na ocorrência de uma “era de aumento de preços ou de inflação moderada, porém flutuante” relativamente rara ao longo do século XIX que, foi marcado pela deflação ocasionada em grande medida pela “persistente tendência da tecnologia em baratear produtos manufaturados” e pelas “recém abertas fontes de matérias-primas e alimentos que barateavam (mesmo que mais intermitentemente) os produtos primários”. Segundo Hobsbawm (1982, p. 50-51) as pressões sobre as margens de lucro decorrentes da deflação,

[...] não fizeram muito mal aos homens de negócios, porque estes fabricaram e venderam uma quantidade muito mais vasta. Porém, até pouco depois do fim de nosso período, não fez aos trabalhadores muito bem, já que ou o custo de vida não caía na mesma razão ou seus salários eram demasiado magros para permitir-lhes algum benefício. De outro lado, a inflação indiscutivelmente aumentou as margens de lucro e, assim fazendo, encorajou os negócios. Nosso período foi basicamente um interlúdio inflacionário num século deflacionário.

Como vemos, para o autor, tanto no interlúdio inflacionário de 1848-1875, quanto nos momentos de deflação a burguesia lucrou, no primeiro graças ao aumento das margens de lucro ocasionado pela inflação e, no segundo por meio da expansão do mercado e, por conseguinte, da quantidade de mercadorias vendidas, ao passo que os

¹⁴ A título de exemplo, pode-se destacar que, no período de 1850 a 1870 o comércio mundial cresceu 260%, a exportação de ópio da Índia britânica para a China “dobrou de quantidade e triplicou de preço”. Do ponto de vista do investimento, até o ano de 1875, a Inglaterra havia investido 1 bilhão de libras esterlinas no exterior, sendo três quartos dos mesmos a partir da década de 1850. Na França, as coisas não foram muito diferentes, verificou-se entre 1850 e 1880 a multiplicação por dez dos investimentos franceses no exterior (HOBBSAWM, 1982, p. 50).

¹⁵ Entre 1849 e 1856 a quantidade de ouro disponível mundialmente foi multiplicada por sete, enquanto, a emissão média anual de moedas de ouro pela Inglaterra, França e Estados Unidos passou de 4,9 milhões de libras em 1848-1849 para 28,1 milhões de libras anuais entre 1850 e 1856 (HOBBSAWM, 1982, p. 50).

trabalhadores, dados os salários miseráveis que lhes eram pagos, não gozaram de benefício em ambas as conjunturas.

Em segundo lugar, de acordo com nosso autor, a ampliação da disponibilidade de ouro contribuiu para o estabelecimento do “standard monetário estável e seguro baseado na libra esterlina¹⁶” que se manteria até a crise de 1929¹⁷. Por último, os “caçadores de ouro abriram eles mesmos novas áreas, sobretudo no pacífico, para intensa atividade econômica”, de modo que, em “meados da década de 1870, Califórnia, Austrália e outras zonas auríferas já não eram nada negligenciáveis”, tratava-se de “três milhões de habitantes com mais dinheiro na mão que qualquer outra população comparável em tamanho”. Concomitantemente “meios de pagamento como cheques – uma grande novidade – faturas, etc, estavam em expansão e a uma taxa considerável” (HOBSEAWM, 1982, p. 50-51).

Para além das questões monetárias, também teve lugar no período a “liberação da iniciativa privada” que fortaleceu a expansão industrial, consagrando-se no período um consenso “esmagador” entre economistas, políticos e administradores em torno das concepções do liberalismo econômico, de modo que, as “barreiras institucionais sobreviventes ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que [...] pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial”. Tal ofensiva não era “limitada aos estados onde o liberalismo político era triunfante ou mesmo influente”, sendo inclusive mais “drásticas” nos principados e monarquias absolutas restauradas do que na “Inglaterra, França ou Países Baixos”, dada a existência nos primeiros de uma quantidade maior de reminiscências feudais¹⁸ a serem derrubadas:

Esta liquidação legal dos períodos medieval e mercantilista não foi limitada a uma legislação profissional. As leis contra a usura caíram por terra na Inglaterra, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha, entre 1854 e 1867. O controle severo que o governo exercia sobre a mineração – incluindo a operação de minas – foi virtualmente suspenso, como por exemplo, na Prússia entre 1851 e 1865, e portanto (sujeito à permissão governamental) qualquer empresário poderia então reclamar os direitos para explorar qualquer mineral que viesse a achar, e conduzir as explorações da forma que melhor lhe aprouvesse. Similarmente, a formação de companhias de negócios de então ficou muito mais livre do controle burocrático. A Inglaterra e a França conduziram estas modificações, enquanto a Alemanha só veio a estabelecer

¹⁶ Padrão libra-ouro.

¹⁷ Tal padrão só viria a ser substituído pelo dólar-ouro definitivamente com o advento da ordem de Bretton Woods ao fim da Segunda Guerra Mundial (DATHEIN, 2005).

¹⁸ Davam exemplos de tais reminiscências o controle das corporações sobre a produção artesanal na Alemanha, derrubado na maior parte do país por volta da metade dos anos 1860 e a manutenção de taxas feudais na Suécia, Dinamarca e Rússia, eliminadas respectivamente, em 1864, 1857 e 1866 (HOBSEAWM, 1982).

medidas similares por volta da década de 1870. A lei comercial foi então adaptada à atmosfera que prevalecia de florescente expansão comercial (HOBSBAWM, 1982, p. 51-52).

Assim, como caracteriza Hobsbawm, verificou-se no período uma tendência impressionante em “direção à total liberdade de comércio” exemplificada pela “eliminação ou redução de restrições” a utilização de vias navegáveis internacionais como o “Danúbio (1857) e o tráfico entre a Dinamarca e a Suécia”, pela simplificação do sistema monetário internacional por meio da “criação de grandes zonas monetárias” como a União Monetária Latina da França, Bélgica, Suíça e Itália (1865), assim como, pela assinatura de “tratados de livre comércio” que diminuíram de maneira substancial as “barreiras tarifárias entre as nações industriais líderes na década de 1860”. Ao passo que a Inglaterra – armada com seus produtos industrializados – liderava a ofensiva liberal mundial, os EUA com uma indústria largamente apoiada no mercado interno e com exportações pouco expressivas “permaneceu um bastião do protecionismo”, apesar de poder ser verificada “alguma modificação no começo da década de 1870” (HOBSBAWM, 1982, p. 52).

Tal liberalização internacional dos mercados favorecia de um lado, a Inglaterra, que sem competidores a sua altura, podia trocar livremente seus produtos industrializados por uma grande quantidade de alimentos e matéria-prima baratos dos países subdesenvolvidos, e de outro, as elites proprietárias dos meios de produção destes últimos para os quais o mercado inglês era um grande escoadouro da produção e principal fonte de manufaturas¹⁹.

No período entre 1848 e 1890, as nações onde predominava a exploração do trabalho escravo – destacadamente Cuba e Brasil – viram as bases da mesma ser minadas pela ofensiva mundial do liberalismo que, em 1850 impôs a abolição do tráfico negreiro. Para os liberais tais nações eram “contrárias à marcha da história, moralmente indesejáveis e economicamente ineficientes”, fazia-se necessário incorporá-las ao mundo do trabalho assalariado (HOBSBAWM, 1982, p. 155).

Há época o “contraste mais óbvio entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos era, e ainda é, aquele entre pobreza e riqueza”. Nos países desenvolvidos as pessoas que morriam de fome eram contadas em centenas – 500 mortes por ano na Inglaterra –, enquanto, na Índia subdesenvolvida, a “grande epidemia de fome”

¹⁹ Acerca de tal processo na particularidade brasileira ver *Dialética da Dependência* (2005) de Ruy Mauro Marini.

de 1865-1866 e a de 1876-1888 matava na casa dos milhões. O caso chinês não é diferente – entre 1849 e 1864 foram cerca de 34 milhões de mortes causadas pela fome. Segundo Hobsbawm (1982, p. 146-147), os fins da “década de 1860 e princípios da de 1870 viram uma epidemia de fome no cinturão dos países que ia da Índia à Espanha”. Em síntese, o “principal do Terceiro Mundo não parecia se beneficiar de forma significativa do progresso extraordinário e sem precedentes do Oeste”. Mas, porque os países que competiam diretamente com a Inglaterra aceitaram o arranjo liberal?

Como aponta Hobsbawm (1982, p. 54), em parte, os concorrentes da Inglaterra “estavam muito influenciados pelos argumentos econômicos” que “pareciam ter a força de leis naturais”, por outro lado, tais economias em processo inicial de industrialização viam “duas vantagens no livre comércio”:

Em primeiro lugar, a expansão geral do comércio mundial, que era realmente muito espetacular comparada ao período de antes de 1840, beneficiou a todos, mesmo que beneficiasse desproporcionalmente à Inglaterra. Tanto um comércio de exportação grande e sem impedimentos, quanto uma fonte de alimentos e matérias-primas igualmente grande e sem impedimentos eram evidentemente desejáveis. Se alguns interesses específicos pudessem ser afetados de forma adversa, havia outros que a liberalização compensava. Em segundo lugar, qual fosse a futura rivalidade entre as economias capitalistas, nesta etapa de industrialização a vantagem de poder utilizar o equipamento, as fontes e o know-how da Inglaterra era bastante útil. Para tomar apenas um exemplo, ilustrado pelo quadro seguinte, o ferro para estradas de ferro e maquinaria, cujas exportações aumentaram na Inglaterra, não inibiu a industrialização de outros países mas, pelo contrário, facilitou-a.

Assim, o conjunto de estímulos a acumulação capitalista sinalizado teve como resultado, uma forte expansão da economia capitalista. Em 1850, a Inglaterra era responsável por metade da produção mundial de carvão. Sua produção de ferro era de 2,5 milhões de toneladas anuais. No início da década de 1870 “França, Alemanha e os Estados Unidos produziam cada um entre um e dois milhões de toneladas, enquanto a Inglaterra ainda ‘oficina do mundo’ permanecia bem na frente com 6 milhões, ou seja, metade da produção mundial”. Entre 1850 e 1870 a “produção mundial de carvão multiplicou-se por duas vezes e meia, a produção de ferro multiplicou-se por quatro vezes”, e a energia produzida medida em cavalos-vapor foi multiplicada quatro vezes e meia passando de “4 milhões HP em 1850 para cerca de 18,5 milhões de HP em 1870”. Segundo Hobsbawm (1982, p. 55-56), a “industrialização estava em processo” e tinha a característica significativa de que o “progresso estava agora geograficamente muito mais

espalhado, apesar de muito desigual”. A expansão das estradas de ferro e da máquina a vapor transformava a paisagem de países não industrializados²⁰.

Em meados da década de 1840, dentre os países “subdesenvolvidos”, apenas Cuba possuía algum tipo de estrutura ferroviária instalada, ao passo que, em 1855 já “havia linhas em todos os cinco continentes [...] apesar de na América do Sul (Brasil, Chile, Peru) serem dificilmente visíveis”. Enquanto na década de 1840 praticamente não existiam ferrovias e locomotivas fora da Inglaterra, em 1875 o “mundo possuía 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros, meio milhão de vagões de carga” que movimentavam “1.371 milhões de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias [...] nove vezes mais do que era carregado anualmente por via marítima” na década de 1870 (HOBSBAWM, 1982, p. 68).

Do ponto de vista tecnológico, de acordo com o autor (HOBSBAWM, 1982, p. 57), a indústria pesada em desenvolvimento entre 1848 e 1875 “não era particularmente revolucionária senão em escala”. No geral, a “Revolução industrial da década de 1870” ainda tinha como base as “inovações técnicas de 1760-1840”. Ainda assim, teve lugar em meio a tal Revolução o desenvolvimento de duas tecnologias revolucionárias que mostrariam seu valor no período imediatamente posterior: a química e a elétrica.

A partir de 1850 ampliou-se de maneira significativa a relação entre a ciência acadêmica e os avanços da indústria, como dão exemplos a produção do telégrafo, das primeiras tintas artificiais, dos explosivos, da fotografia, do petróleo²¹ e as inovações fundamentais na produção do aço como o “processo Gilchrist-Thomas ‘básico’”. Em suma, o “professor tornou-se uma figura industrial mais importante do que nunca [...] o laboratório de pesquisa tornou-se parte integrante do desenvolvimento industrial”. No caso europeu, a fusão entre a ciência acadêmica e os processos produtivos ficou a cargo das “universidades ou instituições similares”, enquanto nos EUA o “laboratório puramente comercial já havia aparecido no limiar das companhias telegráficas”. Tal “penetração da indústria pela ciência”, tornou o sistema educacional “crucial para o desenvolvimento da indústria”, dali em diante, “era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições de educação avançada viesse a se tornar uma

²⁰ Hobsbawm (1982, p. 56) informa que na Suíça havia 34 máquinas fixas nas fábricas e minas em 1850, número que salta para quase mil em 1870; na Áustria, eram 671 em 1852 e 9.160 em 1875, configurando-se um aumento de quinze vezes de sua capacidade; por fim, na Holanda o total da força a vapor foi multiplicado por trinta no período.

²¹ Em 1859 já começava a ser construído o grande monopólio do petróleo Standard Oil Company da família Rockefeller (HOBSBAWM, 1982, p. 59).

economia ‘moderna’”. Países como a Suécia onde existia um bom sistema educacional em meados do século XIX, tiveram mais facilidade para dar início ao seu processo de desenvolvimento capitalista (HOBSBAWM, 1982, p. 58).

Para além do campo científico, também teve grande importância a “produção em massa de maquinaria²²”, campo no qual a engenharia de produção em massa norte-americana contribuiu sobremaneira, são exemplos, a produção do “revólver Colt, rifle Winchester, relógios produzidos em massa, máquina de costura e [...] as modernas linhas de montagem, isto é, o transporte mecânico do objeto de produção de uma operação à seguinte” que viria a ser característica fundamental no fordismo dominante ao longo da maior parte do século XX (HOBSBAWM, 1982, p. 60).

Até então, os únicos países que tinham experimentado o desenvolvimento intensivo da indústria eram a Inglaterra e a Bélgica. Como procuramos evidenciar, a partir do período iniciado em 1848 – derrota da Primavera dos Povos – novas economias passaram por um processo intensivo de acumulação, concentração e centralização capitalista da riqueza, notadamente, EUA, França e Alemanha, ao passo que, o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação tornaram possível o estabelecimento do mercado mundial de modo nunca antes visto, contribuindo para a conformação da era monopolista/Imperialista a partir da crise de 1873 (HOBSBAWM, 1982, p. 56).

2.1.1. RELAÇÕES SALARIAIS E CONTRATOS EM TEMPOS DE LIBERALISMO (1848-1875)

A tendência a liberalização que destacamos anteriormente, também se manifestou em modificações na regulamentação das relações contratuais e salariais estabelecidas entre patrões e empregados no mercado de trabalho. Na Inglaterra foram levadas a cabo modificações na legislação que estabeleciam a igualdade entre o contratante e o contratado no que diz respeito ao rompimento do contrato de trabalho²³, a duração média dos contratos foi diminuída e o período médio de pagamento caiu gradualmente para uma

²² Em 1855 os EUA produziam 400 mil relógios de pulso por ano; entre 1861 e 1865 foram produzidos cerca de 3 milhões de rifles para armar os soldados Federais e Confederado na Guerra Civil Norte-Americana. Tais números assustavam os países europeus que “já percebiam, por volta de 1860, a superioridade tecnológica dos Estados Unidos na produção em massa” (HOBSBAWM, 1982, p. 60)

²³ Na década de 1860 foram abolidos os Master e Servants acts que puniam com cadeia os trabalhadores que rompessem seus contratos de trabalho, além do contrato de longo termo como o anual bond vigente entre os mineiros do norte da Inglaterra (HOBSBAWM, 1982, p. 226).

semana, um dia e até uma hora, flexibilizando a barganha entre capital e trabalho no mercado.

Na produção, houve a proliferação do pagamento de salário por peça, forma mais favorável de exploração do trabalhador pelo capital, visto que, como destacado por Marx, contribui para a intensificação do processo de trabalho aumentando a produtividade; diminui possíveis negligências dos trabalhadores; funciona como “solução para reduzir a conta de salários em tempos de depressão”; opõe os trabalhadores uns aos outros, dadas as diferenças salariais entre os que produzem mais e menos além de; ser um “método adequado para reduzir os custos do trabalho e impedir que salários aumentassem mais do que era necessário e conveniente”. Por seu turno, os trabalhadores e suas organizações procuraram “remover estas desvantagens reintroduzindo o conceito de um salário básico previsível e impossível de ser comprimido”, obtendo como resposta dos capitalistas que “deviam agradecer por ter afinal algum trabalho, já que havia um grande exército industrial de reserva do lado de fora esperando por aqueles empregos” (HOBSBAWM, 1982, p. 227).

Como indica o autor (HOBSBAWM, 1982, p. 228, grifos do autor), há poucas evidências de que ocorreu aumento significativo dos salários reais na Europa até 1870, porém, o “contraste com as décadas desesperadas e sofridas de 1830 e 1840 era palpável”. Apesar do aumento do custo de vida verificado em 1853-1854 e da ocorrência da crise financeira de 1857, não houve distúrbio social significativo. Enquanto do lado da oferta o “grande boom econômico havia fornecido emprego [...] numa escala sem precedentes”, do lado da demanda por trabalho os “exércitos de reserva da população rural [...] estavam agora pela primeira vez avançando *en masse* sobre os mercados de trabalho. Porém, a grande disponibilidade de mão-de-obra não reverteu as condições atingidas pela classe operária à época, dando mostras do “ímpeto” e da “escala” da expansão econômica em curso.

Segundo Hobsbawm (1982, p. 227), nas décadas de hegemonia liberal que sumariamos, dentre os fatores que mais pesavam sobre a vida dos trabalhadores encontrava-se a insegurança. Não havia previsibilidade acerca da quantia que seria levada para casa ao fim da semana de trabalho; do tempo de permanência em um mesmo emprego; do tempo necessário para conseguir um novo emprego em caso de demissão; das possíveis doenças e acidentes aos quais estavam expostos e “embora soubessem que algum dia no meio da vida [...] iriam se tornar incapazes para o trabalho pleno e adulto, não sabiam o que iria acontecer entre este momento e a morte”:

Não havia certeza no trabalho mesmo para os mais especializados: durante a queda de 1857-58 o número de trabalhadores na indústria de engenharia em Berlim caiu em quase uma terça parte. Não existia nada que correspondesse à moderna segurança social, exceto caridade e readmissão no serviço, mas algumas vezes nem isso [...] Para o mundo do liberalismo, insegurança era o preço a pagar por progresso e liberdade, sem mencionar riqueza, e tornava-se tolerável pela contínua expansão econômica (HOBSEAWM, 1982, p. 228).

Em uma época de grande expansão dos negócios, o “mundo dos burgueses estabelecidos” também era “basicamente inseguro”. A competição entre os diferentes setores da burguesia no mercado vitimava ora um, ora outro, assim como as crises eliminavam os setores menos adaptados às exigências do processo de acumulação em curso, porém, os que saíam perdendo desses processos eram “apenas uma pequena minoria das classes médias, e a penalidade do fracasso raramente era o trabalho manual, menos ainda, o trabalho de casa”, ou seja, nunca se tornaria um trabalhador ou trabalhadora (HOBSEAWM, 1982, p. 228).

Em meados do século XIX, as classes médias viviam a “idade de ouro das pessoas em idade madura”, aos 40 anos de idade estavam no ponto alto de suas “carreiras, renda e atividade e o declínio fisiológico ainda não havia-se tornado muito óbvio”. Já no caso dos trabalhadores, eram poucos aqueles que detinham posses suficientes para se manter por algumas semanas, mesmo quando considerados os trabalhadores especializados que tinham salários ligeiramente melhores que os demais. Segundo Hobsbawm (1982, p. 228-229). o “caminho normal da vida” de um trabalhador em meados do século XIX, passava inevitavelmente pelo “nascimento de crianças, a velhice e a impossibilidade de continuar o trabalho”, da exemplo disso, a situação vivenciada pelas famílias trabalhadoras de Preston em 1851, onde “52% de todas as famílias operárias com crianças abaixo da idade de trabalho, trabalhando em pleno serviço num ano de comércio memorável (1851) poderia esperar viver abaixo da linha de miséria”, somam-se a esta situação a perspectiva de desemprego, dada a perda da força física necessária à execução de determinadas funções a partir dos 40 anos e, a impossibilidade de obter renda para se manter na velhice, visto que, ainda não existia a difusão dos programas de previdência e proteção social característicos do momento subsequente da acumulação capitalista.

No que diz respeito à organização sindical dos trabalhadores, como sinaliza Hobsbawm (1982, p. 229), os sindicatos eram compostos em sua maioria pelos trabalhadores especializados e com melhor condição salarial, o que parecia um paradoxo incompreensível para a classe média da época. De fato, ocorria que, esses trabalhadores,

[...] objeto de competição entre empregadores não eram apenas aqueles que tinham força de barganha para fazer a existência de sindicatos possível mas

também aqueles mais conscientes de que “o mercado” sozinho não lhes garantia nem segurança nem aquilo a que eles pensavam ter direito.

Porém, mesmo a existência de sindicatos organizados por trabalhadores dotados de tal consciência, não impedia que os próprios trabalhadores fornecessem aos empregadores uma importante “solução para o controle do trabalho”. Como destaca nosso autor, a “esmagadora maioria” dos trabalhadores “gostavam de trabalhar e suas expectativas eram espantosamente modesta”. A massa de trabalhadores não especializados que chegava do interior para disputar por uma vaga de emprego no mercado de trabalho era proveniente de um “meio onde o trabalho pesado era o critério do valor de uma pessoa”. Ao passo que a massa dos trabalhadores era um tanto modesta em suas pretensões e disposta para o trabalho, os trabalhadores mais especializados eram “sensíveis aos incentivos (não-capitalistas) do orgulho e conhecimento de suas especializações”, contribuindo cada um à sua maneira para o controle do trabalho pelo capital (HOBSEAWM, 1982, p. 230):

Evidentemente, esta visão não-capitalista do trabalho beneficiava mais aos empregadores que aos operários. É necessário observar que os compradores no mercado de trabalho operavam segundo o princípio de comprar no mercado mais barato e vender no mais caro, embora às vezes ignorantes dos métodos de avaliação corretos. Mas os vendedores não estavam geralmente pedindo o salário máximo que o mercado pudesse agüentar e oferecendo em troca a quantidade mínima de trabalho que pudessem. Estes últimos estavam apenas buscando uma forma decente de ganhar a vida. Eles estavam apenas tentando melhorar um pouco. Em resumo, embora naturalmente não fossem insensíveis às diferenças entre salários altos e baixos, eles estavam comprometidos mais com a vida humana do que com transações econômicas (HOBSEAWM, 1982, p. 230).

Neste período, não podemos deixar de notar, a contribuição da 1ª Internacional, a partir de 1866, para a construção do movimento dos trabalhadores em “um razoável número de países, sob a forma de um maciço movimento industrial e sindical”. Entre 1868 e 1874, verificou-se um ciclo de greves e agitação trabalhista que varreu a Europa passando por Alemanha e França (1868), Bélgica (1869), São Petersburgo (1870), Espanha (1871), Itália (1871-1874) e Inglaterra que experimentou o ápice do movimento grevista entre 1871 e 1873. Como aponta Hobsbawm, na época os “sindicatos na Alemanha aprenderam a tomar decisões sobre greves somente em comícios de massa, representando também aqueles que não estavam organizados”, o que, “assustava governos, especialmente em 1871 quando a época de maior apelo popular da Internacional coincidiu com a Comuna de Paris” (HOBSEAWM, 1982, p. 126-127).

Apesar da onda de manifestações trabalhistas, a implementação da “ortodoxia do laissez-faire econômico” por diversos governos era um obstáculo a possibilidade de

adoção de medidas de reforma social que pudessem diminuir a pressão dos trabalhadores. No entanto, na Alemanha, como resposta ao desenvolvimento do movimento socialista, em 1872, foi criada a “influente Sociedade para a Política Social [...] que advogava a reforma social como uma alternativa para, ou melhor, um profilático contra a luta de classes marxista”. Segundo nosso autor, dados os níveis atingidos pelas mobilizações dos trabalhadores, uma série de governos que até o momento “viam a interferência pública no mecanismo de mercado livre como um caminho certo para a ruína” passaram a considerar a legalização da atividade dos sindicatos como forma de controle de sua dinâmica (HOBSBAWM, 1982, p. 127).

Na década de 1860, a lei foi modificada para permitir uma certa e limitada organização trabalhista, bem como algumas greves em alguns países da Europa; ou, para ser mais exato, abrir espaço na teoria do mercado livre para a barganha livre e coletiva de trabalhadores. Entretanto, a posição legal dos sindicatos permanecia bastante incerta (HOBSBAWM, 1982, p. 127).

Apenas na Inglaterra, onde a classe operária tinha um grande peso político, entre 1867 e 1875, houve a abolição de “todos os significativos obstáculos legais aos sindicatos trabalhistas e ao direito de greve”, conformando-se no período um “sistema virtualmente completo de reconhecimento legal, de tal forma favorável ao sindicalismo que, desde então, tentativas periódicas ocorreram para tirar a liberdade que eles haviam recebido” (HOBSBAWM, 1982, p. 127). Mesmo confrontados com o exemplo inglês, um grande número de países “hesitaram em conceder tal liberdade à organização trabalhista”, como no caso da Alemanha de Bismarck que, proibiu a atividade socialista ao fim da década de 1870. Ainda assim, em resumo, entre 1848 e 1875 manifestou-se nos países desenvolvidos uma tendência a configuração de relações de trabalho pautadas no contrato livre onde o mercado passava a ser o único mecanismo de regulação da “compra e venda da força de trabalho” (HOBSBAWM, 1982, p. 52-53).

Como desenvolve Hobsbawm (1982, p. 54-225), o estabelecimento da liberdade de contrato e a legalização da ação sindical por parte dos governos, “pouco parecia afetar os lucros”, pois, as massas camponesas, os ex-artesãos, demais habitantes das cidades e os fluxos migratórios contribuía para a formação de um exército industrial de reserva – tal como definido por Marx – capaz de manter os “salários a um nível satisfatoriamente modesto”. Em países como Inglaterra, Alemanha e França o “máximo adequado para a classe trabalhadora era uma quantidade suficiente de comida boa e decente [...] um lugar modesto para a vida social, vestimenta adequada para proteger a moral, e saúde e conforto sem arriscar uma tendência à imitação dos melhores na escala social” (HOBSBAWM,

1982, p. 226). Deste modo, em meados do século XIX, a manutenção de baixos níveis salariais era um axioma da burguesia liberal.

2.1.2. CRISE E DECADÊNCIA DA HEGEMONIA LIBERAL

Na década de 1870, o processo de expansão capitalista sob hegemonia do liberalismo econômico desencadeado a partir de 1848 se mostraria “curiosamente catastrófico”. A economia capitalista do período se movia em ciclos nos quais, de tempos em tempos, “quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam booms estratosféricos” até que a baixa dos preços fosse suficiente para “dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que então os homens de negócios recomencessem o investimento e a expansão, renovando desta forma o ciclo”. O ano de 1873 marcou a entrada da economia mundial em uma dessas épocas de quedas agudas, falências, concentração e centralização de capitais (HOBSBAWM, 1982, p. 61). Como revela nosso autor,

21.000 milhas de estradas de ferro americanas entraram em colapso e falência, as ações na bolsa alemã caíram em 60% entre a alta e 1877 e – mais característico – quase metade dos altos fornos nos grandes produtores de ferro pararam. O dilúvio de imigrantes para o Novo Mundo foi reduzido para um modesto rio. Entre 1865 e 1873, anualmente, mais de 200 mil chegavam no porto de Nova York, mas em 1877 apenas 63 mil o fizeram. Mas, diferente das outras quedas durante o século, esta não parecia chegar a um fim [...] Historiadores têm duvidado da existência daquilo que tem sido chamado "A Grande Depressão" de 1873 a 1896, que evidentemente não foi tão dramática quando a de 1929 a 1934, quando a economia capitalista mundial chegou a entrar em colapso. No entanto, observadores da época não tinham dúvida de que o grande boom havia sido seguido por uma grande depressão (HOBSBAWM, 1982, p. 62).

A partir da depressão iniciada em 1873, abriu-se um novo momento da acumulação capitalista onde foram minadas as “fundações do liberalismo de meados do século XIX” aparentemente muito bem estabelecido até a eclosão da crise. Na década de 1870, o valor do comércio externo correspondente a cada “cidadão do reino Unido, França, Alemanha, Áustria e Escandinávia era entre quatro e cinco vezes o que havia sido em 1830”, para os holandeses e belgas era “três vezes maior”, enquanto nos EUA, país mais protecionista no período, havia dobrado. A consideração das trocas comerciais entre as principais potências da época e dessas com os subdesenvolvidos dão exemplo do ímpeto da expansão em curso até meados da década de 1870. Foram trocadas ao longo da década “88 milhões de toneladas de mercadorias” ao passo que eram apenas 20 milhões em 1840. Vejamos a variação do comércio de algumas mercadorias no período entre os desenvolvidos: “31 milhões de toneladas de carvão atravessaram os mares,

comparadas a 1,4 milhão [1830]”; no caso do trigo houve um salto de menos de 2 milhões de toneladas na década de 1840 para 11,2 milhões em 1870; o comércio de ferro passou de um milhão para 6 milhões de toneladas; ao passo que, “antecipando o século XX” foram comercializadas “1,4 milhão de toneladas de petróleo, que era desconhecido do comércio internacional em 1840 (HOBSEBWM, 1982, p. 65).

Os números do comércio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos também são reveladores. Entre 1848 e 1870 as exportações da Inglaterra para a “Turquia e o Oriente Médio” se expandiram de 3,5 milhões de libras para 16 milhões; para a Ásia, o salto foi de “7 milhões para 41 milhões em 1875; para a América Central e do Sul a variação foi de “6 milhões para 25 milhões em 1872”; para a Índia passou de aproximadamente “5 milhões para 24 milhões em 1875”; os números do comércio inglês com a Austrália não são muito diferentes, houve um salto de “1,5 milhão para mais de 20 milhões em 1875”. Segundo Hobsbawm (1982, p. 65), em resumo, entre as décadas de 1840 e 1870 o “valor das trocas entre a mais industrializada das economias e as regiões mais atrasadas ou remotas do mundo havia se multiplicado por seis”, de modo que, a “rede que unia as várias regiões do mundo visivelmente apertava”.

Como já sinalizado, em geral, os grandes booms econômicos são sucedidos por crises, e foi uma destas que atingiu a acumulação capitalista no período 1873-1893. O “vasto aumento no tráfico de trocas internacionais, mercadorias e pessoas” que destacamos em largos traços, deu origem a uma “economia mundial onde todas as partes estavam de tal modo dependentes umas das outras que um empurrão numa delas ameaçava inevitavelmente pôr todas as outras em movimento”. A partir de então a “crise do ciclo do comércio tornou-se genuinamente mundial”. Em 1857 a primeira crise desse tipo teve início a partir de um “colapso bancário em Nova York”, e se espalhou para Inglaterra, norte da Alemanha, Escandinávia, e Hamburgo “deixando uma trilha de bancarrotas e desemprego enquanto atravessava oceanos em direção à América do Sul. Em 1873 veio à tona uma crise de caráter mais duradouro, cujos “efeitos a longo prazo viriam a ser [...] muito mais profundos”(HOBSEBWM, 1982, p. 81).

Deslegitimados pela crise, os agentes do liberalismo viram sua influência diminuir nos últimos 25 anos do século XIX. Na Inglaterra, os “liberais/whig” que tinham “permanecido com o poder [...] através de todo o período entre 1848 e 1874”, passaram apenas 8 anos no poder no último quarto do século. No caso da Alemanha e da Áustria os “liberais cessaram, na década de 1870, de ser a base parlamentar principal dos governos”. A crise significava à época a derrota da ideologia do livre mercado e vinha acompanhada

de um processo de “democratização da política eleitoral que destruiu a ilusão de que seu programa representava a vontade das massas”:

A tendência em relação à liberdade de comércio foi revertida na Rússia e na Áustria em 1874-75, na Espanha em 1877, na Alemanha em 1879 e praticamente em todos os lugares exceto na Inglaterra – e mesmo ali o livre comércio estava sob pressão a partir da década de 1880. Por outro lado, as demandas vindas de baixo por proteção contra os “capitalistas”, por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e um salário mínimo por parte dos trabalhadores tornaram-se audíveis e politicamente eficazes. As “classes melhores”, fosse a antiga nobreza hierárquica ou a nova burguesia, não podiam mais falar pelas “ordens subalternas” ou, o que é mais importante, confiar no seu apoio não compensado (HOBSEBAWM, 1982, p.309).

Sob pressão das massas e dos processos de centralização e concentração de capital em curso no último quarto do século XIX um “novo estado, cada vez mais forte e intervencionista e dentro dele um novo tipo de política desenvolveram-se”. Segundo Hobsbawm, com exceção da Inglaterra, Holanda, Bélgica e Dinamarca, “bastiões do liberalismo”, houve um crescimento do gasto estatal per capita em “praticamente todo o mundo [...] muito como resultado do violento aumento da dívida pública”, particularmente, em países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Argentina em processo de construção de sua infra-estrutura econômica por meio da importação de capital (HOBSEBAWM, 1982, p. 309-310). Mesmo nesse contexto de expansão do gasto público os “gastos sociais, com a exceção talvez da educação, permaneceram bem negligenciáveis”. A ampliação massiva dos gastos sociais como política de contensão do animo das massas e promoção da acumulação ainda teria que esperar os acontecimentos da primeira metade do século XX – 1º Guerra Mundial, Revolução Russa, crise de 1929 e 2º Guerra Mundial – para ganhar força como uma opção efetiva para os capitalistas.

2.2. O PADRÃO FORDISTA/KEYNESIANO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA (1930-1973)

Segundo nossos autores (MANDEL, 1982; IANNI, 2009; NETTO, 1996; OLIVEIRA, 1998; BEHRING, 2010; SALVADOR, 2012), no capitalismo monopolista o Estado cumpre um papel fundamental, na medida em que, por meio de impostos, contribuições e taxas se apropria de uma parcela significativa dos salários e do mais-valor extraído dos trabalhadores com o objetivo de utiliza-las para garantir as condições de produção/acumulação e reprodução do capital. Desta maneira, segundo Behring (2010, p.20), o fundo público corresponde a massa de recursos centralizados pelo Estado por meio da arrecadação de impostos, contribuições e taxas sobre os diferentes segmentos da sociedade, ou em outras palavras, é a “parte do trabalho excedente que se metamorfoseou

em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado” somada aos impostos que incidem direta e indiretamente sobre o trabalho necessário – salários – do conjunto da classe trabalhadora. Dentre as principais utilizações do fundo público pelo Estado, encontram-se as medidas anticíclicas de combate a crise com vistas a contribuir para a perpetuação e recomposição dos lucros capitalistas e a reprodução da força de trabalho por meio da “implementação de políticas sociais”.

Para Mandel (1982, p. 337) toda “decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influência a redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo de capitalistas”, o que contribui para o aprofundamento das relações entre o interesse econômico dos grupos capitalista e a esfera política, como condição importante para a obtenção de lucros na fase imperialista madura. Aqueles com maior influência sobre as decisões estatais têm mais possibilidades de garantir uma acumulação de capital satisfatória.

Como desenvolve Souza Filho (2016, p. 328), a expansão das atividades do Estado e, conseqüentemente do fundo público, no capitalismo tardio, acarreta mudanças qualitativas na disputa em torno da riqueza socialmente produzida. Assim, por meio da análise do fundo público, torna-se possível compreender a articulação entre a “dimensão econômica da distribuição e da repartição da mais-valia, com sua expressão política [...] tanto no campo da sociedade civil [...] quanto na esfera estatal”²⁴.

Na análise de Souza Filho a “disputa travada na sociedade entre as classes e frações de classes pela riqueza produzida passa agora a ocorrer também na esfera estatal em torno do fundo público”, principalmente “na definição da tributação e na definição do gasto público”. Trata-se da tentativa das classes sociais de compensar as perdas, ou de aumentar os ganhos obtidos na disputa pela riqueza produzida em sociedade. Desta forma, a “defesa de uma tributação progressiva ou regressiva recoloca a disputa entre as classes fundamentais do capitalismo no âmbito estatal de forma significativa” ao passo que a “definição dos gastos públicos entre aqueles voltados para a ampliação do salário indireto e aqueles destinados à reprodução do capital expressam o mesmo conflito de interesses” agora na esfera da execução dos recursos públicos (SOUZA FILHO, 2016, p. 327).

²⁴ No artigo *Financiamento tributário da política social no pós-real* (2012, p. 128) Evilasio Salvador manifesta uma apreensão similar acerca do fundo público ao afirmar que o mesmo deve ser encarado como o “espelho da vida política de uma sociedade”, na medida que, a análise de sua estrutura de gastos e receitas permite que se verifique “sobre que classe ou fração de classe recai o maior ou o menor ônus da tributação e as que mais se beneficiam com os seus gastos”.

Por fim, para Souza Filho, dada a superexploração da força de trabalho característica dos países dependentes²⁵ como o Brasil, a baixa condição de vida da classe trabalhadora gera um “aumento das necessidade para sua reprodução social” ao passo que, a dinâmica da transferência de valor para o setor externo “restringe o quantum de recursos do fundo público disponível para o desenvolvimento de políticas sociais” (SOUZA FILHO, 2016, p. 338), assim na particularidade desses países o “antivalor possui baixa potência para processar uma contradição significativa à fração do valor constitutiva do fundo público e ao processo de produção de valor”. Nesse sentido, Souza Filho sugere que a dinâmica resumida acima determina sobremaneira que se desenvolva nos países periféricos como o Brasil uma tendência do fundo público no sentido da concentração da riqueza socialmente produzida.

Com base nos pressupostos da crítica da economia política, em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (2011), ao analisar o processo de acumulação capitalista, particularmente, suas manifestações a partir do último quarto do século XIX, Lenin concluiu que a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolistas – imperialismo – significou uma mudança qualitativa do ponto de vista da acumulação, concentração e centralização do capital. Segundo Mandel (1982, p. 337-338) com o desenvolvimento dos monopólios instaurou-se “uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e a correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas”. Em decorrência, houve um grande crescimento das despesas militares, do aparato estatal e dos rendimentos sociais absorvidos pelo Estado. Aqui as despesas militares²⁶ cumprem uma função dupla, quais sejam, a de “defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital”.

Da necessidade de garantir a proteção e a reprodução das relações de produção fundamentais, originam-se as três principais funções do Estado na fase imperialista, quais sejam: a repressão a qualquer ameaça das classes dominadas, ou frações da classe dominante, ao modo de produção estabelecido, por meio do uso do aparato militar estatal,

²⁵ Como destacamos anteriormente, para Marini (2005), os países dependentes têm como característica a superexploração da força de trabalho, tal fenômeno se manifesta no pagamento de salários abaixo do valor da mesma, impondo dificuldades à reprodução da classe trabalhadora em sua condição de classe trabalhadora. Para uma abordagem sugestiva da superexploração do trabalho nos governos do PT ver Luce (2012).

²⁶ Ver também Mészáros (2002) acerca da importância do complexo industrial-militar.

do sistema judiciário e penitenciário, tratada por Marx, Engels e Lenin; a integração das classes dominadas, de modo a garantir a manutenção do domínio ideológico da classe dominante e, conseqüentemente, a aceitação pela via do consenso, das relações de produção estabelecidas pelas classes exploradas, analisada mais detidamente por Gramsci e Lukács; e por fim o Estado tem como função, a criação das “condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (MANDEL, 1982, p. 333-334).

A concorrência generalizada entre os capitais individuais dificulta, quando não torna impossível, a representação dos interesses gerais do capital pelos mesmos. Deste modo, determina “inevitavelmente, uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um ‘capitalista total ideal’” garantidor dos “interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do ‘capitalista total real’” (MANDEL, 1982, p. 336), este último é constituído pelo conjunto dos capitais individuais conflitantes.

A referida autonomização do poder do Estado é relativa, haja vista, a predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista. Isto ocorre, pois, as ações do Estado, como capitalista total ideal, na medida em que “transcendem os interesses competitivos conflitantes de capitalistas específicos, têm efeitos importantes sobre esses interesses” (MANDEL, 1982, p. 337).

Deste modo, na fase imperialista, por um lado, teve lugar o reconhecimento pelo Estado de certos direitos aos trabalhadores, com vistas a evitar que a luta dos trabalhadores se tornasse mais radical, colocando em xeque a dominação do capital. Por outro lado, tais direitos corresponderiam “aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração”. Assim, a ampliação da legislação social teria levado a uma “redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público [...] a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista” (MANDEL, 1982, p. 338-339). Como afirma Mandel:

Todas as ilusões subseqüentes relativas a um “Estado social” baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da distribuição” não

passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo o fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim “estimular investimentos” (MANDEL, 1982, p. 339).

Assim, a atuação do Estado sobre a repartição do valor produzido entre capital e trabalho, pode, apenas e tão somente, se configurar como,

[...] uma redistribuição ‘horizontal’ por meio da centralização de frações de mais-valia e salários (‘salários indiretos’) – cuja finalidade é assegurar a realização efetiva de certas despesas importantes para a preservação da sociedade burguesa, que os gastos privados das duas principais faixas de renda não cobrem (MANDEL, 1982, p. 342).

Dessa perspectiva, a redistribuição horizontal da renda nacional pelo Estado é determinada por condições objetivas como a *taxa geral de aumento de produção*, o *desenvolvimento da taxa de lucros*, as *relações de força entre as classes*, a *quantidade e variedade das funções desempenhadas pelo Estado* e o “*grau de interferência nos interesses privados necessário à realização dessas funções*” (MANDEL, 1982, p. 342-343, grifos nossos).

Segundo Mandel, para garantir a lucratividade do capital, no contexto supracitado, o Estado incorpora cada vez mais setores da produção e reprodução do capital, de modo a socializar os custos do processo de acumulação capitalista; adota medidas no sentido de administrar as crises; intervém combinando simultaneamente as funções econômica e integradora do Estado, de modo a, levar a classe trabalhadora a crer na possibilidade de “um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade ‘pluralista’”; aumenta a sua ação sobre a economia, garantindo um maior controle sobre os rendimentos sociais. Em suma “a parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe cresce constantemente”, porém, tal movimento só se efetiva, à medida que contribui para estabilizar ou acelerar a dinâmica da acumulação capitalista, conseqüentemente, a obtenção de lucros pelo capital privado (MANDEL, 1982, p. 339-342).

De acordo com Salvador (2012, p.126), na fase imperialista o fundo público contribui para a reprodução do capital 1) “Como fonte importante para a realização do investimento capitalista” por meio de subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais, “redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam a reprodução do capital” 2) “Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários

indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição” 3) a partir das funções indiretas do Estado que garantem “vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura”, dos gastos em investigação e pesquisa “além dos subsídios e renúncias fiscais para empresas” 4) por meio da “transferência de recursos sob a forma de juros e amortizações da dívida pública para o capital financeiro”. Assim, o fundo público constitui-se como fonte da totalidade dos “recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público”.

A ampliação do papel do Estado a partir do final do século XIX e início do século XX, não foi o único evento importante no período, vinha acompanhada do desenvolvimento de uma nova organização do trabalho que revolucionaria o modo de produção capitalista, lançando as bases da produção/acumulação capitalista até meados dos anos 1970: o fordismo.

2.2.1. O FORDISMO

De acordo com Coriat (1993, p. 2-51, tradução nossa), o desenvolvimento industrial experimentado entre 1848 e 1875 preparou o terreno para o surgimento entre o último quarto do século XIX e início do século XX do “processo de trabalho adequado” a produção em massa, conformando-se no período a “maior revolução da história humana”. Como indica nosso autor, houve o início da penetração da fábrica/oficina pela cronometro – taylorismo/fordismo – o que implicou, modificações significativas no conjunto das relações entre as classes, nos processos produtivos e, como já sinalizado na seção anterior, nas práticas estatais de regulação e controle social.

A organização do trabalho de tipo fordista consistiu em cinco transformações principais 1) racionalização da produção ao extremo acompanhada do combate ao desperdício de materiais e principalmente de tempo, de modo a reduzir os custos e, por conseguinte, o preço de venda do produto 2) parcelamento das tarefas em acordo com a perspectiva taylorista, o processo de trabalho/valorização se torna enfadonho e desqualifica o trabalhador, na medida em que, exige do mesmo apenas uma pequena quantidade de ações repetitivas e mecânicas 3) implementação da linha de montagem de modo a conectar a atividade de cada trabalhador em um *fluxo contínuo*, passível de ter seu ritmo regulado pela direção da empresa. Além disso, tal inovação também contribuiu para a limitação ao máximo dos estoques e tempo de transporte entre as diferentes operações da linha 4) padronização das peças de modo a permitir a redução das ações

exigidas do operário no ato da produção. Para tanto Ford levou a cabo a verticalização – controle de um processo de produção de cima abaixo – de sua empresa, por meio da compra das fabricantes de peças automotivas 5) por fim a automatização das fábricas. A implementação das medidas assinaladas, levou a diminuição do tempo necessário a produção de um automóvel de doze horas e meia a partir de métodos artesanais para uma hora e meia a partir de métodos fordistas em 1914 “pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes” (GOUNET, 1999, p. 20, grifos nossos). Segundo Coriat (1993, p. 37, tradução nossa) tratava-se do estabelecimento de um “novo modo de consumo produtivo da força de trabalho” que gerava um “aumento formidável da produtividade [...] da intensidade do trabalho” e por fim da “taxa de mais-valia”.

A aplicação da Organização Científica do Trabalho pela Ford na produção do modelo T, modificou por completo as condições gerais de extração de mais-trabalho, assim como a escala em que as mercadorias passaram a ser produzidas. A partir da utilização da esteira e da linha de montagem a “produção de mercadorias em grandes séries e de mercadorias estandardizadas se converte na norma e na regra” dando origem a novas condições de produção em todos ramos da atividade econômica:

A nova economia do tempo, nascida na oficina das novas tecnologias de controle e medição do trabalho, invade o conjunto do mecanismo de produção social. Se garante assim a passagem a um novo modo de acumulação de capital: o que foi denominado sistema de produção em massa (CORIAT, 1993, p. 4, tradução nossa).

Como sugere Gounet (1999, p. 14), a “indústria automobilística tem a particularidade de ser pioneira em matéria de organização da produção (organização do trabalho)”, de maneira que, o que “acontece no setor automobilístico se espalha depois pela maior parte da indústria”. Fortalecem tal ponto de vista, a difusão do fordismo pelo mundo do início do século XX até meados da década de 1970, e em resposta a crise do padrão de acumulação fordista/keynesiano, a difusão do toyotismo até nossos dias baseado nos “métodos flexíveis de produção” como veremos adiante.

Segundo o autor (GOUNET, 1999, p. 20-21), em 1921, 53% dos automóveis vendidos no mundo eram fabricados pelos trabalhadores das fábricas Ford, de modo que, o capital da empresa se eleva de 2 milhões de dólares em 1907 a 250 milhões em 1919 em decorrência da alta lucratividade do empreendimento de Henry Ford. Aqui o mecanismo da concorrência analisado por Marx (1982; 2011; 2013; 2017), obrigou os concorrentes, sob ameaça de desaparecerem, a avançarem na implementação dos métodos

de produção adotados nas fábricas Ford, ou a retirarem-se para nichos de mercado, onde a produção artesanal ainda era rentável como nos setores de carros de luxo e esporte citados por nosso autor. Nessas condições, o “número de fabricantes cai de 108 em 1923 para 12 em 1941”.

A implantação de uma filial da Ford no Canadá em 1903 iniciou a expansão da empresa pelo mundo, seguiram-se a está, as filiais de Manchester em 1911, de Dagenham em 1928 e de Colônia em 1931. Em 1925 e em 1929 respectivamente, a General Motors compra a Vauxall inglesa e a Opel alemã, passando a implementar nas mesmas o método fordista de produção. O movimento de diminuição do número de fabricantes, e por conseguinte, de concentração e centralização de capitais, se estende para todas as economias onde o fordismo penetra, na Inglaterra, “há 89 em 1922, mas apenas 22 em 1930; na Alemanha, 51 em 1927 e somente 13 em 1936”, por fim, em “numerosos países, especialmente a Bélgica, a indústria automobilística nacional desapareceu entre 1920 e 1945” (GOUNET, 1999, p. 21). A observação do caso americano e dos demais, nos revela o amplo processo de concentração e centralização de capitais na indústria automobilística possibilitado em grande medida pelo método fordista no período.

Após a Segunda Guerra Mundial, no quadro do Plano Marshall de reconstrução da Europa Ocidental, a partir da submissão da mesma ao capital financeiro americano, a expansão do fordismo pelo mundo ganha novo fôlego. Como destaca Gounet (1999, 21), tal modelo “torna-se referência obrigatória da indústria automobilística”. Na década de 1970, como consequência do impulso fordista dado ao processo de concentração e centralização de capitais sinalizado anteriormente, apenas uma pequena quantidade de empresas permanece fabricando carros de maneira mais ou menos completa. No que diz respeito a relação de forças estabelecidas entre as classes, nas fábricas e na sociedade,

[...] o cronometro (e os métodos de medição de tempos e movimentos que instaura) aparece como a linha avançada de um ataque dirigido, não contra o “trabalho” em geral, senão contra a forma organizada e combativa da classe trabalhadora: o trabalhador especializado de “ofício” e seu sindicato. O que o cronómetro pretende romper, atacando a confraternidade dos grêmios, é a essencial e avançada figura da resistência dos trabalhadores, condição da primeira industrialização, mas também principal obstáculo para a acumulação do capital em grande escala. Porque o trabalhador especializado, apoiado na eficiência de seu sindicato, chega a “negociar” elevadas tarifas e impõe, com sua maneira de atuar, seu próprio ritmo a produção de mercadorias (CORIAT, 1993, p. 3, tradução nossa).

Assim, o operário especializado e organizado sindicalmente que destacamos ao tratar das relações salariais na acumulação liberal, tornou-se um grande obstáculo aos processos de acumulação, concentração e centralização de capital em curso a partir do

início do século XX. Para que fosse possível a acumulação capitalista em larga escala, fazia-se necessário retirar a capacidade de barganha salarial dos sindicatos e ao mesmo tempo eliminar a sua influência sobre o ritmo da produção. A eliminação do controle dos trabalhadores sobre o ritmo e os procedimentos produtivos, assim como, a substituição dos segredos profissionais por um “trabalho reduzido a repetição de gestos parcelados”, tornou o taylorismo um “instrumento de dominação sobre o trabalho” (CORIAT, 1993, p. 2, tradução nossa).

Para garantir que os trabalhadores e os sindicatos deixem de impor obstáculos ao desenvolvimento da produção em massa, fazia-se necessário “garantir mediante o salário uma ‘garantia’ melhor que a que pode oferecer a adesão ao sindicato e a suas práticas de resistência”, tratava-se de “privar os sindicatos das funções gerais ‘de assistência’ que os faziam populares entre os trabalhadores” e transferi-las para as mãos do patronato ou para o estado como capitalista total ideal, responsável por garantir a reprodução das condições da produção capitalista, tal como nos estados de bem-estar. Em contraste com as relações salariais no período liberal, afastar o trabalhador do sindicato exigia que lhes fosse oferecida *condições menos inseguras* no que toca a manutenção de sua condição de vida “durante e fora dos períodos produtivos de ocupação na oficina”. Segundo Coriat (1993, p. 53-55, tradução e grifos nossos), esta novidade que “começa a abrir caminho na prática tayloriana do salário” significa que os salários deixam de se relacionar apenas com a quantidade de trabalho com a qual o trabalhador contribuiu para a produção, passando a se relacionar também com a “quantidade de trabalho necessário para que o trabalhador assegure seus gastos de reprodução”. Aqui o salário é convertido de um “simples instrumento” para estimular o trabalho em um “instrumento de reprodução do trabalhador”.

Como ressalta Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (1984, p. 396), as modificações destacadas por Lenin, Mandel e Coriat não se limitaram a produção e ao papel do Estado, fazia-se necessária a criação de um trabalhador adequado às exigências da nova maneira de produzir, concentrar e centralizar capital, o que implicava a criação de um novo modo de vida, onde todos os aspectos da existência dos trabalhadores deviam ser racionalizados de acordo com as exigências do novo modelo, inclusive no que diz respeito às questões sexuais e familiares – “proibicionismo”. No período, inicia-se uma intensa cooperação entre especialistas acadêmicos – sociólogos, assistentes sociais, psicólogos etc – e empresários com o objetivo de controlar o comportamento e, particularmente, a maneira como os trabalhadores gastam o seu salário (CORIAT, 1993).

Não à toa, ao avaliar o significado e o alcance objetivo do fordismo Gramsci afirma que se trata do “maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”. Como destacamos, o fordismo é um processo de racionalização da produção ao extremo, assim, segundo Gramsci, a sua generalização exige,

[...] um longo processo, no qual se verifiquem mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais. Entretanto, as mudanças não podem realizar-se apenas através da ‘coerção’, mas só através da combinação da coação (autodisciplina) com a persuasão, inclusive, sob a forma de altos salários, isto é, de possibilidades de melhorar o nível de vida; ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar os nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um dispêndio particular de energias musculares e nervosas (GRAMSCI, 1984, p 407).

Para atrair os trabalhadores adequados a operação do modelo fordista de produção, Ford adota em suas fábricas o pagamento de cinco dólares por uma jornada de oito horas de trabalho – o dobro dos salários pagos anteriormente e por seus concorrentes –, com a exigência de que o trabalhador de provas de boa conduta, ou em outras palavras, atenda as características de “não ser mulher, não beber, destinar seu dinheiro a família” (GOUNET, 1999, p. 20). Segundo Coriat (1993, p. 61-62, tradução nossa), o “‘salário alto’ é um imperativo do novo processo de acumulação, do novo modo de consumo da força de trabalho”, visto que, tanto um quanto o outro exigem que sejam produzidas gerações de trabalhadores bem nutridos e desenvolvidos tanto física quanto moralmente. Em resumo, sob o fordismo tem lugar uma política salarial baseada em uma “certa relação que deve reproduzir-se entre modo de consumo e modo de reconstituição da força de trabalho”.

Para Coriat (1993, p. 62-63, tradução nossa), a racionalização da produção levada a cabo pelo fordismo atua em duas direções que se complementam 1) favorece o desenvolvimento de grandes concentrações industriais e cidades, contribuindo para que o trabalhador seja afastado de diversos elementos necessários a reprodução da força de trabalho antes obtidos no meio rural – sem mediação do mercado 2) a medida que a racionalização se torna hegemônica no setor de produção de bens de consumo que entram na reprodução da força de trabalho, contribui para que tais bens “só sejam disponibilizados em forma de mercadoria, as quais somente poderão ser adquiridas [...] pela mediação da forma dinheiro, quer dizer, pelo salário”. Assim, tem lugar a “universalização da mercadoria e do intercambio mercantil dos bens de usos necessários e sua preeminência como modo dominante e pronto exclusivo da reconstituição das forças de trabalho”.

A racionalização da grande indústria e a generalização da relação salarial a partir do fordismo, teve como consequência contraditória a exigência de “suprir por meios monetários os meios de subsistência e os valores de uso” que os trabalhadores já não podem obter fora da esfera do mercado, porém, sem elevar demasiadamente a taxa dos salários, evitando comprometer a taxa de mais-valia e o nível da acumulação. Segundo nosso autor (CORIAT, 1993, p. 79, tradução nossa), a exigência contraditória foi atendida historicamente “mediante a instauração de um ‘salário indireto’ e o estabelecimento de aparatos estatais de ‘seguridade social’”. Para não despertar nos trabalhadores a ilusão de que se tornou possível obter renda sem trabalhar, desde as primeiras políticas foi solidamente estabelecido que só se beneficiariam da assistência os que haviam sido demitidos e, por conseguinte, impedidos de exercer trabalho assalariado, configurando uma situação em que os “sistemas de assistência se aplicaram progressivamente sob modalidades restritivas”.

Como indica Coriat, o momento decisivo na conformação do padrão fordista/keynesiano ocorreu a partir da década de 1930 com as políticas públicas impulsionadas pelos EUA para combater os efeitos da crise de 1929 e o advento do keynesianismo como fundamento da política macroeconômica do Estado, particularmente, após o fim da 2ª Guerra Mundial. Avancemos a este ponto.

2.2.2. ASCENSÃO E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR-SOCIAL EUROPEU

A partir do último quarto do século XIX e início do século XX, importantes setores da socialdemocracia nascente, passaram a enxergar a participação na democracia burguesa “simultaneamente” como o “meio e o fim” a ser perseguido pelos trabalhadores e suas organizações – são exemplos desta posição, segundo Przeworski (1988, p. 51), as elaborações de Engels, Bernstein, Jaurés, Millerand etc. Para os reformistas socialdemocratas, a participação eleitoral estava “baseada na crença de que a democracia não é apenas necessária mas é suficiente para alcançar o socialismo”, eles acreditavam que era possível cedo ou tarde vencer a burguesia em sua própria arena, revolucionando a sociedade por meio das urnas (PRZEWORSKI, 1988, p. 51).

De acordo com Przeworski, os números eleitorais no período contribuíam para reforçar a convicção reformista: na Alemanha, o SPD havia passado de “125.000 votos em 1871, para 312.000 em 1881, para 1.427.000 em 1890, para 4.250.000 na véspera da Primeira Guerra Mundial” atingindo em 1912 mais que o dobro dos votos (34,8%) do segundo maior partido alemão; na primeira eleição realizada em base ao sufrágio

universal na Finlândia, os social-democratas obtiveram 37% dos votos; na Áustria “ganharam 21% depois que o direito a voto tornou-se universal em 1907, 25,4% em 1911, e a maioria de 40,8% em 1919; na Bélgica “ganhou 13,2% quando o ‘régime censitaire’ foi abolido em 1894 e continuou a crescer em saltos para ganhar em 1925 a maioria de 39,4%”; nos Países Baixos, os votos socialistas passaram de “3% em 1896 para 9,5%, 11,2%, 13,9% e 18,5% em 1913; no caso Dinamarquês variaram de “4,9% em 1884” para apenas “3,5% em 1889” e “46,1%” em 1935 . Assim, grandes “desastres eleitorais”, eram vistos apenas como um sinal de que as condições para o socialismo ainda não estavam maduras. Tal posição, não passou ilesa pelas críticas feitas por setores localizados mais à esquerda no espectro social democrata, como as de Rosa Luxemburgo, Lenin e as de Kautsky que iria rever a sua posição, somando-se aos reformistas a partir da eclosão da 1ª Guerra Mundial (PRZEWORSKI, 1988, p. 53-54).

Os socialdemocratas reformistas objetivavam, transformar a organização econômica da sociedade capitalista por meio de reformas legislativas graduais no próprio estado burguês. Tratava-se de substituir progressivamente a propriedade burguesa pela propriedade social dos meios de produção. Com o poder de estado obtido por meio do sufrágio universal, em benefício de toda a humanidade “aboliriam a exploração, superariam a divisão da sociedade em classes, removeriam todas as desigualdades econômicas e políticas, acabariam com o desperdício e a anarquia da produção capitalista, erradicariam todas as fontes de injustiça e preconceito” (PRZEWORSKI, 1988, p. 64).

No âmbito da produção capitalista os trabalhadores não detêm o controle sobre aquilo que é produzido – dada a propriedade privada das mercadorias pela burguesia –, assim, para o revisionismo socialdemocrata (PRZEWORSKI, 1988, p. 46), a “democracia política constitui a oportunidade para os trabalhadores assegurarem alguns de seus interesses”. Por meio da política eleitoral “qualquer pessoa pode, como cidadão, expressar reivindicações quanto a bens e serviços” além de poder “intervir na própria organização da produção e alocação do lucro”. Dessa perspectiva, a participação das organizações da classe trabalhadora nas instituições da democracia burguesa, implicaria por um lado “uma tensão permanente entre os interesses mais estreitos dos sindicatos e os interesses mais amplos representados pelos partidos e, de outro, as “relações dentro da classe tornam-se estruturadas como relações de representação”, de modo que:

As massas não agem diretamente na defesa de seus interesses; delegam essa defesa. Isso é verdade tanto para os sindicatos quanto para os partidos: o processo de barganha coletiva situa-se tão distante da experiência diária das massas quanto as eleições. Os líderes tornam-se representantes. Massas representadas por líderes: esse é o modo de organização da classe trabalhadora

dentro das instituições capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza as massas (PRZEWORSKI, 1988, p. 48).

De acordo com nosso autor, diferente das expectativas da socialdemocracia reformista, o proletariado nunca se tornou a maioria do eleitorado em país algum, a “previsão, segunda a qual os membros desalojados das antigas classes médias iriam tornar-se proletários ou alistarem-se no exército dos desempregados, nunca confirmou-se”. Na Bélgica, em 1912 os trabalhadores atingiram 50,1% do eleitorado em 1912, declinando “sistematicamente” para 19,1% em 1971; na Dinamarca “nunca excedeu 29%”; na Finlândia “nunca foi além de 24%”; no caso francês, essa “proporção declinou de 39,4% em 1893, para 24,8% em 1968”; na Alemanha os “trabalhadores tiveram um aumento na proporção do eleitorado de 25,5% em 1871 para 36,9% em 1903 e desde então constituem cerca de um terço do eleitorado”; na Noruega os trabalhadores atingiram seu maior número em 1900 com 34,1% e; por fim na Suécia a participação dos trabalhadores “cresceu de 28,9% em 1908 para 40,4% em 1952; então declinou para 38,5% em 1964. Assim, para nosso autor, a ausência da conformação de maiorias eleitorais por parte dos trabalhadores, impôs que para “ganhar influencia eleitoral a fim de alcançar quaisquer objetivos, desde o básico ao mais imediato, os partidos da classe trabalhadora deveriam procurar apoio de membros de outras classes” (PRZEWORSKI, 1988, p. 58-59). Nesse sentido:

A inclinação de diversos partidos social-democratas, no pós-guerra, na direção das camadas médias, não foi resultante de uma nova postura estratégica, mas um reflexo sobre a mudança da estrutura de classes na Europa Ocidental. A proporção da população engajada na agricultura declinou bastante durante o século XX, mais rapidamente nos anos 50 do que nas décadas precedentes. As “novas classes médias” quase que passaram a suplantam as “velhas”, numericamente. As estratégias partidárias refletiam, embora com algum atraso, essa evolução numérica na estrutura de classes. O que é relativamente novo, no entanto, é apenas a indicação explícita de que os empregados assalariados em geral se constituem na principal base potencial de apoio ao socialismo. Foi Bernstein, e não Schumacher ou Brandt, quem introduziu a noção do “volkspartei”. A busca de aliados é inerente ao eleitoralismo (PRZEWORSKI, 1988, p. 61).

Como desenvolve Przeworski (1988, p.63), a extensão do apelo dos partidos socialdemocratas as massas – ao povo – não significa que estes deixem de representar os trabalhadores, ocorre que, passam a representar “aqueles interesses que os trabalhadores, como indivíduos, partilham com outras pessoas”, assim, “continuam a ser partidos de trabalhadores como indivíduos”, mas não “como classe”. Nessas condições, é “o próprio princípio do conflito de classe [...] que fica comprometido quando partidos de trabalhadores convertem-se em partidos de massas”. Além de afetar a organização dos

trabalhadores como classe, a passagem do apelo à classe ao apelo ao povo, determina “agudamente” a maneira como passam a se desenvolver os conflitos políticos na sociedade capitalista, visto que, “reestabelece uma visão não classista da política”. Os partidos social-democratas que se apresentam como representantes da nação “reforçam a visão da política como um processo de estabelecimento do bem estar coletivo, de ‘todos os membros da sociedade’” em detrimento de uma visão “em termos de classe”, reduzindo a “sua capacidade de mobilizar os trabalhadores”.

De acordo com o autor (PRZEWORSKI, 1988, p. 67-70), a revolução objetivada pela social democracia era necessária, tendo em vista o caráter irracional e injusto do capitalismo. Tal caráter era oriundo da propriedade privada dos meios de produção que, por isso, como previa o programa socialdemocrata, deveria ser superada por meio da socialização ou pela nacionalização dos mesmos. Tais medidas configuravam-se como a “principal forma de se alcançar os objetivos socialistas e consequentemente a primeira tarefa a ser cumprida pelos social-democratas depois da conquista do poder”. Porém, até a eclosão da 1ª Guerra Mundial e o forte movimento espontâneo de ocupações de fábricas que a seguiu – Áustria, Alemanha, Finlândia, Itália e Suécia – os partidos socialistas preocupados com a manutenção de seu crescimento eleitoral, não tinham se debruçado efetivamente sobre a questão de como proceder a socialização/nacionalização dos meios de produção, assim, quando a “guerra destruiu a ordem estabelecida” e os trabalhadores trouxeram à tona o problema, suas organizações políticas e sindicais sentindo-se ameaçadas em sua autoridade, esvaziaram a ação direta dos trabalhadores e voltaram-se ainda mais para a atuação parlamentar, por meio da qual não foi possível obter muitos avanços ao longo dos anos 1920. Como destaca nosso autor, o “fato é que os social-democratas, até a década de 30, não tinham uma política econômica própria”, na ausência da nacionalização dos meios de produção, sua política econômica se resumia a “tendência de beneficiar seu eleitorado, respeitando, porém, os princípios do equilíbrio orçamentário, políticas deflacionárias anticrise, padrão-ouro, e assim por diante”.

O quadro mudou a partir das respostas dos diversos países a crise de 1929, ocasião em que, os socialdemocratas a partir do contato com a teoria keynesiana, encontraram uma política alternativa aquela da socialização/nacionalização, para administrar a economia capitalista, vide as medidas anticíclicas adotadas na década de 1930 pelos

governos socialistas na “Suécia²⁷, na Noruega e, em menor extensão na França²⁸”. Em resumo, como já destacamos 1) o estado passa a se responsabilizar pelas atividades não lucrativas para o capital, porém necessárias a reprodução capitalista 2) o Estado deve implementar medidas anticíclicas 3) o Estado atenua por meio de políticas sociais, a desigualdade na distribuição da renda oriundas dos mecanismos de mercado (PRZEWORSKI, 1988, p. 71-75).

Quando considerada a relação da socialdemocracia com o processo sinalizado, como vimos ao abordar o texto de Przeworski (1988), a atuação dos socialdemocratas nas instituições do Estado burguês se baseia na expectativa de que é possível a partir do governo, induzir os capitalistas a empregarem os seus recursos de acordo com os interesses do cidadão expresso nas eleições por meio do voto. Assim, constitui-se como fundamento da socialdemocracia a noção de que *o mercado pode ser administrado sem alteração do status jurídico da propriedade privada*, de modo a, fornecer ao cidadão os bens de que necessita, sejam eles públicos ou privados. Tal perspectiva eleitoreira e seus representantes, levaram historicamente a desmobilização das massas.

A crise de 1929, com epicentro nos EUA contribuiu sobremaneira para acelerar a implementação das mudanças destacadas por Lenin e Mandel, particularmente, no que diz respeito ao papel do Estado na regulamentação das políticas econômicas e sociais, além de configurar-se como uma das maiores crises do capitalismo até então. Seus impactos foram sentidos em vários países que mantinham relações comerciais com os EUA. As saídas para a mesma, envolveram a planificação e a regulação da economia por parte do Estado²⁹, expressa nos EUA nas proposições presentes no *New Deal* (CORIAT, 1993, p. 5).

O plano supracitado, objetivava recuperar a economia dos EUA a partir da adoção de medidas de caráter monetário, ou seja, de promoção do emprego e da renda para

²⁷ Financiamento de obras públicas por meio de aumento do déficit público para gerar emprego e consumo durante a depressão econômica (PRZEWORSKI, 1988).

²⁸ A política econômica da Frente Popular francesa a partir de 1936 tinha como fundamentos com vistas a superação da depressão, o aumento dos salários, a diminuição da jornada de trabalho e o estabelecimento de programas públicos de geração de emprego (PRZEWORSKI, 1988).

²⁹ A recessão provocada por esta crise afetou a economia mundial provocando uma queda na produção, aumento do número de desempregados, redução dos preços dos produtos, principalmente alimentos e matérias-primas. O comércio mundial sofreu uma queda de 60% afetando os países cujo comércio internacional era basicamente vinculado aos EUA e Europa, caso exemplar do Brasil, com uma economia concentrada na exportação de café, fazendo com que o país fosse responsável neste período por 2/3 das exportações mundiais do produto. Nos anos de 1930 a 1933, o número de desempregados chegou a um percentual de 30% na Alemanha e 44% nos EUA. Hobsbawm, considera que a ausência de um sistema de proteção aos trabalhadores com base na previdência social e auxílio desemprego agravaram ainda mais as péssimas condições de vida da população (OLIVEIRA, 2017).

garantir a retomada dos níveis de consumo e produção, de modo a atender tanto ao trabalhador quanto ao capitalista e gerar um estímulo capaz de contraarrestar a tendência inercial da economia. De 1929 até a segunda grande guerra os governos de Hoover e Roosevelt se debruçaram sobre medidas de contenção da crise que incluíam intervenções maciças no sistema bancário, financeiro e industrial. Além disso, foram adotadas medidas como o controle dos preços e da produção de produtos agrícolas e industriais para evitar a superprodução, assim como a queima de estoques agrícolas (HARVEY, 2008) para garantir a competitividade dos preços dos produtos americanos. Para garantir renda foi criado o seguro desemprego e políticas de assistência aos mais velhos³⁰, além da redução da jornada de trabalho para gerar mais empregabilidade. Porém, somente com Roosevelt é que tais medidas surtiram efeito e a economia deu sinais de recuperação. É neste momento que as ideias de Keynes começam a ser melhor definidas sendo determinantes para estabelecer o pacto que ficou conhecido no segundo pós-guerra como keynesianismo/fordismo.

No que diz respeito a relação capital/trabalho o New Deal estabeleceu duas modificações importantes, quais sejam, do ponto de vista formal, buscou-se estabelecer contratos a partir de negociações coletivas, enquanto mais de fundo, ocorreu o atrelamento do nível salarial ao incremento da produtividade (CORIAT, 1993).

Dadas as prioridades da economia capitalista do pós-guerra – garantia do crescimento mundial sustentável e elevação dos níveis de emprego e renda – a teorização de Keynes³¹ (CORIAT, 1993) passou a ocupar um importante espaço na definição da política macroeconômica dos estados. De acordo com Behring e Boschetti, para Keynes, a grande depressão e a guerra demonstraram que, a busca egoísta pela riqueza

³⁰ Um exemplo foi a criação do *Security Act* em 1936 (OLIVEIRA, 2017) e do *Work Relief* (CORIAT, 1993) nos EUA, ambos voltados para intervir especificamente sobre os trabalhadores impossibilitados de exercer um trabalho assalariado.

³¹ Preocupado em compreender a crise de 1929 e em encontrar respostas para ela, defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Ele se referia a uma maior intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos, com as saídas pragmáticas do período – como vimos o new deal e o nazi-facismo. Keynes, cabe dizer, preocupava-se com as saídas democráticas da crise, no que se afastava vigorosamente deste último projeto. Ele propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo. Na verdade, muitos buscavam arranjos institucionais, econômicos e políticos para “acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições de sua própria reprodução” (Harvey, 1993:124). Desse ponto de vista, Keynes é absolutamente sintonizado com seu tempo, perseguindo portas de saída capitalista para a crise do próprio capitalismo. O Estado, com keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 83-84).

característica do dogma liberal da mão invisível não era capaz de produzir o desenvolvimento do bem-estar para o conjunto dos indivíduos, mas sim, gerava uma insuficiência de demanda efetiva caracterizada pelo fato de não existirem em um determinado momento “meios de pagamento suficientes em circulação” para fazer frente as mercadorias produzidas em massa. Assim, o autor verifica que, o “animal spirit dos empresários, com sua visão de curtíssimo prazo [...] tem fortes implicações para o investimento e a renda”, o que exige do Estado “como agente externo em nome do bem comum” a intervenção por meio de um “conjunto de medidas econômicas e sociais [...] até mesmo contraindo déficit público”, tendo em vista gerar a demanda efetiva necessária ao retorno da atividade capitalista a seus patamares normais de antes da crise. Como destacam as autoras, para,

[...] Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, deve elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecer-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal stricto sensu. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinadas a uma política de juros; e as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 85-86).

Tal intervenção do Estado tinha como fundamentos programáticos a busca do pleno emprego e de uma maior igualdade social, o que poderia ser atingido por meio de duas iniciativas, quais sejam, “1) gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da ação estatal: 2) aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais”. Acompanhando a tendência que destacamos no início do capítulo, na perspectiva keynesiana, o “fundo público [...] passa a ter um papel ativo [...] na produção e regulação das relações econômicas e sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 86). Somam-se as características destacadas por nossas autoras, o combate às práticas rentistas (GASPAR, 2015).

A crise e as duas guerras mundiais evidenciaram os limites do sistema capitalista e do liberalismo como proposta de organização da atividade econômica, contribuindo para que em 1944 na cidade de Bretton Woods, sob a hegemonia dos EUA, 44 nações se reunissem para propor “reformas profundas capazes de aparelhar os estados com instrumentos de ação efetivos sobre a economia e os sistemas produtivos”, de modo a,

possibilitar a correção dos problemas gerados pela dinâmica da mão invisível. Na Conferência de Bretton Woods, foram definidos os fundamentos macroeconômicos sob os quais se desenvolveria a acumulação capitalista mundial no pós-guerra. Neste momento foram fixadas as “regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados” assim como as “bases do gerenciamento econômico internacional”. Foi estabelecida a paridade do dólar em relação ao ouro e a “indexação da taxa de câmbio das principais moedas em relação ao dólar” (GASPAR, 2015, p. 267-268). Na mesma conferência foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Deste modo:

A prioridade da economia capitalista passava a ser garantir, de forma sustentada, o crescimento mundial e a elevação dos níveis de emprego. Para isso, era preciso reestruturar as instituições existentes e criar outras novas, tanto no âmbito interno dos países, quanto no internacional. Nesse último, buscava-se constituir um sistema multilateral, estabelecido sobre parâmetros cambiais pré-definidos, agora utilizando o dólar americano como padrão monetário internacional (GASPAR, 2015, p. 268).

De acordo com Dathein (2005, p. 52-54), em teoria, o padrão ouro “determinava regras de criação e circulação monetária em nível nacional e internacional”, sendo a emissão de dinheiro “baseada no estoque de ouro”, de modo que, o primeiro poderia ser convertido no segundo livremente. Considerados os pagamentos internacionais, estes “seriam feitos em ouro, e as taxas de câmbio entre as moedas seriam proporcionais ao seu lastro em ouro”. Apenas mudanças estruturais na economia de uma nação poderiam justificar alterações das taxas. Assim, as modificações do câmbio não podiam ser levadas a cabo por iniciativa individual de um país, fazia-se necessário acordo entre as partes. Era prevista uma flexibilidade de no máximo 1% de modo a possibilitar a manutenção de um mercado livre de moedas que, teoricamente, seria determinado pelo saldo comercial de cada nação. Quando necessário, os bancos centrais de cada país poderiam intervir garantindo a flexibilidade aceita de 1%. Tal mecanismo deveria levar a um “ajuste automático dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos, pois seriam gerados um fluxo internacional de ouro e uma adaptação da oferta monetária”, provocando, assim, uma “reação dos preços internos e o correspondente ajuste da competitividade internacional do país em desequilíbrio”. Para o autor, na prática, tanto no padrão libra-ouro predominante até o fim da 1ª Guerra Mundial³², quanto no padrão dólar-ouro vigente no

³² Após o fim do padrão libra-ouro, teve lugar uma situação paradoxal, qual seja, a Inglaterra “já não podia assumir o papel anterior, dada sua relativa decadência”, ao passo que, os “EUA, a nação com mais condições para ocupar este espaço, não o fizeram imediatamente”, foram necessários um intervalo de quase

período 1945-1973, o mecanismo automático “nunca funcionou” da maneira prevista em teoria, dadas as “desigualdades estruturais entre os países, as assimetrias do comércio internacional e à rigidez de preços e custos”.

Quando a intervenção corretiva dos bancos centrais não era suficiente para atender as necessidades do processo de acumulação capitalista em tela, entrava em cena o FMI:

Este órgão foi criado com o papel de possibilitar a estabilização das taxas de câmbio, estimulando, desta forma, o desenvolvimento do comércio internacional. O FMI, em caso de necessidade, forneceria empréstimos em dólares para que as reservas de um país fossem aumentadas, fortalecendo sua moeda. Se isto não fosse suficiente, o FMI poderia exigir mudanças (as “condicionalidades”) na economia do país. Por fim, se, mesmo assim, a taxa não se estabilizasse, consultas internacionais via FMI poderiam alterar oficialmente a taxa de câmbio (DATHEIN, 2005, p. 54).

Os acordos de Bretton Woods, visavam a recuperação das vantagens do padrão ouro, porém, com a minimização de seus efeitos nocivos por meio da utilização do FMI. Assim, os países com problemas de desequilíbrio de balanço de pagamentos, podiam corrigi-los recorrendo aos empréstimos do fundo. Com tal mecanismo, criava-se a possibilidade de minimizar a ocorrência de recessões econômicas.

No sistema em questão, os EUA, ao contrário dos demais, não gozavam da flexibilidade cambial sinalizada anteriormente. Dada a necessidade de manutenção da confiança no dólar como moeda-base internacional, este deveria manter o valor constante de US\$ 35,00 por onça de ouro. Deste modo, para garantir aos demais países que a relação entre o dólar e ouro se mantinha como acordado, os EUA se comprometiam a trocar todo dólar recebido por ouro (DATHEIN, 2005, p. 55).

A conferência de Bretton Woods, expressou um “meio termo entre uma visão não unilateralista e a admissão de que os EUA eram a potência dominante”. De um lado os países europeus encontravam-se destruídos pela guerra e, por conseguinte, com seu poder de barganha severamente limitado, de outro, ao fim da guerra os EUA contavam com um poder econômico, político e militar inigualável que, possibilitou a imposição do dólar como moeda internacional:

Para que isto se sustentasse, era necessário que este país assumisse a responsabilidade de prover a liquidez internacional adequada e garantisse a confiança com uma baixa taxa de inflação interna, além de assumir o risco do sistema, como prestador internacional de última instância. Além disso, era preciso que a potência hegemônica garantisse taxas de câmbio relativamente estáveis, assegurasse uma coordenação internacional de políticas macroeconômicas, proporcionasse empréstimos anticíclicos e mantivesse seu mercado relativamente aberto pelo menos para determinados bens (DATHEIN, 2005, p. 53).

30 anos, uma crise e a 2ª Guerra Mundial até que se estabelecessem as condições para o estabelecimento de um acordo do tipo Bretton Woods em 1944 (DATHEIN, 2005, p. 32).

A Europa não se encontrava em condições de exportar uma quantidade substancial de mercadorias para os EUA, minando o mecanismo de geração de liquidez, o que colocou na ordem do dia o problema de como garantir a liquidez internacional? Buscou-se solucionar o problema por meio da criação do Banco Mundial que ficou responsável pelo fornecimento de empréstimos para a reconstrução da Europa “garantindo a confiança e a segurança que os emprestadores privados não possuíam”. Assim, seriam “transferidos dólares para os países europeus, os quais poderiam usá-los para realizar importações dos EUA”, porém, os recursos transferidos não atingiam os montantes necessários, dada a ausência de apoio da direita no Congresso norte-americano e de Wall Street as iniciativas do Banco Mundial e do FMI. (DATHEIN, 2005, p. 53).

Tal debilidade no montante dos recursos, só pode ser sanada a partir das mudanças no quadro geopolítico – Guerra Fria – decorrentes do fortalecimento da URSS com a incorporação dos países do leste europeu e das revoluções de caráter socialista do pós-guerra que, ofereceram um importante pretexto para “maciças injeções de recursos norte-americanos para o fortalecimento de sua capacidade bélica” envolvendo “gigantescas transferências ao exterior” no âmbito do Plano Marshall (GASPAR, 2015, p. 268). Nesse contexto foi injetada na economia europeia uma enorme quantidade de dólares direcionados para a construção de instalações militares e pagamento dos soldados (DATHEIN, 2005, p. 54). Formaram-se dois blocos opostos, de um lado, o Pacto de Varsóvia, abrangendo os países socialistas do leste Europeu e, de outro, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), conglomerando os países capitalistas da Europa ocidental e os EUA.

Como destaca Gaspar (2015, p. 268-269), o “gasto público propiciado pela economia de guerra deu um poderoso e decisivo impulso à fase de expansão material da economia capitalista do pós-guerra”, sendo responsável pelo desenvolvimento da produção de eletroeletrônicos – derivada das inovações técnicas levadas a cabo pela pesquisa militar –, assim como, pelo “incremento sustentável da demanda de duráveis até os anos 1960”.

Para além da economia de guerra, também ocorreu no período a instalação de empresas dos EUA na Europa que, beneficiadas pelo Banco Mundial e pelo Plano Marshall “transformaram-se nas modernas multinacionais” (DATHEIN, 2005, p. 54). A transferência de capital para os países da periferia permitiu os investimentos estatais para manter a economia em crescimento. A transferência de dinheiro através de endividamento

externo foi um mecanismo fundamental para alavancar o processo de acumulação do período de ouro do capitalismo europeu e norte-americano. Por outro lado, data deste período a chegada de empresas transnacionais nos países periféricos, cujos salários eram mais baixos e a remessa de lucros para os países de origem não era controlada pelos Estados nacionais – fordismo periférico³³ (LIEPTZ, 1989; HARVEY, 2008). Um exemplo foi a vinda de empresas transnacionais para o Brasil nos anos de 1950, durante o governo de Juscelino.

Em resumo, como sugere Dathein (2005, p. 55), nos primeiros 15 anos de vigência do Bretton Woods, houve um grande benefício para a economia dos EUA. As transferências de dólares para os países europeus por meio do Banco Mundial, do FMI e do Plano Marshall possibilitaram a ampliação do consumo de bens e serviços provenientes dos EUA, de modo a contribuir para a geração de saldos comerciais positivos acompanhados de baixas taxas de desemprego e inflação no país. A proliferação das multinacionais norte-americanas contribuiu sobremaneira para o fortalecimento do poder econômico americano. Além disto, como consequência da instalação de bases militares americanas por todo o mundo, os EUA tiveram um grande fortalecimento de sua capacidade militar, conjugando-se no período uma “hegemonia econômica, militar e política, que pode ser chamada de Pax Americana”.

A obtenção dos créditos oferecidos pelos EUA ao fim da Segunda Guerra Mundial para a reconstrução da Europa – *Plano Marshall* – foi condicionada pela implementação de medidas de proteção social, mais ou menos padronizadas em todos os países da Europa. O objetivo, como já destacado anteriormente, era que estes países tivessem capacidade de reconstruir seu parque industrial, retomar relações comerciais com os EUA e conter uma possível vitória de partidos comunistas na Europa.

Deste modo, os acordos de Bretton Woods, contribuíram para conformação das bases sob as quais o Estado de Bem-Estar Social europeu foi construído. No período houve a intervenção estatal por meio de políticas macroeconômicas e sociais com objetivo de promover a retomada do processo de acumulação capitalista nos países europeus afetados pela segunda grande guerra. Inspirada no New Deal, tal intervenção baseava-se

³³ Segundo Lieptz (1989, p. 309-310), trata-se da “adoção parcial e frequentemente ilusória do modelo central de produção e consumo [...] sem as correspondentes relações sociais” estabelecidas nos países centrais sob a vigência do fordismo/keynesianismo. Como sinaliza o autor, foram “raros os casos de ampliação significativa do poder de compra do operário e do camponês [...] Os mercados permaneciam, portanto, limitados”. Deste modo, pode-se falar de um “subfordismo, isto é [...] uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordianos [...] sem as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo das massas”.

no padrão fordista/keynesiano e no relatório de Beveridge³⁴, publicado na Inglaterra no início dos anos de 1940.

O *Estado de Bem-Estar Social* tinha como premissas a criação de políticas de renda para os desempregados – seguro desemprego –, de renda para os idosos e famílias, de moradias populares, assistência à saúde, educação de nível técnico e superior para qualificar força de trabalho para o mercado em recuperação, além de políticas de crédito ao capital para recuperação do parque industrial, além da forte regulamentação do mercado financeiro a fim de priorizar os investimentos no setor industrial. Acompanhavam as políticas sinalizadas, uma política de salários elevados e de redução da jornada de trabalho. Estas medidas combinadas deram possibilidade de ascensão ao consumo da classe trabalhadora, haja vista que a renda para os desempregados, a previdência social com tempo de contribuição e idade bem abaixo do que reza a cartilha do FMI nos dias atuais, possibilitaram a obtenção de renda pelos aposentados e o ingresso dos mais jovens no mercado de trabalho. Por outro lado, as mulheres eram estimuladas a se manter fora do mercado de trabalho, na sua maioria, respondendo pelos cuidados com os filhos e idosos, desobrigando o Estado a investir em creches e abrigos (Oliveira, 2017).

A política educacional também permitia a permanência dos jovens mais tempo na escola, o que reduzia o emprego juvenil e por consequência mantinha as taxas de desemprego em patamares bem reduzidos. Em troca os trabalhadores aceitaram as condições de trabalho fordista. Melhores salários e acesso ao consumo foram fundamentais para a aceitação do trabalho atomizado e mecânico proposta pela linha de montagem fordista. Tudo isto combinado com uma tributação progressiva que permitia dividir a conta entre capital e trabalho. É importante destacar que, de acordo com Netto (2001), mesmo quando a política social passa a ser objeto de intervenção por parte do Estado, ela não deixa de ter um caráter despolitizado, fragmentado e conservador. Seu objetivo foi e sempre será o de corrigir desigualdades promovidas pelo modo de produção capitalista. Ademais como salienta Netto (2001, pág. 31) “a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas /trabalhadores”.

³⁴ O Relatório de Beveridge previa a equidade e universalização das políticas sociais. Contudo, cada país europeu desenvolveu seu estado de bem-estar social com bases nas suas particularidades econômicas, políticas e sociais. Para uma melhor compreensão dos diferentes tipos de welfare state ver Esping-Andersen (1997), Oliveira, (2017).

No plano econômico, o Estado passou a ocupar um papel fundamental na regulação do trabalho e dos contratos trabalhistas. Para tal foi de fundamental importância o acordo entre capital e trabalho, em que o capital aceita uma tributação maior e o trabalhador concorda com o processo de trabalho taylorista/fordista (HARVEY, 2008). Nos anos que se seguiram ao pós-segunda guerra, o número de desempregados reduziu significativamente. As taxas de desemprego por sua vez caíram consideravelmente atingindo de 1964 a 1973 percentuais de 0,73 na Alemanha, 2,24 na França, 5,48 na Itália, 2,94 no Reino Unido, Japão 1,22, 4,46 nos EUA e Canadá 4,22 (Eatwell, 1996). Por outro lado, os ganhos do capital também se fizeram notar atingindo patamares bastante elevados comparados com anos anteriores e posteriores. De acordo com Brenner (2003) a economia mundial cresceu em torno de 4,9% e as taxas de produtividade da força de trabalho foram muito elevadas, de 1950 a 1970 a taxa de lucro da manufatura cresceu tendencialmente atingindo uma média anual de 40,4 no Japão, 24,3 nos EUA e 23,1 na Alemanha.

A engenharia construída no pós-segunda guerra permitiu ganhos às duas classes antagônicas³⁵ e foi importante para desmontar a ideia de superação do capital pela via revolucionária, prevalecendo o reformismo como possibilidade concreta, haja vista a crença na conjugação da ampliação de políticas sociais com a acumulação de capital. Mesmo a redução da jornada de trabalho não logrou superar a lógica da acumulação de capital e exploração do trabalhador, pois como bem salientou Marx (2013) a extração da mais valia relativa permite a maior produtividade do trabalho, fazendo com que um trabalhador possa produzir o mesmo que antes em menos tempo, graças ao advento da tecnologia.

É importante considerar que o Estado de Bem-Estar Social foi resultado de um pacto entre trabalhadores e capital mediado pelo Estado. A cada um cabia uma parte do ônus para manter este padrão de acumulação. Ao Estado cabia exercer o papel de administrador do fundo público e negociador dos contratos coletivos de trabalho com os representantes sindicais. Ao capitalista coube renunciar ao pagamento de salários mais baixos e os custos sociais do trabalho, além de uma carga tributária elevada. Por outro lado, estes custos eram divididos com a classe trabalhadora através de impostos sobre a folha de pagamento e sobre o consumo, além do retorno em forma de créditos fornecidos pelo Estado burguês, sobretudo no financiamento de novas tecnologias, subsídios e

³⁵ Para uma visão crítica acerca do processo de expansão da cidadania no pós-guerra ver Lessa (2013).

incentivos ao pagamento de seguros e previdência social. Aos trabalhadores a recompensa vinha pelas condições de vida e de consumo e pelo processo civilizatório gerando uma qualidade de vida com baixos índices de pobreza. Para ilustrar os ganhos bilaterais, Eatwell (1996) destaca que a produtividade da indústria manufatureira nos países do G-7 foi, nos anos de 1964 a 1970, de 4,0 % na Alemanha, 5,3% na França, 5,1% na Itália, Reino Unido, 4,2%, EUA, 3,1%, Canadá 4,0% e Japão 9,6% respectivamente³⁶, ao passo que, os ganhos salariais cresceram, atingindo um crescimento médio anual de 5,6% por pessoa nos países da união europeia. Como vemos, a atuação dos socialdemocratas nesse tipo de Estado baseia-se,

[...] na crença de que os capitalistas privados podem ser induzidos a alocar recursos da maneira desejada pelos cidadãos e expressa pelo eleitorado. A concepção básica é que na democracia capitalista os recursos são alocados através de dois mecanismos: o “mercado”, no qual o peso das preferências de quem decide é proporcional aos recursos que controlam, e o estado, no qual o peso das preferências é distribuído igualmente entre os cidadãos. A essência da social-democracia contemporânea é a convicção de que o mercado pode ser direcionado para alocar aqueles bens, públicos ou privados, que são preferidos pelos cidadãos e que, ao racionalizar gradativamente a economia, o estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do público sem alterar o status jurídico da propriedade privada (PRZEWORSKI, 1988, p. 75).

O esgotamento do padrão de acumulação fordista/keynesiano e, por conseguinte o início da crise do estado de bem-estar-social europeu ocorreu a partir do final dos anos 1960. A queda da taxa de lucros dos capitalistas evidenciou a necessidade de reduzir o número de trabalhadores e dos salários, fazendo com que o desemprego aumentasse nos países do G-7. De 1983 a 1992 superou um percentual de 6% nestes países, com exceção do Japão que mantém o desemprego em 2,71% (EATWELL, 1996). Como vimos em nosso primeiro capítulo, para Marx (2013) a tendência da queda da taxa de lucros é imanente ao processo de produção capitalista. Isto é explicado pela diminuição do capital variável em relação ao capital constante que, contribui para pressionar a taxa de lucro para baixo. Como consequência os níveis de produção são rebaixados resultando em perda para os capitalistas que precisam buscar alternativas para recuperar a lucratividade. A insatisfação dos capitalistas com a baixa das taxas de lucro e a queda no consumo serão importantes elementos para este esgotamento. O advento de novas tecnologias e a implementação de um modelo mais adaptado a conjuntura de crise e restrição dos

³⁶ Nos anos de 1983 a 1992 a produtividade caiu nos mesmos países para 2,4%, 2,6%, 2,6%, 3,6%, 2,8%, 2,6% e 5,7%. A taxa do PIB real cresceu nos países do G-7 no período de 1965 a 1973: 4, 5% na Alemanha, 5,3% na França, 5,0% na Itália, 3,3% no Reino Unido, 4,0 Nos EUA, 3,6 no Canadá e 9,6 no Japão. Nos anos de 1983 a 1992 o PIB real apresentou índices bem menores nos respectivos países ficando em 2,9%, 2,2%, 2,4%, 2,3%, 2,9% 2,8% e 4,0% (Eatwell, 1996, pág. 28-31).

mercados pelas empresas japonesas, denominado toyotismo³⁷, colocou a necessidade de rever a rigidez dos processos de trabalho fordista, em prol de uma nova concepção que coloca em xeque a linha de montagem e a produção em massa tão exitosa ao longo dos “anos dourados”.

Como o capitalista só obtém valor através do trabalho não pago, precisa reduzir os salários e criar tipologias de trabalho que permitam obter ganhos maiores com exploração máxima da força de trabalho. Neste sentido, o seu mediador, o Estado, atua mais uma vez como maestro das mudanças conduzindo-as de forma a garantir o retorno dos superlucros, como podemos notar no estágio de acumulação capitalista iniciado a partir da crise dos anos 1970. Longe de prescindir do Estado, o atual estágio de acumulação necessita deste para promover as alterações necessárias para que os processos de concentração/centralização da renda continuem atuando em favor dos ganhos do capital. Ou seja, subsidiar o grande capital com os impostos extraídos da classe trabalhadora, pagar encargos e amortizações da dívida ao FMI, mercantilizar políticas sociais, assim como alterar leis e contratos de trabalho.

Por fim, como destaca Przeworski (1988, p. 75-76), a socialdemocracia deixou de ser um movimento reformista, a partir do momento que decidiu “manter a propriedade privada dos meios de produção, para assegurar a eficácia e atenuar os efeitos distributivos” do mercado, abandonando o “progresso gradual” rumo ao socialismo, por meio de reformas, característico de seu nascimento. Para Przeworski, o abandono do reformismo está diretamente ligado as próprias medidas adotadas pela socialdemocracia nos países em que chegou ao governo, dentre elas, o envolvimento do estado em atividades não lucrativas – do ponto de vista capitalista – que, o privam dos recursos necessários a ampliação do setor público na economia, além de criar o efeito ideológico de que as atividades em questão são ineficientes por estarem sob controle estatal. Situação que colocou na ordem do dia, nos países sob governos socialistas ou não, a preocupação com a redução dos custos, de modo a impossibilitar que as “indústrias públicas” sejam “utilizadas como instrumento de política macroeconômica” pelo estado. Por outro lado, ao fortalecerem os mecanismos do mercado, os socialdemocratas perpetuaram a “necessidade de atenuar os efeitos distributivos da sua operação” colocando-se em uma situação parecida com a descrita por Marx ao tratar do Bonapartismo, qual seja, “suas

³⁷ Ver Alves (2014) e Harvey (2008).

políticas parecem contraditórias, desde que são coagidas a fortalecer a capacidade produtiva do capital, e ao mesmo tempo, contra-atacar seus efeitos”.

Nesse sentido, a orientação adotada pelos socialdemocratas delineada acima, tem como resultado a ausência no arcabouço teórico dos mesmos, de alternativas para combater a crise aberta a partir dos anos 1970, o que os levou, a se “comportar como qualquer outro partido” adotando “medidas anti-inflacionárias e de corte de custos para assegurar a lucratividade do setor privado e a capacidade de investimento” em detrimento das ações voltadas para a melhoria das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora.

2.2.3. A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL DOS ANOS 1970

Em meados da década de 1970, a crise voltou a colocar em evidência as contradições acumuladas pelo processo de produção e reprodução capitalista mundial no pós-guerra, colocando em xeque o aparente e conjuntural “avanço da cidadania” vivenciado nos países imperialistas entre 1945 e 1973. No campo do Marxismo, o retorno da crise recolocou na ordem do dia o debate acerca da permanência ou não de um caráter cíclico do capitalismo, visto que a política macroeconômica keynesiana parecia tê-lo eliminado no período.

Inspirado nos ciclos de Kondratieff, Mandel acreditava que a crise da década de 1970 expressava o fim de uma onda longa expansiva – impulsionada pela revolução tecnológica no campo da automação – desencadeada ao fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento de uma “crise estrutural do modo de produção capitalista” característica fundamental do imperialismo em sua fase madura, ou nas palavras do autor, do capitalismo tardio. Sua consequência “não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento”, manifestos na transformação das forças produtivas em forças destrutivas por meio do “desenvolvimento armamentista permanente”, do “alastramento da fome nas semicolônias”, da “contaminação da atmosfera e das águas, da “ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante” (MANDEL, 1982, p. 150-151). Do ponto de vista do autor, tal crise foi acompanhada por uma crise financeira endêmica do Estado que acarreta dificuldades à execução simultânea das funções que o mesmo vinha cumprindo no padrão de acumulação anterior. Como afirma Mandel (1982, p. 343) a ““crise administrativa’ permanente do Estado transforma-se com isso numa crise permanente do Estado”.

Da perspectiva de Meszáros (2014, p. 26), a partir dos anos 1970 o desenvolvimento unilateral das forças produtivas tomou uma dimensão muito mais ameaçadora do que a verificada à época de Marx, visto que, verifica-se na realidade capitalista contemporânea uma “tendência crescente para a ‘produção destrutiva’”. Assim temos uma situação onde, tal “como Marx entendia”, torna-se impossível apontar para,

[...] mudanças significativas sem enfrentar as determinações fundamentais do sistema de reprodução social em seu conjunto [...] para encontrar respostas sustentáveis para a crise estrutural da ordem do capital em todo o mundo e não apenas neste ou naquele ‘recanto’ específico do ‘capitalismo subdesenvolvido ou avançado’ (MESZÁROS, 2014, p. 26).

Para Mészáros, o momento atual da acumulação capitalista apresenta em seu movimento os parâmetros principais já destacados por Marx em suas análises acerca do processo de acumulação capitalista em curso no século XIX, onde afirma que o capital tem como uma de suas tendências fundamentais a criação do mercado mundial de maneira que, os limites inerentes a este processo aparecem como obstáculos a serem superados. Nesse sentido (MARX, 2011, p. 332-334), inicialmente o capital manifesta a tendência de “submeter cada momento da própria produção à troca, e de abolir a produção de valores de uso imediatos que não entram na troca”, substituindo e submetendo por essa via os modos de produção anteriores com os quais entra em contato no processo de criação do mercado mundial a própria dinâmica da acumulação capitalista em expansão. Porém, para Marx, a superação ideal dos obstáculos inerentes a produção e reprodução do capitalismo em escala ampliada não corresponde imediatamente a superação real dos mesmos, ocorre que tais contradições se configuram como a forma pela qual o capital se movimenta³⁸, de modo que “constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas” pelo próprio movimento da acumulação. Assim

A universalidade para a qual o capital tende incansavelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, e um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão a sua superação por ele mesmo (MARX, 2011, p. 334).

Como destaca Mészáros (2014, p. 26-27, grifos do autor), a tendência do capital a expansão mundial, por meio da submissão dos modos de produção anteriores, é “forçosamente imposta, mesmo quando os resultados são destrutivos em escala mundial e em todos os sentidos”. Desta forma, nem mesmo a ameaça a existência da humanidade e do sistema capitalista como um todo – vivenciada na sociedade hodierna – tem sido

³⁸ Ver Grespann (2012).

capaz de arrefecer o processo de expropriação da riqueza socialmente produzida por meio da destruição de suas fontes: o trabalho e a terra. Assim para o autor:

As mudanças históricas de nossos tempos põem em relevo tanto a grandeza dos obstáculos a vencer – precisamente porque hoje já não é possível continuar com as ilusões de uma transformação radical da sociedade por meio de mudanças minúsculas, ideia ruidosamente abandonada até pelos reformistas social-democratas que outrora acreditaram nela – quanto as novas possibilidades abertas pela erupção da crise estrutural do capital como tal nas últimas décadas. Naturalmente, esta crise estrutural do sistema em seu conjunto, em contraste qualitativo com as crises periódicas e conjunturais da economia capitalista no passado, agrava a situação em vários sentidos e empurra o capital para a adoção de estratégias mais agressivas e também acentuadamente aventureiras, como vemos no militarismo cada vez mais evidente do poder hegemônico global do imperialismo de hoje (MÉSZÁROS, 2014, p. 27).

Assim, para o autor, o paradoxo do momento atual da acumulação capitalista consiste no fato de que pela primeira vez na história está colocada a possibilidade efetiva de “empreender a tarefa histórica de instaurar um modo de controle de mudança social radicalmente diferente, com sua contabilidade orientada para o valor de uso necessariamente suprimido pela própria natureza do capital”. De acordo com Mézáros (2014, p. 28) para compreender o caráter diferenciado da crise estrutural do capital estabelecida em nosso tempo em contraste com as crises conjunturais analisadas por Marx em meados do século XIX, é necessário entender as mudanças pela qual passou o processo de acumulação capitalista ao longo do século XX e que tem se manifestado por meio de “sintomas progressivamente mais graves, em particular durante as últimas três ou quatro décadas”. Assim como Mandel (1982), Ianni (2009) e Oliveira (1998), o autor aponta dentre os elementos a serem considerados em um estudo acerca do caráter da crise estrutural a “hibridação do capitalismo ‘clássico’” decorrente em grande medida da “intervenção cada vez mais poderosa do Estado para assegurar a sustentabilidade da economia, como corretivo (até certo ponto relativamente eficaz) à contabilidade anárquica do mercado”. A eficácia da intervenção estatal é limitada na medida em que “não consegue obter um remédio duradouro para as contradições que procura superar, mas apenas para os efeitos temporários e parciais”.

Como aponta nosso autor (MÉSZÁROS, 2014, p. 28), no desenvolvimento histórico real do capitalismo, as “três dimensões fundamentais do sistema capitalista – produção, consumo e circulação/realização” tendem a se relacionar de modo a reforçarem e expandirem uma a dinâmica da outra garantindo por essa via a “motivação interna necessária para a respectiva reprodução dinâmica em uma escala cada mais ampliada”. Deste modo, inicialmente os limites inerentes a cada uma das dimensões “são superados

com êxito, graças precisamente à interação recíproca com as outras dimensões”, como por exemplo, no caso da superação dos obstáculos que surgem à produção por meio da expansão do “consumo e vice-versa”. Tais limites, assim como destacado por Marx nos Grundrisse, aparecem como obstáculos a serem superados pelo capital, de modo que, as “contradições imediatas do conjunto são não apenas transferidas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o crescimento exponencial do aparentemente ilimitado poder autopropulsivo do capital”.

Assim, para Mészáros enquanto os mecanismos vitais de autoexpansão do capital permanecem em funcionamento, ou em outras palavras, enquanto ainda opera o “mecanismo de superação interna ou a transferência mais ou menos duradoura das contradições” não podemos tratar da crise estrutural do capital, o que não impede que, sejam observadas crises de “duração, frequência e intensidade variadas que atingem diretamente uma das três dimensões e indiretamente [...] o sistema em seu conjunto, sem pôr em jogo, no entanto, os limites definitivos da estrutura geral”, da exemplo desse tipo de crise, de acordo com o autor, a crise mundial de 1929, caracterizada pelo mesmo como uma crise de realização do capital (MÉSZÁROS, 2014, p. 28). Nesse sentido:

A crise estrutural do capital, que começamos a experimentar há mais de três décadas, não se referem a nenhuma condição absoluta. Ela significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital mostra ‘disfunções’ cada vez maiores, o que tende não só a desagregar o processo normal de crescimento, mas também antecipa uma quebra na transferência das contradições acumuladas, que é função vital (MÉSZÁROS, 2014, p. 28).

Nesse sentido, a unidade contraditória e repleta de problemas estabelecida entre a produção, o consumo e a circulação/realização sinalizada mais acima, passa a enfrentar problemas quando o “interesse de cada uma já não coincide em absoluto com o das restantes” gerando uma mudança radical de situação. Deste momento em diante as disfunções deixam de ser absorvidas, dispersadas, difundidas e dissolvidas passando a apresentar uma tendência a acumulação, ou seja, deixam de ser conjunturais para se tornarem problemas estruturais do processo de acumulação capitalista em curso “bloqueando perigosamente o complexo mecanismo de transferência das contradições”. Tal desenvolvimento do modo de produção capitalista nos coloca frente a frente não apenas com um simples problema de disfuncionalidade, mas sim com uma situação “potencialmente explosiva”, visto que, o “capital não resolveu nunca nem a mais ínfima de suas contradições” dada a característica destas últimas de constituírem-se como maneira pela qual o capital se movimenta. O modos operandi normal do capital com relação as contradições que surgem em meio ao processo de acumulação consiste

exatamente na intensificação das mesmas, no seu deslocamento para outro nível, na tentativa de suprimi-la enquanto possível, e “quando não o é” na exportação pra uma esfera ou país diferente, inclusive por meio do uso sistemático da força militar, colocando, hodiernamente, a humanidade na iminência de uma Terceira Guerra Mundial (MÉSZÁROS, 2014, p. 29-30).

Como aponta Mészáros, a crise estrutural não se restringe apenas a esfera econômica, refletindo-se “fortemente em todo o espectro das instituições políticas”. Nesse sentido, o desenrolar de uma situação socioeconômica cada vez mais precária exige novas e mais fortes medidas corretivas do Estado ao mesmo tempo que restringe sua capacidade de atender as novas exigências estabelecidas pela dinâmica do capital tal como vem ocorrendo no processo de desmonte do Welfare State iniciado a partir dos anos 1970 e que, segundo nosso autor, contribui para que admitamos o “fato de que foi a crise estrutural de todas as instituições políticas que cresceu sob a casca da ‘política de consenso’ por mais de quinze anos antes de 1970 – o início aproximado da crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2014, p. 29). Assim:

A crise estrutural do capital revela-se, certamente, como verdadeira crise da dominação em geral. Não é de espantar então que nas últimas três décadas tenhamos vivido a intensificação da agressividade e do autoritarismo do capital no campo legislativo – inclusive nos países que se gabam de ser ‘modelos de democracia’ – como resposta a essa crise. E que – o que torna a crise ainda mais profunda – tenhamos vivido também o agravamento da atitude defensiva dos partidos tradicionais de esquerda, o que levou a quase completa desintegração de alguns deles – que em outros tempos gozaram de grande apoio eleitoral (por exemplo, na Itália e na França) – ou até à transformação de outros (como o partido trabalhista New Labour na Inglaterra) em partidos obedientes à ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2014, p. 29).

Assim, para Mészáros (2014, p. 31), a “crise estrutural é simultaneamente uma crise da acumulação do capital até agora nunca vista”, nesse contexto, a manutenção do princípio da “autoexpansão a todo custo do capital”, manifesta na manipulação das taxas de juros nos diferentes países e nos “bombardeamentos covardes e bárbaros praticados contra um número crescente de países militarmente inferiores” levando a morte milhares de civis sob a nomenclatura cínica do dano colateral, revela a afirmação de uma “ordem de controle das mudanças sociais que ameaça a humanidade com o aniquilamento”

Para nosso autor (MÉSZÁROS, 2014, p. 34), a crise estrutural do capital tem como características principais 1) o caráter universal de seu impacto sobre os diferentes momentos da acumulação em oposição ao caráter restrito a uma esfera particular da mesma manifesto nas crises cíclicas; 2) seu alcance literalmente global em oposição a limitação a um conjunto particular de países verificada nas crises anteriores “inclusive a

‘grande crise mundial de 1929-1933’; 3) sua “escala temporal é extensa, contínua – se se preferir, permanente –, mais do que restrita e cíclica, como foram as crises anteriores do capitalismo”; 4) e por fim, no que diz respeito a sua modalidade de desenvolvimento, deve ser caracterizada como “sub-reptícia [...] em contraste com as erupções e desmoronamentos mais espetaculares do passado”, porém, “não estão excluídas para o futuro nem mesmo as mais veementes e violentas convulsões”. Deste modo, em resumo,

[...] uma crise estrutural ataca a totalidade de um conjunto, em todas as suas relações com as partes constitutivas e com outros conjuntos fora dele. Em contraste, uma crise não estrutural ataca apenas algumas partes do conjunto em questão e, portanto, por mais seria que seja, não pode pôr em risco a sobrevivência da estrutura geral. Em conformidade com isso, a transferência das contradições só é possível quando a crise é parcial, relativa e internamente controlável pelo sistema, e requer apenas reordenamentos – ainda que de notável dimensão – dentro do próprio sistema. Uma crise estrutural, ao contrário, põe em causa a existência do conjunto geral e coloca a exigência de sua superação e substituição por um conjunto alternativo [...] A crise estrutural do capital nos nossos dias ataca, pelo contrário, os limites definitivos do sistema. Por essa razão, ela faz com que seja urgentíssima uma intervenção radical para pôr fim às tendências destrutivas impostas por todo o lado, antes que seja tarde demais (MÉSZÁROS, 2014, p. 34-35).

Cabe ressaltarmos que, para o autor em questão, enquanto a crise não atacava o processo de acumulação capitalista como um todo, mas apenas momentos particulares do mesmo, suas contradições, “ainda que graves”, podiam ser “transferidas e difundidas dentro dos limites definitivos ou estruturais do sistema”, permitindo que “forças ou tendências contrárias” pudessem ser “neutralizadas, assimiladas, anuladas ou até convertidas em forças que sustentem ativamente o sistema em questão”. Segundo Mézáros, aqui reside o “problema da adaptação reformista que no passado causou tantos danos no movimento socialista reforçando as posições do capital, ao invés de as debilitar, como explicitamente pretendia fazê-lo” (MÉZÁROS, 2014, p. 34).

A resposta capitalista as dificuldades enfrentadas pela acumulação oriundas da crise estrutural, consistiu em um ajuste estrutural que envolveu modificações no âmbito da produção e gestão da força de trabalho – toyotismo –, acompanhadas pela desregulamentação dos mercados de trabalho, mercadorias e financeiro a nível internacional e nacional.

2.2.4. O TOYOTISMO

Em *Pensar pelo Avesso* (1994, p. 24), obra onde Coriat analisa as características do toyotismo em desenvolvimento no Japão a partir dos anos 1950, o autor sugere que, o mesmo significou a implementação de um “conjunto de inovações organizacionais cuja

importância é comparável ao que foram em suas épocas as inovações organizacionais trazidas pelo taylorismo e pelo fordismo”.

Para Coriat (1994, p. 30-31), o “coração da oposição central” entre o modelo Toyota e o modelo Ford consiste em que, enquanto o último se orientava para a “redução de custos para a produção de carros em quantidades constantemente crescentes e numa variedade cada vez mais restrita de modelos”, ao contrário, o Toyotismo objetiva o estabelecimento de um “sistema adaptado à produção em séries restritas de produtos diferenciados e variados”, para atender as particularidades da acumulação capitalista³⁹ no Japão a partir da década de 1950. O novo modelo tem como pilares a produção just in time e a autoativação da produção, porém, os,

[...] dois “pilares” do método, por mais importantes que sejam, só assumem sua significação verdadeira sob esta luz e sob este imperativo próprio do ohnismo: buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização taylorista e fordista, isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados (CORIAT, 1994, p. 32).

Segundo Gounet (1999, p. 26-27), para atingir o objetivo de produzir pequenas séries de produtos diversos e variados de maneira simultânea, o método Toyota de produção foi organizado em seis pontos, quais sejam, 1) a demanda determina a quantidade de mercadorias a serem produzidas e, o fluxo o ritmo de crescimento da produção; 2) dada a pouca disponibilidade de espaço no Japão e os imperativos da lucratividade do negócio, a Toyota busca tornar mínimo o desperdício, para tanto, limitou ao “máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade” tornando a “máxima fluidez da produção” um “objetivo supremo”, de modo a “evitar que se formem estoques em qualquer ponto da cadeia”; 3) em contraste com a fábrica fordista, onde cada trabalhador era responsável por uma máquina, na fábrica Toyota houve uma maior flexibilização da organização do trabalho, nesta, a “relação homem/máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado” e o trabalhador deve “tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano”, além de “ajudar o colega quando for preciso” 4) estabelecimento do sistema Kanban de organização dos estoques 5) a aplicação a partir de 1969 do single minute exchange die (SMED) que diminuiu drasticamente o tempo necessário para adaptar a maquinaria a produção de diferentes modelos de automóveis⁴⁰ e; 6) por fim, mas não menos importante,

³⁹ Ausência de demanda para a produção em massa de tipo fordista e dificuldades provenientes da adoção do método Dekanscho de produção no período imediatamente anterior (CORIAT, 1994).

⁴⁰ No exemplo destacado por Gounet (1999, p. 28), o “tempo de adaptação de uma máquina – por exemplo uma prensa de mil toneladas” foi diminuído de “quatro horas para três minutos”.

foram estabelecidas relações de subcontratação (terceirização) com os fornecedores de autopeças, aos quais era imposto o sistema de produção Toyota.

No sistema em questão, parte-se da compreensão de que por trás de todo estoque “há um ‘excesso de pessoal’ [...] em relação ao nível da demanda solúvel e efetivamente escoada” assim como um “excesso de equipamento”. Deste modo, em consonância com a perspectiva de diminuição dos custos de produção, entra na ordem do dia a obtenção de produtividade por meio da redução dos estoques e, por conseguinte, do pessoal e da maquinaria excedente. Para Coriat (1994, p. 34), o sistema KanBan “não se trata de um método de gestão dos estoques, mas efetivamente de um método de gestão dos efetivos por estoques”.

Nessas condições, a exigência sobre a força de trabalho – contratados diretamente e subcontratados – aumenta. Quando comparada ao padrão fordista, a mão-de-obra é empregada de maneira mais intensa e a “intensificação do trabalho atinge o auge”, de modo que, no “Toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior” (GOUNET, 1999, p. 29). A flexibilidade da produção exige um trabalhador e um processo de trabalho flexíveis, assim, nas fábricas Toyota a produção,

[...] começa por um número mínimo de operários que montam os carros em condições pessimistas de venda. Se o mercado melhora e permite aumentar a produção, há duas possibilidades: ou os operários são obrigados a fazer horas extras ou a empresa contrata assalariados temporários. Caso a alta continue, o fabricante pode admitir mão-de-obra suplementar. Mas a política básica é usar o mínimo de operários e o máximo de horas extras (GOUNET, 1999, p. 30).

Tal orientação política com relação ao emprego de mão-de-obra, tem como resultado que, o operário da Toyota permanece na fábrica em média 2.300 horas por ano (44 horas semanais), ao passo que, os trabalhadores da Ford, General Motors, Volkswagen, Renault e Volvo instaladas na Bélgica, permanecem “entre 1.550 e 1650 horas/ano”. Completa o quadro da intensificação do trabalho apontado, o aumento das exigências de qualificação – polivalência – dos trabalhadores, sem correção correspondente dos salários (GOUNET, 1999, p. 30).

Como não poderia deixar de ser, os trabalhadores e seus sindicatos ofereceram resistência as medidas adotadas, tornando necessário, assim como no fordismo, que os fabricantes japoneses desenvolvessem formas de compensação/cooptação como meio de impor a nova organização do trabalho na fábrica. O sindicato japonês do início da década de 1950 – período de lançamento das bases do toyotismo – era combativo, se desenvolveu em meio a luta contra o fascismo baseando-se “na solidariedade de classe e não na

colaboração com o patronato”, configurando-se como o principal obstáculo a ser superado no período, fazia-se necessário “acabar com o sindicato” (GOUNET, 1999, p. 30-31).

A destruição do sindicato combativo passou por dois momentos chave. O primeiro ocorreu no ano de 1950. Sob ameaça de 2 mil demissões, os trabalhadores da Toyota deflagraram uma greve com duração de muitos meses, porém, a “empresa termina vencendo, graças ao apoio dos bancos: as demissões são mantidas. Mas seu presidente tem que pedir demissão”. O conflito é importante, pois, a partir de então “para evitar outros enfrentamentos” a empresa “opta por manter um efetivo mínimo mas com estabilidade quase plena”. O segundo momento chave, ocorreu em 1953 na Nissan e teve “consequências ainda maiores”. Desta vez os trabalhadores entram em greve por melhores salários, porém, a empresa – mais uma vez com apoio do sistema bancário japonês – “promove um locaute na fábrica e espera que a greve se esgote”. Ao sentir-se seguro para impor um desfecho do conflito favorável à empresa, o presidente da Nissan “faz com que os líderes sindicais sejam presos e cria um novo sindicato, por intermédio de um operário colaboracionista” que convence os demais – sob ameaça de perda de emprego caso não o façam – a filiarem-se ao novo sindicato e a voltarem ao trabalho. Surge o *sindicato-casa*, característico das empresas japonesas desde então. Assim, a garantia de emprego por toda a vida e o atrelamento do sindicato diretamente a empresa foi “fundamental” para “impor a seus empregados as mudanças nas condições de trabalho” (GOUNET, 1999, p. 31, grifos nossos).

A implementação do modelo Toyota, teve como consequência, o aumento da produtividade, do qual dá provas, o estudo desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) citado por Gounet (1999, p. 32-34), onde foi revelado que, em 1987 nos EUA (média), nas melhores fábricas europeias e na média da Europa, o tempo de produção de um automóvel era respectivamente de 26,5 horas, 22,6 e 35,9 horas, ao passo que no Japão, não passava de 19 horas. Também houve o aumento da competitividade das fábricas de automóveis japonesas e, por conseguinte, a conquista de importantes espaços no mercado internacional a partir dos anos 1970. Em 1999 as empresas japonesas dominavam 30% do mercado norteamericano e, a Toyota e a Honda “disputam com a Chrysler o lugar de terceira empresa automobilística”, ao passo que na Europa, as “montadoras japonesas” já atingiam “11% do mercado”. Frente a ofensiva japonesa, assim como no advento do fordismo, as empresas concorrentes dos demais países têm como opções:

- 1) defender que seus governos implementem uma política protecionista, particularmente, por meio da “elevação de barreiras alfandegárias à importação de carros”, como no caso atual dos EUA, França, Itália e Grã-Bretanha, porém, o “protecionismo é sempre imperfeito; a empresa que não pode engordar sua fatia do mercado pela exportação implanta uma filial”, recompondo sua vantagem a partir do “próprio território do adversário”, de modo que o seu modelo se “difunde em escala internacional”. Tal foi o caso do modelo Ford na década de 1920 e que vem se repetindo com o toyotismo no último quarto do século XX;
- 2) a falência ou a venda para um concorrente que se encontre em melhores condições;
- 3) o refúgio em nichos de produção de carros esportivos e de luxo, porém, atualmente as “companhias japonesas também partem para o assalto a essas trincheiras”;
- 4) por fim, resta aqueles que ainda querem se manter no mercado, o recurso a imitação do sistema de produção superior acompanhado da exploração de “particularidades sociais, econômicas e políticas da região onde produz” (GOUNET, p. 34-35).

Segundo nosso autor, o desempenho japonês está diretamente relacionado com as mudanças em curso a partir da crise dos anos 1970, tendo em vista que o “toyotismo pode enfrentar melhor a crise econômica e a saturação do mercado”, dada a flexibilidade do volume e qualidade de sua produção baseada no just in time e no SMED já destacados, assim como “adapta-se melhor às mudanças tecnológicas, que permitem maior flexibilidade e integração dos sistemas de produção” (GOUNET, 1999, p. 33).

No caso do setor automobilístico, de acordo com Gounet (1999, p. 45), a empresa que extrai a maior quantidade de mais-valor de sua mão-de-obra, atingindo a liderança “consegue transformar a organização da produção para, em nível global, aumentar a mais-valia e ao mesmo tempo reduzir o capital investido” de modo a “acelerar radicalmente a rotação do capital”:

Ela [empresa] faz o capital girar mais depressa. Reduz o tempo de cada ciclo do capital industrial. Realiza mais ciclos por ano. Dessa maneira, investe menos no ponto de partida (ou se investe o mesmo, a produção já começa mais elevada), pois recupera o investimento inicial muito mais rapidamente com a venda do produto. Diminui o capital constante. Inclusive, com as mesmas forças produtivas, consegue em um dado período, um ano, por exemplo, criar uma mais-valia muito maior, pois realizará muito mais ciclos. Por exemplo: a produção realizada por dez robôs e cinco operários proporciona 5 milhões por ciclo. Se as rotações por ano foram duas, o lucro será de 10 milhões. Se forem três, 15 milhões.

Como vemos o aumento da velocidade de rotação do capital contribui para o aumento da extração de mais-valor e se constitui como uma das contra tendências a queda da taxa de lucro, postas em movimento pelo capital. Para Gounet (1999, p. 45-46), tanto a Ford, quanto a Toyota levaram a cabo, cada uma a seu tempo, um “formidável aceleração da rotação de capital graças a uma reestruturação completa da organização da produção”. No fordismo, a produção se tornou mais fluída – ou seja extraiu-se mais mais-valor que os concorrentes em um mesmo período de tempo – por meio do parcelamento das tarefas, da racionalização dos processos, da implantação da linha de montagem, da produção em massa e da verticalização da cadeia produtiva. O toyotismo, a partir da lógica de pensar pelo avesso o fordismo, obteve o mesmo resultado, ao privilegiar o “tempo de fabricação propriamente dito, em detrimento da constituição de estoques ou de longos transportes”, a integração baseada na subcontratação em detrimento do modelo vertical, o just in time e a rotação de estoques finais em detrimento da produção em massa e de seus grandes estoques. No modelo japonês um carro “fica no máximo dois dias no pátio da fábrica; nas outras empresas, fica vinte dias ou mais” o que faz “uma grande diferença caso se queira acumular rapidamente”. A partir dessa estratégia tornou-se possível produzir um carro em menos horas, com o emprego de menos operários, com mais produtividade e lucratividade.

Do ponto de vista da exploração do trabalhador no processo de trabalho, o just in time multiplica a carga de trabalho exigida, por meio da imposição da flexibilização, particularmente, no que tange a jornada que é estendida a “níveis máximos” com o auxílio de horas extras obrigatórias; a polivalência contribui para aumentar as aptidões dos trabalhadores e suas responsabilidades no processo produtivo, porém, “não o remunera proporcionalmente” além de obriga-lo a “correr para todo lado ajudando seus colegas às voltas com diversas funções”; a operação de cinco máquinas por um mesmo operário contribui para aumentar sobremaneira a intensidade do trabalho e assim como a polivalência reduz ao máximo os tempos de ócio ao longo da produção; completam o quadro os salários de 30% a 50% mais baixos pagos pelas subcontratadas, que exigem “horas extras ainda mais frequentes e evidentemente sem nenhuma menção à melhoria das condições de trabalho, à humanização das relações sociais e à parceria com os sindicatos” (GOUNET, 1999, p. 48). Assim, o toyotismo constitui-se como uma das respostas a crise do fordismo.

2.2.5. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Segundo Harvey (2008, p. 118), existem duas grandes dificuldades a serem superadas para que o sistema econômico capitalista continue funcionando, a “primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços”, ao passo que segunda “deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas”. Os mercados de fixação de preços, fornecem sinais “com alto grau de descentralização” que possibilitam aos produtores adequarem a quantidade e a qualidade das mercadorias que produzem a demanda dos consumidores, porém, como sinaliza nosso autor, a mão invisível smithiana “nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo”. Assim, de forma geral, ao longo da história do capitalismo, as falhas do mercado – danos a natureza, as relações sociais, excessiva concentração de poder econômico pelos monopólios, debilidades no fornecimento de bens relacionados a defesa, educação, infra-estrutura, assim como os surtos especulativos – têm sido corrigidas por meio da regulação e da intervenção estatal, tal como destacado pela escola regulacionista.

Além da correção das falhas do mercado, também é necessário controlar o trabalho de modo que, o conjunto dos trabalhadores realizem um “trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas” (HARVEY, 2008, p. 118-119). A “familiarização” dos assalariados as diferentes exigências dos processos de produção que tiveram lugar na história do capitalismo é um movimento histórico de longa duração, no qual as novas gerações de trabalhadores devem ser incorporadas para que a acumulação se perpetue. Tal movimento, “envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação” que como destacamos a partir de Gramsci ao tratarmos do fordismo/keynesianismo, deve se dar não somente no local de trabalho, mas também na sociedade como um todo.

Segundo Harvey (2008, p. 119), apesar do “perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica”, ao observarmos o “colapso” do sistema a partir da crise de 1973, não podemos deixar de notar o início de um “período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza”, de maneira que,

[...] os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade [pós-1973] e as do período do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente (HARVEY, 2008, p. 119).

Como desenvolve o autor (HARVEY, 2008, p. 132), os benefícios do fordismo/keynesianismo não atingiam a população como um todo “havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema”. Em primeiro lugar, apenas “certos setores da economia e certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa” se beneficiavam das relações salariais estabelecidas no período. Nos setores onde o investimento produtivo era de alto risco, predominavam baixos salários e poucas garantias de manutenção do emprego e “mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não-fordista de subcontratação”. Em segundo lugar, verificava-se uma tendência a divisão dos mercados de trabalho em um setor monopolista e um setor competitivo “muito mais diversificado em que o trabalho estava longe de ter privilégios”. Assim, nos setores excluídos da dinâmica salarial e contratual fordista, tiveram origem “fortes movimentos sociais”, notadamente, o movimento negro, de gênero e aqueles ligados a questões étnicas, visto que, os grupos representados por estes, não atendiam ao padrão de operário fordista que destacamos anteriormente. São exemplos de tais movimentos, aqueles ligados aos direitos civis nos EUA, o movimento feminista, o movimento contra-cultura e os movimentos de libertação nacional dos anos 1950-1960. Como vemos, a divisão da força de trabalho entre homens brancos sindicalizados, desejáveis para o desenvolvimento do processo de trabalho fordista e, os demais, ao mesmo tempo que era uma solução do ponto de vista do controle do trabalho, também trazia problemas para o sistema:

Ela significava uma rigidez nos mercados de trabalho que dificultava a realocação do trabalho de uma linha de produção para outra. O poder exclusivista dos sindicatos fortalecia sua capacidade de resistir à perda de habilidades, ao autoritarismo, à hierarquia e à perda de controle no local de trabalho. A inclinação de uso desses poderes dependia de tradições políticas, formas de organização [...] e disposição dos trabalhadores em trocar seus direitos na produção por um maior poder no mercado. As lutas trabalhistas não desapareceram, pois os sindicatos muitas vezes eram forçados a responder a insatisfações das bases. Mas os sindicatos também se viram cada vez mais atacados a partir de fora, pelas minorias excluídas, pelas mulheres e pelos desprivilegiados. Na medida em que serviam aos interesses estreitos de seus membros e abandonavam preocupações socialistas mais radicais, os sindicatos corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesse fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais (HARVEY, 2008, p. 132-133).

O descontentamento crescente dos setores acima destacados, exigia uma resposta do Estado de Bem-Estar Social por meio da ampliação da quantidade e qualidade dos serviços oferecidos. Era necessário que o Estado garantisse “alguma espécie de salário

social adequado para todos” assim como o desenvolvimento de “políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias”. Deste modo, para manter a sua legitimidade, o Estado precisava ser capaz de estender os benefícios do fordismo aos demais setores da sociedade, o que não era fácil, visto que, a viabilidade fiscal de tal ação “dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo” (HARVEY, 2008, p. 133).

Ainda assim, em meio a todo esse descontentamento, o arranjo fordista/keynesiano do pós-guerra garantiu um atmosfera “relativamente estável para os lucros corporativos” acompanhada dos benefícios oriundos da produção e do consumo de massa até a manifestação da “aguda recessão de 1973”, quando um “processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início” (HARVEY, 2008, p. 134-135). Desde meados da década de 1960, o fordismo já apresentava sinais de que enfrentava sérios problemas. A reconstrução do parque industrial europeu e japonês iniciada ao final da Segunda Guerra havia se completado “seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar”. A entrada desses países na disputa pelos mercados mundiais ocorreu no momento em que os métodos de racionalização da produção fordista estavam deslocando um “número cada vez maior de trabalhadores da manufatura”, de modo a, enfraquecer a demanda efetiva no período. A resposta americana ao problema de demanda foi um amplo programa de combate à pobreza e a guerra imperialista contra o Vietnã.

De acordo com Harvey (2008, p. 135), a perda de produtividade e de lucratividade das corporações a partir de 1966, marcava o início de um “problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável”. Davam sinais da diminuição do poder norte-americano no que diz respeito a regulação do sistema financeiro internacional, a conformação do “mercado do eurodólar⁴¹ e a contração do

⁴¹ Como aponta Dathein (2005, p. 58), nos anos 1960 “houve uma saturação de dólares na Europa e se desenvolveu um mercado de eurodólares, ou depósitos e empréstimos feitos em dólares em bancos fora dos EUA”. Tal mercado ganhou força com a instalação de bancos norte-americanos no exterior, como forma de evitar as medidas restritivas com relação ao fluxo de dólares adotadas pelos EUA ao longo da década de 1960. Na “década de 1970, o fim da regulamentação de Bretton Woods e o aumento dos preços do petróleo multiplicaram o mercado de eurodólares”. A liquidez ampliada gerada pelos depósitos da Organização dos Estados Produtores de Petróleo (OPEP), foi direcionada para os países do Terceiro Mundo por meio de empréstimos a juros baixos, porém flutuantes, tendo em vista a preocupação dos credores com a instabilidade inflacionária internacional. Também foi nesse período que surgiram os “centros financeiros offshore, como Cayman e Bahamas, dando ainda maior liberdade e reduzindo os custos dos bancos supranacionais”.

crédito no período 1966-1967”. À época também ocorria a expansão da produção industrial em diversas áreas do Terceiro Mundo concomitantemente ao “primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste Asiático em especial)”, tratava-se de uma “onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente”. Com a entrada do Japão, da Europa Ocidental e do conjunto de países “recém-industrializados” na disputa pelos mercados mundiais, a competição entre as nações se intensificou desafiando a “hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar”.

Segundo Dathein (2005, p. 55-56), os investimentos no exterior, as ajudas financeiras aos demais países e gastos militares dos EUA no pós-guerra “afetavam negativamente o balanço de pagamentos dos EUA, o que era compensado pelo saldo positivo da balança comercial”, porém, a partir do fim dos anos 1950, sob pressão da disputa comercial com o Japão, Europa Ocidental e demais países recém-industrializados, o saldo comercial norte-americano reduziu, criando-se uma situação em que os “EUA teriam que garantir a paridade do dólar vendendo ouro”. A “escassez” de dólares ao longo da década de 1950 foi “substituída por seu excesso”, aumentando o “risco de movimentos especulativos contra o dólar”. A partir de 1958 a quantidade de dólares sob controle de estrangeiros ultrapassou as reservas de ouro norte-americanas, tornando explícito que o mecanismo de troca de dólares por ouro estabelecido em Bretton Woods enfrentava problemas. O primeiro teste de fogo, ocorreu em 1959 e 1960, quando “houve uma corrida especulativa contra o dólar” e os EUA perderam “10% de seus estoques de ouro”. Para remediar o problema, os EUA aumentaram a taxa de juros de curto prazo e criaram novos impostos sobre a movimentação de dólares buscando dificultar a sua saída do país. A partir de uma ação multilateral, foi “criado no início dos anos 1960 o Fundo Comum do Ouro”, com vistas a estabilizar o preço do metal no mercado livre, o FMI teve sua reserva de capital aumentada e foi assinado o “Acordo da Basiléia”. Assim foi possível garantir mais alguns anos de estabilidade para o sistema.

A estabilidade durou pouco, em 1965 a França, na figura de De Gaulle informou ao mundo que iria trocar todos os dólares que detinha por ouro, desencadeando uma nova corrida especulativa contra o dólar que, reduziu as reservas de ouro americanas e um valor aproximado de US\$ 1,5 bilhão. Em 1968, os EUA adotaram restrições ao investimento externo e as concessões de empréstimos externos por bancos norte-americanos, numa

nova tentativa de evitar a saída de dólares do país. A última medida destacada foi “importante no sentido de gerar a posterior supranacionalização dos bancos dos EUA, que assim procuraram escapar aos controles internos de divisas”. No mesmo ano, o Fundo Comum do Ouro foi abandonado e foi assinado o “Acordo Duplo”, no qual os governos se comprometiam a não interferir no mercado livre para estabilizar o ouro. Para além de tais medidas, no âmbito do FMI, foram criados os “Direitos Especiais de Saque (DES), aliviando-se mais uma vez a situação do dólar (DATHEIN, 2005, p. 56).

Frente a instabilidade da moeda americana ao longo da década de 1960 e as divergências dos países europeus com a gestão macroeconômica norte-americana, os primeiros buscavam um “acordo para diminuir sua dependência em relação ao dólar”, na época, o marco alemão despontava como moeda forte nas transações comerciais europeias. Nesse contexto, teve lugar mais um importante movimento por parte dos EUA:

Em 1970 e 1971, o fluxo de dólares ao exterior multiplicou-se, gerando maior instabilidade, e, em agosto de 1971, as reservas dos EUA caíram abaixo do nível psicologicamente crítico de US\$ 10 bilhões. Neste momento, Nixon anunciou uma série de medidas, entre elas a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro. Logo após, foi negociada (Acordo Smithsoniano) uma desvalorização do dólar, e a faixa de flutuação cambial admitida foi ampliada de 1% para 2,25%. As tentativas de manter as taxas de câmbio fixas duraram até 1973, quando o sistema acordado em Bretton Woods soçobrou completamente (DATHEIN, 2005, p. 57).

A partir da quebra do sistema monetário estabelecido em Bretton Woods, as taxas de câmbio passaram a flutuar acompanhando as oscilações do mercado e as decisões governamentais, visto que, a crise do padrão de acumulação fordista/keynesiano já não permitia a existência de “economias nacionais estáveis e de uma evolução econômica estrutural homogêneas”, condições sem as quais, o câmbio fixo se tornava impraticável. Por trás dessa situação, encontrava-se a “redução da hegemonia econômica dos EUA entre os anos 1960 e 1980, ao mesmo tempo em que os países europeus e o Japão não assumiram um papel mais ativo no âmbito monetário internacional” (DATHEIN, 2005, p. 57). De maneira geral,

[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista") (HARVEY, 2008, p. 135).

As tentativas de superar os problemas de rigidez destacados eram obstaculizadas sobremaneira pelos trabalhadores e suas organizações, como dão indício as greves

levadas a cabo pelos trabalhadores entre 1968 e 1972. Como já sinalizado, a pressão dos descontentes com o pacto fordista/keynesiano contribuía para a intensificação da atuação do Estado que, tentava manter a sua legitimidade por meio da expansão da seguridade social e dos direitos num “momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos”. Nesse contexto, restava como opção ao Estado para fazer frente aos desafios colocados, a “capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável”. Foi este o caminho trilhado pelos governos dos EUA e da Inglaterra e que, deu início a “onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra”. Mais de fundo, ocorria uma situação onde, a configuração das “relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo [...] solapavam, em vez de garantir, a acumulação de capital” (HARVEY, 2008, p. 136).

No período 1969-1973 graças a “política monetária extraordinariamente frouxa, por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra”, a economia mundial saturada de divisas por todas as partes, viu o desenvolvimento de uma forte onda inflacionária que, tornou visível a grande capacidade produtiva excedente nas “economias ocidentais”, manifesta na eclosão de uma “crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras”. Para além disso, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) elevou os preços do petróleo – choque do petróleo –, forçando “todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional”. Ainda, como consequência da medida adotada pela OPEP surgiu o problema da “reciclagem dos petrodólares excedentes [...] que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais” (HARVEY, 2008, p. 136).

Entre 1973 e 1975, verificou-se uma forte deflação que, de acordo com Harvey (2008, p. 137-140), indicava que as “finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação”, concomitantemente, as principais corporações da época estavam diante de uma enorme capacidade produtiva excedente na forma de fábricas e equipamentos ociosos, em um contexto de intensificação da competição internacional o que, obrigou-as a “entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho”. Nesse sentido, colocava-se na ordem do dia para as corporações que vislumbravam sobreviver em condições gerais de deflação, diminuição da demanda efetiva e diminuição das margens de lucro a “mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas

para acelerar o tempo de giro do capital” tal como as que destacamos ao caracterizar o toyotismo.

Segundo Harvey (2008, p. 140), a recessão econômica aberta em 1973 colocou em movimento um “conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista”, fazendo com que, as décadas de 1970 e 1980 se conformassem como um “conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”. Do ponto de vista social, tiveram lugar no período uma série de mudanças nos “domínios da organização industrial e da vida social e política” que “podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social” distinto do padrão fordista/keynesiano do pós-guerra. Deste modo, a acumulação flexível,

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" [...] no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2008, p. 140).

Como desenvolve nosso autor, o aumento da flexibilidade e mobilidade do capital permitiu a intensificação do controle do trabalho sobre a força de trabalho enfraquecida pela quebra do compromisso fordista/keynesiano. Como destacamos anteriormente, houve um aumento sem precedentes do desemprego nos países centrais com exceção do Japão. O trabalho organizado característico do fordismo, sofreu um forte golpe a partir da “reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores” assim como pela “reinportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas”. Assim, se estabeleceu uma dinâmica caracterizada pela ocorrência de altos níveis de desemprego estrutural, maiores exigências de qualificação dos trabalhadores, diminuição do poder sindical e “ganhos modestos (quando há) de salários reais” (HARVEY, 2008, p. 140-141).

Como resposta ao aumento da volatilidade do mercado, da competição intercapitalista e a queda das margens de lucro, os capitalistas – aproveitando-se da diminuição do poder sindical dos trabalhadores e da ampliação da mão-de-obra disponível⁴² – levaram a frente uma radical reestruturação do mercado de trabalho que teve como consequência a imposição de “regimes e contratos de trabalho mais flexíveis”, como da exemplo o “crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 2008, p. 143).

Deste modo, constitui-se um mercado de trabalho flexível composto por 1) um grupo “cada vez menor” de trabalhadores em tempo integral que gozam de uma “maior segurança no emprego”, com perspectiva de serem promovidos, obter “uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas” em troca de sua adaptação, flexibilidade e mobilidade geográfica, o que não exclui a possibilidade de subcontratação pela empresa para fazer frente as dificuldades enfrentadas no período; 2) trabalhadores em tempo integral, porém, com “menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade”, sendo composto por trabalhadores do setor financeiro, secretariado, trabalhos de rotina e manual menos especializado; 3) um grande número de trabalhadores submetidos ao emprego em tempo parcial, casual, temporário, subcontratado e com uma grande insegurança no que diz respeito a garantia do emprego. Segundo Harvey (2008, p. 144), as “evidências apontam para um crescimento bastante significativo” destes últimos a partir dos anos 1970.

Como efeito da elevação do emprego flexível, do ponto de vista do conjunto da classe trabalhadora, temos uma diminuição da cobertura da seguridade social, dos direitos de pensão, dos níveis salariais assim como da segurança no emprego. Como sinaliza Harvey (2008, p. 144), a “mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação [...] ou do trabalho temporário” tal como verificado no controle do trabalho toyotista. Assim, estabeleceu-se uma tendência nos mercados de trabalho a “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”, como dão exemplo os 8,1 milhões de trabalhadores flexíveis que adentraram o mercado de trabalho inglês no período 1981-1985 e os pouco mais de 3 milhões de trabalhadores temporários incorporados ao mercado de trabalho norte-americano no mesmo período.

⁴² Vide a incorporação do mercado de trabalho chinês a partir de 1979 e ao fim dos anos 1980 o exército de trabalhadores oriundos das ex-repúblicas soviéticas.

As transformações no mercado de trabalho foram acompanhadas de modificações igualmente importantes na organização industrial que, viu florescerem antigas formas de trabalho, como o trabalho doméstico, artesanal e familiar, não mais como apêndices do sistema produtivo, mas sim como elementos centrais da acumulação flexível. Houve um acelerado crescimento da informalidade nos países centrais que tem contribuído para uma “convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados” (HARVEY, 2008, p. 145).

Dentre as mais prejudicadas pelo advento do padrão flexível encontram-se as mulheres – 40% da força de trabalho em diversos países capitalistas avançados – que, no novo arranjo são submetidas a empregos em tempo parcial, sem garantia de continuidade no emprego, além de receberem remunerações abaixo da dos homens. A expansão dos sistemas fordistas de produção em massa para os países periféricos, decorrente do aumento da mobilidade do capital, contribuiu para “explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável”. Assim, a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível foi “marcada por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho” (HARVEY, 2008, p. 146).

Como sugere Harvey (2008, p. 148-149), as modificações na produção, meios informacionais e de comunicação e na esfera financeira “parecem estar na base de um notável aumento proporcional do emprego no setor de serviços a partir do início dos anos 70”, favorecido por uma “rápida contração do emprego industrial depois de 1972” que o tornou mais evidente. Na perspectiva do autor, dentre os elementos que contribuem para a forte expansão do setor de serviços, encontra-se o “crescimento da subcontratação e da consultoria que permitem que atividades antes internalizadas nas firmas manufatureiras [...] sejam entregues a empresas separadas [terceirizadas]”, assim como, a “mudança de ênfase da produção de bens [...] para a produção de eventos” para atender as necessidades de redução do tempo de giro do capital para combater a tendência a queda da taxa de lucro.

O advento de novas técnicas e formas de organização da produção colocaram em xeque as formas tradicionais adotadas pela mesma, levando aqueles que não se adaptaram à falência, desindustrialização e reestruturações. Naqueles países e indústrias, onde a organização fordista do trabalho se viu confrontada com os métodos flexíveis de organização do trabalho – toyotismo – nem sempre a primeira era convertida com “facilidade para o sistema de produção flexível” como demonstra o caso dos países do

Terceiro Mundo. Nestes, havia uma grande disponibilidade de mão-de-obra barata que, favorecia a manutenção da produção de base fordista dificultando a implantação do toyotismo, de modo que, prevaleceu em diversos países o que Lieptz denominou como fordismo periférico (HARVEY, 2008, p. 146).

Em geral, dos anos 1970 em diante as economias de escala, base da produção fordista, foram substituídas a partir de métodos toyotistas por uma “crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes”. O acirramento da competição intercapitalista e, por conseguinte, as medidas colocadas em prática por muitas empresas para obter um maior controle sobre o trabalho levaram a criação de novas formas industriais como o fordismo periférico, ou à “integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de ‘deslocamento’ para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos”, de modo que, a produção em pequenos lotes e a subcontratação “tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis”(HARVEY, 2008, p. 148). Assim:

Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala- ao mesmo tempo que dependeram dela. Em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência. O tempo de giro - que sempre é uma chave da lucratividade capitalista - foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques "just-in-time", que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e o do vestuário), enquanto em outros- tais como as chamadas indústrias de "thoughtware" (por exemplo, videogames e programas de computador) - a meia vida está caindo para menos de dezoito anos. A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do ' consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 2008, p. 148).

As mudanças no âmbito da produção, organização do trabalho e consumo que procuramos delinear em largos traços, assim como o processo de liberalização, privatização, desregulamentação e de “desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”, deram origem a um amplo processo de mundialização do

capital (CHESNAIS, 1996, p. 33-34). Tal processo tem como característica a liberalização dos fluxos de capital internacionais, a expansão do Investimento Estrangeiro Direto (IED) e do comércio entre as economias centrais em detrimento dos países periféricos, a expansão do toyotismo, a ampliação das fusões entre grupos de diferentes países, o aumento do intercâmbio de insumos e produtos entre as próprias empresas, a proliferação da terceirização, o desenvolvimento de oligopólios mundiais em importantes setores da indústria – formados “sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus”⁴³ –, um alto grau de concentração do capital na forma monetária – favorecendo o desenvolvimento de uma hegemonia financeira – e pôr fim a tendência a “marginalização dos países em desenvolvimento”, manifesta no “recuo dos IEDs e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento”⁴⁴ a partir dos anos 1980.

Segundo Camara e Salama (2005, p. 202), a integração dos países em desenvolvimento ao processo de mundialização, ocorreu em base a um processo de liberalização de seus mercados – tal como reza a cartilha do FMI e do Banco Mundial – implementado por sucessivos governos a partir dos anos 1980 e enfatizado nos anos 1990 que, no caso da América Latina (AL), contribuiu para aumentar a instabilidade e a restrição externa dos países que receberam os fluxos de capital internacional. De acordo com os autores, nos últimos 30 anos do século XX, a inserção dos países em desenvolvimento no circuito financeiro internacional, particularmente da América Latina, pode ser dividida em dois períodos 1) 1970-1981, onde em um primeiro momento houve o endividamento externo a juros baixos a partir dos petrodólares excedentes no mercado europeu – reciclagem dos petrodólares – e, no segundo momento, a crise da dívida das economias emergentes, ocasionada pela elevação dos juros internacionais nos anos 1980, levando estes países a terem que adotar as medidas de ajuste exigidas pelo FMI a partir do fim da década; 2) 1990-2000, onde houve uma modificação do perfil do investimento nos países em desenvolvimento, os empréstimos bancários que “constituíram mais de dois terços do conjunto dos fluxos no período 1973-81, não representaram mais que 11,7% desse total no período 1990-97” cedendo espaço para a ampliação dos “investimentos diretos e em carteira”.

⁴³ Tais grupos. utilizam o GATT para erigir barreiras comerciais que possibilitem a manutenção do monopólio de importantes setores do comércio exterior pelos países participantes da OCDE (CHESNAIS, 1996).

⁴⁴ Com exceção da China que, a partir de 1979, graças a uma nova orientação do Estado pós-morte de Mao, passou a atrair importantes fluxos de IED e tecnologia para suas Zonas Especiais de Exportação (ZEEs).

Como destacam os autores (CAMARA; SALAMA, 2005, p. 206-211), a ampliação dos tipos de investimento é desigual entre as regiões. No período 1990-99, ocorreu a predominância dos fluxos de investimentos diretos para a Ásia “apesar da retomada iniciada pela América Latina no momento da crise asiática de 1997” e do relativo efeito dos IEDs sobre a industrialização do México e do Brasil, particularmente no que diz respeito as “cadeias produtivas da química, dos equipamentos eletroeletrônicos e até automobilística”. Quando considerados os investimentos em carteira a “América Latina apresenta um grau de integração mais importante do que Ásia e África”, ao passo que, a “África torna-se a região onde a inserção na finança internacional ocorre principalmente por intermédio de empréstimos bancários”. A distribuição desigual dos tipos de investimentos dificulta a análise de um ângulo mais geral e global das consequências da mundialização do capital sobre os países em desenvolvimento. Porém, para nossos autores, tendo em vista os dados disponíveis, é possível inferir, após trinta anos de liberalização financeira que, o “fardo da dívida pesou [...] mais sobre a América Latina e a África do que sobre outras regiões em desenvolvimento”, visto que o pagamento de juros e amortizações da dívida externa “não diminui ao longo dos anos 1990”.

Para Chesnais (1996, p. 34), a mundialização fez com que a “esmagadora maioria dos países capitalistas” perdessem a “capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente”, levando muitos estados a perderem a possibilidade de executarem políticas econômicas próprias, porém, contribuíram para tanto, não apenas a política imperialista de Thatcher e Reagan, mas também a conivência e apoio ativo dos “governos que aceitaram não resistir a eles” e levaram a cabo políticas de liberalização do comércio, desregulamentação e privatização em seus respectivos países. Assim, como aponta Costa (2013, p. 183), o movimento do capital no período “transformou o capitalismo num sistema mundial completo” que, trouxe à tona uma nova fase do imperialismo, onde o capital monopolista tornou o planeta uma “esfera única de produção, financiamento e realização das mercadorias, e a própria oligarquia financeira passaria a explorar diretamente os trabalhadores do centro e da periferia”.

Todo esse movimento de desregulamentação do mercado de trabalho, de mercadorias e financeiro que caracterizam a acumulação flexível teve como significado profundo o avanço dos processos de concentração e centralização de capital – vide os setores de “aviação, energia e serviços financeiros” –, a “acumulação flexível levou a maciças fusões e diversificações corporativas” (HARVEY, 2008, p. 150). Os números

são constrangedores somente entre as empresas americanas no ano de 1977 estava em curso um processo de concentração/centralização de capital que envolvia “22 bilhões de dólares”, em 1981 a soma já atingia “82 bilhões de dólares, alcançando em 1985 um extraordinário pico de 180 bilhões”. A onda de monopolização não se restringiu aos EUA, espalhou-se pela Europa como verifica-se no exemplo do processo de compra do banco Union Générale da Bélgica pela Olivetti em 1988 – o banco “controlava cerca de um terço dos ativos produtivos do país”. Teve lugar junto a este processo a intensificação da criação pelo capital de uma enorme quantidade de pobreza, porém, desta vez, em uma escala mundial nunca antes vista. O capital avançou em todas as suas formas sobre as economias do ocidente e do oriente, apoiado na disciplina imposta via FMI sobre as economias periféricas.

Por fim, a ofensiva neoliberal favoreceu a acumulação crescente de riqueza e, por conseguinte, de mais-valor pelos extratos superiores da classe capitalista concentrados na forma de capital financeiro – fusão operada entre o capital bancário e o capital industrial⁴⁵. Para atingir tal objetivo a nível mundial, o capital tem utilizado nos últimos 45 anos em grande medida os expedientes para manutenção da acumulação capitalista que procuramos ressaltar sumariamente nas reflexões de Marx discutidas ao longo do nosso primeiro capítulo, quais sejam, o rebaixamento dos salários, a implementação de tecnologias de modo a criar desemprego e expandir o exército industrial de reserva, a intensificação dos processos de concentração e centralização de capitais – oposição aguda entre os 1% mais ricos os demais –, a expansão do capital fictício (D-D’) como forma de combater os problemas relacionados a demanda efetiva, o ataque as formas de organização dos trabalhadores, a interferência sobre a oferta e a demanda de trabalhadores, os processos de barateamento da força de trabalho via terceirização e o fortalecimento do caráter coercitivo e restrito do estado – regra nos países periféricos – em detrimento das políticas sociais universais características do Welfare State. Este foi o sentido efetivo daquilo que se denominou como globalização neoliberal (HARVEY, 2013).

Como vimos, na tentativa de protelar o movimento do capital e, por conseguinte, sua valorização, os capitalistas deslocam as contradições inerentes a própria dinâmica da acumulação capitalista, jogando para o futuro os problemas do presente, de modo a criar novas contradições que em algum momento inevitavelmente terão de ser enfrentadas, seja

⁴⁵ Ver Lenin O Imperialismo (2011).

pela superação revolucionária levada a cabo pelos trabalhadores do modo de produção capitalista que as engendra, seja por um novo deslocamento, cabe perguntar se isso tem um limite?

Após traçarmos as linhas gerais dos diferentes padrões de acumulação capitalista – liberal, fordista/keynesiano e flexível –, avançaremos no próximo capítulo a consideração das diferentes análises com as quais temos dialogado até o presente momento de nossa pesquisa, no que diz respeito a interação da particularidade brasileira em suas múltiplas determinações com os padrões de acumulação capitalista destacados.

III. CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA CRÍTICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NA ERA PT

Em nosso terceiro capítulo, inicialmente, nos aproximamos do debate acerca da relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado brasileiro a partir da década de 1930, por meio do diálogo com Ianni (2009), Fernandes (1976) e Marini (2005).

Em seguida, apresentamos de maneira sintética as posições de Mercadante (2010), Pochmann (2014) e Singer (2012; 2015) em favor da conformação ao longo dos governos do PT de um novodesenvolvimentismo acompanhado das bases do Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Para estes autores, os governos do PT foram organizados de modo a dar materialidade aos princípios da Constituição de 1988. Em última instância, os governos do PT configuraram-se como ferramenta de construção de um Estado de bem-estar social, com geração de emprego, política de transferência de renda para os mais pobres, e avanços na construção de sistemas públicos de saúde e de educação.

Por fim, procuramos colocar em evidência elementos presentes na bibliografia consultada que podem contribuir para uma leitura crítica da perspectiva do Estado de Bem-Estar Social no Brasil da era PT.

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA RELAÇÃO ENTRE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, A FORÇA DE TRABALHO E O ESTADO NO BRASIL (1930-1986).

Consideramos que para a apreensão do movimento do nosso objeto durante os governos do PT, é mister, delimitarmos as características gerais da relação entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado na particularidade brasileira a partir da década de 1930.

De acordo com (IANNI, 2009, p. 20, grifos do autor), a Revolução desencadeada em 1930 no Brasil, levou a importantes transformações na economia e no Estado brasileiro “foi a época em que deixou de existir o Estado oligárquico” e concomitantemente “a época em que o setor industrial adquiriu ampla hegemonia no conjunto do *subsistema econômico brasileiro*.”

Vislumbrou-se no período pós Revolução de 1930 uma alteração das “funções” e da “própria estrutura do Estado brasileiro”. A derrota parcial das “oligarquias dominantes até então pelas novas classes sociais urbanas” permitiu as “rupturas estruturais a partir

das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade”, como afirma Ianni (2009, p. 27),

[...] o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 1930 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do *Estado burguês*, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. Enquanto manifestação e agente das rupturas estruturais internas e externas, a revolução implicou a derrota (não se trata propriamente de liquidação) do *Estado oligárquico*.

Em a Revolução Burguesa no Brasil (1976), Florestan Fernandes coloca em evidência, a peculiaridade da revolução brasileira frente as revoluções clássicas, qual seja, a “oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária”, na medida em que, “encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível” (FERNANDES, 1976, p. 204). Desta forma:

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. (FERNANDES, 1976, p. 204-205).

Na Revolução em curso, a burguesia não se batia frontalmente contra a oligarquia hegemônica até então, antes “se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas”, optando pelo caminho da “mudança gradual e a composição a uma modernização, impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES, 1976, p. 204-205).

Como desenvolve Fernandes, apenas aparentemente se estava diante de uma crise do poder oligárquico, de fato, ocorria que:

Depois da Abolição, a oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do Império. Para fortalecer-se, ela tinha de renovar-se, recompondo aquele padrão de dominação segundo as injunções da ordem social emergente e em expansão (FERNANDES, 1976, p. 208).

Assim, ao mesmo tempo em que as classes urbanas “acabaram com a monopolização do poder pela ‘velha’ oligarquia [...] deram a esta (e seus rebentos) a oportunidade de que precisavam para a restauração de sua influência econômica, social e política” (FERNANDES, 1976, p. 208).

É em base ao entrechoque dos interesses burgueses e oligárquicos e na acomodação de uns aos outros que, ocorreu aquilo que Florestan denominou como “*consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil”. Por meio desta, a “oligarquia [...] logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa”, nesse sentido, incutiu nas novas instituições burguesas “o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo”. Como revela Fernandes:

Depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo, o Governo Dutra e, especialmente, a “revolução institucional [...] poderíamos dizer que se constitui uma nova aristocracia e que foi a oligarquia (‘antiga’ ou ‘moderna’) – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976, p. 209).

Como vemos as relações entre as classes sociais, particularmente, entre a burguesia e o proletariado emergentes, a economia e o Estado se modernizaram de maneira conservadora, influenciadas pelos interesses e formas de mando oriundos da tradição oligárquica conservadora instituída historicamente no país. Cabe perguntarmos, como o processo em questão se expressou nas relações entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado? Abaixo teceremos algumas considerações iniciais acerca do problema.

No que diz respeito às relações entre a acumulação de capital e a força de trabalho, tal processo “significa que o poder público passou a funcionar – mais adequadamente – segundo as exigências e as possibilidades estruturais estabelecidas pelo sistema capitalista vigente no Brasil”, na medida em que, os “governantes passaram a reformular as condições de funcionamento do mercado de fatores de produção (ou forças produtivas), bem como as relações internas de produção, e as relações entre a economia brasileira e a economia internacional” (IANNI, 2009, p. 27-28).

As diferentes políticas econômicas governamentais, em suas formulações e realizações entre 1930 e 1970 revelavam as seguintes tendências:

Em primeiro lugar, algumas das políticas econômicas (dentre aquelas adotadas ao longo dos anos 1930-1970) parecem revelar a ambição de grupos e classes sociais no sentido de criar um sistema econômico configurado como *capitalismo nacional*. Isto é, um sistema em condições de preservar e manipular com autonomia os centros de decisão fundamentais quanto a objetivos e relações econômicos internos e externos. Em segundo lugar, outras políticas econômicas parecem revelar a ambição de grupos e classes sociais no sentido de provocar a consolidação e a expansão de um sistema econômico configurado como *capitalismo dependente*. Isto é, um subsistema político-

econômico congruente com as tendências predominantes na história do País quanto a objetivos e relações econômicos internos e externos. Em terceiro lugar, é possível ressaltar algumas formulações e realizações de políticas econômicas de cunho nacionalista que foram tomadas por alguns grupos e classes sociais como manifestações capazes de ajudar a criar um *sistema econômico de tipo socialista*. Isto é, julgava-se que a estatização crescente fosse uma possibilidade real e uma via de socialização do sistema econômico. Em outras palavras, a análise das políticas econômicas governamentais pode revelar como se expressavam (ideológica e praticamente) essas *estratégias políticas* do desenvolvimento econômico brasileiro (IANNI, 2009, p. 20-21, grifos do autor).

Como explicitado no trecho, entre as décadas 1930 e 1970 os conflitos entre os diferentes grupos e classes sociais se manifestaram na forma de três estratégias políticas para o desenvolvimento da acumulação capitalista no Brasil, quais sejam, a estratégia do *capitalismo nacional*, a perspectiva do *capitalismo dependente*, e por fim, a estratégia da construção de um *sistema econômico de tipo socialista*.

Concomitantemente, a partir da década de 1930 passaram a convergir duas tendências fundamentais para compreendermos o tipo de capitalismo monopolista que se formou no Brasil.

Em primeiro lugar, como nos informa Ianni (2009, p. 281) o “Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da economia”, tal participação se deu de forma direta e indireta por meio da “frequente formulação e reformulação das ‘regras do jogo’ das forças produtivas no mercado até a criação de empresas Estatais”.

Em segundo lugar, o aumento da complexidade da política econômica governamental, dotou-a cada vez mais de um caráter planificado, porém, como o autor chama nossa atenção, isso não significa que a política econômica governamental brasileira “sempre foi política deliberada de desenvolvimento” em alguns momentos ela foi “apenas, ou principalmente, política de estabilização; outras vezes, orientou-se no sentido da harmonização (ou integração) de setores produtivos e subsistemas regionais do país”, de modo que, “*nem sempre o crescimento da renda nacional foi resultado da política econômica governamental*”, mas sim, das “*decisões, investimentos e condições de mercado, funcionando sem qualquer direção governamental*” (IANNI, 2009, p. 281, grifos nossos).

Dentre os problemas a serem enfrentados pela revolução de 1930, no que se refere ao processo de acumulação de capital no Brasil, destacamos a “formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais”, a definição “das funções do poder público na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se”, o

“protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira”, a necessidade de “uma política governamental de defesa e aproveitamento das riquezas minerais” além da “democratização do sistema político em geral”, e da “reforma e ampliação do sistema nacional de ensino” (IANNI, 2009, p. 28-29).

No período anterior, já se faziam notar no Brasil os “problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, isto é, economia primária exportadora” (IANNI, 2009, p. 29). Exemplo disto foram as recorrentes crises pela qual passou a cafeicultura no período, especialmente a Depressão Econômica Mundial de 1929-1933.

Assim a Revolução de 1930, significou uma ruptura política, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico que “se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna” (IANNI, 2009, p.31).

Dentre os problemas acarretados pela “política econômica externa, de tipo liberal (conforme era exigido pelas empresas comerciais e financeiras europeias e norte-americanas, que controlavam o setor externo brasileiro)” adotada no período anterior a Revolução de 1930, encontrava-se a “sistemática exportação do excedente econômico nacional”, por meio tanto da “comercialização do café, controlada pelos centros dominantes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e outros)” quanto “por meio da importação de manufaturados e artigos de consumo da classe dominante”, por essas vias, “boa parte do produto nacional encaminhava-se para o exterior”. Neste momento, a política econômica do governo apontava no “sentido de proteger e incentivar as atividades produtivas ligadas ao setor externo, que era essencial à sustentação do sistema político-econômico então vigente” (IANNI, 2009, p. 29).

[...] as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p. 5).

Em teoria, “o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes”, porém, no movimento real do capital existem mecanismos que possibilitam que se burlam as leis da troca, estes se expressam na formação dos preços de mercado e dos preços de

produção das mercadorias. Tais mecanismos, são perceptíveis tanto no interior de uma mesma esfera de produção, quanto, nas relações entre as diferentes esferas da mesma. Assim, no “primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis da troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas” (MARINI, 2005, p. 9).

O fato de existirem nações produtoras de diferentes tipos de mercadorias, “como manufaturas e matérias-primas”, ou com uma menor produtividade do trabalho, torna possível que “as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual”. Tal situação, tem como resultado que, as nações produtoras de bens primários e menos produtivas “devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que, essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2005, p. 10).

Assim, no que diz respeito às relações salariais estabelecidas no país, a troca desigual implica que, na tentativa de compensar o escoamento do produto nacional para o setor externo, os capitalistas locais procurem compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso a uma maior exploração do trabalhador, “seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois processos” (MARINI, 2005, p. 10).

A rigor, só o primeiro — o aumento da intensidade do trabalho — se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca (MARINI, 2005, p. 10-11).

A troca desigual entre as nações repousa sobre a apropriação de um mais-valor obtida por meio da exploração do trabalho no interior de cada país. Este fenômeno se manifesta do ponto de vista do “capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro”, efeito diametralmente oposto àqueles ocorridos nos países favorecidos por esse tipo de troca. (MARINI, 2005, p. 11).

À medida que a troca desigual abate as taxas de lucro e a mais-valia da burguesia dependente, contribui para aumentar o seu “afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente”. Deste modo, nos países dependentes, o aumento da capacidade produtiva não aparece como base do desenvolvimento capitalista, mas sim, o aumento da exploração da força de trabalho (MARINI, 2005, p. 12).

Nessas circunstâncias, a produção de mercadorias baseia-se principalmente na utilização intensiva e extensiva da força de trabalho, o que permite “baixar a composição-valor do capital”, que “aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro”. Em outras palavras, esses mecanismos “significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”, mais precisamente da força de trabalho (MARINI, 2005, p. 12-13). Deste modo:

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino americana (MARINI, 2005, p. 16).

Tal desenvolvimento das economias latino-americanas, voltadas para o mercado mundial, deu origem um ciclo do capital diferente do observado nas economias capitalistas centrais. Nestas últimas, a realização do valor se relaciona diretamente ao consumo dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, enquanto que, nas primeiras, o processo de produção independe da capacidade dos mesmos de consumo, haja vista a predominante realização do valor pela via do mercado externo.

Como procuraremos ressaltar por meio dos apontamentos que seguem, acerca da política operária e salarial dos sucessivos governos pós-revolução de 1930, no caso do Brasil, a situação para a qual chama a atenção Marini, permitiu que ocorresse o desenvolvimento do capitalismo dependente com base principalmente no confisco salarial. Este último ocorreu em grande medida, por meio da inflação que funcionou na maior parte do período encerrado entre 1930 e 1986 como técnica de poupança monetária forçada, levando a transferência de renda dos assalariados para os lucros dos capitalistas nacionais, internacionais e associados.

Ao longo das décadas de 1920-1930, a sociedade mudava, formavam-se “novos grupos sociais, com interesses distintos dos interesses da burguesia nacional e internacional (rural, comercial e financeira) vinculada à cafeicultura”, dentre esses se destacavam os “primeiros núcleos proletários e os princípios da burguesia industrial, além de expandir-se bastante a classe média”. Tais mudanças na divisão de classes da sociedade se refletiram na política, como atestam a fundação do Partido Comunista, em 1922, as primeiras manifestações do tenentismo, a criação de um “partido político de

inspiração fascista, como a Legião do Cruzeiro do Sul, em 1922” e nas artes com a Semana de Arte Moderna, em São Paulo (IANNI, 2009, p. 29-30).

A diferenciação das classes sociais no seio da sociedade brasileira fazia-se acompanhar pela “abolição da escravidão e a intensa imigração de europeus (braços para a lavoura, colonos, artesãos e operários)”, assim, “cresce o mercado interno e abrem-se novas perspectivas para o incipiente setor manufatureiro” de modo que “expande-se o sistema econômico, inclusive qualitativamente” (IANNI, 2009, p. 30). Como informa Ianni:

Desde a Primeira Guerra Mundial haviam se intensificado os movimentos e as lutas operárias. Entretanto, o governo e os compradores de força de trabalho pouco se interessavam pela institucionalização dos direitos e obrigações nas relações políticas e econômicas entre empregados e empregadores. Aliás, até 1930 predominava no governo e entre os compradores de força de trabalho quase que a mesma concepção oligárquica de poder e mando característica da sociedade agrária de então. Essa era a razão por que antes da Revolução de 1930 as leis trabalhistas eram principalmente leis repressivas. Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do Governo Washington Luís em 1930, que criou novas condições sociais e políticas para a conversão do Estado oligárquico em Estado burguês. Esse foi o contexto em que o Governo Getúlio Vargas, nos anos 1930-1945, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas quanto às relações entre assalariados e empregadores. Aliás, essas diretrizes foram elaboradas aos poucos, e aperfeiçoadas, ao longo desses anos (IANNI, 2009, p. 44).

Entre os anos de 1930 e 1945, sob a égide de Getúlio Vargas, o governo brasileiro “adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico”. Era necessário fazer frente aos problemas e dilemas oriundos dos novos “interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares”. Cabe ressaltar que às “vezes as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa” (IANNI, 2009, p. 28).

Podemos perceber de forma bastante clara, a mudança de postura do Estado na transição do Estado oligárquico para o Estado burguês, ao observarmos a evolução da legislação trabalhista, tendo em vista que, é a partir de 1930 que se formalizam sob a responsabilidade do Estado as “condições e os limites básicos de funcionamento do mercado de força de trabalho” no país. A legislação trabalhista e sindical realizada por Vargas estabelecia de uma só vez, as condições e os limites políticos de atuação dos assalariados. Deste modo, a política operária de Vargas contribuía para a adequação da força de trabalho as necessidades da acumulação capitalista no país (IANNI, 2009).

A situação vigente no país no início da década de 1930 “exigia a reorganização dos mercados de capital e força de trabalho, de modo a contornarem-se as inconveniências da política econômica liberal” (IANNI, 2009, p.32).

Fazia-se necessário “estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral”, ou em outros termos, “formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro” (IANNI, 2009, p. 34-35).

Dentre as iniciativas adotadas ao longo dos governos Vargas encontram-se a criação do Ministério do Trabalho, em 1930; criação do Conselho Nacional do café e do Instituto do Cacau da Bahia, em 1931; criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932; criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, do Instituto Nacional de Estatística, do Código de Minas, do Código de Águas e do Plano Geral de Viação Nacional, em 1934; criação do Conselho Brasileiro de Geografia e do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937; criação do Conselho Nacional do Petróleo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938; criação do Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa, em 1939; criação da Comissão de Defesa da Economia Nacional, do Instituto Nacional do Sal e da Fábrica Nacional de motores, em 1940; criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941; criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942; criação da Coordenação de Mobilização Econômica, da Companhia Nacional de Álcalis, da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Serviço Social da Indústria (SESI); criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944 e por fim em 1945, a criação da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC) (IANNI, 2009).

Com a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, o poder público passou de uma atuação defensiva a uma atuação ofensiva, frente aos “dilemas e pontos de estrangulamento com os quais se defrontava a economia do País”, o que significava o abandono pelo governo de uma política econômica pautada na defesa ou proteção dos setores econômicos instalados e, em contraponto, o avanço de uma política econômica governamental pautada na criação de “condições para a expansão e a diversificação da economia brasileira” (IANNI, 2009, p. 39-40).

Segundo Ianni (2009), considerando que tanto a Companhia Siderúrgica Nacional quanto a Companhia Nacional de Álcalis, eram empresas de grande proporção, no que diz respeito ao capital, a tecnologia, organização, pessoal especializado etc., além de serem empresas voltadas para setores básicos da economia, o fato de constituírem-se

como empresas estatais, faz supormos que, havia a intenção dos grupos dominantes à época de criar condições infraestruturais para a acumulação capitalista, particularmente no setor industrial e para a emancipação econômica do Brasil.

Resumidamente, podemos dizer que a política econômica governamental dos anos 1930-1945 refletia principalmente os interesses de “grupos econômicos e políticos, bem como de membros do próprio governo, com o objetivo de reformular a *dependência estrutural* que caracterizava o subsistema econômico brasileiro na época” (IANNI, 2009, p. 43, grifos do autor).

Segundo Ianni “muitas formulações e realizações da política econômica dos dois governos Vargas revelavam alguma intenção, além de possibilidades, de criação de um sistema econômico de tipo capitalismo nacional” ou, em outras palavras, de “um capitalismo cujos centros de decisão estariam livres das determinações exclusivas ou preponderantes da dependência estrutural” (IANNI, 2009, p.178).

Como evidenciado por Fernandes (1976), não houve rompimento entre a burguesia e a oligarquia, mas sim acomodação entre os interesses diversos. No que diz respeito às relações com o capital estrangeiro, sucedeu-se da mesma maneira, tratava-se de “emancipar as decisões sobre a política econômica, sem eliminar a participação do capital e da tecnologia estrangeiros na economia do País” (IANNI, 2009, p.178).

Era um período de efervescência econômica e política na sociedade brasileira, exemplos disso, foram a fundação da “Ação Integralista Brasileira, em 1932, como partido de direita, de conotação fascista”, a fundação da “Aliança Nacional Libertadora, em 1934, como movimento político de esquerda, de tendência socialista”, a “revolução paulista, em 1932, tentando recuperar o poder federal”, a “nova Constituição Nacional, em 1934”, o “levante comunista, em 1935” e por fim, o levante integralista, em 1938. Tal contexto culminou com o “golpe de Estado de 10 de novembro de 1937”, no qual Vargas “instalou a ditadura, sob a denominação de *Estado Novo* (IANNI, 2009, p. 32, grifos do autor).

O Estado Novo teve como consequências políticas, a liquidação das poucas e frágeis instituições democráticas, ainda que exclusivamente urbanas, ao passo que se acelerou a destruição dos vestígios do Estado oligárquico. O poder político e com isso a possibilidade de influenciar as decisões de política econômica passaram para as mãos dos setores burgueses mais fortes apoiados na força militar e em aliança com setores da classe média, consolidando-se desta maneira “uma vitória importante, ainda que parcial, da *cidade* sobre o *campo*”. Como aponta Ianni, aos poucos as “classes sociais de mentalidade

e interesses caracteristicamente urbanos impuseram-se por sobre a mentalidade e os interesses enraizados na economia primária exportadora”. Longe da democracia pela qual lutavam alguns partidos e movimentos políticos existentes na época, a vitória parcial sobre as oligarquias, deu origem à ditadura de tipo burguês (IANNI, 2009, p. 33-34).

A política econômica de Vargas era acompanhada por uma legislação trabalhista que tinha por objetivo “sistematizar e formalizar as relações políticas entre as classes sociais urbanas”. Particularmente, tratava-se de “pacificar as relações entre os vendedores e os compradores de força de trabalho no mercado urbano”, por meio de uma “política de controle e dominação da atividade e organização política do proletariado”. Assim, a legislação trabalhista em questão se orientava no sentido de uma “sistemática vinculação do sistema sindical ao ‘mecanismo dirigente do Estado’”, algo parecida com a legislação trabalhista fascista colocada em prática por Mussolini na Itália a partir da década de 1920 (IANNI, 2009, p. 44-48). Exemplo emblemático de tal estado de coisas foi o estabelecimento do imposto sindical em 1937 como principal fonte de recursos dos sindicatos.

Em consequência da expansão industrial ocorrida no Brasil a partir da 1ª Guerra Mundial e das exigências econômicas da 2ª Guerra Mundial (estímulo à produção de minério e ao extrativismo), “acentuou-se ainda mais a expansão das atividades produtivas no país”, como informa o autor “durante o período de 1930-1945, houve uma expansão real das forças produtivas no Brasil”, constituindo-se tal movimento, como base econômica à consolidação da legislação trabalhista dos governos Vargas (IANNI, 2009, p. 49-50).

Notemos que a política operária do governo Vargas no período e, como expressão da mesma, sua legislação trabalhista, também esboçava o objetivo de “preservar a massa operária (então em fase de expansão no País) de uma excessiva pauperização”. Sendo assim, ao passo que “o governo formalizava as condições políticas de oferta e demanda no mercado de força de trabalho, também estabelecia os limites inferiores de exploração do operariado” (IANNI, 2009, p. 50-51).

O exame crítico da intervenção estatal nas relações entre os empresários e os trabalhadores no período tem como saldo que a mesma “não evitou a pauperização de boa parte do proletariado” e inclusive de amplos setores da classe média, funcionários públicos etc., que tiveram seu salário real rebaixado; delimitou as “condições, as possibilidades e os limites da atividade sindical do operariado” vinculando os sindicatos ao aparelho estatal “como elemento básico das estruturas de dominação (política) e

apropriação (econômica) vigentes na época”. Assim, tal elemento da atuação estatal se estabeleceu como “uma das manifestações mais importantes do Estado no sistema econômico do País” (IANNI, 2009, p. 50-51).

Com o fim do Estado Novo em 1945, encerra-se o primeiro ciclo do que podemos chamar de política econômica nacionalista no Brasil e se inicia sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, um breve período hegemonizado pela ortodoxia liberal nos assuntos econômicos, observemos algumas de suas características.

A política econômica do governo Dutra se pautava no liberalismo, do ponto de vista ideológico, tendo como base a empresa privada. Ao contrário do governo anterior, neste adotou-se uma “política econômica anti-intervencionista e internacionalizante”. Claramente não era uma política orientada para o desenvolvimento econômico, mas sim, para “garantir as condições de funcionamento e prosperidade do setor privado, nacional e estrangeiro” sem alterar as estruturas da dependência (IANNI, 2009, p. 113). Como afirma Ianni, podemos dizer que a “industrialização verificada nesses anos era um processo em curso, a despeito das ações e omissões do poder público” (IANNI, 2009, p. 104).

Do ponto de vista da força de trabalho, verificamos no período um arrocho salarial, proveniente da ausência de elevação do salário-mínimo no período combinada a crescente inflação dos preços. A última elevação do salário-mínimo havia ocorrido em 1943 e somente voltou a ocorrer nova elevação em 1952 com a volta de Getúlio ao poder (IANNI, 2009). Assim, salvo em alguns casos “por iniciativa de empresários isolados, sobre a pressão de reivindicações diretas dos operários, bem como de bancários e outros assalariados da classe média” não houve alteração da base salarial durante os governos Dutra (IANNI, 2009, p. 105). Além do congelamento dos salários, como nos informa o autor:

Nesses anos [...] a inflação reduziu bastante o poder aquisitivo dos assalariados da indústria. Se tomarmos a Guanabara como exemplo, verificamos que o índice do salário real evoluiu da seguinte forma: partindo de 1940, quando era igual a 100, no ano de 1943 passou a 104; mas em 1946 já era igual a 90 e no ano de 1949 havia baixado para 87 (IANNI, 2009, p. 105).

De fato, a política salarial implementada entre 1945 e 1950 configurou-se como uma “política de confisco salarial”, contribuindo para uma “redistribuição altamente regressiva da renda”, de modo que, “aumentava a taxa de lucro” e “acentuava-se o processo de acumulação do capital no setor privado” (IANNI, 2009, p. 106). Como aponta Singer:

A política operária é sempre a pedra de toque para se averiguar o conteúdo de classe de um governo. É dela que depende, em grau considerável, a taxa de exploração que se forma na economia ou, em outras palavras, o modo como se reparte o produto social entre as principais classes: o proletariado e a burguesia. Pois bem, a política operária do Governo Dutra foi toda ela dirigida no sentido de elevar a taxa de exploração, isto é, de aumentar ao máximo a parte do produto social que vai parar nos bolsos da burguesia e reduzir, portanto, ao mínimo a parte que cabe a classe operária.[...] Os salários ficaram congelados em sua maioria (principalmente o salário mínimo) enquanto o custo de vida, no Rio de Janeiro, subia, entre 1946 e 1961, de 62% (SINGER apud IANNI, 2009, p. 106).

A política operária do governo, e conseqüentemente a sua política salarial, exprime a maneira como se desenvolvem as relações entre os compradores e vendedores da força de trabalho, na medida em que “diz respeito tanto ao mercado de força de trabalho como à produção de lucro, isto é, à reprodução do capital” (IANNI, 2009, p. 106). Assim, a política salarial somente ganha sentido, a luz da compreensão do sentido da política operária governamental.

Em síntese, o confisco salarial constituiu a base da “‘estabilidade financeira’ e da expansão do setor privado durante os governos Dutra, produzindo deste modo, um “agravamento das relações entre o proletariado e os compradores de força de trabalho” (IANNI, 2009, p. 110).

Com o fim do governo Dutra em 1950, Vargas volta ao poder pelas urnas, encontrando um congresso liberal e resistente ao modelo *intervencionista-nacionalista* característico do trabalhismo getulista. Nesse momento, a burguesia industrial brasileira, havia se diferenciado em três grupos político-econômicos distintos. Eram eles, a pequena burguesia industrial, “vinculada à produção de bens de consumo tradicionais”; a grande burguesia industrial produtora de “bens de consumo, mas com base em empresas de grande vulto para a economia brasileira de então”, ligada ao “setor agropecuário, o grande comércio de exportação-importação e o capital financeiro”, e que, à época esboçava uma vinculação ao “setor de produção de bens de produção”; por fim a grande burguesia industrial internacional “surgida com os investimentos de capital estrangeiro e as primeiras associações de capitais”. Como não poderia deixar de ser, os três grupos tinham posições distintas com relação à atuação do poder público sobre a economia, de maneira que, “cada um estava interessado num padrão particular de relacionamento do estado com as atividades econômicas” (IANNI, 2009, p. 114).

A pequena burguesia industrial, dependente fundamentalmente dos mercados locais ou regionais, era “nacionalista, apoiando toda espécie de protecionismo alfandegário e governamental”, a grande burguesia industrial de origem brasileira, “maior

beneficiária da inflação de lucros” em grande medida determinada por meio da poupança forçada de parte dos salários dos trabalhadores (impulsionada pela inflação no período), manifestava um nacionalismo mais tático quando comparado ao nacionalismo pequeno burguês, “era favorável a toda espécie de protecionismo e aceitava o intervencionismo estatal”. A grande burguesia industrial internacional, mais ligada ao setor de serviços, se preparava para participar nos negócios relacionados à instalação no país do setor de produção de bens de produção que se avizinhavam (IANNI, 134-135).

À década de 1950, o recém-formado proletariado brasileiro tinha composição social e cultural heterogênea. Era composto de pessoas provenientes de diversas partes do país, além dos grupos proletários urbanos preexistentes. Apesar das características apontadas, e das diferenças econômicas entre os diversos grupos que compunham o proletariado à época, este “estava sendo politizado e começava a representar uma força política importante no processo político nacional” a partir de uma posição “favorável a industrialização, ao protecionismo econômico governamental e as soluções nacionalistas”. Tais posições políticas e econômicas, quando não representadas pela via do trabalhismo getulista, surgiam sob a influência da proposta de revolução por etapas do PCB (IANNI, 2009, p. 135).

Por fim, a classe média do período, compartilhava com o proletariado, a característica de ser social e culturalmente heterogênea, “o que afetava as suas possibilidades de politização como classe social”, porém, a medida que se politizava nas principais cidades do país, “inclinava-se por soluções de tipo nacionalista e também aceitava o intervencionismo desenvolvimentista do poder público”. Contraditoriamente, carregava o temor característico das classes médias com relação à proletarianização, o que a tornava presa fácil para as “campanhas antigetulistas e antipopulistas que ressaltavam o caráter pacífico, cristão e ocidental da civilização brasileira” (IANNI, 2009, p. 135).

Apesar do apoio recebido por Vargas do proletariado e de parte da classe média urbana, como nos informa Ianni, as elevações do nível do salário mínimo por Vargas em 1952 e em 1954,

[...] serviram apenas para repor uma parte do poder aquisitivo dos salários. Se tomarmos o ano de 1940 como base (igual a 100), verificamos que, em 1943, o salário real desses trabalhadores elevava-se para 104. Em 1946, no entanto, caíra para 90. No ano de 1949, baixara a 87; em 1952, chegara a 64; e em 1955, já era de 58 (IANNI, 2009, p. 122-123).

Nesse contexto, a “inflação, enquanto técnica de poupança monetária forçada, favorecia a mobilização política das massas urbanas”, ao passo que, os setores políticos

e econômicos mais conservadores relacionados com o capital estrangeiro “pressionavam para que o governo adotasse políticas de estabilidade financeira e social”. Acusado pelos últimos, de construir uma república sindicalista, Vargas prosseguia no desenvolvimento de sua política trabalhista de modo a “ampliar o apoio das massas urbanas ao governo e à sua política econômica” e agudizar o conflito entre as classes (IANNI, 2009, p. 123).

Em agosto de 1954, chegava-se ao ápice das contradições dos interesses delineados acima, expresso de maneira trágica no suicídio de Getúlio Vargas. Neste momento, revelaram-se com mais clareza os interesses políticos e econômicos conflitantes que se desenvolveram ao longo dos anos na sociedade brasileira, de modo que, as contradições de classes “estiveram em vias de desdobrar-se numa luta de classes aberta e violenta”, vivia-se “uma situação pré-revolucionária” (IANNI, 2009, p. 133). Nesse contexto, com a ajuda do Marechal Lotte, chegou ao governo Juscelino Kubitschek.

Dentre as questões econômicas importantes manifestas durante o governo Kubitschek, destaca-se o problema da inflação. Esta variou entre 1956 e 1960, respectivamente, de 19,2% a 30,9%, acentuando-se nos anos seguintes, porém, a “inflação não atingira níveis inconvenientes para a realização do programa de desenvolvimento”. Como aponta o autor, se “é verdade que provocou distorções na estrutura dos investimentos [...] também é verdade que se manteve muito mais na condição de inflação de lucros”. Nesse sentido, continuou cumprindo o papel de uma “técnica de poupança monetária forçada (IANNI, 2009, p. 163-164).

Assim, a política salarial do governo configurou-se como uma “política de confisco salarial”, de modo que:

As reivindicações operárias conseguiam, no máximo, repor o poder aquisitivo dos salários de algumas categorias de trabalhadores. Apenas uma pequena parcela do proletariado teve melhoras salariais que compensavam satisfatoriamente as elevações do custo de vida. E isto ocorria nas indústrias mais modernas, de instalações mais recentes. Esses eram os operários qualificados que haviam sido atraídos das empresas preexistentes (onde haviam sido treinados) para as novas empresas, como a automobilística, por exemplo. É que estava em curso uma fase importante do processo de acumulação capitalista no Brasil. Em consequência, a contribuição da força de trabalho era decisiva (IANNI, 2009, p. 164).

Em síntese, a partir de uma política econômica, que adotava como norte a perspectiva do desenvolvimento econômico dependente-associado, manifesta no Plano de Metas, que prometia “50 anos em 5” e na instalação do setor da produção de bens de consumo duráveis, em base ao prejuízo dos setores assalariados promovido pelo confisco salarial, expandiu-se ainda mais o modo de produção capitalista no Brasil,

“desenvolveram-se tanto as relações de produção como o conjunto da estrutura social” (IANNI, 2009, p. 165).

Nas principais cidades do país “desenvolveu-se bastante a estrutura de classes sociais, com suas implicações políticas e culturais”. Aos poucos a hegemonia cultural da cidade se consolidava, de maneira que, “durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, a *cidade* conquistou uma segunda vitória sobre o *campo*, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial”. Deste modo, já “não era mais possível reviver – a não ser como anacronismo – a ideologia da ‘vocação agrária’ do Brasil” (IANNI, 2009, p. 165, grifos do autor).

Com o fim do governo Kubitschek chegamos ao período que precede imediatamente o golpe militar de 1964, este, configura-se como mais um dos momentos de efervescência política e econômica na história do Brasil, nele apresentavam-se claramente três opções políticas para o desenvolvimento das relações econômicas no país, quais sejam: 1) a política de desenvolvimento nacionalista com vistas à emancipação das decisões econômicas do país frente ao capital externo, nos moldes do trabalhismo getulista, com base na pequena burguesia industrial brasileira, em parte da grande burguesia industrial dependente do protecionismo estatal e em setores da massa assalariada urbana; 2) a política de desenvolvimento dependente, com vistas à acentuação da interdependência e complementaridade entre a economia brasileira e a economia internacional, com base social nos grupos e classes sociais identificados com a economia primária exportadora, além daqueles surgidos a partir da expansão industrial e financeira da época do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, nesta aliança encontravam-se os grupos políticos e econômicos mais fortes do período e que viriam a constituir-se como base social do golpe civil-militar de 1964; 3) por fim, a política econômica com vistas à fortalecer e expandir o setor estatal da economia brasileira, de modo a acelerar o avanço rumo ao socialismo, está se vinculava fortemente aos setores nacionalistas pela via da política de conciliação de classes do PCB, confundindo-se sua base social com a daqueles setores. Tal política se diferenciava da política nacionalista pela defesa mais incisiva da estatização, do anti-imperialismo e da luta contra o latifúndio (IANNI, 2009).

Nos anos de 1961-1964, as taxas de crescimento da economia brasileira variaram de 7,3%; 5,4%; 1,6% e 3,1%, no mesmo período a população cresceu a uma taxa de 3,1% ao ano, o que significa que “em 1963, houve descapitalização no País; e em 1964, a taxa de crescimento da economia foi anulada pelo aumento populacional”. Tal quadro geral da situação econômica no período se torna mais preciso e significativo quando

observamos que o “comportamento da taxa de inflação, nos anos 1961-1964, foi 38,1; 53,3; 73,5; e 91,6, respectivamente” contribuindo sobremaneira para a diminuição dos salários reais no período (IANNI, 2009, p. 195). A análise da variação da taxa média de crescimento per capita no país entre 1947-1961⁴⁶ não deixa dúvidas, estávamos diante do encerramento de uma fase de expansão e diferenciação da economia brasileira.

Assim, chegou-se a um ponto em que, os desequilíbrios setoriais da economia brasileira e as reivindicações da classe trabalhadora e dos demais setores afetados pela inflação se acumularam de tal maneira que, do mesmo modo que no início da década de 1930, faziam-se necessárias profundas reformas, para possibilitar a retomada do crescimento ulterior.

Como informa a CEPAL, em documento analisado por Ianni (2009), do ponto de vista do valor da força de trabalho, o último aumento real dos salários havia ocorrido em 1954, desde então, a renda dos assalariados deixou de acompanhar o aumento dos preços das demais mercadorias, de modo que, a evolução dos salários entre 1954 e 1963, quando observada junto ao aumento da produtividade do trabalho e ao processo inflacionário que se desenvolvia no período, mostra-se altamente favorável a transferência de renda do conjunto dos assalariados para o setor empresarial. Tendo por base a situação destacada,

[...] a politização das massas urbanas acelerou-se e ampliou-se, devido às frequentes campanhas de reivindicação salarial, quando se realizavam assembleias, comícios e greves. Para os assalariados, em geral, e o proletariado, em particular, tratava-se de evitar o acelerado esvaziamento do poder aquisitivo do salário (IANNI, 2009, p. 186).

De maneira sintética, foram manifestações da crise econômica no período a redução dos investimentos, a diminuição da entrada de capital externo, a queda da taxa de lucro e o agravamento da inflação que, “deixou de ser apenas uma técnica de ‘confisco salarial’ (poupança monetária forçada) e passou a funcionar como inflação de custos” (IANNI, 2009, p. 183).

Como afirma Ianni, a análise das políticas econômicas nesses anos nos mostra que a “sucessão e multiplicidade das medidas adotadas revelavam que os problemas estavam se multiplicando numa escala tão acelerada que o poder público não era capaz de lhes fazer face, ou as acompanhava com atraso” (IANNI, 2009, p. 184).

⁴⁶ De fato, nos anos de 1947-1961, o País havia mantido a taxa média de crescimento *per capita* ao nível de 3% ao ano; note-se, entretanto, que ela caiu de 2,3, em 1962, para menos 1,5 em 1963 (IANNI, 2011, p. 195, grifos do autor).

A política anti-inflacionária do governo Jânio Quadros, levou a um aumento dos preços internos, a “drástica redução dos subsídios pagos à importação de petróleo e trigo, por exemplo, aumentou bastante o custo de vida para as classes assalariadas”. Assim:

À medida que cresciam os preços internos (e não se autorizava a elevação do salário mínimo para o proletariado) aumentava o descontentamento das massas urbanas. Em pouco tempo, decresceu a popularidade e o prestígio político de Jânio Quadros, o mais bem sucedido líder populista de direita dos anais do populismo brasileiro. Em poucos meses, revelou-se a incompatibilidade entre a política anti-inflacionária – nos termos em que estava sendo executada – e a popularidade política do governo. Nessa ocasião, a “democracia representativa” passou por uma das suas mais graves crises (IANNI, 2009, p. 193).

As dificuldades na realização da política anti-inflacionária de Jânio Quadros, evidenciavam que “não era fácil combinar estabilidade financeira e desenvolvimento econômico”, muito menos,

[...] combinar os compromissos financeiros externos, as concessões ao setor primário exportador, a política anti-inflacionária, a intenção de retomar o desenvolvimento econômico e as exigências da “democracia representativa”. Esse foi o contexto mais restrito em que Jânio Quadros planejou o seu golpe de Estado. Pelo fato de não ter realizado com sucesso (esse foi um dos muitos golpes frustrados), tornou-se conhecido como o “episódio da renúncia” do presidente Jânio Quadros, ocorrido em 25 de agosto de 1961 (IANNI, 2011, p. 194).

Após uma breve crise política envolvendo a posse do novo presidente, João Goulart, vice de Jânio assume a presidência da república em 07/10/1961.

Ao longo do governo Goulart, os problemas políticos e econômicos apontados acima se aprofundaram, ao passo que, ampliou-se o debate acerca das “limitações e as possibilidades inerentes ao tipo de desenvolvimento industrial havido nos anos anteriores”. Tratava-se da busca de uma “alternativa política viável para que o País pudesse ingressar em nova fase de expansão econômica” (IANNI, 2009, p. 194-195), exemplo disso, foi o Plano Trienal (1963-1965) “primeiro instrumento de política econômica global e globalizante, dentre os formulados até então pelos diversos governos no Brasil”. Desenvolvido por Celso Furtado, ministro de Jango, e um dos principais formuladores da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), consistia em um “diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do País” (IANNI, 2009, p. 196).

A política econômica do governo Goulart tinha como objetivos: a manutenção de uma elevada taxa de crescimento do produto; a redução progressiva da pressão inflacionária; a redução do custo social presente do desenvolvimento e melhor

distribuição de seus frutos; e por fim a redução das desigualdades regionais de níveis de vida. Tratava-se de estabilizar a economia do país em condições de desenvolvimento, para em um momento posterior, adotar medidas de intensificação do desenvolvimento sem perder a estabilidade econômica. Para lograr o objetivo proposto, foi colocada em “prática uma política monetária, cambial e salarial de cunho anti-inflacionário”, focada na utilização de instrumentos de política creditícia, cambial, orçamentária federal e salarial (IANNI, 2009, p. 200).

Porém, em meio a um contexto político da Guerra Fria, avanço da “opinião pública contra o capital estrangeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as normas vigentes para remessa de lucros e dividendos para o exterior”, além do fortalecimento da campanha das lideranças políticas de esquerda “contra o ‘capital estrangeiro’, o ‘imperialismo’, o ‘latifúndio’ e o ‘entreguismo’”, também avançavam as pressões dos setores industriais pela ampliação do crédito disponível e as reivindicações das classes assalariadas – proletariado urbano, funcionalismo público civil e militar – impossibilitando a execução da política traçada no Plano Trienal (IANNI, 2009, p. 201). Assim:

Nesse contexto, o Governo Goulart abandonou a política de combate à inflação proposta no Plano Trienal e estruturada nas negociações com o governo norte-americano e os representantes do FMI. Entretanto, para não perder substância política, o mesmo governo se viu na contingência de intensificar a campanha de opinião pública em favor das reformas de base; e também concedeu atenção especial para a *política externa independente*. Os dois temas foram amplamente explorados nos quadros políticos do populismo, no qual João Goulart era o principal líder (IANNI, 2011, p. 201).

As reformas de base tinham como objetivo a racionalização da ação do governo, no que diz respeito às questões administrativas e bancárias, assim como eliminar as dificuldades institucionais impostas “à utilização ótima dos fatores de produção, destacando-se as reformas fiscal e agrária”, porém, o debate não estava circunscrito a esses temas, discutiu-se também o “sistema eleitoral, organização urbana, ensino universitário, capital estrangeiro” (IANNI, 2009, p. 202-203).

De maneira geral, podemos constatar que a crise política e econômica que afligiu os governos Jânio e Goulart caracterizava-se, em primeiro lugar, pelo “agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento”; em segundo lugar, pelo “aprofundamento dos antagonismos entre os poderes da república, em especial o Executivo e o Legislativo”, o primeiro estava mais comprometido com a sociedade industrial e financeira, enquanto o segundo se mantinha atrelado aos interesses agrários e conservadores presentes na economia agrário-exportadora; em terceiro lugar, “à medida que se estendia e aprofundava a crise político-econômica, politizavam-se ainda

mais as populações urbanas e rurais, acentuando-se as contradições entre as classes sociais” (IANNI, 2009, p. 207).

Nesse contexto de aprofundamento das contradições entre as classes teve lugar o golpe civil militar de 1964. De maneira sintética, podemos dizer que, as diretrizes econômicas adotadas durante a ditadura militar brasileira, no período que vai de 1964-1986, tinham por objetivos,

[...] reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional” etc. Nesses anos [...] o poder público foi levado a interferir praticamente em todos os setores do sistema econômico nacional. Isto significa que o governo reelaborou as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho como “fatores” básicos do processo econômico (IANNI, 2011, p. 215).

Em decorrência dos desequilíbrios econômicos, sociais e políticos gerados na década de 1950, e aprofundados durante os dois governos anteriores ao golpe, a política econômica da ditadura estava orientada em linhas gerais para a “estabilização financeira; ‘racionalização’ do sistema produtivo, desde o mercado de capitais até as relações de produção; e reintegração do subsistema econômico brasileiro no sistema capitalista mundial”, nesse sentido, “tinha por finalidade controlar (ou eliminar) certos tipos de desequilíbrios e pontos de estrangulamento internos e externos”. O diagnóstico de tais pontos ocorreu a partir dos “princípios da *interdependência* e *modernização*, como requisitos políticos e organizatórios para o funcionamento e progresso da economia brasileira” sob a hegemonia econômica mundial dos Estados Unidos (IANNI, 2009, p. 242-243, grifos do autor).

Como afirma Ianni, a partir de 1964, foram “criadas às novas condições econômicas e extraeconômicas (isto é, políticas) destinadas a estimular e garantir as inversões estrangeiras no Brasil” (IANNI, 2009, p. 251). Assim:

Devido a esses desenvolvimentos das relações entre o subsistema econômico brasileiro e o capitalismo mundial, tornaram-se mais explícitas as tensões e contradições entre o *Estado nacional* e a *empresa multinacional*. Isto é, manifestaram-se alguns problemas econômicos e políticos bastante importantes, particularmente na esfera das decisões (hegemônicas, combinadas, dependentes ou simplesmente subordinadas). A crescente preponderância da empresa multinacional pôs em evidência, de novo e de

modo mais claro, a dependência estrutural que sempre caracterizou o subsistema econômico brasileiro (IANNI, 2011, p. 251).

Neste momento, o Brasil entrava em uma nova fase de sua integração ao capitalismo mundial, como expressão disto, aumentava a importância das filiais e associadas das multinacionais, assim, "criaram-se novas condições para o monopólio dos preços e da oferta, tornando-se ainda mais fácil e acelerada a concentração de capital" (IANNI, 2009, p. 251). Além disso, o combate à inflação por meio da restrição da demanda resultou na diminuição dos níveis de produção e de emprego. Tal foi o efeito da política anti-inflacionária dos governos militares:

Essa foi, provavelmente, uma das razões por que a taxa de inflação não chegou a ser reduzida aos 10% propostos para 1966 pelos que assumiram o poder em 1964. Ocorre que a taxa de inflação ainda se manteve acima de 20% no ano de 1970. E aumentou desde meados desta década. O que ocorreu foi que a política anti-inflacionária não conseguiu senão reconverter a inflação de custos em inflação de lucros, isto é, em técnica de poupança monetária forçada. Tratava-se de aumentar a poupança nacional pela transferência de renda dos assalariados aos que manipulavam (e manipulam) os preços e a oferta (IANNI, 2011, p. 253).

Como vemos, de conjunto, o que estava em curso, era o aperfeiçoamento do subsistema econômico vigente, a partir do estímulo ao funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e internacional, para tanto, o "Estado foi levado a reelaborar ou criar meios de ação direta e indireta", o que "implicou estender e aprofundar a participação do poder público nos diferentes setores e níveis da economia do País" (IANNI, 2009, p. 255).

Procuramos explicitar que, desde a década de 1930, a política econômica governamental foi, ora estatizante, ora privatista; ora nacionalista, ora internacionalista; ora desenvolvimentista, ora estabilizadora. Assim, variava de acordo com os grupos políticos no poder e com os dilemas econômicos imediatamente colocados.

Com a deposição de João Goulart pela ditadura, a "política econômica dos governos militares adquiriu nova sistemática e orientação, relativamente a todas as outras políticas econômicas adotadas pelos governos do país desde 1930", porém, em diversos aspectos, as diretrizes governamentais "corresponderam a um aperfeiçoamento de tendências e realizações efetivadas nas décadas anteriores" (IANNI, 2009, p. 242). Como afirma Ianni,

[...] quando examinamos mais detidamente o conteúdo e as implicações da política econômica governamental, verificamos que ela foi um elemento importante para a recomposição das relações entre as classes sociais. Não há dúvida de que as diretrizes e medidas econômicas, financeiras, cambiais, fiscais, orçamentárias e salariais do governo sempre dizem respeito, em maior ou menor grau, às relações econômicas entre os grupos e classes sociais. No

caso brasileiro, entretanto, a política econômica governamental foi um elemento decisivo para a recomposição das posições relativas dos grupos e classes sociais no conjunto do sistema econômico. Assim, por exemplo, a política creditícia, fiscal e cambial, nos termos em que foi posta em prática, provocou o enfraquecimento da posição relativa e absoluta de um setor da burguesia brasileira (não somente pequena e média) em favor da grande burguesia multinacional. Mas a política salarial também faz parte desse processo (IANNI, 2011, p. 255).

A política salarial sempre deve ser considerada como parte da política operária governamental. Durante os governos militares, além de fazer parte de da política anti-inflacionária, ao lado da política creditícia e das medidas de equilíbrio orçamentário adotadas nesses anos, o “congelamento salarial fez parte de uma política de recomposição das relações entre as classes assalariadas, por uma parte, e os compradores da força de trabalho, por outra”, era esse o “sentido político da reformulação da política salarial por parte do governo ditatorial” (IANNI, 2009, p. 256).

Por meio da política de congelamento salarial aplicada a partir do governo Castelo Branco “estabeleceu-se o controle dos salários de tal forma que a inflação voltou a desempenhar o papel de técnica de poupança monetária forçada”. Assim, voltava à cena a política de confisco salarial como um dos pilares do “milagre econômico” brasileiro. Tal política “favoreceu a concentração da renda, provocando a pauperização relativa das classes assalariadas, em geral, e a pauperização absoluta de uma parte do proletariado” (IANNI, 2009, p. 257). Como ressalta Ianni:

Esse foi o preço econômico que os assalariados, em geral, e o proletariado, em particular, foram obrigados a pagar, para o controle da inflação e em favor da concentração da renda, isto é, da reprodução do capital. Mas houve, um preço político. A liquidação da “democracia clássica ou liberal” expressou-se também no âmbito do sindicalismo como um todo. Nos anos da ditadura militar, estabeleceram-se novas normas para o exercício do direito de greve, aposentadoria, assistência médica, estabilidade no emprego etc. A “paz social”, por exemplo, foi definida como “requisito fundamental da segurança nacional”. Em consequência, a “greve proibida”, ou deflagrada de modo ilegal, passou a ser considerada como atentatória à segurança nacional (IANNI, 2011, p. 257-258).

No período, ocorreu a reformulação do sindicalismo brasileiro como um todo. Nesse sentido, os governos militares buscaram construir um novo padrão de liderança e organização sindical, a partir da proposição das “diretrizes do que deveria ser o ‘neotrabalhismo’ em substituição ao ‘populismo distributivista’” (IANNI, 2009, p. 258).

A política econômica governamental combinada ao neotrabalhismo, corroborou para que os sindicatos perdessem “até mesmo a sua função básica de órgão de reivindicação salarial”. Os percentuais de aumento salarial passaram a ser “estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Salarial, segundo os índices de crescimento da

produtividade e os resíduos inflacionários calculados pelo Conselho Nacional de Economia e o Conselho Monetário Nacional” (IANNI, 2009, p. 258-260).

Deste modo, “a elevação do salário mínimo passou a ser proposta, calculada e aprovada exclusivamente na esfera do Poder Executivo”. Fazia-se necessário “reelaborar as condições políticas e econômicas de funcionamento do mercado de força de trabalho” a partir de uma nova política operária adequada as necessidades da acumulação capitalista. Tratava-se da necessidade de “‘reversão das expectativas’ de todas as categorias de assalariados, particularmente o proletariado” (IANNI, 2009, p. 258-260).

Em resumo, a política operária adotada pelos governos militares, e nesse sentido, sua política salarial contribuiu para recompor as relações econômicas estabelecidas entre os vendedores e os compradores de força de trabalho, porém, essa recomposição foi efetivada “segundo os interesses dos compradores da força de trabalho, isto é, da empresa privada” (IANNI, 2009, p. 260).

Nesse contexto, em meio ao aumento da polarização entre as classes no seio da ditadura, manifesto nas grandes mobilizações operárias do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, na agudização da luta no campo e no movimento pelas “Diretas”, ocorreu a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

A seguir, apresentamos as interpretações com as quais temos dialogado até o presente momento de nossa pesquisa no que diz respeito as relações estabelecidas entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado após a chegada do Partido dos trabalhadores ao governo em 2003.

3.2. NOVO DESENVOLVIMENTISMO E ESTADO DE BEM-ESTAR-SOCIAL NA ERA PT

Segundo Mercadante (2010, p. XXV) a evolução da economia brasileira durante os governos Lula (2003-2010) configurou-se como uma inflexão histórica das tendências estruturais presentes na formação socio-histórica do país, dentre elas, a restrição externa – problema histórico da economia brasileira. Pela primeira vez o Brasil avançava na “construção de uma verdadeira estabilidade econômica”. De acordo com o autor, a perspectiva neoliberal favorável a deixar a resolução dos problemas sociais a cargo do mercado implementada no país pelos governos Collor e FHC nos anos 1990, foi substituída por uma “ação sistemática e enfática no combate à pobreza e às desigualdades sociais, o que contribuiu decisivamente para a forte dinamização do mercado interno de

consumo de massa” e para a configuração de um novo desenvolvimentismo⁴⁷ a partir dos governos Lula.

A forte dinamização do mercado interno, decorrente do impacto das políticas econômicas e sociais implementadas por Lula representaria desse ponto de vista, uma singularidade no processo histórico brasileiro. Nesta, o *social teria sido alçado à condição de eixo estruturante do processo de crescimento econômico brasileiro*. Assim, na leitura de Mercadante, a dinamização do mercado interno configurou-se como uma “profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal no Brasil e na América Latina”. Além disso, tal situação significaria o início de uma “ruptura com o padrão histórico de desenvolvimento do país, caracterizado pela concentração e pela exclusão social” (MERCADANTE, 2010, p. XXV-XXVI, grifos nossos).

Segundo Mercadante, somam-se a *estabilidade econômica* conquistada durante os governos Lula e a *implementação do social como eixo de estruturação do desenvolvimento*, a *consolidação da democracia e das instituições republicanas no país*, a *consolidação de uma nova inserção externa da economia brasileira* combinada ao *aumento do protagonismo do Brasil na esfera internacional*, a “*crescente incorporação da sustentabilidade ambiental como vetor de desenvolvimento*”, a colocação do Brasil como potência petrolífera tardia, além dos esforços levados a cabo no sentido da construção de uma “*sociedade do conhecimento que produza massa crítica de inovações, incorpore valor ao processo produtivo e gere educação de qualidade para todos*” (MERCADANTE, 2010, XXVI, grifos nossos).

Para o autor, o aspecto central do padrão de desenvolvimento proposto a partir dos governos do PT consiste na “elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da constituição de um amplo mercado de consumo de massa” acompanhado de políticas de renda e inclusão social. Pela via do fortalecimento do consumo popular e do mercado interno se geraria uma “nova dinâmica para o crescimento acelerado, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado”. Dessa perspectiva, Lula e o PT assumiam o compromisso de criar um amplo mercado de consumo de massa, capaz de promover a inclusão de milhões

⁴⁷ Guardadas as particularidades da leitura dos autores acerca da temática, ver também Bresser e Theuer (2012), Barbosa e Souza (2010), Barbosa (2015).

de brasileiros e a universalização das políticas sociais resolvendo por essa via o “drama histórico da concentração de renda e riqueza” (MERCADANTE, 2010, p. 2-3).

Assim, segundo os autores em questão, ao longo do primeiro mandato de Lula, foi implementada uma política econômica conservadora, pautada na manutenção da política de juros altos, superávit primário elevado – 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 –, cortes de gastos públicos, congelamento do poder de compra do salário mínimo entre 2003 e 2004 e por fim o encaminhamento de uma reforma conservadora da Previdência Social que acabava com a aposentadoria integral do funcionalismo público (SINGER, 2012; MERCADANTE, 2010).

A partir do segundo mandato de Lula “após a consolidação da estabilidade econômica e dos fundamentos macroeconômicos, recompondo as bases para um crescimento econômico sustentado”, foi retomado pela via do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o “planejamento estratégico do Estado, a coordenação e acompanhamento dos investimentos públicos, o aprimoramento da parceria com o setor privado e a implementação de projetos estruturantes com grande impacto regional”. Em suma, desse ponto de vista, as obras do PAC visando a “superação dos gargalos logísticos e de infraestrutura ao desenvolvimento sustentado” tiveram grande relevância para o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento no país (MERCADANTE, 2010, p. 8). Para Singer (2015), configurou-se sob Dilma um “ensaio desenvolvimentista”⁴⁸, caracterizado pela continuidade do programa do lulismo⁴⁹, porém com algo mais de confronto, revelando a tentativa frustrada de Dilma de limitar os ganhos da fração rentista da burguesia brasileira.

⁴⁸ Acerca do desempenho macroeconômico dos governos Dilma ver Pinto et al (2016).

⁴⁹ Para Singer (2012) a ascensão de novos segmentos de rendimentos possibilitou o desenvolvimento de um novo fenômeno a partir das eleições de 2006: o lulismo. Segundo o autor durante esse período ocorreu um duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento político brasileiro no período aberto a partir de 2002 com a eleição de Lula. A disputa entre esquerda e direita característica dos pleitos anteriores foi deslocada para o segundo plano, trazendo ao primeiro plano a polarização entre ricos e pobres. Na definição do autor, o lulismo corresponde ao encontro do líder Lula com uma fração de classe, o subproletariado que, foi favorecido pelos programas de transferência de renda aprimorados a partir de 2003, e em retribuição votou massivamente no PT nas eleições de 2006. Visto de outro ângulo o realinhamento não significou apenas o nascimento do lulismo, mas também do antilulismo a partir do reagrupamento da classe média – horrorizada com o escândalo do mensalão – em torno do PSDB. Para Singer, o lulismo significou a alteração da base social do PT, favorecendo que, a partir do segundo mandato, o crescimento ocorresse *pari-passu* com a diminuição da desigualdade por meio da integração do subproletariado ao proletariado via expansão do emprego com carteira assinada (formal) (SINGER, 2012).

Segundo Pochmann (2014), o retorno do crescimento econômico combinado a reorientação do *gasto social* contribuiu para a ampliação do emprego e da renda na base da pirâmide social brasileira⁵⁰. Com isso,

[...] o país passou a registrar desde 2004 uma importante inflexão na evolução da estrutura da sociedade. De uma estratificação social congelada ao longo da década de 1990 passou-se a uma significativa mobilidade social nos segmentos de menor rendimento. Em resumo, houve um decréscimo relativo na base da pirâmide social vinculado à ascensão de novos segmentos de rendimento (POCHMANN, 2014, p.68)

Em suma, a partir da vitória de Lula em 2002, para Mercadante (2010), combinaram-se de forma inédita crescimento econômico sustentado, taxa média de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) quase duas vezes maior que a média das duas décadas anteriores, estabilidade econômica, inflação média dentro dos limites estabelecidos pelo sistema de metas e inferior a manifesta durante os governos FHC, contenção do déficit público, redução da vulnerabilidade externa da economia, além dos melhores indicadores de distribuição de renda da história brasileira contribuindo para a “retirada de 28 milhões de pessoas da condição de pobreza”. De acordo com o autor:

A grande ênfase do governo Lula no atendimento, de forma massiva, às populações de baixa renda retirou da pobreza cerca de 30% das famílias que viviam nesta condição. O crescimento econômico acelerado gerou ao redor de 14,5 milhões de novos empregos com carteira de trabalho, mais que o dobro dos empregos formais gerados no período 1990-2002. A massa salarial cresceu, em termos reais, 20,7%. O Bolsa Família e os demais programas de transferência de renda protegem, hoje, 68 milhões de pessoas, cerca de 1/3 da população. E as políticas sociais como um todo, que hoje têm consistência e centralidade, transferiram para os mais pobres R\$ 33 bilhões por ano, um salto extraordinário que contribuiu decisivamente para a forte expansão do mercado interno de consumo de massa. Também houve importantes avanços no esforço de universalização das políticas sociais básicas, fundamentais para o desenvolvimento social brasileiro. Essa exitosa experiência brasileira na redução das desigualdades, comprovada por várias pesquisas, serve hoje de referência para as Nações Unidas na luta contra a pobreza extrema em outras partes do globo (MERCADANTE, 2010, p. 7).

Dessa perspectiva, o projeto democrático popular ensaiado pelos movimentos sociais em meio a luta contra a ditadura militar, caracterizou-se pela defesa do “Estado Democrático de Direito”, do estabelecimento das “bases de um sistema de proteção social inspirado no Welfare State europeu” e de uma “estratégia econômica baseada no crescimento com distribuição de renda”. Para o autor, as duas primeiras exigências foram atendidas pela Constituição de 1988 que “restabeleceu a democracia e consagrou as bases

⁵⁰ Para Pochmann (2012) ampliação do emprego, da renda e do consumo a partir dos governos do PT levou a uma maior polarização entre os setores no topo da pirâmide social – visto que estes também aumentaram sua participação na renda nacional no período – e aqueles na base da mesma. Em oposição a tese de Pochmann, alguns setores da intelectualidade sugeriram que longe de uma maior polarização entre os de cima e os de baixo, ocorreu a formação de uma nova classe média no país a partir de 2002, para um exemplo desta posição ver estudo da FGV (NERI, 2008).

de um moderno sistema de proteção social”, porém, a terceira, dado o ajuste neoliberal imposto a sociedade brasileira entre 1990 e 2002, não pode ser atendida imediatamente, voltando a pauta somente com a chegada do PT ao governo em 2002. Na perspectiva deste grupo de intelectuais, após uma década de neoliberalismo no país, a partir do primeiro governo Lula,

[...] o crescimento econômico com distribuição de renda foi reincorporado à agenda nacional. O antagonismo entre “focalização” e “universalização” arrefeceu, ampliando-se o consenso de que não se trata de ações excludentes, mas complementares [...] houve uma retomada do processo de consolidação do sistema de proteção social, consagrado pela Constituição de 1988 nas áreas clássicas do Welfare State (educação, saúde, previdência e assistência social). As políticas de habitação e de saneamento básico, debilitadas desde o final dos anos de 80, foram impulsionadas e tiveram forte conotação social. Também houve importantes avanços, sob a forma de novos programas sociais e políticas de renda especificamente orientados para o combate à pobreza e à exclusão social – como o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Territórios da Cidadania – e para a recuperação gradual do poder de compra do salário mínimo – como a Política de Valorização do Salário Mínimo. Todas essas iniciativas tiveram impacto na distribuição de renda e no dinamismo do mercado interno de consumo de massa (MERCADANTE, 2010, p. 22-23).

No mesmo sentido Pochmann sugere que a “derrota do neoliberalismo nas eleições de 2002 abriu caminho para a implementação da agenda do novo sindicalismo associada à difusão do padrão de consumo de massa e ao desenvolvimento do Estado de bem-estar-social”, para tanto o autor identifica como elementos estratégicos dos governos Lula a “busca pelo pleno emprego e o combate à pobreza e à desigualdade de renda”. Deste modo “a consolidação das bases do Estado de bem-estar-social favoreceu a ampliação das políticas de garantias do chamado salário indireto ao conjunto da classe trabalhadora” (POCHMANN, 2014, p. 66).

Segundo Singer (2012), dado o grau elevado de miséria e desigualdade e o mercado interno potencial encontrado por Lula ao chegar ao planalto, as mudanças estruturais embora tênues quando comparadas as expectativas mais radicais, tiveram um forte impacto, principalmente quando considerados seus efeitos imediatos sobre o subproletariado. Cabe ressaltar que, para Singer, a conformação do lulismo foi favorecida pelo ciclo expansivo da economia mundial e pela valorização das commodities no período de 2003 a 2008, porém, foram as medidas adotadas por Lula em seu primeiro mandato, intensificadas no segundo e aprofundadas sob Dilma que garantiram o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela dinâmica da economia internacional para a diminuição da pobreza e o fortalecimento do mercado interno.

Por fim, em acordo com Pochmann (2014) e Mercadante (2010), Singer (2012; 2015) sugere que os governos do PT foram organizados de modo a dar materialidade aos princípios da Constituição de 1988. Em última instância, os governos do PT configuraram-se como ferramenta de construção de um Estado de bem-estar social, com geração de emprego, política de transferência de renda para os mais pobres, e avanços na construção de sistemas públicos de saúde e de educação.

Dito isto, a seguir, apresentaremos de maneira sintética alguns elementos presentes na literatura especializada recente que consideramos relevantes para uma avaliação crítica da existência de um novo desenvolvimentismo acompanhado da consolidação das bases do Estado de bem-estar-social brasileiro ao longo dos governos PT.

3.3. ELEMENTOS PRÁTICO-CRÍTICOS PARA A APREENSÃO DO SIGNIFICADO HISTÓRICO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Para os teóricos alinhados ao projeto político-econômico dos governos PT (MERCADANTE, 2010; SINGER 2012; POCHMANN, 2012;2013; BARBOSA, 2013), ao colocar o social como peça chave do crescimento econômico e, por conseguinte, adotar políticas de valorização sistemática do salário mínimo e de transferência de renda para os mais pobres, combinadas a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o PT ainda que tardiamente consolidou as bases do estado do bem-estar social brasileiro, conformando-se o que os mesmos denominam como governos pós-neoliberais a partir de 2003. Avancemos na problematização de tal afirmação.

Como afirmam Filgueiras et al (2010) é consensual entre os economistas a compreensão de que o desempenho da economia Brasileira ao longo dos governos Lula, no geral, foi melhor do que o de FHC, principalmente quando se considera o segundo mandato. Tal fato aparece nas estatísticas macroeconômicas comumente utilizadas “variando apenas o grau de importância que lhe é atribuído, de acordo, quase sempre, com o posicionamento político de cada um: alinhado ou crítico (à direita ou à esquerda) do governo Lula”. Deste modo, quando em questão as causas e o significado da performance macroeconômica dos governos Lula “não há qualquer convergência no diagnóstico (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 35). Dado o escopo de nossa pesquisa,

focaremos a discussão nas análises posicionadas à esquerda dos defensores dos governos Lula e Dilma.

Como procuramos evidenciar na sessão anterior, os defensores dos governos do PT – dos quais utilizamos como exemplo Mercadante (2010), Singer (2012) e Pochmann (2012; 2014) – apontam como causa para os melhores resultados obtidos em relação aos governos FHC, a ruptura com a política econômica neoliberal, chegando a afirmar como o faz Mercadante o surgimento de um *novo desenvolvimentismo* a partir do segundo mandato (2006-2010) acompanhado da consolidação das bases do *Estado de bem-estar-social brasileiro* (SINGER, 2012; POCHMANN, 2014).

De maneira geral, o embate político entre o governo Lula e as perspectivas de direita, aparece de maneira simplista na figura da oposição “‘petistas’ versus ‘tucanos’ ou ‘governos de Lula’ versus ‘governos de FHC’” e, mais recentemente petistas versus Bolsonaro, conformando uma espécie de “círculo de ferro” que “estreita a percepção sobre a natureza do capitalismo brasileiro, pois circunscreve a observação e a análise à esfera fenomênica e aparente dos processos econômico-sociais” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 37). Colocada desta forma, a análise acaba afirmando a política econômica neoliberal como única possível, ou como algo “inegociável”, tal como na Carta ao Povo brasileiro destacada na seção anterior:

Como resultado, aprisiona-se o horizonte e as perspectivas político-econômico-sociais do país a um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, no interior do qual a mesma política econômica pode ser mais ou menos flexibilizada, de acordo com cada conjuntura. Neste contexto, debate-se a pertinência de uma maior ou menor participação do Estado na economia, os detalhes técnicos referentes à melhor operacionalização da política econômica (os valores das metas de inflação a serem estabelecidos, os montantes de superávits fiscais de cada ano e a taxa de câmbio mais adequada) e o uso mais amplo ou mais restrito da política social focalizada (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 37).

Naturalizados os pressupostos neoliberais – procedimento básico na teorização de matiz liberal (MARX, 2011) – a questão central da natureza e limitações objetivas do capitalismo brasileiro é tirada do foco analítico, colocando-se em primeiro plano a discussão acerca de que governo foi mais ou menos competente na gestão da política econômica (GONÇALVES, 2013). Assim, um primeiro passo para a compreensão do sentido histórico dos governos Lula e mais amplamente dos governos PT é a recolocação do foco analítico sobre a natureza e limitações objetivas do capitalismo brasileiro, de modo a evidenciar as características do padrão de acumulação liberal periférico vigente a partir dos anos 1990 no Brasil.

Com a crise do modelo de substituição de importações (MSI) nos anos 1980, passaram a ser implementadas por sucessivos governos – com grande impulso a partir de 1994 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – uma série de medidas de cunho liberal em cinco dimensões da organização econômico-social e política do país. Experimentaram-se mudanças na relação entre capital e trabalho, na relação entre as distintas frações do capital, na inserção internacional do país, na estrutura e funcionamento do Estado e por fim nas formas de representação política (FILGUEIRAS et al, 2010) culminando sob os governos do PT na consolidação do modelo liberal periférico (MLP):

Esse modelo tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional e se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Por fim, a dinâmica macroeconômica do modelo subordina-se a predominância do capital financeiro e da lógica financeira (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 22).

Entre 1970 e 2011 a produção de riqueza e a população brasileira aumentaram mais de duas vezes. Do ponto de vista populacional passamos de 93,1 milhões na década de 1970 para 192,4 milhões em 2011. Do ponto de vista da produção de riqueza, nosso Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) era na década de 1970 de 5.238 dólares por habitante, ao passo que em 2011 passamos a produzir 12.688 dólares por habitante (ROMERO et al, 2014).

No que diz respeito ao rendimento dos trabalhadores, quando observamos os dados disponibilizados pelo DIEESE (2016) acerca da variação do salário mínimo real entre 1983 e 2016, verificamos duas trajetórias distintas. No período entre 1983 e 1995 há continuidade do arrocho salarial iniciado pela ditadura, visto que, a trajetória é de queda acentuada do poder de compra dos salários, enquanto, a partir de 1996 inicia-se a reversão dessa trajetória que se intensifica ao longo dos governos PT, culminando em 2016 na aproximação do valor real do mínimo vigente no início dos anos 1980.

O recurso a comparação dos salários na era Lula com os salários na década de 1980 com intuito de demonstrar os ganhos reais dos trabalhadores ao longo dos governos

do PT, ao nosso ver contribui para o ocultamento da situação real dos trabalhadores. A comparação do valor do mínimo em 2016 com o seu valor no ano de sua implantação 1940 é reveladora – valores corrigidos para reais de 2015 –, pois evidencia que ao fim da política de valorização do salário mínimo implementada pelo PT, o salário mínimo correspondia apenas a 50% de seu valor em 1940, período em que foi fixado (CARTA CAPITAL, 2017).

A comparação da variação do salário mínimo nominal com a variação do *salário mínimo necessário* – definido na Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936, Decreto Lei nº 399 – no período evidencia que tanto durante os governos da década de 1990 quanto a partir de 2003 sob os governos do PT os rendimentos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros se mantiveram abaixo das necessidades efetivas de manutenção de sua força de trabalho. Tomando como base o mês de janeiro, em 1995 – início do governo FHC – o salário mínimo nominal era de R\$ 70,00 ao passo que o salário mínimo necessário era de R\$ 723,82 (mais de sete vezes o valor do primeiro); em 1999 – segundo mandato FHC – eram respectivamente R\$ 130,00 e R\$ 880,93; ao fim do primeiro mandato de Lula em janeiro de 2007 eram R\$ 350,00 e R\$ 1.565,61 (mais de quatro vezes o valor do primeiro); no início do primeiro mandato de Dilma em 2011 o mínimo nominal era R\$ 540,00 e o mínimo necessário era R\$ 2.194,76; na iminência do golpe em 2016 verificamos respectivamente, R\$ 880,00 (mínimo nominal) e R\$ 3.795,24 (mínimo necessário). Os dados apontados revelam que, apesar da política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT a grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta grandes dificuldades para sobreviver contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais (DIEESE, 2018). Assim do ponto de vista das relações salariais, longe de uma situação de bem-estar, a privação hodierna de amplas camadas da classe trabalhadora brasileira do acesso à alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte dão mostras da permanência de uma situação de mal-estar social no país (OLIVEIRA, 1998).

Considerados somente os rendimentos dos assalariados – Índice de Gini –, entre 1970 e 1990 a trajetória foi de aumento da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, enquanto, de 1990 a 2011 verificou-se uma trajetória de diminuição da desigualdade entre os mesmos. Considerando que quanto mais próximo de zero menos desigual é a distribuição dos rendimentos do trabalho, em 1970 o Índice de Gini brasileiro era de 0,582, ao passo que, em 1980 chegou a 0,589 elevando-se em 1990 para 0,614. A

partir de 1990 o índice volta a baixar variando para 0,595 em 2000 e 0,543 em 2010 e 2011 (ROMERO et al, 2014).

Além dos indicadores de distribuição pessoal da renda (DPR) fornecidos pelas PNADs e Censos do IBGE que captam a “distribuição dos rendimentos que as pessoas, famílias ou domicílios recebem”, e do Índice de Gini comumente utilizados pelos especialistas ao discutir a evolução da desigualdade social no Brasil, consideramos necessário para uma caracterização mais precisa da situação vigente no país a observação do indicador de distribuição funcional da renda (DFR)⁵¹. O DFR consiste em uma “ótica de análise distributiva que visa analisar a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) ou da Renda Nacional entre os proprietários de capital (renda do capital) e os trabalhadores assalariados (renda do trabalho)”, ou em outras palavras, nos permite observar a distribuição da renda entre os capitalistas, os trabalhadores e os proprietários de terra, considerando a parcela da renda correspondentes a salários, lucros e aluguéis (PEREIRA, 2017, p. 16). Assim:

A DFR é considerada uma *Distribuição Primária da Renda*, pois se refere à renda *antes das transferências e dedução de impostos*, ou seja, antes de qualquer redistribuição dos rendimentos. Assim, esse é um dos motivos que justificam a importância de uma análise conjunta da DFR e DPR para uma compreensão mais acurada do quadro distributivo, visto que os dois tipos de distribuição são mensurados em *momentos diferentes do processo de apropriação da renda* (PEREIRA, 2017, p. 17, grifos nossos).

Uma das principais dificuldades na análise da DFR consiste na forma como são organizados os dados disponibilizados pelo Sistema de Contas Nacionais Brasileiro (SCN). Sob a ótica da renda, a renda nacional é dividida em Excedente Operacional Bruto (EOB), Remuneração dos Empregados (RE) e o Rendimento Misto Bruto (RM), o primeiro corresponde aos rendimentos do capital, o segundo aos rendimentos dos trabalhadores e o terceiro a um misto de rendimentos do trabalho e do capital correspondente a renda dos autônomos que, impõe dificuldades à medição pelos especialistas da sua parte correspondente ao capital e aquela correspondente ao trabalho. Feitas tais considerações, como vemos a DFR nos permite observar aspectos importantes da distribuição da renda antes da intervenção do Estado, constituindo-se como mais um instrumento para a avaliação das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho no país. Conforme Arcary (2014, p. 39):

⁵¹ Para uma abordagem mais ampla do tema os textos *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, 1964), *Distribuição Funcional da Renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral* (BASTOS, 2012), *Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira* (POCHMANN, 2012), *O Mito da Grande Classe Média* (POCHMANN, 2014).

No caso da distribuição funcional da renda nacional, existiram quatro fases que indicam uma trajetória oscilante, porém, na longa duração, regressiva. A primeira fase ocorreu entre 1990 e 1996, quando o rendimento do trabalho perdeu participação relativa no total da renda do país (-15,2%), enquanto na segunda fase houve elevação da parcela do trabalho, entre 1996 e 2001 (+5,4%). A terceira fase expressa nova queda relativa na participação do rendimento do trabalho (-3,1%). Aconteceu entre 2001 e 2004. A partir de 2005, iniciou-se a quarta fase, com a expansão da parcela do trabalho na renda nacional (+4% entre 2005 e 2006). Somente nos períodos de 1996-2001 e 2004-2008 se confirma uma convergência no sentido de queda nas desigualdades pessoal e aumento da participação funcional do trabalho na renda nacional. Entre os anos de 1996 e 2001, por exemplo, a desigualdade pessoal da renda caiu 2,4% e a parcela relativa do trabalho na renda nacional subiu 5,4%, enquanto no período pós-2004, a desigualdade pessoal caiu 1,1% e a participação do trabalho na renda nacional aumentou 6%.

Com relação as políticas de transferência de renda, acreditamos ser fundamental para a compreensão da postura do Estado frente as classes em luta no período, a consideração tanto das transferências feitas a classe trabalhadora, quanto daquelas feitas ao capital e suas diferentes frações, via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, investimentos estatais e isenções fiscais. O governo FHC pagou ao capital financeiro entre 1994 e 2002 R\$ 6,1 trilhões, enquanto nos dois mandatos de Lula foram pagos R\$ 5,7 trilhões e sob Dilma até 2012 haviam sido pagos R\$ 1,46 trilhão. Apesar do volume dos pagamentos referidos o valor da dívida só aumentou, era de R\$ 0,3 trilhão em 1994, R\$ 1,2 trilhão em 2002, R\$ 2,7 trilhões em 2010 e R\$ 3,7 trilhões em 2012. No período de 1995 a 2010 a participação dos ativos dos bancos no PIB brasileiro cresceu substancialmente, intensificando-se sobremaneira ao longo dos dois mandatos de Lula, verificamos que em 1995 o PIB foi de R\$ 2,341 trilhões e a participação dos ativos bancários de R\$ 0,598 trilhão (26% do PIB) em 2000, respectivamente, R\$ 2,689 trilhões e R\$ 1,252 trilhão (47% do PIB), em 2003 R\$ 2.720 trilhões e R\$ 1.331 trilhão (49% do PIB), e por fim em 2010 o PIB de R\$ 3,674 trilhões foi ultrapassado pelos ativos nas mãos dos bancos que atingiram o valor de R\$ 4,385 trilhões de reais (119% do PIB) (ROMERO et al, 2014).

Apesar do impacto positivo da política de valorização do salário mínimo e de transferência de renda aos mais pobres sobre a dinâmica do mercado interno brasileiro (POCHMANN, 2012, 2014; MERCADANTE, 2010; BARBOSA, 2013), não podemos deixar de observar que, parte significativa da inserção da classe trabalhadora no consumo se baseou na expansão do crédito verificada ao longo dos governos PT, ou seja, na subordinação ainda maior dos trabalhadores ao capital financeiro pela via do endividamento e na formação de bolhas especulativas, dada a incerteza acerca da solvência da dívida contraída pelos trabalhadores (ROMERO et al, 2014).

Segundo a Associação Brasileira de Bancos – ABBC (2018), em dezembro de 2006, ao fim do primeiro mandato Lula, 24% das famílias brasileiras estavam em dívida com o capital financeiro; em 2010, ao fim do segundo, 39% haviam se endividado; dando continuidade a trajetória de endividamento crescente das famílias ao longo dos governos PT, em dezembro de 2015 meses antes do golpe, 45% das famílias encontravam-se endividadas. O quadro fica mais completo, quando observamos que, parte significativa do endividamento das famílias – aproximadamente 25% em 2015 – ocorreu na compra da casa própria, que ao nosso ver, foi estimulada em grande medida pela execução do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dados apresentados evidenciam a manutenção da dominância financeira sobre a economia brasileira – característica do período pós-1970 – ao longo dos governos do PT.

A análise das prioridades governamentais espelhadas no orçamento brasileiro entre 2001 e 2011 empreendida por Salvador (2012) nos revela que, entre 2000 e 2009, o fundo público transferiu ao capital financeiro na forma de juros e amortizações o equivalente a 45% do PIB brasileiro em 2009, dando mostras da continuidade da dinâmica neoliberal na alocação do recurso público sob os governos do PT. Tal montante corresponde ao suficiente para financiar o Bolsa Família – carro chefe da política social petista – por 108 anos e a educação pública por 40 anos, considerados os valores de 2009. Observamos que o programa Bolsa Família transferiu aos trabalhadores em 2011 e 2012, respectivamente, R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões, ao passo que, nos mesmos anos, o governo transferiu ao capital financeiro via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, respectivamente, R\$ 708 bilhões e R\$ 753 bilhões, ou seja, aproximadamente 42 vezes o valor transferido aos trabalhadores por meio do Bolsa Família (ROMERO et al, 2014).

Para compreender efetivamente o financiamento das políticas sociais ao longo dos governos PT deve-se considerar a “estruturação da carga tributária brasileira e de seu significado no âmbito da política macroeconômica”. Como chamam a nossa atenção Boschetti e Behring (2009, p. 164-165) a “política fiscal iniciada durante o governo Fernando Henrique Cardoso e mantida durante o governo Luís Inácio Lula da Silva” tem sido “fortemente orientada pelas recomendações estabelecidas nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de 1988” de modo a favorecer o capital financeiro. Nesse sentido os “dados acerca dos programas sociais, no Brasil [...] devem ser considerados juntamente a outros, como o lucro médio dos

bancos no Brasil, que é de 26% ao ano, enquanto nos EUA varia entre 10% e 15%, sem falar da maior taxa de juros do mundo” (SIQUEIRA, 2013, p. 192).

Quando consideramos o financiamento do orçamento público, de acordo com Salvador (2012, p.129), mesmo após os dois mandatos de Lula (2003-2010), o Brasil continuou ostentando uma carga tributária de caráter regressivo que atua como mecanismo a favor da concentração de renda “agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas”, configurando-se as “finanças tributárias como uma forma de exploração econômica que requer, por isso, análise de classe”. No mesmo sentido, Behring (2010, p.20) defende a hipótese de que,

[...] a exploração do trabalho na produção é complementada pela exploração tributária crescente nesses tempos de intensa crise e metabolismo do capital, formando o fundo público, especialmente em espaços geopolíticos nos quais as lutas de classes não conseguiram historicamente impor barreiras a sistemas tributários regressivos

Visto que o fundo público é “constituído majoritariamente por impostos indiretos que incidem sobre o trabalho e menos sobre a propriedade”, segundo Boschetti (2012, p. 36), frente a afirmação liberal de que o excesso de direitos sociais e trabalhistas são os responsáveis pela crise, faz-se necessário opor uma concepção que, partindo de compreender a relação entre as políticas sociais, o fundo público e as crises, evidencie que os desequilíbrios das contas públicas estão diretamente relacionados a “usurpação” do mesmo pelo capital e não ao excesso de direitos dos trabalhadores.

De acordo com Salvador (2012, p.29), no Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994, estabeleceu-se uma “perversa concentração de renda via financiamento do orçamento público”, caracterizada dentre outras coisas, pela ausência de isonomia na taxação de salários, renda da terra e aplicações financeiras que “permaneceu inalterada no governo do presidente Lula”. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/2008 que trata dentre outras coisas da reforma do Sistema Tributário Nacional, reafirma a lógica perversa, configurando-se de fato como uma contrarreforma que mantém o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro e “acaba com as fontes exclusivas de financiamento das políticas sociais, alterando de forma substancial a vinculação das fontes de financiamento exclusivas das políticas de seguridade social (previdência, saúde e assistência social), educação e trabalho”

Como informa o autor (SALVADOR, 2012, p.130-131), no ano de 2009 a arrecadação tributária atingiu R\$ 1,04 trilhão correspondendo a 35,39% do PIB, destes, R\$ 569,93 bilhões corresponderam a tributos sobre o consumo – 54,90% do total

arrecadado pelo Estado, R\$ 110,86 bilhões a tributos diretos sobre os trabalhadores, R\$ 22,64 bilhões a tributos e contribuições incidentes sobre os lucros das entidades financeiras na forma de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e por fim, do total da carga tributária incidiram sobre o patrimônio apenas 3,72% correspondendo a 1,23% do PIB. Ainda como ressalta nosso autor, somadas a tributação sobre o consumo aos tributos que incidem diretamente sobre a renda dos trabalhadores, estes são responsáveis por 65,58% da receita total arrecadada pela União, estados e municípios.

Tal como os defensores da existência das bases do Estado de Bem-Estar Social na era PT, Salvador (2012) considera que a Constituição de 1988 contemplou alguns avanços no que diz respeito aos direitos da cidadania, direitos trabalhistas, direitos sindicais, às políticas de previdência social, assistência social, saúde e educação, porém, em contraste com a posição daqueles, para o autor, a garantia da efetivação de tais avanços constitucionais de modo a conformar um sistema de bem-estar social no Brasil, exigia o “aporte prioritário e considerável de recursos no orçamento público, além da elaboração de um conjunto de legislações complementares” que não tiveram lugar no período, dada a ofensiva do capital por meio do neoliberalismo e da contrarreforma do estado no Brasil a partir de 1990.

Deste modo, verificou-se durante os governos do PT a permanência de uma maior tributação sobre os trabalhadores, acompanhada da priorização do direcionamento de parte significativa do orçamento público para o setor financeiro revelando que o “Estado brasileiro” ainda é majoritariamente “financiado pelos trabalhadores assalariados e pelas classes de menor poder aquisitivo” e, que permanece atuando de modo a contribuir para a concentração e centralização da renda no Brasil nesse início de século XXI.

Para além da distribuição de renda, durante os governos Lula, não ocorreu ruptura no processo de precarização do trabalho aprofundado nas duas décadas anteriores, proliferaram-se a terceirização e a informalidade, com “exceção da política de salário mínimo, não se registrou nenhuma ação no sentido de reverter a situação criada anteriormente”. No que diz respeito aos sindicatos, estes “continuaram na defensiva e sem capacidade de mobilização dos trabalhadores”, dinâmica “reforçada agora pelo processo de transformismo ocorrido em sua vanguarda”. Verificaram-se no período à redução das taxas de desemprego e uma melhora do salário médio real e do salário mínimo, “resultado do maior crescimento econômico ocorrido a partir de 2006”. No entanto, isto “não significou o retorno a taxas de desemprego prevaletentes até os anos

1980” nem o fim da flexibilização dos direitos trabalhistas que “ainda continua na ordem do dia”. Com relação a fiscalização dos direitos do trabalho, com “exceção das ações contra o trabalho escravo, o comportamento contemporizador, ineficiente e conivente das instituições do Estado continuou o mesmo” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 49).

Na questão agrária as coisas não se deram de maneira muito diferente, os trabalhadores sem-terra só obtiveram revezes, sendo o processo de reforma agrária praticamente paralisado. Como podemos notar não há grande diferença nos números da reforma agrária entre os governos de FHC e do PT, enquanto nos oito anos do governo FHC foram assentadas 528,4 mil famílias, no período que vai de 2003 a 2012 compreendendo dois mandatos de Lula e meio mandato de Dilma foram assentadas apenas 562,7 mil famílias (ROMERO, 2014). Ao passo que a reforma agrária naufragava se desenvolvia o “apoio e a conivência do governo na implantação dos transgênicos e o estabelecimento de uma relação privilegiada entre o governo Lula e o agronegócio” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 49).

A melhoria dos indicadores macroeconômicos a partir de 2003 “decorrente, sobretudo da conjuntura econômica internacional favorável, acompanhada pela flexibilização da política econômica”, longe de constituir a formação de um modelo novo desenvolvimentista, operou como importante fonte de legitimação do MLP e de sua política macroeconômica, contribuindo deste modo para a “consolidação da hegemonia – no sentido preciso de Gramsci – das frações financeiro-exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 39; GONÇALVES, 2013).

No que diz respeito as relações intercapitalistas, o governo Lula impulsionou por meio das empresas e bancos oficiais um amplo “processo de concentração e centralização de capitais” que envolveu “grandes grupos nacionais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, bem como na relação entre ambas”. Assim, fortaleceu e intensificou o processo de internacionalização dos “grandes grupos nacionais”. Em particular, “observa-se uma articulação desses grandes grupos no interior do Estado, através da sua imbricação com as instituições financeiras estatais, os fundos públicos e os fundos de pensão”. No arranjo apontado, o BNDES cumpriu um papel central no financiamento de fusões e aquisições característico dos processos de concentração e centralização de capitais em curso – são exemplos dessa dinâmica, a intervenção do Estado no processo de associação de grandes grupos econômicos como a Sadia e a Perdigão, por intermédio do BNDES, e a compra através do Banco do Brasil de parte do Banco Votorantim (FILGUEIRAS et al,

2010, p. 49-50). O mesmo ocorre nas áreas de infraestrutura e petroquímica onde “grandes grupos econômicos nacionais, associados ao Estado, participam da implantação de megaempreendimentos e na futura exploração dos serviços que daí derivarão” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 51).

Edmilson Costa (2013, p. 235) sugere que, o capitalismo brasileiro desse início de século XXI tem como uma de suas características fundamentais o “elevado grau de concentração dos grupos econômicos”, como da exemplo a observação da receita bruta dos 200 maiores grupos econômicos instalados no Brasil que “atingiu em 2009 cerca de 2 (dois) trilhões de reais (cerca de US\$ 1,25 trilhões), mais ou menos dois terços do Produto Interno Bruto brasileiro”. Corroboram para a afirmação do alto grau de concentração da economia brasileira o emprego de 920 mil trabalhadores pelos 10 maiores grupos econômicos do país e os dados referentes ao volume bruto de vendas dos 100 maiores grupos que atingiram em 2010 “56% do PIB, um percentual semelhante ao verificado nos países centrais” (COSTA, 2013, p. 272). De acordo o autor:

Enquanto na Europa os trabalhadores obtiveram objetivamente vantagens que lhes proporcionaram um elevado padrão de vida, no Brasil a social democracia retardatária não apenas deixou de implementar as reformas sociais e econômicas implantadas por sua congênere europeia, como também ainda deu continuidade ao núcleo duro do modelo neoliberal na economia, consolidou com generosos financiamentos os grandes grupo monopolistas privados, restando como contrapartida um crescimento econômico melhor que no governo anterior, mas bem abaixo da média histórica do período 1947-1980, além das migalhas compensatórias como o Bolsa Família e o Prouni (COSTA, 2013, p. 215).

Segundo Costa (2013, p. 223), os 25 anos de hegemonia da social-democracia retardatária contribuíram de maneira substancial para a “despolitização e o descrédito dos trabalhadores e da população em geral com relação à política. Nivelaram por baixo a educação popular e rebaixaram o discurso político aos atos de pragmatismo”, de modo que, a crise do petismo como representação da classe trabalhadora e, por conseguinte, sua transformação em partido da ordem deixou o caminho aberto para que as “forças de direita pudessem emergir dessa crise como paladinos da moralidade”. Em síntese, a aliança de classe com setores burgueses realizada pelo Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016, contribuiu “apenas para fortalecer o capitalismo monopolista brasileiro, em troca de algumas migalhas para os trabalhadores, e não contribuíram em nada para o processo de transformação do país” (COSTA, 2013, p. 238).

Boito Jr em artigo escrito em 2007, intitulado *Estado, Burguesia e Neoliberalismo no Governo Lula* (2018, p.23, grifos nossos) – utilizando-se dos conceitos de *bloco no poder* e *burguesia interna* desenvolvidos por Poulantzas – sugere que o Estado e o sistema

partidário “encontram parte importante da sua explicação nos conflitos entre as frações da classe dominante e dessa última com as classes trabalhadoras”. Para o autor, o processo de mundialização do capital “não logrou absorver, integralmente, a burguesia de um país dependente da semiperiferia como o Brasil”, de modo que, estabeleceu-se no país um conflito entre uma “burguesia compradora ou associada, que é o braço local da atual forma de dependência” representada pelos grandes bancos brasileiros, e “uma burguesia interna com base de acumulação e interesses específicos”. Assim, para Boito Jr,

o governo Lula representa uma novidade: sem romper, até aqui, com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder. Isto é, o governo Lula, pelo menos no tema que nos ocupa, que é o tema do empresariado e de sua relação com o Estado, não seria, a despeito de manter o modelo capitalista neoliberal, uma mera continuidade do governo FHC (BOITO JR, 2018, p. 26).

Segundo o autor, sob o modelo capitalista desenvolvimentista vigente no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980, observou-se, ainda que de maneira “limitada e não linear” a ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, porém, tal tendência foi revertida a partir da implantação do modelo neoliberal. Nesse sentido, para Boito Jr (2018, p. 27-28), observados os “interesses de toda a burguesia brasileira e do capital internacional aqui investido”, a restrição dos direitos sociais e trabalhistas levada a cabo por meio das políticas de cunho neoliberal aplicadas a partir dos anos 1990 no país, deve ser considerada como “um elemento que tem assegurado uma unidade política mínima da burguesia em torno do modelo neoliberal”, na medida em que, a subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e, por conseguinte, a redução dos custos de produção propiciados por tais iniciativas, acompanhadas pela “mercadorização de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência [...] atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia”. Dessa perspectiva:

A desregulamentação e a mercadorização foram mantidas pelo governo Lula. Ele preservou as reformas promovidas por FHC, além de ter realizado e estar preparando novas reformas – reforma da previdência, reforma do estatuto do servidor público (generalização da contratação no modelo CLT), reforma trabalhista e sindical, privatização de hospitais e universidades e outras. Esse elemento do modelo neoliberal recupera – parcialmente e numa situação histórica nova – aquela que era uma característica do modelo capitalista vigente no período anterior a 1930: o mercado de trabalho desregulamentado e a ausência de direitos sociais (BOITO JR, 2018, p. 28).

Para Arcary (2014, p. 29), a partir de 2004 ocorreu no Brasil uma “sequência de anos em que aconteceu uma redução do desemprego, aumento do salário mínimo e lenta recuperação do salário médio, depois de quinze anos de regressão social” predominando na “classe trabalhadora uma sensação de alívio”. Após dois mandatos de Lula, o Brasil

“da década de 2010 é um país “menos miserável e um pouco menos ignorante do que a trinta anos”, porém, “não é verdade que a sociedade brasileira seja hoje menos injusta”. Ocorreu que, em contraste com a etapa da urbanização/industrialização acelerada vivenciada no país entre as décadas de 1930-1980, no pós-ditadura, o país consolidou-se como uma “economia periférica de baixo crescimento”, esgotando-se o principal fator que impulsionava a mobilidade social até os anos 1980.

Ainda de acordo com o autor, quando observados os indicadores de desigualdade social oferecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu Radar Social, verifica-se que 1,9 milhão de brasileiros concentram uma renda equivalente à de 96,5 milhões, ou seja, “depois de oito anos de governo Lula, 1% da população, os verdadeiramente muito ricos” possuíam uma “renda igual a de metade do povo brasileiro⁵²” (ARCARY, 2014, p. 32).

Para Arcary (2014, p. 32-33), a inserção de milhões de brasileiros no consumo por meio da elevação do salário mínimo acima da inflação, da redução do desemprego, da ampliação do crédito e das políticas de transferência de renda como o Bolsa Família, não autoriza afirmação de que houve a intensificação da mobilidade social e, por conseguinte, a diminuição da desigualdade social no Brasil da era PT, apenas expressa um aumento do piso da renda dos mais pobres, de fato, a “apropriação da riqueza nacional pelos grandes capitalistas, se não cresceu, também, em proporção do PIB, manteve-se fundamentalmente inalterada”. Com a diminuição do ritmo de crescimento do país combinada ao aumento populacional, tiveram lugar modificações na distribuição da renda desfavoráveis aos trabalhadores assalariados com educação mais elevada, especializados e melhor organizados sindicalmente como os “professores, bancários, funcionários públicos e servidores de estatais [...] metalúrgicos, petroleiros, químicos etc”. Como sugere Arcary, a “ironia da história é que este segmento social mais prejudicado foi, nas origens a base social que permitiu o surgimento dos sindicatos que potencializaram a CUT, o PT e a liderança de Lula”.

De acordo com o autor (ARCARY, 2014, p. 125) durante o último quarto do século XX e início do século XXI, a “maioria da esquerda apostou em uma estratégia

⁵² O pesquisador encontra dificuldades para apreender a situação efetiva da desigualdade social no país, na medida em que, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e os Censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – utilizados no estudo do IPEA – adotam como um dos critérios no levantamento a autodeclaração, o que contribui para ampliar a margem de erro desse tipo de estudo. Com o intuito de minimizar o erro, faz-se necessária a consideração dos dados bancários e daqueles referentes ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), porém, com exceção do IRPF os demais são protegidos por sigilo bancário e fiscal.

política reformista-eleitoral” que, já aparecia no programa de fundação do PT na década de 1980. A social democracia europeia passou por um retrocesso programático “foi mudando, e reduzindo suas ambições ao longo do século vinte”, em um lapso de cem anos, enquanto no caso brasileiro o “núcleo dirigente do PT realizou [o retrocesso] em menos de vinte anos”⁵³.

O PT chegou ao poder em 2002 e o balanço, quase uma década depois, é desolador. As prometidas reformas foram arquivadas: não houve reforma agrária, não houve reforma urbana, o Brasil não desprivatizou a educação, a saúde e a previdência. Ao contrário, a concentração de terras nas mãos dos latifúndios aumentou, a especulação urbana deu saltos, a privatização do ensino, da saúde e da previdência não parou de crescer. Lula surfou uma conjuntura internacional de expansão econômica, e isso foi o bastante para a sua reeleição e para que sua escolhida, Dilma Rousseff fosse, também, eleita. Mas continua sendo muito pouco como obra reformista. A sensação de “alívio”, depois de duas décadas de “sufoco”, deve ser compreendida como um estado de espírito transitório. Ao não se apoiar em bases sólidas, seu destino é o de todos os fenômenos políticos conjunturais: efêmero, provisório, temporário e breve (ARCARY, 2014, p. 125).

Nos países periféricos, o reformismo não encontra um solo tão fértil quanto o encontrado nos países centrais no último quarto do século XIX e nos “trinta anos gloriosos” onde atuava a social democracia clássica, dada a ausência de um crescimento econômico sustentável. Os “limites para concessões às massas trabalhadoras do capitalismo contemporâneo são cada vez mais estreitos”. Em oposição a tese da conformação das bases do Estado de Bem-Estar social brasileiro na era PT, Arcary (2014, p.125-126) sugere que, a “incapacidade de governos como o de Walesa na Polônia, Mandela na África do Sul, e de Lula de recuperar o papel do Estado como fomentador de direitos que foram conquistados pelas massas populares dos países do centro duas gerações atrás, indica que estaríamos em uma época de reformismo sem reformas”. A abertura democrática a partir dos anos 1970/1980, coincidiu com “duas décadas de estagnação” econômica onde o “choque das dívidas externas e o conflito distributivo estiveram na raiz das pressões inflacionárias dos anos 1980, e a estabilização monetária só foi possível à custa de um arrocho social regressivo nos anos 1990”. Tal movimento minou a possibilidade das reformas graduais, características do reformismo social democrata, suprimindo o espaço para concertação, visto que, um “pacto social sério exige que sejam feitas concessões, ou seja, que o capital aceite elevar a distribuição de renda, e

⁵³ Para Costa (2013, p. 215) os “velhos social-democratas levaram cem anos para completar o ciclo de degeneração completa, enquanto que, no Brasil, a nossa social-democracia retardatária fechou esse ciclo em um quarto de século – 25 anos”.

diminua a sua participação na divisão da riqueza nacional em função do aumento da participação do trabalho”.

Segundo Filgueiras (2010, p. 50), a “nova inserção internacional do Brasil” tão reivindicada pelos defensores dos governos PT, não representou “alteração significativa em relação ao período anterior”, mas apenas e tão somente, a manifestação na particularidade brasileira “da fase ascendente do ciclo econômico internacional e, em especial, em virtude do ‘efeito China’, em que pese a política cambial equivocada de valorização do real” sem mudanças significativas na composição das exportações e importações. Como afirma o autor

apesar de ter ocorrido uma maior diversificação no destino das exportações brasileiras, motivado principalmente pelo crescimento econômico generalizado que atingiu todos os países, as estruturas das exportações e das importações mantiveram-se praticamente as mesmas: de um lado, exportações de commodities (agrícolas e minerais) e produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico e, de outro, importações de produtos com alto conteúdo tecnológico, em particular componentes e bens de capital (2010, p. 50).

Em resumo, do “ponto de vista qualitativo” a estrutura de exportação no Brasil da era Lula é “no fundamental, a mesma que prevaleceu no período do Modelo de Substituição de Importações, mas com uma participação percentual no comércio mundial menor” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 50).

Assim como Singer (2012), Filgueiras percebe traços de bonapartismo nos governos Lula, porém, ao passo que o primeiro aponta o subproletariado como beneficiado pelo arbítrio lulista – dada como argumento a retirada de cerca de 28 milhões de indivíduos da miséria pela via da política de transferência de renda e de valorização do salário mínimo –, o segundo identifica o estabelecimento do consenso por meio da “obtenção da confiança do grande capital e do consentimento dos setores subalternos” com o fortalecimento da hegemonia do capital financeiro e do atendimento de suas necessidades de acumulação. Acompanharam esse arremedo de bonapartismo o avanço da pequena política no sentido gramsciano com a “estatização dos partidos no poder, cooptação fisiológica para formação de maiorias, patrimonialismo e esvaziamento das instâncias parlamentares, com o fortalecimento das agências governamentais executivas” de modo que, neste ponto também não ocorreram grandes modificações em relação aos governos anteriores (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 51).

De acordo com Filgueiras et al (2010), no que se refere a instabilidade macroeconômica, observamos no período Lula uma “redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país, decorrente direta e indiretamente da situação internacional” que se

expressou na “melhora da balança comercial, na redução da dívida externa pública e no acúmulo de reservas internacionais”. Porém, a economia brasileira foi fortemente afetada pela crise aberta a partir de 2008, dá mostras disto a “redução da taxa de crescimento, que estava em torno de 6% em 2008 e passou a 0,2% negativo em 2009” trazendo à tona o problema da permanência da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. Para os autores (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 51-52) “nenhum passo significativo foi dado no sentido de melhorar o perfil de nossa estrutura produtiva e, por consequência, o de nossas exportações”, ao contrário do que divulgam os defensores dos governos PT, a política de infraestrutura plasmada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

[...] revela concentração de recursos na ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis. Ou seja, os incentivos do PAC aumentam a importância atribuída aos produtos primários – em particular o petróleo – na pauta das exportações, reforçam a dependência das *commodities* [...] e agravam a especialização retrógrada em curso que se realiza por meio da reprimarização das exportações nas economias periféricas (CHAGAS et al, 2015, p. 272).

Assim estabeleceu-se uma linha de continuidade entre os governos FHC e Lula que persistiu sob Dilma, expressa na manutenção e aprofundamento do Modelo Liberal Periférico instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural – consolidou-se um desenvolvimentismo às avessas (GONÇALVES, 2012). Apesar disso, dada a conjuntura internacional favorável no período, reduziu-se a vulnerabilidade externa conjuntural da economia (GONÇALVES, 2013) abrindo espaço para uma flexibilização da política macroeconômica neoliberal, manifesta na redução da taxa de juros, expansão do crédito e do investimento do Estado. Esta flexibilização conjuntural do ajuste econômico neoliberal permitiu a “ampliação dos gastos com a política social focalizada (Bolsa Família) e a adoção de uma política de aumento real do salário mínimo” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 37-38).

No segundo governo Dilma, após o fracasso do suposto ensaio desenvolvimentista apontado por Singer, para atender a política de ajuste fiscal apostou-se mais uma vez na retirada de “benefícios” aos trabalhadores, retirando investimentos de políticas de emprego e renda. Já no final de 2014, logo após a reeleição, Dilma altera as regras do seguro desemprego, do sistema de pagamento do PIS e do pagamento de pensão por morte e auxílio doença. De acordo com a nova lei, as regras para o acesso ao seguro desemprego, nossa única política passiva de emprego, determinam maior tempo de trabalho com carteira assinada. Antes o trabalhador poderia recorrer ao seguro desemprego após 6 meses de emprego com carteira assinada, desde que demitido sem justa causa. Com as

novas regras a carência passa para 18 meses, depois 12 e, finalmente 6 meses para quem solicita o benefício pela terceira vez. No bojo das mudanças, foi alterado também os critérios para o abono salarial, exigindo comprovação de vínculo empregatício de pelo menos 180 dias remunerados e, em plena atividade, além de no mínimo cinco anos de cadastro no PIS ou no PASEP, isso para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. No caso das pensões, o governo alterou as regras estipulando um limite para pagamento das pensões aos viúvos e viúvas baseada na expectativa de vida do cônjuge. De acordo com as regras, o valor das pensões, antes pagas integralmente, passam a ser de 50% acrescidos de 10% quando o pensionista tenha dependentes. Aqui também o critério é de contribuição, pois só terá acesso ao benefício quem tiver contribuído por pelo menos 24 meses. Já no início de 2015 o governo comemorava a economia de 18 bilhões de reais com estas mudanças (OLIVEIRA, 2017).

A justificativa para tais mudanças é a geração do superávit primário. Portanto a política social brasileira continua sendo o mecanismo de barganha para garantir o processo de acumulação de capital no país. Desta forma atende a dois senhores pois transfere renda mínima aos pobres ao passo que irriga o grande capital financeiro nacional e internacional por meio do pagamento de juros elevados (MARQUES; MENDES, 2007). Um exemplo paradigmático é a retirada dos custos sociais do trabalho das empresas com a flexibilização e precarização dos contratos e relações trabalhistas, retirando benefícios como décimo terceiro salário, FGTS, férias remuneradas, dentre outros. A política social, portanto, permaneceu com seus traços históricos de fragmentação, focalização e residualidade. Não conseguindo reverter a desigualdade social no país. Mesmo com o Bolsa Família, esta situação não se alterou, pois, o programa recebeu investimentos de 18 bilhões em 2012, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas, atestando a existência de 1/4 da população vivendo em situação de pobreza (ROMERO et al, 2014). Neste sentido, existem indícios de que o estado de bem-estar no Brasil dos governos PT é falacioso, pois não alterou a distribuição da renda entre o capital e o trabalho e nem reduziu a enorme desigualdade social existente (GONÇALVES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação que apresentamos consiste em um estudo da relação estabelecida entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado no Brasil durante governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Dada a complexidade do tema, a grande quantidade de material disponível e os limites temporais inerentes ao curso de mestrado, tal estudo constituiu-se como uma primeira aproximação da temática sugerida, sem a pretensão de alcançar uma conclusão definitiva. Porém, acreditamos que esta pesquisa, nos permitiu visualizar alguns elementos importantes a serem considerados em nossos estudos futuros.

No primeiro capítulo, por meio da leitura das obras *O Capital* (2013; 2017; 2017) e *Salário, Preço e Lucro* (1982), procuramos levar adiante uma aproximação das categorias marxianas mercadoria, capital, força de trabalho, acumulação capitalista, salários, superpopulação relativa, exército industrial de reserva, concentração e centralização de capitais, queda tendencial da taxa de lucros e suas contra tendências. Neste, chegamos ao seguinte entendimento.

Para Marx, as mercadorias só se configuram como tal, por serem ao mesmo tempo, valor de uso para outrem e valor para o seu possuidor, o primeiro originado pelo trabalho concreto e o segundo pelo trabalho abstrato. As mercadorias têm valor na medida em que expressam o tempo de trabalho necessário à sua produção. Entretanto, a *objetividade do valor* não se encontra nas características corpóreas das mercadorias, mas sim nas *relações sociais estabelecidas entre os produtores*, assim, somente se revela, na contraposição das mesmas no mercado, onde o valor aparece como *valor de troca* da mercadoria.

O desenvolvimento da troca de mercadorias engendra o desenvolvimento da *forma-dinheiro como equivalente universal* no qual os demais valores de uso podem expressar o seu valor. *Este dinheiro assim como as demais mercadorias é uma representação do valor criado pelo trabalho*. Como representação do valor o dinheiro é contraposto as demais mercadorias, possibilitando a separação espaço-temporal entre a compra e a venda das mesmas. Surge a possibilidade formal da ocorrência de crises no capitalismo. Para Marx, o desenvolvimento das relações de troca, do mercado, condiciona o desenvolvimento da mercadoria-dinheiro, de modo que, está só atinge sua forma acabada ao passo que o mercado se desenvolve plenamente na esfera mundial. O desenvolvimento do dinheiro como expressão universal do trabalho humano abstrato, contribui para ocultar a origem do valor das mercadorias e culmina no estabelecimento dos preços das mercadorias. Estes últimos não só passam a orientar a atuação do burguês prático no mercado, mas também, configuram-se como base de onde partem os

economistas burgueses para desenvolver as suas categorias analíticas. Como destacamos, para Marx os economistas clássicos desconheciam parcialmente o processo de criação do valor, enquanto os economistas vulgares o desconheciam totalmente. Deste modo, as proposições desses autores contribuem para o ocultamento das relações sociais de produção levado a cabo pelo mercado.

No livro I de O Capital, a partir da adoção dos pressupostos da economia clássica burguesa, Marx procura demonstrar que não é possível explicar o movimento do capital sem ir além do arcabouço teórico da economia liberal. Segundo Marx, a teoria liberal baseada na mão invisível do mercado não considera a antítese entre valor e valor de uso presente na mercadoria, nem a sua manifestação acabada na circulação de mercadorias (M-D-M), expressa na *tomada do trabalho particular concreto apenas como trabalho geral abstrato*, na *personificação das coisas e na coisificação das pessoas*. Deste modo para nosso autor, ao afirmar que os mercados se autorregulam, os teóricos liberais desconsideram a possibilidade – ainda que formal – da ocorrência de crises, negam que possam existir obstáculos à realização do valor por meio da troca ou, em outros termos, não enxergam o movimento contínuo de superação da possibilidade de crise por meio do qual ocorre a circulação de mercadorias.

A circulação de mercadorias tem como produto final o dinheiro que, também se constitui como a primeira forma adotada pelo capital. Assim, todo capital ingressa no mercado na forma dinheiro com o objetivo de obter a matéria prima, equipamentos e força de trabalho necessários à sua acumulação contínua. Porém, como indicamos, Marx toma como dados os pressupostos da economia liberal – no mercado só ocorre a troca de equivalentes – e, nesse sentido, a circulação de capital (D-M-D'), só é possível na medida em que, se articula com a produção de mais-valor por meio do consumo da *força de trabalho no processo de valorização*. Desta forma, a valorização do valor é a finalidade do capitalista que, busca por meio da contínua recolocação de seu lucro em circulação expandir eternamente o valor de seu capital. Desta maneira, para Marx, na circulação de capital tanto o dinheiro, quanto as mercadorias são meros suportes do valor que se movimenta por meio de tais formas, aparecendo como sujeito de um processo, onde o incremento de sua grandeza de valor por meio da exploração da força de trabalho na esfera produtiva, parece decorrer de sua autovalorização na esfera da circulação. Assim, pouco a pouco a origem do valor é soterrada pelas formas que o mesmo assume nas relações do mercado.

Segundo Marx, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução da mesma, ou de outro modo, consiste no valor necessário para atender as necessidades de alimentação, vestimenta, moradia etc., consideradas normais em uma determinada época e localidade. Como produto histórico, o valor da força de trabalho depende em “grande medida”, do grau de cultura de um país, das condições, dos “costumes e exigências de vida” em que se “formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local”, nesse sentido, o valor da força de trabalho contém um “elemento histórico moral” (MARX, 2013, p. 245-246). Cabe ressaltarmos que, sob a égide do capital, a força de trabalho só encontra um comprador, na medida em que, cria um valor suficiente para conservar os meios de produção como capital, para pagar os seus próprios salários e, por fim, para que seja fornecido ao capitalista contratante o *trabalho não pago* de onde se origina o *mais-valor*. Em outras palavras, o trabalhador só consegue um trabalho assalariado quando as condições de reprodução ampliada do capital são garantidas.

Para nosso autor, quando as relações entre o capital e o trabalho são deixadas a cargo do mercado, temos como resultado o aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, o aumento da produtividade do trabalho; o aprofundamento da concentração e da centralização do capital; o estabelecimento de uma tendência a queda da taxa de lucro; a conformação de uma superpopulação relativamente excedente para as necessidades da acumulação, da qual faz parte o exército industrial de reserva e, por conseguinte; a produção de uma enorme quantidade de miséria. Os processos de concentração, centralização de capital, aumento da produtividade do trabalho e a criação de uma superpopulação relativa, configuram-se como importantes alavancas para a acumulação capitalista. Assim:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa *é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2013, p. 719-720, grifos do autor).

Riqueza e pobreza aumentam *pari-passu*, de modo que, quanto maior o exército industrial de reserva em relação a classe trabalhadora ativa, maiores as amarras que

prendem o trabalhador ao capital e a massa de miseráveis. Nas palavras de Marx (2013, p. 721), a “acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. Assim como nas demais leis do movimento do capital analisadas por Marx, a *lei geral da acumulação capitalista e lei da queda tendencial da taxa de lucro*, não se manifestam de maneira absoluta e sim como tendências sendo influenciada por múltiplas circunstâncias.

A partir do diálogo com o livro III de *O Capital* (2017), pudemos verificar que, para Marx, a queda tendencial da taxa de lucro é apenas a maneira como o desenvolvimento da força produtiva do trabalho tende a se expressar no modo de produção capitalista. Também verificamos que existem tendências contra-arrestantes que inibem a tendência a queda da taxa de lucro, são elas: 1) o aumento do grau de exploração da força de trabalho por meio da intensificação e do prolongamento da jornada de trabalho; 2) a superexploração da força de trabalho por meio da compressão do salário abaixo de seu valor; 3) o barateamento do capital constante; 4) a criação da superpopulação relativa; 5) a ampliação do comércio exterior e; 6) o aumento do capital acionário.

No que diz respeito a questão salarial, observamos que, para Marx ao longo do processo de acumulação capitalista, em alguns momentos os trabalhadores podem se apropriar de uma maior parte do produto social total, ampliando o seu consumo de alimentos, vestuário, lazer etc., tal como observamos no padrão de acumulação fordista/keynesiano, porém, tal melhoria das condições de vida dos trabalhadores não elimina a sua dependência em relação ao capital e nem a sua exploração por este último. Nesse sentido, o aumento dos salários representa no melhor dos casos, uma diminuição do trabalho não pago executado pelo trabalhador que, a partir da perspectiva marxiana, não pode atingir um grau em que o sistema como um todo seja ameaçado. Como vimos, a própria acumulação de capital encerra mecanismos que possibilitam ao capital adequar os níveis salariais as suas necessidades, configurando-se uma situação onde a “*grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário*” (MARX, 2013, p. 696, grifos nossos). Assim

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da

superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 2013, p. 712-713, grifos nossos).

Quando considerada a luta dos trabalhadores por melhores salários, vimos que para nosso autor o preço da força de trabalho, assim como das demais mercadorias, passa por flutuações ao longo das fases do ciclo econômico, de modo que, seu preço médio corresponde ao seu valor. Assim, caso os trabalhadores não lutassem por melhores salários nas fases ascendentes do ciclo, teriam um grande prejuízo, tendo em vista as perdas salariais nas fases descendentes, por conseguinte, os seus salários tenderiam a não atingir nem ao menos o valor da força de trabalho, tendo lugar um estado contínuo de superexploração. Temos que, para Marx, a determinação do grau efetivo que se manterão os salários está diretamente ligada a correlação de forças estabelecida entre capital e trabalho na luta de classes. Como vimos no segundo capítulo, a oposição dos trabalhadores e de seus sindicatos configuraram-se como um dos principais obstáculos a expansão da organização do trabalho fordista a partir do início do século XX e do toyotismo a partir dos anos 1950 no Japão e, 1970 no mundo.

Como destacamos, a acumulação é a variável independente e, nesse sentido, o capital utiliza o *avanço das forças produtivas do trabalho como arma em sua luta contra o trabalho*, visto que, ao avançarem as forças produtivas a procura por trabalho diminui criando-se desta maneira *uma superpopulação relativa que ao engrossar a oferta de força de trabalho no mercado acaba por pressionar os salários para baixo*. Por outro lado, as máquinas estão em constante concorrência com a classe trabalhadora, porém, faz-se necessário para que se empreguem as mesmas, *que os salários se elevem ao ponto de se tornar mais lucrativo produzir com máquinas do que com seres humanos*. Ainda como afirma nosso autor, tal processo criador de uma superabundância relativa de trabalho, acaba por *depreciar o valor do trabalho*.

Marx considera as lutas da classe trabalhadora como inerentes as relações de trabalho assalariado estabelecidas na ordem do capital e, ainda que, 99% das greves contribuam no máximo para a manutenção do valor da força de trabalho, os trabalhadores não devem abrir mão das mesmas, visto que, a dinâmica da acumulação capitalista aponta para uma tendência geral de rebaixamento dos salários ao mínimo necessário para a produção e reprodução da força de trabalho. Porém, a classe trabalhadora não deve ver com exagero os resultados obtidos a partir de suas lutas diárias contra o capital, pois, nestas apenas combate os efeitos e não as causas da miséria capitalista, minora o movimento descendente dos salários, mas não inverte o sentido de sua variação, de modo

que, acaba por não resolver o problema em si. Nesse sentido, a classe trabalhadora não deve restringir-se apenas as lutas diárias, mas munida do conhecimento de que, o mesmo avanço das forças produtivas que engendra a sua miséria, engendra também as condições materiais e sociais para a superação de tal estado de coisas, deve avançar na luta pelo fim do trabalho assalariado.

Por fim, acreditamos que o resultado da análise da relação entre a totalidade do processo de produção do mais-valor e o conjunto da classe trabalhadora empreendida por Marx no capítulo XXIII, nos possibilita ter uma antevisão do que ocorreria, caso tudo se desse no mercado tal como nas proposições liberais pressupostas como dadas em *O Capital*. Nesse sentido, como bem demarcado por Harvey, nos revela para onde podem nos levar as iniciativas de caráter liberal implementadas pelo neoliberalismo para combater as dificuldades de valorização do capital manifestas a partir dos anos 1970: a conformação de uma grande acumulação de riqueza de um lado e de uma grande acumulação de miséria do outro (HARVEY, 2013).

Em nosso segundo capítulo, observamos a manifestação a partir de meados do século XIX de três padrões da acumulação capitalista, quais sejam, o padrão liberal hegemônico entre 1848 e 1929, o fordista/keynesiano vigente entre 1930-1973 e o flexível que tem sido a resposta capitalista para a crise estrutural do capital aberta em 1973. Cada um destes com suas respectivas formas de organização do trabalho, relações salariais e modalidades de intervenção do Estado nas relações estabelecidas entre a acumulação capitalista e a força de trabalho.

O diálogo com Hobsbawm (1982), possibilitou que desenvolvêssemos uma primeira caracterização das relações estabelecidas entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado na segunda metade do século XIX, auge da hegemonia liberal. Entre 1848-1875, houve a partir da Europa, um forte processo de expansão das forças produtivas e dos mercados mundiais, exemplificado, pelo avanço da produção em massa de maquinaria, da relação entre a produção e a ciência acadêmica, pelo acelerado desenvolvimento das estradas de ferro, pôr conseguinte, da tecnologia, da máquina a vapor e dos meios de comunicação, assim como pela conformação do padrão ouro-libra. Estava em curso a multiplicação do espaço geográfico da economia capitalista e por meio desta a criação do mercado mundial. Foi uma época de inflação em um século deflacionário, porém, em ambas as conjunturas, os salários mantiveram-se baixos e os lucros elevados. Nos momentos de inflação a burguesia acumulou capital apoiada nos efeitos da mesma sobre o lucro, ao passo que, nos momentos deflacionários, obteve lucro

por meio da expansão do mercado e, nesse sentido, da quantidade de mercadorias vendidas.

Como indica Hobsbawm (1982), entre a Primavera dos Povos de 1848 e a crise econômica mundial de 1873, verificou-se uma tendência impressionante em favor da liberdade de comércio, manifesta na diminuição ou eliminação das restrições para navegação em águas internacionais, na simplificação do sistema monetário internacional, na assinatura de tratados de livre comércio. Todo esse movimento favoreceu sobremaneira a Inglaterra – nação industrial mais desenvolvida até então – e suas relações comerciais com a periferia, porém, não deixou de beneficiar o surgimento, apoiado nas forças do desenvolvimento desigual, de novos centros capitalistas avançados, notadamente, os EUA, a Alemanha, a França e o Japão.

No bojo dos processos de liberalização, também se encontravam modificações importantes na regulação das relações contratuais e salariais vigentes no mercado de trabalho. Houve em diversos países, com especial impulso na Inglaterra, a criação de legislação no sentido de estabelecer a igualdade entre o contratante e o contratado com relação ao rompimento do contrato de trabalho e a diminuição do tempo médio de duração dos contratos acompanhada pelo desenvolvimento de novas modalidades de pagamento dos salários. Deste modo, a barganha entre o capital e o trabalho no mercado se tornou mais flexível.

Na produção, houve a proliferação do pagamento de salário por peça que, contribuía para a intensificação do processo de trabalho aumentando a produtividade; a diminuição de possíveis negligências dos trabalhadores; a redução da folha de pagamento das empresas em tempos de dificuldade e depressão; para opor os trabalhadores uns aos outros, dadas as diferenças salariais entre os que produzem mais e menos além de; ser um procedimento adequado para a manutenção dos salários nos níveis baixos exigidos pela acumulação no período. Como destacamos, os trabalhadores e suas organizações – com destaque para a 1ª Internacional – reagiram, por meio de lutas pelo estabelecimento de um salário mínimo e ampliação de direitos, porém, não obtiveram muito sucesso dada a hegemonia liberal predominante.

Apesar da onda de manifestações trabalhistas, principalmente a partir de meados da década de 1860, a implementação da “ortodoxia do *laissez-faire* econômico” por diversos governos era um obstáculo a possibilidade de adoção de medidas de reforma social que pudessem diminuir a pressão dos trabalhadores. Isso começa a mudar a partir

dos anos 1870, quando alguns governos começam enxergar a legalização dos sindicatos como uma forma de controle sobre os mesmos.

Porém, o estabelecimento da liberdade de contrato e a legalização da ação sindical por parte dos governos não diminuiu as margens de lucro dos capitalistas, visto que, as massas camponesas, os ex-artesãos, demais habitantes das cidades e os fluxos migratórios contribuíam para a formação de um exército industrial de reserva – tal como definido por Marx – capaz de manter os “salários a um nível satisfatoriamente modesto”. Nesse sentido, em meados do século XIX, a manutenção de baixos níveis salariais era um axioma da burguesia liberal.

Sob a hegemonia liberal, a insegurança com relação a magnitude dos salários, ao tempo de permanência no emprego, ao desemprego, ao tempo de espera para a recolocação no mercado de trabalho da mão de obra desempregada, a ocorrência de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, assim como, em relação aos rendimentos necessários a manutenção do trabalhador na velhice era permanente. No período ainda não existia a difusão dos programas de previdência e proteção social característicos do momento subsequente da acumulação capitalista. O burguês individual, também estava sob constante pressão da concorrência intercapitalista que, combinada com a crise, de tempos em tempos levava a falência dos menos adaptados ao processo de acumulação capitalista e a concentração e centralização do capital dos demais, tal como na crise aberta a partir de 1873, onde teve lugar o início de uma nova fase do capitalismo que minou as bases da hegemonia liberal : o imperialismo.

Nesta fase que, se inicia no último quarto do século XIX e adentra o século XX, por um lado, a tendência a ampliação da liberdade de comércio foi refreada e, por outro, em resposta as novas necessidades da acumulação e a pressão das lutas dos trabalhadores por melhores salários, direitos, proteção social e medidas públicas de combate ao desemprego, houve o desenvolvimento de um Estado ampliado com altos graus de intervenção nas relações estabelecidas entre o capital e a força de trabalho. Segundo Hobsbawm (1982), manifestou-se no período uma forte tendência – exceto nos bastiões do liberalismo – ao crescimento do gasto estatal per capita, em grande medida ocasionado pela grande expansão da dívida pública nos países que construíam a sua infra-estrutura econômica a partir da importação de capital. Ainda assim, nesse primeiro momento do imperialismo os gastos sociais se mantiveram relativamente baixos. A ampliação massiva dos gastos sociais como política de contensão do animo das massas e promoção da acumulação ainda teria que esperar os acontecimentos da primeira metade do século XX

– 1º Guerra Mundial, Revolução Russa, crise de 1929 e 2º Guerra Mundial – para ganhar força como uma opção efetiva para os capitalistas.

A partir do contato com as reflexões de Lenin (2011), Gramsci (1984), Mandel (1982), Ianni (2009), Netto (1996), Oliveira (1998), Behring (2010), Salvador (2012) e Souza Filho (2016), Przeworski (1988), Harvey (2008), Coriat (1993; 1994), Gounet (1999), Chesnais (1996), Camara e Salama (2005), pudemos compreender que o desenvolvimento do capital monopolista a partir dos processos de centralização e concentração de capital no último quarto do século XIX, passou a exigir do Estado que este absorvesse uma parte significativa dos salários e da mais-valia por meio de impostos, contribuições e taxas para garantir as condições de produção e reprodução do capital. Aqui, o fundo público ganhou uma importância sem precedentes, sendo utilizado pelo Estado no combate a crise a partir da adoção de medidas anticíclicas visando a manutenção dos lucros, assim como, na reprodução da força de trabalho por meio das políticas sociais. Nesse sentido, como sinaliza Souza Filho (2016), a luta de classes passou a se desenvolver também na esfera estatal em torno do fundo público, nas disputas pela definição da estrutura de tributação e das prioridades do gasto público.

Desta maneira, como apreendemos, houve na fase imperialista o reconhecimento pelo Estado de um conjunto de direitos aos trabalhadores, de modo a, por um lado, evitar que a luta dos trabalhadores se radicalizasse e, por outro, assegurar a reprodução da força de trabalho necessária para a continuidade do processo de acumulação capitalista. Assim, a ampliação da legislação social acarretou uma grande ampliação do orçamento público que segundo Mandel (1982) e Przeworski (1988), forneceu as bases da ilusão socialdemocrata acerca do avanço rumo ao socialismo por meio de reformas graduais no âmbito do Estado burguês. Segundo Mandel:

As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da distribuição” não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo o fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim “estimular investimentos” (MANDEL, 1982, p. 339).

Dessa perspectiva, a redistribuição horizontal da renda nacional pelo Estado é determinada por condições objetivas como a *taxa geral de aumento de produção*, o *desenvolvimento da taxa de lucros*, as *relações de força entre as classes*, a *quantidade e variedade das funções desempenhadas pelo Estado* e o “*grau de interferência nos interesses privados necessário à realização dessas funções*” (MANDEL, 1982, p. 342-

343, grifos nossos). Em resumo, como aponta nosso autor, a quantidade de valor que o Estado redistribui, gasta e investe se amplia, porém, tal movimento só se efetiva, à medida que contribui para estabilizar ou acelerar a dinâmica da acumulação capitalista, consequentemente, a obtenção de lucros pelo capital privado.

De acordo com Souza filho (2016), nos países dependentes, onde tem lugar a superexploração da força de trabalho, a baixa condição de vida dos trabalhadores exige uma ampliação dos serviços públicos disponibilizados pelo Estado, porém, as transferências de valor para o exterior limitam a quantidade de recursos disponíveis para o investimento em políticas sociais, o que leva a manifestação nos países periféricos de uma tendência do fundo público no sentido da concentração da riqueza socialmente produzida.

Para além da ampliação do papel do Estado, verificamos nesse estudo, a ocorrência de dois novos tipos de organização do processo de trabalho ao longo do século XX: o fordismo que se desenvolveu a partir do início do século XX e entrou em crise em meados dos anos 1970 e; o toyotismo que surgiu no Japão a partir de 1950 e se espalhou pelo mundo a partir dos anos 1970 como uma das respostas do capital à crise estrutural aberta no período.

Como vimos a partir da discussão desenvolvida por Coriat (1993), o fordismo conformou-se como a organização do trabalho adequada a produção em massa, cujas bases vinham sendo preparadas desde meados do século XIX. A combinação entre o processo de trabalho fordista e a ampliação do papel do Estado apontada acima, levou a modificações significativas no conjunto das relações entre as classes. Como chamou nossa atenção Gramsci (1984, p. 396), tratava-se do “maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”.

Observamos a partir de Gounet (1999) e Coriat (1993) que, o fordismo caracterizou-se pela racionalização ao extremo da produção, utilização de matéria-prima e do tempo, de modo a reduzir os custos e, por conseguinte, os preços das mercadorias; pelo parcelamento das tarefas a partir do controle do trabalho taylorista que, tornava o processo de trabalho/valorização enfadonho e desqualificante para o trabalhador; pelo pagamento de salários elevados; pela linha de montagem que conectava a atividade de cada trabalhador em um fluxo contínuo, cujo ritmo podia ser regulado pela direção da empresa; pela padronização das mercadorias e das peças; pela verticalização do processo produtivo por meio da compra das fabricantes de peças e; por fim pela automatização das

fábricas. A partir de tais procedimentos, logrou-se efetuar um grande aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, da velocidade de rotação do capital, assim como da taxa de mais-valia.

A partir da expansão dos métodos fordistas pelos diversos ramos industriais, a produção em grandes séries de mercadorias estandarizadas foi convertida na regra, proliferou-se a produção em massa e com ela a concentração e a centralização de capital como procuramos destacar ao tratar da expansão do fordismo pelo mundo entre o início do século XX e meados da década de 1970. Não podemos deixar de destacar que, tal expansão se deu em base a um ataque a capacidade de barganha salarial e de controle dos ritmos da produção pelos sindicatos.

Pudemos verificar em contraste com o padrão liberal de acumulação capitalista que, na vigência do fordismo como processo produtivo predominante, principalmente a partir dos anos 1930, houve a ampliação da política social – salário indireto – implementada pelo Estado a partir de uma política macroeconômica de tipo keynesiano, de modo que, os salários deixaram de se relacionar apenas com a quantidade de trabalho com a qual o trabalhador contribuiu para a produção, passando a se relacionar também com a “quantidade de trabalho necessário para que o trabalhador assegure seus gastos de reprodução”. Aqui o salário é convertido de um “simples instrumento” para estimular o trabalho em um “instrumento de reprodução do trabalhador” (CORIAT, 1993, p. 53-55). Nesse sentido, os altos salários se tornaram um imperativo do padrão fordista/keynesiano de acumulação. Em resumo, sob o fordismo havia uma política salarial que procurava adequar os níveis de consumo dos trabalhadores as necessidades de escoamento da produção em massa de tipo fordista.

Na fase imperialista, com especial impulso a partir da crise de 1929, segundo nossos autores, o Estado passou a ser responsável por desenvolver as atividades não lucrativas para o capital, mas necessárias para a reprodução capitalista; pelas medidas anticíclicas e; pela atenuação por meio da ampliação das políticas de salário indireto da desigualdade na distribuição da renda oriundas dos mecanismos de mercado. A partir do New Deal norte-americano na década de 1930, e do fim da 2ª Guerra Mundial – relatório de Beveridge, Bretton Woods, Plano Marshall etc – com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, o planejamento econômico e a regulação da economia pelo Estado se tornaram elementos centrais para a manutenção da acumulação capitalista.

Nesse contexto, do ponto de vista dos contratos e dos salários, ocorreu o avanço da negociação coletiva dos contratos de trabalho mediado pelo Estado e o atrelamento do

nível salarial ao incremento da produtividade. Assim, a intervenção do Estado no período objetivava eliminar a capacidade produtiva ociosa por meio do pleno emprego das forças produtivas. Para tanto, estavam na ordem do dia o aumento da renda por meio da implementação de serviços públicos e políticas sociais e o combate às práticas rentistas.

Assim, o Estado de Bem-Estar Social foi resultado de um pacto entre trabalhadores e capital mediado pelo Estado. A cada um cabia uma parte do ônus para manter este padrão de acumulação. Ao Estado cabia exercer o papel de administrador do fundo público e negociador dos contratos coletivos de trabalho com os representantes sindicais. Ao capitalista coube renunciar ao pagamento de salários mais baixos e os custos sociais do trabalho, além de uma carga tributária elevada. Por outro lado, estes custos eram divididos com a classe trabalhadora através de impostos sobre a folha de pagamento e sobre o consumo, além do retorno em forma de créditos fornecidos pelo Estado burguês, sobretudo no financiamento de novas tecnologias, subsídios e incentivos ao pagamento de seguros e previdência social. Aos trabalhadores a recompensa vinha pelas condições de vida e de consumo e pelo processo civilizatório gerando uma qualidade de vida com baixos índices de pobreza.

A partir da crise aberta nos anos 1970, o padrão fordista/keynesiano foi colocado em xeque por uma série de problemas relacionados a continuidade da acumulação capitalista. A superprodução reforçou a tendência a queda da taxa de lucro e, com ela, a necessidade de reduzir o número de trabalhadores empregados, assim como, os seus salários. Deste modo, a crise estrutural do modo de produção capitalista se tornou a característica central do capitalismo tardio (MANDEL, 1982). Como consequência tem ocorrido desde então, um aumento do parasitismo e um aprofundamento do caráter destrutivo das forças produtivas sob controle do capital, verificados na ampliação da dominância financeira, na multiplicação dos famintos, na destruição do meio ambiente e no avanço do militarismo. Concomitantemente, verificamos no período uma crise permanente do Estado que impõe dificuldades a execução pelo mesmo das funções que era chamado a desempenhar ao longo da vigência do Estado de Bem-Estar Social. Longe de uma diminuição do papel do Estado, ocorreu uma mudança de suas prioridades devido as exigências do combate a crise (MÉSZÁROS, 2014).

Nesse sentido, como evidenciamos, no momento atual da acumulação capitalista, assim como já destacava Marx ao analisar a dinâmica do capital no século XIX, a própria acumulação capitalista sob a égide do padrão fordista/keynesiano, implicou o

desenvolvimento de uma série de obstáculos a serem superados para que seu movimento pudesse se perpetuar.

Diferente das recorrentes crises cíclicas manifestas no capitalismo, a crise estrutural tem como características 1) o caráter universal de seu impacto sobre os diferentes momentos da acumulação em oposição ao caráter restrito a uma esfera particular da mesma manifesto nas crises cíclicas; 2) seu alcance literalmente global em oposição a limitação a um conjunto particular de países verificada nas crises anteriores “inclusive a ‘grande crise mundial de 1929-1933’”; 3) sua “escala temporal é extensa, contínua – se se preferir, permanente –, mais do que restrita e cíclica, como foram as crises anteriores do capitalismo”; 4) e por fim, no que diz respeito a sua modalidade de desenvolvimento, deve ser caracterizada como “sub-reptícia [...] em contraste com as erupções e desmoronamentos mais espetaculares do passado”, porém, “não estão excluídas para o futuro nem mesmo as mais veementes e violentas convulsões” (MÉSZÁROS, 2014, p. 34)

A resposta capitalista as dificuldades enfrentadas pela acumulação oriundas da crise estrutural, consistiu em um ajuste estrutural que envolveu modificações no âmbito da produção e gestão da força de trabalho – Toyotismo –, acompanhadas pela intervenção dos diversos governos por meio de subsídios ao grande capital, pagamento de juros e amortizações da dívida pública ao FMI, mercantilização de políticas sociais e flexibilização dos mercados de trabalho, mercadorias e financeiro a nível internacional e nacional.

Tendo em vista o fortalecimento da tendência a queda da taxa de lucro, o toyotismo configurou-se como uma das tendências contra-arrestantes a ,mesma, devido a sua capacidade de produzir produtos de diversos modelos em pequenas séries, assim como de reduzir os estoques e o pessoal empregado ao mínimo necessário as exigências de produção pelo mercado, contribuindo para a diminuição do montante de capital necessário para o investimento e, também para tornar a produção mais fluída ao aumentar a velocidade de rotação do capital e possibilitar uma maior extração de mais-valia.

Como apontamos a partir de Gounet (1999) e Coriat (1994), o toyotismo é caracterizado por seis pontos, quais sejam: 1) a demanda determina a quantidade de mercadorias a serem produzidas e, o fluxo o ritmo de crescimento da produção; 2) limitação ao “máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade” tornando a “máxima fluidez da produção” um “objetivo supremo”, de modo a “evitar que se formem estoques em qualquer ponto da cadeia”; 3) em contraste com a fábrica fordista,

onde cada trabalhador era responsável por uma máquina, na fábrica Toyota houve uma maior flexibilização da organização do trabalho, nesta, a “relação homem/máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado” e o trabalhador deve “tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano”, além de “ajudar o colega quando for preciso”; 4) estabelecimento do sistema Kanban de gestão dos estoques; 5) a aplicação a partir de 1969 do single minute exchange die (SMED) que diminuiu drasticamente o tempo necessário para adaptar a maquinaria a produção de diferentes modelos de automóveis e; 6) por fim, mas não menos importante, foram estabelecidas relações de subcontratação (terceirização) com os fornecedores de autopeças, aos quais era imposto o sistema de produção Toyota.

Deste modo, em consonância com as exigências de diminuição dos custos de produção colocadas pelas dificuldades para lucrar inerentes a crise, no modelo japonês entra na ordem do dia a obtenção de produtividade por meio da redução dos estoques e, por conseguinte, do pessoal e da maquinaria excedente. Para Coriat (1994, p. 34), o sistema KanBan “não se trata de um método de gestão dos estoques, mas efetivamente de um método de gestão dos efetivos por estoques”. Nas condições de produção do modelo destacado, a exploração dos trabalhadores aumenta, sejam eles contratados ou subcontratados. A comparação com o fordismo revela que, a mão-de-obra é empregada de maneira mais intensa e a “intensificação do trabalho atinge o auge”, de modo que, no “Toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior” (GOUNET, 1999, p. 29). Como observamos, assim como no fordismo, aqui as modificações no processo produtivo também se deram em base a imposição de importantes derrotas a organização sindical dos trabalhadores.

Segundo Harvey (2008, p. 140), a crise colocou em evidência a rigidez do arranjo fordista/keynesiano e a necessidade de sua substituição uma forma mais fluída. Assim, tem início a partir dos anos 1970 a conformação do padrão de acumulação flexível, caracterizado pelo confronto direto com a rigidez fordista; pela compressão do espaço-tempo impulsionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte; pelo aumento da “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”; pelo desenvolvimento de novos ramos produtivos, novos serviços financeiros e novos mercados; assim como por “taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Ocorreram também, rápidas modificações dos “padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas”, tendo lugar uma forte expansão dos empregos no setor de

serviços e o desenvolvimento de “conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”.

Colocava-se na ordem do dia para as corporações que vislumbravam sobreviver em condições gerais de deflação, diminuição da demanda efetiva e diminuição das margens de lucro a “mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital” tal como as que destacamos ao caracterizar o toyotismo.

As modificações sinalizadas combinadas a forte expansão do desemprego a partir de 1973 permitiram a ampliação do controle do trabalho. Estabeleceu-se uma dinâmica marcada por altos níveis de desemprego estrutural, aumento das exigências de qualificação dos trabalhadores, diminuição da força do sindicatos e dificuldades para obtenção de ganhos salariais. Nesse contexto, houve uma radical reestruturação do mercado de trabalho, foram impostos aos trabalhadores contratos de trabalho em tempo parcial, temporário e principalmente subcontratos que trouxeram de volta a insegurança característica do padrão de acumulação liberal vigente ao final do século XIX. Merece destaque a forte expansão da exploração do trabalho feminino. A ampliação da flexibilidade do trabalho acarretou a diminuição da cobertura da seguridade social, dos direitos, dos salários e da segurança no emprego. Além das relações trabalhistas evidenciadas, também tem ocorrido no período o ressurgimento de antigas formas de trabalho, como o trabalho doméstico, artesanal e familiar que, passam a figurar entre os elementos centrais da acumulação flexível e um acelerado crescimento da informalidade.

Concomitantemente aos elementos destacados, desenvolveu-se um processo de mundialização do capital que levou a “esmagadora maioria dos países capitalistas” a perderem a capacidade de condução de um processo de desenvolvimento independente, muitos estados ficaram impossibilitados de levar a cabo uma política econômica própria, porém, não devemos nos enganar, somaram-se a política imperialista de Thatcher e Reagan, a conivência e o apoio dos “governos que aceitaram não resistir a eles” e levaram adiante políticas de liberalização do comércio, desregulamentação e privatização em seus respectivos países (CHESNAIS, 1996, p. 34). Assim, como aponta Costa (2013, p. 183), o movimento do capital no período “transformou o capitalismo num sistema mundial completo” que, trouxe à tona uma nova fase do imperialismo, onde o capital monopolista tornou o planeta uma “esfera única de produção, financiamento e realização das

mercadorias, e a própria oligarquia financeira passaria a explorar diretamente os trabalhadores do centro e da periferia”.

Deste modo, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, de mercadorias e financeiro característicos da acumulação flexível significaram, por um lado, o aprofundamento da concentração e centralização de capital e, por outro, a intensificação da criação pela acumulação capitalista de pobreza em uma escala nunca antes vista. Apoiado na disciplina imposta via FMI o capital avançou em todas as suas formas sobre as economias do ocidente e do oriente.

Por meio do diálogo com nossa bibliografia, chegamos ao entendimento de que, conforme variam as necessidades da acumulação capitalista ora o Estado atua com políticas econômicas e sociais de estímulo a demanda contra a crise de superprodução gerada pelo modelo liberal anterior, ou nos termos de Keynes (1964), políticas voltadas para garantir o pleno emprego da capacidade produtiva ociosa, garantindo as condições necessárias a produção e reprodução do capital, tal como na crise dos anos 1930 nos EUA com o New Deal, e em parte da Europa ocidental nos regimes de Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra. Ora atua com políticas econômicas e sociais restritivas baseadas por um lado na expansão do crédito (D-D') para contra arrestar os problemas da acumulação relacionados a diminuição da demanda efetiva, e por outro na geração de desindustrialização, desemprego estrutural crônico – geração de exército industrial de reserva –, insegurança crescente do trabalho, aumento da desigualdade social, concentração e centralização do capital, tal como na ofensiva neoliberal inaugurada por Thatcher e Reagan a partir dos anos 1970 que, em seus fundamentos parece não apresentar muitas novidades quando comparada a economia clássica liberal criticada por Marx (HARVEY, 2013).

No terceiro capítulo, apresentamos a compreensão a que chegamos acerca das relações estabelecidas entre a acumulação capitalista, a força de trabalho e o Estado no Brasil a partir dos anos 1930 e, mais especificamente, ao longo dos governos do PT.

Como procuramos ressaltar a partir do diálogo iniciado com a obra de Ianni (2009), Fernandes (1976), Marini (2005), Filgueiras et al (2010) e Arcary (2014) chegamos a compreensão de que, a partir de 1930 com os governos Vargas, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se acelerou, houve um amplo processo de urbanização/industrialização e com ele, a conformação das principais instituições do Estado para intervir nas relações entre a acumulação capitalista e a força de trabalho no país. Nesse sentido, ocorreu entre 1930 e 1980, um forte desenvolvimento da economia

brasileira baseado na substituição de exportações; na manutenção das relações de dependência em relação ao capital estrangeiro; na superexploração da força de trabalho e, por conseguinte, em grande parte do período, em uma política de confisco salarial implementada por meio da inflação que, funcionava como técnica de poupança monetária forçada, levando a transferência de renda dos assalariados para os lucros dos capitalistas nacionais, internacionais e associados.

Ao estudar os autores que tem se debruçado sobre a problemática dos governos do PT, encontramos uma quantidade significativa de perspectivas em favor da ocorrência de um *novodesenvolvimentismo acompanhado da consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social brasileiro* (MERCADANTE, 2010; POCHMANN, 2014; SINGER, 2012, grifos nossos). Para estes autores, os governos do PT foram organizados de modo a dar materialidade aos princípios da Constituição de 1988, o social se tornou o eixo estruturante do crescimento econômico, houve geração de emprego, política de transferência de renda para os mais pobres, e avanços na construção de sistemas públicos de saúde e de educação.

Por outro lado, encontramos em nossa pesquisa um grupo de autores que destacam os elementos de continuidade neoliberal presentes nas medidas adotadas pelo PT no governo.

Como vimos, para Arcary (2014, p. 126), a abertura democrática no Brasil ocorreu em meio a duas décadas (1980-1990) de estagnação econômica, onde os problemas relacionados a inflação enfrentados pelo país na década de 1980 foram resolvidos pelos governos neoliberais da década de 1990 por meio de um “arrocho social regressivo” que teve como resultado a conformação de uma economia periférica de baixo crescimento. Tal movimento minou a possibilidade das reformas graduais, características do reformismo social democrata, de modo que, as limitações estruturais do capitalismo mundial, assim como da particularidade brasileira pós década de 1970, sugerem o surgimento de uma época de *reformismo sem reformas*, da qual fazem parte os governos do PT.

Para Costa (2013), também não houve ruptura dos governos do PT com as políticas neoliberais, a partir de 2003 manteve-se o núcleo duro da proposta neoliberal vigente no Brasil ao longo dos anos 1990. Os governos do PT utilizaram a articulação entre empresas, bancos públicos, fundo público e fundos de pensão dos trabalhadores, para impulsionar um amplo movimento de concentração e centralização de capital nas esferas financeira e produtiva, contribuindo para o fortalecimento internacional de

importantes grupos nacionais. Nesse sentido, consolidou-se como uma das características fundamentais do capitalismo brasileiro na primeira década do século XXI o alto grau de *concentração do capital*. Concomitantemente, a social democracia retardatária não implementou as medidas características do reformismo social democrata europeu, houve apenas a distribuição de migalhas e a manutenção de altos níveis de desigualdade social no país. Em um sentido próximo, Netto (2017, p. 86) chama a nossa atenção para a conjugação no Brasil da era PT do “minimalismo assistencialista” com a “repressão extraeconômica às camadas pauperizadas”.

Também apontam para a continuidade da política de matiz liberal ao longo dos governos do PT, as análises de Filgueiras e Gonçalves que sugerem a ocorrência da consolidação do modelo liberal periférico no Brasil da era PT caracterizado pela liberalização, privatização, desregulação das relações de trabalho, subordinação, vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro; de Oliveira (2017), que chama a nossa atenção para a manutenção de um processo de precarização desprotegida, do desemprego estrutural e do investimento em programas assistenciais de baixo custo e caráter focalizado em detrimento do investimento em políticas de caráter universal (BEHRING, 2012), além do desarme da classe trabalhadora (IASI, 2012).

Com base nos autores críticos à essa perspectiva que compreende que os governos PT privilegiaram a universalização das políticas sociais, observamos o movimento inverso, na medida em que a saúde, a educação e a previdência continuaram divididas entre o setor público, de qualidade inferior e o privado com serviços de melhor qualidade, criando uma dualidade entre quem pode pagar e os que dependem dos serviços públicos. Moradia, transporte, educação, segurança, dentre outros são políticas de mercado, bem distante da universalidade defendida pelos governos PT e que vigorou nos países onde de fato o *Estado de Bem-Estar Social* teve lugar. O mesmo podemos dizer em relação às políticas de emprego e renda. Estas são focalizadas, parciais, descontínuas e baseadas em programas de transferência de renda, com valores que não permitem o acesso aos bens de consumo de outros segmentos da população. Por outro lado, são programas que funcionam como barganhas eleitorais e que são retirados em função de interesses do capital quando necessário.

Considerar um estado de bem estar social sem as benesses alcançadas nos países de capitalismo central, onde o salário era a via da inserção no consumo e a produção em massa permitia a geração de empregos que subsidiava, em conjunto com o capital, o fundo público para financiamento das políticas sociais de forma geral é apostar num reformismo

sem reformas (ARCARY, 2014) como evidenciado na afirmação de Singer (2012) de que o reformismo lulista é lento e desmobilizador.

Outro dado a ser considerado é a ausência de políticas assistenciais durante a vigência do estado de bem estar social na Europa, pois o seguro desemprego e outros tipos de políticas de atenção ao trabalhador fora do mercado de trabalho permitia a manutenção da renda, não pela via da transferência de renda mínima, e sim com políticas de renda que variavam em torno de 70 a 80 % do salário recebido, além de serviços de qualidade que funcionavam como salários indiretos como saúde, educação, transporte, moradia dentre outros (OLIVEIRA, 2017).

Na contramão da afirmação de que os governos petistas consolidaram as bases para a efetivação dos princípios da Constituição de 1988, corroboramos com Salvador (2012) que a garantia da efetivação de tais avanços constitucionais de modo a conformar um sistema de bem-estar social no Brasil, exigia o “aporte prioritário e considerável de recursos no orçamento público, além da elaboração de um conjunto de legislações complementares” que não tiveram lugar no período, dada a ofensiva do capital por meio do neoliberalismo e da contrarreforma do estado no Brasil a partir de 1990.

Em nossa análise, observamos que a “política fiscal iniciada durante o governo Fernando Henrique Cardoso e mantida durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006)” foi “fortemente orientada pelas recomendações estabelecidas nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de 1988” de modo a favorecer o capital financeiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.164-165).

Tal como afirma Salvador (2012, p.129), ao analisar o orçamento público durante os dois mandatos de Lula (2003-2010), constata-se que o Brasil continuou ostentando uma carga tributária de caráter regressivo que atua como mecanismo a favor da concentração de renda “agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas”.

Como procuramos demonstrar ao longo da dissertação, a partir do diálogo com a bibliografia de referência, existem indícios que corroboram com a nossa hipótese de que não houve a ocorrência de um novodesenvolvimentismo acompanhado da consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social na era PT, porém, dada a complexidade do tema e a amplitude do material disponível que ainda não pudemos estudar, acreditamos que os elementos destacados ao longo de nosso trabalho necessitam ser analisados com maior

rigor em nossos estudos futuros, para que possamos tecer considerações mais significativas acerca da temática debatida.

BIBLIOGRAFIA

- ABBC. *Endividamento das famílias*. 2018, disponível em <http://www.abbc.org.br/images/content/Endividamento%20das%20Fam%C3%ADlias%20-%20Mar%C3%A7o%202018.pdf>
- ALVES, G. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2014.
- BARBOSA, N. O desafio macroeconômico de 2015-2018. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 403-425, Sept. 2015.
- _____; SOUZA, J. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: SADER, Emir; Sader; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.
- BASTOS, E. Distribuição Funcional da Renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral. *Texto para Discussão 1702*. Brasília: IPEA, 2012.
- BEHRING, E. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI et al, I (Orgs.) *Capitalismo em Crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI et al, I. (Orgs.) *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília, DF: UnB, 2004.
- _____; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR et al, E. *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BOITO Jr, A. *Reforma e Crise Política no Brasil: Os conflitos de Classe nos Governos do PT*. Campinas: UNICAMP/UNESP, 2018.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 811-829, dez. 2012
- _____. *Lucro, Acumulação e Crise: A tendência declinante da taxa de lucro reexaminada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CAMARA, M; SALAMA, P. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: CHESNAIS, F. (org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- _____. *El Taller y el Cronometro: Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción em masa*. 9º ed. Madri: Siglo Veintiuno de Espanã editores, 1993.
- COSTA, E. *A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil*. São Paulo: ICP, 2013.
- DATHEIN, R. Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, nº 16, p. 51-73, Junho, 2005.

DIEESE. *Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo real e necessário*. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 20/12/2018.

_____. Política de Valorização do Salário Mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. *Nota Técnica*, 153. São Paulo: DIEESE, 2016.

EATWELL, J. Desemprego em escala mundial. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 6, 25-43, jun. 1996

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FILGUEIRAS et al, L. Modelo Liberal Periférico e Bloco de Poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamound, 2010, págs 35-69.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R *A economia política do Governo Lula*. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GASPAR, R. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. *Caderno Metropolitano*, São Paulo, v. 17, nº 33, p. 265-296, maio. 2015.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRESANN, J. *O Negativo do Capital*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GONÇALVES, R. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. 2013. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf. Acesso em: 30/06/2018.

_____. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*. São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012.

_____. *Redução da desigualdade da renda no Governo Lula: Análise comparativa*. 2011. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf. Acesso em: 30/06/2018.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. *Para Entender O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. *Condição Pós-Moderna*. 17º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, E. *A Era do Capital (1848-1875)*. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudo e Pesquisa: informação demográfica e socioeconômica*. Rio de Janeiro, n.35, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 06 de ago. 2016.

KEYNES, J. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

LENIN, V. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LESSA, S. *Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classes das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lúkacs. 2013

LIEPTZ, A. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 10 (2), p. 303-335, 1989.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.32, p.119-141, junho. 2012.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARINI, R. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J (orgs.). *Rui Mauro Marini: vida e obra*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, R.M; MENDES, A. Servindo a dois senhores: a política social no governo Lula. *Revista Katalysis*, v.10, n.1, págs 15-23.jan/jun, Florianópolis, 2007.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MERCADANTE, A. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Campinas, 2010, 537 pp. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

MÉSZÁROS, I. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Política radical e transição para o socialismo: reflexões no centenário de Marx. In: MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Para além do capital*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

NERI, M.C. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. In: BRÁZ, M (org). *José Paulo Netto: Ensaio de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, E. *A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida*. Editora CRV, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. São Paulo: Vozes, 1998.

PEREIRA, D. *Distribuição funcional da renda no Brasil (1955-2014)*. Natal, 2017, 106 pp. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PINTO et al, E. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. *Texto para discussão* 004/2016. Rio de Janeiro: I.E UFRJ, 2016.

POCHMANN, M. *O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRZEWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*, São Paulo, n. 15, p. 41-81. 1988.

ROMERO et al, D. *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT*. São Paulo: ILAEE, 2014.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; TEIXEIRA, S. Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Revista de Políticas Públicas*, v.18, n° 1, p. 15-32, jan./jun., 2014.

SINGER, A. *O Lulismo em Crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. 1° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. Cutucando Onças com Varas Curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, v.34, n. 102, p.39-67, julho, São Paulo, 2015.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA FILHO, R, Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n° 126, 2016. p. 318-339.

SIQUEIRA, L.S. Programa Bolsa Família: uma inovação conservadora? In *Revista Praia Vermelha*, v.23, n. 1, págs 177-195. jan./jun, Rio de Janeiro, 2013.

TRUFFI, Renan. A conta chegou... para os pobres. In Carta Capital 12/01/2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/934/a-conta-chegou-para-os-pobres> . Acesso em 20/09/2018.